

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**PATRICIA RAQUEL LOBATO DURANS CARDOSO**

**LOBO X NASCIMENTO NA “NOVA ATENAS”:**

literatura, história e polêmicas dos intelectuais maranhenses na Primeira República

São Luís

2013

**PATRICIA RAQUEL LOBATO DURANS CARDOSO**

**LOBO X NASCIMENTO NA “NOVA ATENAS”:**

literatura, história e polêmicas dos intelectuais maranhenses na Primeira República

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof.Dr. Dorval do Nascimento

São Luís

2013

**PATRICIA RAQUEL LOBATO DURANS CARDOSO**

**LOBO X NASCIMENTO NA “NOVA ATENAS”:**

literatura, história e polêmicas dos intelectuais maranhenses na Primeira República

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em  
História da Universidade Federal do Maranhão para  
obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em:        /        /

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Dorval do Nascimento**(Orientador)  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof. Dr. João Batista Bitencourt** (Examinador)  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof. Dr. José Henrique Borralho** (Examinador)  
Universidade Estadual do Maranhão

A Marlon, pela compreensão, paciência, pelo incentivo e carinho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente na feitura desse trabalho, em especial:

A Deus, fonte de inspiração e força.

À Vovó e Carmela, por serem meus portos-seguros por toda a minha vida.

A Marlon, pela compreensão por minha ausência durante a feitura desse trabalho, assim como pelo incentivo e força quando pensei em desistir.

À turma do Curso de Mestrado, pelos debates calorosos e troca de conhecimentos.

Ao Programa de pós-graduação e aos professores do curso: João Bitencourt, Josenildo Pereira, Alexandre Navarro, Dorval do Nascimento, Antônia Mota e Lindon, por suas aulas enriquecedoras, fontes de muita informação, que ampliaram meus horizontes, antes tão limitados.

À Banca de Qualificação, Henrique Borralho e João Bitencourt, pelas orientações e críticas primeiras ao esboço do que seria este trabalho.

A Manoel Martins, sempre, por ser o elo entre os “novos atenienses e eu”. Muito carinho e gratidão sempre.

À Márcia e Dr. João, por me ajudarem a conseguir permanecer no curso de mestrado e conseguir conciliar estudo e trabalho e especialmente pela amizade sincera

À Clenilma, pelo incentivo e por ouvir meus desabafos nas horas de desespero. Valeu pela amizade e pela paciência.

A Dorval, por me ajudar a amadurecer a ideia para este trabalho.

A João, pela orientação.

Às minhas queridas diretoras que me permitiram, muitas vezes, faltar serviço para escrever este trabalho: Zilma, Lourdimar, Raquel e Solange. Nunca me esquecerei do incentivo e da força. Gratidão eterna.

À Biblioteca Pública Benedito Leite, de onde tirei quase todos os documentos da pesquisa, em especial Aline Nascimento e Fátima Matos.

À Biblioteca Nacional, por disponibilizar pela internet, de forma rápida e segura, quase todos os jornais maranhenses do período em que estive pesquisando.

À Biblioteca da UFMA e seu eficiente sistema de COMUT.

À FAPEMA, pelo apoio financeiro.

Foi muito difícil concluir. Pensei muitas vezes em desistir, mas vocês fizeram valer a pena.

*“O artista é um isolado [...] não adaptado ao meio, mas em completa, lógica, inevitável revolta contra ele”.*

Cruz e Souza

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as representações formuladas pela literatura “neo-ateniense” acerca de sua condição intelectual, por meio de suas obras, destacando *A carteira de um neurastênico* (1903), de Antônio Lobo, e *Vencidos e Degenerados* (1915), de Nascimento Moraes. Para isso, apresenta-se a versão oficial construída acerca da história da literatura maranhense. Problematiza-se as interpretações formuladas pela historiografia tradicional acerca da história da literatura maranhense, no que diz respeito a sua periodização em ciclos e gerações. Expõe-se a trajetória de vida e intelectual de Antônio Lobo, seus textos jornalísticos e literários, assim como as suas polêmicas. Analisa-se a obra *A carteira de um neurastênico*, de Antônio Lobo com o objetivo de entender as representações formuladas nessa obra acerca da própria condição do intelectual do seu autor e dos intelectuais da sua época, de maneira geral, assim como outros aspectos da vida social retratados por meio da obra literária. Apresenta-se, da mesma forma, a vida e obra de Nascimento Moraes, tentando por meio de suas obras principalmente jornalísticas, montar o seu perfil intelectual, assim como sua capacidade de argumentação evidenciada por meio de suas polêmicas. Analisa-se a obra *Vencidos e degenerados*, de Nascimento Moraes, tentando agregar obra, contexto e autor, na intenção de mostrar suas representações acerca da sociedade de que era contemporâneo, assim como representações próprias de sua vida como homem público. Busca-se construir as estruturas de sociabilidades, os microclimas e as redes estabelecidas entre os intelectuais da última década do século XIX e das duas primeiras do século XX. Compara-se os perfis intelectuais traçados de Lobo e Nascimento, na tentativa de entender as suas visões acerca do meio social em que viviam. Apresentam-se as polêmica travadas por esses dois intelectuais da época com vistas a entender as suas estratégias de consagração e reconhecimento. Discute-se acerca dos discursos de decadência e de ateniensidade construídos por esses intelectuais a fim de contar a sua própria história e de se consagrar por meio da construção de uma literatura neo-ateniense.

Palavras-chave: História da literatura maranhense. Ciclo neo-ateniense. Antônio Lobo. Nascimento Moraes. Polêmica.

## ABSTRACT

This paper aims to analyze the representations made by the “neo – Athenian” literature about its intellectual condition, through its works, especially *A carteira de um neurastenico* (1903), by Antonio Lobo and *Vencidos e Degenerados* (1915), by Nascimento Moraes. Thus, we present the official version built on the history of maranhense literature. The interpretations made by traditional historiography on the history of maranhense literature are problematized regarding its periodization cycles and generations. It explains Antonio Lobo’s intellectual and life history and his journalistic and literary texts, as well as his controversies. It analyzes the work *A carteira de um neurastenico* by Antonio Lobo in order to understand the representations made in this work concerning his own intellectual condition of the author and the intellectuals of his time, as well as other aspects of social life portrayed throughout the literary work. It presents in the same way, the life and works of Nascimento Moraes, trying through his works, mainly journalistic ones, to construct his intellectual profile, as well as his ability to argue evidenced by his polemics. It analyzes the novel *Vencidos e Degenerados* by Nascimento Moraes, trying to add work, context and author, aiming to present his representations of society that he was contemporary, as well as representations of his own life as a public figure. It seeks to build the structures of sociability, microclimates and networks established among the intellectuals of the last decade of the nineteenth century and the first two of the twentieth century. It compares the intellectual profiles depicted about Lobo and Nascimento, in an attempt to understand their views about the social environment in which they lived. It presents the polemics of these two intellectuals in order to understand their strategies of acclamation and recognition. It is argued on the discourses of decadence and “athenianness” built by these intellectuals in order to tell their own history and to be acclaimed through the construction of a neo - Athenian literature.

Keywords: History of maranhense literature. Neo-Athenian cycle. Antonio Lobo. Nascimento Moraes. Controversy.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2</b>	<b>A LITERATURA MARANHENSE NA HISTORIOGRAFIA LOCAL:</b> construções e contradições .....	15
<b>2.1</b>	<b>Os ciclos literários maranhenses na historiografia tradicional</b> .....	18
2.1.1	Literatura no Maranhão para o Brasil: o Grupo Maranhense .....	19
2.1.2	Literatura de maranhenses: o Grupo dos Emigrados .....	23
2.1.3	Literatura no Maranhão: os Novos Atenienses .....	25
<b>2.2</b>	<b>A história literária maranhense e a possibilidade de novos olhares</b> .....	30
2.2.1	A divisão em ciclos ou gerações .....	30
2.2.2	Prosperidade / decadência econômica como parâmetro explicativo .....	34
2.2.3	Atenas Brasileira: a construção do imaginário ateniense .....	36
2.2.4	O discurso da decadência cultural .....	44
2.2.5	Novos atenienses: literatura menor? .....	47
<b>3</b>	<b>A CARTEIRA DE ANTÔNIO LOBO</b> .....	51
<b>3.1</b>	<b>Para além das palavras</b> .....	55
<b>3.2</b>	<b>Por dentro das Letras</b> .....	68
<b>3.3</b>	<b>A carteira de um neurastênico</b> .....	79
<b>4</b>	<b>NASCIMENTO MORAES: nem vencido, nem degenerado</b> .....	99
<b>4.1</b>	<b>A escrita jornalística</b> .....	100
<b>4.2</b>	<b>O grande polemista</b> .....	108
<b>4.3</b>	<b>O escritor e o literato</b> .....	113
4.3.1	Vencidos e degenerados .....	118
<b>5</b>	<b>LOBO VERSUS NASCIMENTO</b> .....	137
<b>5.1</b>	<b>Representações do intelectual “neo-ateniense”</b> .....	140
<b>5.2</b>	<b>A polêmica</b> .....	144
<b>5.3</b>	<b>Existe uma literatura neo-ateniense?</b> .....	164
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	167
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	169

## 1 INTRODUÇÃO

“Novos Atenienses” foi a expressão cunhada por Antônio Lobo para designar os intelectuais / literatos que vivenciaram o período de renascença artístico-cultural ocorrido entre a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX, no Maranhão e mais especificamente na sua capital, São Luís. Porém, mais que epíteto designativo de um período da história da literatura maranhense, esse termo carrega um sentido ideológico intrínseco que demanda uma análise fundamentada para ser compreendido.

O próprio adjetivo “novos” já pressupõe uma ancestralidade, uma herança, um passado em que supostamente se constituíram os primeiros atenienses. Do mesmo modo, o substantivo “atenienses” alude tanto a outra espacialidade (Atenas, cidade-estado da Grécia Antiga), quanto a uma temporalidade antecessora (a Antiguidade). E o que teria um grupo de intelectuais maranhenses do século XIX a ver com a Grécia Antiga?

Toda a trama por trás dessa expressão é que nos levou a percorrer a historiografia da literatura maranhense construída e reconstruída ao longo dos anos, bem como as representações usadas não só para explicar questões próprias do campo literário maranhense, mas também para justificar o “ser maranhense” – sua genialidade, sua intelectualidade, sua vocação nata para as coisas do espírito, como a literatura e a ciência. São esses os aspectos que nos assemelham aos atenienses nascidos na Grécia, segundo a historiografia oficial maranhense.

Os novos atenienses, portanto, teriam ancestralidade na Grécia Antiga, herdada pelos primeiros “atenienses” nascidos no Maranhão e revivida por aqueles intelectuais de fins do século XIX e início do XX – assim sugere a designação proposta por Lobo. Esse passado é sempre representado como cheio de glórias, como algo a ser alcançado num futuro próximo, diante de um presente de incertezas, de melancolia e de um sentimento de decadência.

O certo é que esse passado, descrito por Lobo em livro seu de 1909, tornou-se a própria história, a verdade sobre a literatura maranhense. Instituiu-se como uma assertiva que, durante muito tempo, não pôde ser questionada, tendo, inclusive, sido recontada por outros autores que vieram a tratar do mesmo assunto posteriormente. Os textos desses intelectuais que sucederam Lobo, sempre acrescentando um ponto, insistem em estabelecer um paralelo entre os que se diziam “novos atenienses” e aqueles que teriam sido os primeiros ou os segundos atenienses, encerrando um juízo de valor baseado na própria Crítica Literária, bem como em questões econômicas e políticas.

A relação do homem com o passado se dá por meio de textos / discursos que tratam desses aspectos da realidade. Nesse caso, a história (a experiência) é reduzida ao discurso, o qual, mais do que apenas uma organização linguística, apresenta uma dimensão histórica e ideológica.

Orlandi (1996, p. 12, grifo nosso) coloca que o discurso é uma das instâncias concretas da interseção linguagem / pensamento / mundo, uma vez que a relação do homem com o mundo não se dá de forma direta, imediata. A autora coloca que o texto é um objeto linguístico-histórico, pois se constitui em discurso, ou seja, “não é um objeto [meramente] linguístico, mas um objeto sócio-histórico onde o linguístico intervém como pressuposto”.

Conforme Chartier (1990, p. 17), a investigação sobre as representações supõe que elas estão sempre colocadas num campo de concorrência e competição, de poder e dominação. Isso porque as lutas entre representações são tão importantes quanto as lutas econômicas “para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio”. Da mesma forma, os atores que presenciaram essa história criaram e efetivamente viveram valores e representações que lhes permitiram viver aquela realidade, participando e transitando por ela.

Foucault (1996, p. 16), por sua vez, concebe o texto como um artefato que revela a disputa social. Para ele, as formações discursivas não são ideologias, no sentido marxista, mas a própria consciência (forma) que nos permite enxergar o mundo, percebendo as formações discursivas como um saber-poder. Para ele, entre o mundo a conhecer e o conhecimento que se tem dele não há uma relação direta, mas trata-se de uma invenção construída por relações de poder mediante práticas discursivas que definem o mundo e dizem o que ele é: “O conhecimento foi, portanto, inventado. Dizer que ele foi inventado é dizer que ele não tem origem. É dizer, de maneira mais precisa, por mais paradoxal que seja, que o conhecimento não está em absoluto inscrito na natureza humana”.

Rioux e Sirinelli (1998, p. 409-410) afirmam que o historiador é um homem na encruzilhada, pois, além da complexidade da própria realidade, há uma complexidade de apreensão dessa realidade:

Porque a realidade, tal como ele [o historiador] pode tentar reconstruí-la – pelo menos parcialmente –, nunca foi apreendida na sua pureza cristalina pelos contemporâneos. Passada através da peneira ‘da consciência dos homens vivendo em sociedade’, ela era, muito simplesmente, representação. E a função do historiador, paralelamente à sua tentativa de reconstituição da realidade bruta, é igualmente a de analisar e de integrar na sua tentativa estes fenômenos de representação.

Diante dessa problemática, a motivação para escolher essa temática se fundamentou precipuamente em questões de cunho literário, pois me inquietava deveras a dura crítica de ordem literária às obras dos chamados “novos atenienses”, classificadas como *literatura menor*, de autores medíocres. Na minha visão, cada criação literária, por ser objeto de arte, apresenta suas especificidades, determinadas em seu ambiente de produção e circulação, de modo que me importava saber quais os critérios utilizados para fazer esse julgamento e essa classificação. Aos poucos, fui deixando de lado tal problemática, pois me convenci de que não competia ao historiador, mas ao crítico literário, cujo escopo é valorar as criações literárias. Cheguei, então, à conclusão de que fazer um estudo com essas motivações obrigaria antes ao estudo da própria Crítica, sem, contudo, possibilitar que eu atingisse o objetivo primeiro de colocar em evidência os autores que escreveram na época em questão e suas relações com a sociedade em que viveram.

No decorrer da investigação, questões colocadas pela historiografia literária maranhense foram sendo desconstruídas e novas indagações foram surgindo. Analisando os textos da historiografia maranhense estabelecida, percebi que, para os anseios do presente, ela não conta uma história da literatura maranhense tão verossímil e coerente do ponto de vista histórico.

De fato, as interpretações construídas, alimentadas e aceitas ao longo de mais de um século estão sendo colocadas em xeque, desnaturalizadas, desconstruídas, problematizadas pela historiografia recente, uma vez que novos discursos nascem a partir de motivações outras e de outros lugares sociais. As representações daqueles autores que haviam fundado o real sobre a literatura maranhense, possibilitando, por um longo tempo, um entendimento de sua trajetória histórica, estão sendo substituídas por outras, que permitem pensar a realidade social de maneira diversa, com diferentes idiosincrasias e com o aprofundamento teórico-metodológico que deve ser usado para esse tipo de estudo.

As representações da historiografia foram cruzadas com as representações dos próprios literatos daquela época, por meio de suas obras literárias. Entre eles, os dois mais representativos foram Antônio Lobo e Nascimento Moraes, cujos textos estudei analiticamente, com o objetivo de identificar as representações neles formuladas acerca do próprio lugar desses autores como intelectuais e do que pensavam sobre suas condições de produção, estabelecendo a inter-relação autor / obra / contexto. As obras mais profundamente analisadas foram *A carteira de um neurastênico* (1903), de Antonio Lobo, e *Vencidos e degenerados* (1915), de Nascimento Moraes. Esses textos foram escolhidos por serem

representativos do cenário político e social de sua época e por refletirem a condição do intelectual na sociedade maranhense, no final do século XIX e início do século XX.

De forma mais eloquente, *Vencidos e degenerados* constitui um relato da história sócio-político da época, uma vez que sua narrativa se situa no período da abolição da escravatura e da proclamação da República, mostrando representações da sociedade maranhense no *intermezzo* desses dois grandes acontecimentos. Além dessas questões, penso que Nascimento Moraes e Antônio Lobo se tornaram os centros de liderança da vida literária maranhense e que em torno deles gravitavam as disputas e os debates referentes à vida intelectual da época. Esta, por sua vez, abrangia trajetórias intelectuais paralelas bem diferentes e visões de mundo por vezes antagônicas, o que desconstrói a noção de grupo homogêneo de literatos.

Da Oficina dos Novos, criada por Lobo e Fran Paxeco, saiu um grupo dissidente liderado por Nascimento Moraes e Inácio Xavier de Carvalho, que fundou a revista *A Renascença*. Os dois, inclusive, sustentaram debates em torno de suas opiniões literárias, as quais ficaram evidentes no livro *Puxos e repuxos*, de Nascimento Moraes, no qual ele responde às críticas de Lobo publicadas em jornais de grande circulação na cidade.

Sirinelli (2010) assevera que o estudo sobre os intelectuais, em especial sua história política, passa obrigatoriamente pela exegese dos textos respectivos, especialmente os textos impressos, que são os primeiros suportes dos fatos de opinião em cuja origem, circulação e transmissão os intelectuais desempenham papel decisivo. Além das obras publicadas pelos referidos autores, realizei também a análise dos seus temas preferidos, retratados diariamente pela atividade jornalística que exerciam e através da qual pude identificar suas preocupações mais imediatas e recorrentes.

A análise dos textos literários se baseou principalmente nos pressupostos teóricos que analisam a relação entre História e Literatura, principalmente no conceito de *representação*, basilar para a constituição do *corpus* teórico da História Cultural. Tomo como referência principal para a noção de *representação*, aquela defendida por Chartier (1990, p. 20), como sendo o “instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através da sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de o reconstruir em memória e de o figurar tal como ele é”. Ou seja, “relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga” (CHARTIER, 1991, p. 184).

A História Cultural propõe ver uma sociedade por meio de sua cultura, que é tudo aquilo que faz o homem e que o homem faz, aquilo que forja suas relações sociais. Dessa perspectiva, cultura é o conjunto de significados partilhados em nível simbólico e que

constituem o modo como os indivíduos enxergam a própria realidade. Como aponta Geertz (1989), é uma teia de significados que o próprio homem tece e que se tornam públicos, guiando seu comportamento. Em suma, cultura é tudo aquilo que é socialmente construído pelo homem e que, reversa e dialeticamente, constrói o homem em sociedade.

Assim, os fatos nunca são neutros, pois já vêm impregnados por certos juízos de valor criados e manifestados pela sociedade e que só podem ser visualizados e analisados dentro dela. Por esse pressuposto, só é possível analisar um objeto por meio de sua lógica interna, pois a cultura já permeia essa relação de observação, portanto interpretativa, não existindo separação entre o pensamento e as práticas, só assim sendo possível fazer uma descrição consistente de um objeto inserido ao universo social. Ainda conforme Geertz (1989, p. 24),

[...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade.

O texto literário, entendido como representação, pode dizer muito acerca de uma época, pois revela visões de um autor sobre o mundo em que está inserido. Além disso, revela o modo de apropriação das relações sociais do indivíduo e o modo de viver em sociedade, constituindo um indício que permite entender as contradições e as representações de um determinado grupo social ou de parte dele.

Nessa perspectiva, os “novos atenienses” produziram no Maranhão uma literatura que veiculava e representava muitos fatos históricos de sua época, buscando esse efeito de “realidade”. Em geral, suas obras apresentam principalmente a condição dos intelectuais na sociedade maranhense de princípios do século XX, quase sempre os representando, seja por meio de personagens, narradores ou eus-poéticos, como homens sofridos, decadentes e pessimistas diante da sociedade em que viviam.

Para efeito didático, a presente dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, intitulado *A literatura maranhense na historiografia local: construções e contradições*, conduzo um debate com a historiografia literária tradicional acerca dos discursos cristalizados em relação à história da literatura maranhense, apresentando as interpretações mais conhecidas e os problemas e lacunas delas resultantes. Nesse mesmo capítulo, analiso criticamente os conceitos de *geração*, *ciclo* e *grupo* utilizados nos estudos que tratam do assunto.

No segundo capítulo, analiso a obra *A carteira de um neurastênico* (1903), de Antonio Lobo, levando em consideração as representações formuladas por esse autor acerca

da condição do intelectual na sociedade em que viveu. Dessa forma, busco correlacionar obra, autor, contexto de produção, intencionalidade, efeitos, temáticas e aspectos estético-literários. Por meio dessa obra e das representações que veicula, assim como de outros escritos desse e de outros autores que escrevem sobre ele, esboço sua trajetória intelectual, buscando pensar a sua condição intelectual de produção e a sua relação com os outros literatos da época.

No terceiro capítulo, procedo a uma análise crítica da obra *Vencidos e degenerados* (1915), de Nascimento Moraes, em paralelo com o segundo capítulo, enfocando as representações formuladas por esse autor a respeito da condição do intelectual na sociedade que ele recria, evidenciando igualmente as relações entre obra, autor, contexto de produção e outros elementos. Resgato, ainda, o percurso intelectual desse autor, tentando pensar como se configurava o seu contexto intelectual de produção, recorrendo, para isso, à obra supracitada, assim como a outros escritos.

No quarto e último capítulo, confronto as visões de mundo sugeridas pelas obras analisadas, refletindo sobre os sentimentos, as impressões e as angústias desses literatos em relação à sociedade que representam e da qual fizeram parte. Com isso, tento entender a lógica da produção intelectual, as estruturas de sociabilidade e os microclimas construídos pelos “novos atenienses”, construindo uma interpretação verossímil sobre o período, os literatos e as respectivas obras, no intuito de oferecer uma contribuição à historiografia literária, na intenção de pensá-la sob outro ângulo, desconstruindo paradigmas interpretativos.

Aproveito para esclarecer que as citações dos textos do século XIX foram transpostas para a ortografia atual, no intuito de facilitar a leitura.

Vamos, então, à época, às obras e aos autores!

## 2 A LITERATURA MARANHENSE NA HISTORIOGRAFIA LOCAL: construções e contradições

A historiografia da literatura maranhense está pautada basicamente na interpretação feita por quatro autores: Antônio Lobo, Reis Carvalho, Mário Meireles e Jomar Moraes. As visões e os discursos desses intelectuais se cristalizaram como “verdades” e foram assumidos e reproduzidos por outros estudiosos que se lançaram à empreitada de narrar como surgiu e se desenvolveu a literatura no Maranhão, sendo tais autores considerados representantes legítimos da historiografia literária mais reconhecida, no que tange a essa temática.

Antônio Lobo publicou, em 1909, *Os Novos Atenienses: subsídios para a história literária do Maranhão*, obra em que expõe os acontecimentos que propiciaram o suposto renascimento literário do Maranhão em fins do século XIX e início do século XX, assim como os literatos que teriam contribuído para esse renascimento.

Reis Carvalho, por sua vez, ao escrever, em 1912, um artigo para a *Biblioteca internacional de obras célebres*, uma coleção de produções literárias que reunia as obras mais famosas do mundo, é o grande responsável por periodizar a literatura maranhense. Essa periodização acabou sendo seguida por praticamente todos os autores subsequentes que se ocuparam desse tema. Seu estudo se configura como um esforço interpretativo, como bem coloca o próprio autor, no primeiro parágrafo do texto, no qual admite não haver linhas divisórias nítidas para delimitar cada ciclo identificado por ele.

Em várias de suas obras, Mário Meireles trata da literatura maranhense. Em *Panorama da literatura maranhense* (1955), estabelece uma periodização mais abrangente que aquela de Reis Carvalho. Seu objetivo era proceder a uma investigação sobre a literatura maranhense desde os seus primórdios (século XVI) até as primeiras décadas do século XX, correlacionando acontecimentos históricos a fatos literários nacionais e regionais, assim como a biografia dos autores de cada época. Já a sua obra *História do Maranhão* não se volta especificamente a uma apreciação literária, mas histórica, enfocando a política, a economia e a vida social de modo geral, desde a Colônia até a contemporaneidade. Apesar de predominarem, nessa obra, os temas supracitados, o autor dedica alguns capítulos a aspectos do panorama cultural de cada época, tratando indiretamente da história literária.

Seguindo a estruturação da obra de Meireles, Jomar Moraes, em *Apointamentos de literatura maranhense*, obra publicada em 1976, também analisa os ciclos literários maranhenses juntando narrativa histórica, historiografia e crítica literárias com biografias.

Analisando esses discursos cristalizados, encontram-se algumas contradições cuja discussão parece importante. Assim, o presente capítulo tem por objetivo expor a história literária maranhense contada por meio desses quatro autores, dialogando, porém, com outros pesquisadores que escreveram em momentos mais recentes, como Rossini Corrêa (1993), Manoel de Jesus Barros Martins (2006), Ricardo André Ferreira Martins (2009), José Henrique de Paula Borralho (2010; 2011) e outros. Dessa forma, esboço um panorama sobre o que foi estudado em relação à história da literatura maranhense até o presente momento, a fim de apontar eventuais desvios, lacunas e problemas conceituais e interpretativos.

O entendimento corrente sobre a literatura maranhense, construído principalmente a partir do século XIX, fundamenta-se basicamente na identificação de ciclos ou fases literárias, o que evidencia, além das idiossincrasias de cada autor, uma presumida unidade presente nos grupos de intelectuais dos diferentes períodos da história literária maranhense.

Em *Os Novos Atenienses: subsídios para a história literária do Maranhão*, como se percebe pelo título, Antônio Lobo denomina os seus contemporâneos intelectuais por meio desse termo. E em seu texto, ao descrever a visita de Coelho Neto a São Luís, a serviço da Comissão Central dos Festejos Comemorativos do Quarto Centenário da Descoberta, em junho de 1899, afirma a presença de gerações literárias em solo maranhense, como se pode observar quando coloca que “o brinde de honra, a que Coelho Neto respondeu [...], foi-lhe feito pelo único sobrevivente da grande e fecunda geração literária de outros tempos, o poeta do Guesa Errante, Joaquim de Sousândrade”. Mais adiante, conclui, em tom comovente, que esse gesto representa “[...] o símbolo grandioso de duas gerações literárias que se dessem as mãos” (LOBO, 2008, p. 45-46, grifo nosso).

Em capítulo escrito para a obra *Biblioteca Internacional de Obras Célebres* (vol. XX), de 1912, intitulado *A literatura maranhense*, Reis Carvalho começa anunciando que, “para fixar as idéias e metodizar” sua análise, dividiu a literatura maranhense em três ciclos, admitindo que, para essa classificação, não houve “na realidade fatos decisivos e característicos na sua evolução, capazes de representar as linhas divisórias de cada ciclo”. No entanto, ele demarca cronologicamente a literatura da seguinte maneira: “o primeiro ciclo vai de 1832 a 1868”; “o segundo ciclo da literatura maranhense abrange a geração nascida das duas primeiras décadas do último semi-século, de 1850 a 1870”; “O terceiro ciclo [...] compreende os escritores nascidos nas duas primeiras décadas da última geração do século passado, 1870 a 1890” (CARVALHO, 1912, p. 9737-9748).

Em *Panorama da literatura maranhense*, Mário Meireles, seguindo e citando a periodização de Reis Carvalho, admite, no século XIX, a presença de três grandes ciclos,

embora ressaltando que, no início daquele século, ocorrera um ciclo de transição (1800-1832) que, para ele, não apresentava relevância para a história literária do Maranhão. Meireles então caracteriza os ciclos literários maranhenses através dos títulos dos capítulos de sua obra: “Séculos XVI e XVII – Literatura sobre o Maranhão”; “Século XVIII – Ainda literatura sobre a terra”; “Século XIX – O ciclo de transição do seu primeiro quartel (1800-1832)”; “Século XIX – Segundo Ciclo (1832-1868) – O grupo maranhense no Romantismo brasileiro. O Maranhão Atenas Brasileira”; “Século XIX – o ciclo de 1868 a 1894. Os homens de letras do Maranhão passam a ser, essencialmente, literatos nacionais”; “Século XX: o ciclo de 1894 a 1932, o decadentismo; a reação local para estabelecer, no Maranhão, os foros de Atenas Brasileira”; “Os tempos atuais”.

Por volta da década de 1960, Mário Meireles publicou a primeira edição de *História do Maranhão* e, no capítulo intitulado *Panorama Cultural do Maranhão no Império*, aponta os ciclos literários maranhenses, traçando um esquema parecido com os dos autores supracitados. Ele, porém, associa características econômicas a esses ciclos, como se pode observar na seguinte passagem: “Este Grupo Maranhense abrange, no tempo, o ciclo que vai de 1832 a 1868 e corresponde assim, no campo econômico, ao ciclo do algodão”. E continua: “Com o ciclo do açúcar, sobrevém o ciclo literário de 1868 a 1894 [...] desfazendo-se o Grupo local, os nossos homens de letras passam a emigrar cedo para o Sul, onde, granjeando justo renome, fazem-se essencialmente literatos nacionais” (MEIRELES, 2008, p. 254).

Uma das mais importantes obras da historiografia literária maranhense, que organiza os estudos literários empreendidos até o momento, *Apontamentos de literatura maranhense*, de Jomar Moraes, é responsável por consolidar essa demarcação da literatura maranhense em ciclos, uma vez que se propõe atingir o objetivo de

[...] apreciar a evolução da literatura maranhense, assim como o papel que lhe cabe no contexto da literatura brasileira, examinando a questão sob seus aspectos mais relevantes [...]: o da importância pessoal de certas figuras e o da repercussão que como grupo geracional foi possível alcançar [...] (MORAES, 1977, p. 6, grifo nosso).

Esse objetivo, porém, fica mais evidente com a própria organização do livro em capítulos e tópicos apresentados de forma cronologicamente linear e delimitando assertivamente os momentos literários. A partir da segunda parte, intitulada *Autonomia literária*, aparecem os seguintes capítulos: “1832/1868 – Grupo maranhense”; “1870/1890 – Um vigoroso sopro renovador”; “1899/1930 – Os Novos Atenienses”; “Depois de 1922”.

Com base em tais autores, difundiu-se, na historiografia literária maranhense, a demarcação de três grandes ciclos, do século XIX ao início do século XX, abrangendo todo o legado intelectual que chegou à contemporaneidade, conforme se discute adiante.

## 2.1 Os ciclos literários maranhenses na historiografia tradicional

Assim como ocorreu com a literatura brasileira, difundiu-se a ideia de que a literatura maranhense, até o século XIX, com o advento do Romantismo, não possuía autonomia em relação à literatura produzida na metrópole portuguesa. É igualmente corrente a ideia de que, antes dos românticos, foram produzidos textos que não constituíam propriamente uma literatura genuinamente maranhense, mas uma literatura *sobre* o Maranhão feita por cronistas colonizadores que por aqui passaram, descrevendo as novas terras conquistadas e projetando em seus textos muito mais as visões de seu mundo do que propriamente as características reais do novo mundo que ainda estavam descobrindo.

Isso pode ser evidenciado pelo fato de que esses autores explicavam aquilo que não conseguiam entender da cultura das novas terras pela ótica de sua própria cultura. Da mesma forma, os textos escritos pelos cronistas colonizadores não seriam literários, tal como se admite hoje, mas descrições e relatos baseados na observação direta. Ainda assim, por serem flagrantemente perpassados pela fantasia e pela imaginação dos cronistas frente aos fenômenos, seres e situações que não conseguiam explicar, tais escritos têm sido considerados literários. Assim, os historiadores lhes atribuíram o *status* de literatura em sentido amplo – como conjuntos de textos –, e não no sentido restrito, caracterizado por intenções artísticas e, portanto, estéticas, expressando conteúdos ficcionais ou imaginativos através do uso de polissemias e metáforas, como contemporaneamente se pensa a literatura.

Corroborando essa ideia, Meireles (2008, p.194) enfoca que “literalmente, o Maranhão colonial viveu ciclos de ‘literatura sobre a terra’ e ‘literatura na terra’”. Ele argumenta que, mesmo após o estabelecimento do Arcadismo no Brasil, o Maranhão se manteve à margem do desenvolvimento literário. O autor atribui esse fato a diversas razões históricas: o atraso de sua integração ao país; a fundação de sua capital, São Luís, por outro povo (o francês) que não o português; e a invasão e dominação, ainda que breve, pelos holandeses. Por essas razões, continuou-se a produzir, até o final do século XVII, uma literatura *sobre* a terra (MEIRELES, 1955).

Nesse período, que se estende de 1614 ao início do século XIX, foi produzida uma literatura designada como colonial, constituída por uma série de textos de cronistas franceses e portugueses. O nome mais lembrado como o de quem de fato produziu uma literatura maranhense em sentido restrito, nesse período, é o do padre Antônio Vieira, que residiu no Maranhão e tinha esta província como motivação e temática para parte dos seus sermões em genuíno estilo Barroco, classificados ora como cultistas, ora como conceptistas. Excetuando-

se Antônio Vieira e outros poucos literatos da época, segundo Moraes (1977, p. 46), a literatura maranhense do período colonial se caracterizou por uma produção escassa, em que a poesia não passou de “mera subliteratura rimada e metrificada”, da qual qualquer um dito letrado podia “lançar mão, sem com isso julgar-se poeta ou sentir-se constrangido”.

A partir da chegada de maranhenses egressos da Universidade de Coimbra e do estabelecimento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão é que começou a despontar uma autêntica vida intelectual maranhense, com o surgimento de locais culturais e a edição de jornais, criando-se gradualmente uma atmosfera intelectual e literária no Maranhão (MORAES, 1977).

### 2.1.1 Literatura no Maranhão para o Brasil: o Grupo Maranhense

Meireles (2008, p. 193) afirma que, no final do século XVIII, devido à Companhia Geral de Comércio, que retirou o Maranhão da extrema penúria econômica em que se encontrava, muitos foram os estudantes que partiram para Portugal, a fim de dar continuidade aos seus estudos na Universidade de Coimbra, uma vez que o sistema educacional, em geral a cargo dos jesuítas, era extremamente deficiente. Para esse autor, a posição privilegiada que São Luís viria a ocupar no campo cultural foi “fruto, além-mar, do humanismo coimbrão”, uma vez que esses jovens, ao retornarem ao seu torrão natal, depois de concluírem seus estudos, chegavam com ideias novas, que mudaram o panorama cultural até então vigente na então província do Maranhão.

Em 1815, inicia-se em São Luís a construção do Teatro União (mais tarde rebatizado como Teatro Arthur Azevedo), fundado por Eleutério Lopes da Silva Varela e Estêvão Gonçalves Braga e inaugurado em 1817, com a apresentação de uma companhia portuguesa de espetáculos. Em 1821, foi criada em São Luís, pelo capitão-general Bernardo da Silveira, a Tipografia Nacional, responsável pelo primeiro jornal do Maranhão, *O Conciliador do Maranhão*, lançado naquele mesmo ano. No ano seguinte, 1822, seria lançado o primeiro periódico científico maranhense, *A Folha Medicinal do Maranhão*, e criada a primeira associação cultural, a *Sociedade Patriótica, Política e Literária* (MORAES, 1977).

Em visita a São Luís, em 1819, Spix e Martius comentam que São Luís mereceria o quarto lugar entre as cidades brasileiras, situando-se atrás apenas do Rio de Janeiro, de Salvador e Recife. Conforme Borrhão (2011), a cidade de São Luís apresentava uma estratificação socioeconômica decorrente de um modelo concentracionista agroexportador. Suas ruas levavam os nomes de importantes figuras portuguesas e o estilo arquitetônico de

seus prédios revelava um alto padrão de requinte, com sobrados e casarões com pisos em pedras de cantaria e fachadas revestidas por azulejos. O número desse tipo de edificações se revelou maior do que o observado em todas as demais colônias portuguesas, sendo os azulejos provenientes principalmente da França, da Espanha e de Portugal.

Moraes (1977) afirma que, após a resistência do Maranhão em aderir à independência do Brasil (de 1822 a 1823), o Maranhão foi paulatinamente prosperando, tanto econômica quanto intelectualmente. Já em 1826, foi proposta ao Conselho da Província a criação da Biblioteca Pública de São Luís, pelo Dr. Antonio Pedro da Costa Ferreira (que mais tarde receberia o título honorífico de Barão de Pindaré). Em 1829, esse projeto foi aprovado e, em 1831, a Biblioteca Pública foi inaugurada nas dependências do Convento do Carmo. Em 1838, foi criado o Seminário Episcopal de Santo Antônio e, em 1839, o Liceu Maranhense, instalado no Convento do Carmo, sob a direção de Sotero dos Reis.

De acordo com Mérian (1988), em meados do século XIX havia, em São Luís, várias gráficas consideradas modernas para os padrões da época. Isso possibilitou o surgimento de uma imprensa forte, com vários jornais em circulação, como: *O Argos da lei e O censor* (1825); *A malagueta maranhense* (1821); *Folha medicinal* (1822); *Palmatória semanal* (1822); *Amigo do homem* (1824); *O maranhense* (1825). Enfim, iniciou-se na cidade, a partir de então, um intenso debate jornalístico de caráter predominantemente político. Livros com boa qualidade tipográfica também eram publicados e várias livrarias da cidade comercializavam livros vindos da Europa.

Além das já mencionadas, diversas outras instituições culturais foram criadas nessa época, como: a *Associação Filomática*; a *Associação Literária*; o *Ateneu Maranhense*; o *Instituto Literário Maranhense*; o *Instituto de Humanidades*; e o estabelecimento de ensino particular *Pedro Nunes Leal*, primeiro a manter uma cadeira de Literatura.

Surgindo nesse clima de incremento da atividade intelectual e literária nacional e maranhense, o Romantismo trouxe à literatura brasileira em geral e à maranhense em particular uma feição nacionalista. Inaugurado em 1836, com a publicação de *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães, foi em 1846 que esse movimento literário alcançou a sua expressão máxima, com a publicação de *Primeiros Cantos*, do maranhense Gonçalves Dias (MORAES, 1977).

Aos poetas, jornalistas, professores, historiadores, publicistas, tradutores e escritores – enfim, aos intelectuais contemporâneos de Gonçalves Dias que alcançaram certa notoriedade em terras maranhenses e brasileiras –, consagrou-se a designação de Grupo Maranhense. Isso decorreu do fato de que, na escola romântica, os escritores que se

destacaram nacionalmente eram, em sua maioria, maranhenses ou fluminenses, donde as denominações de Grupo Maranhense e Grupo Fluminense, respectivamente (MARTINS, 2009).

Conforme Carvalho (1912, p. 9737), diante da criação de um diversificado conjunto de instituições culturais nessa época, principia em 1832 o primeiro ciclo da literatura maranhense, com a publicação, no Rio de Janeiro, da “célebre poesia” de Odorico Mendes *Hino à tarde*. Assim, diante da repercussão e da consagração de nomes maranhenses como Odorico Mendes, Gonçalves Dias e João Lisboa, atribuiu-se a São Luís a denominação de Atenas Brasileira, equiparando-a à Atenas do Século de Ouro, de Péricles e outros grandes nomes da literatura grega clássica.

Meireles (2008, p. 252-253, grifo do autor) aponta como grandes responsáveis por essa notoriedade adquirida por São Luís em nível nacional os bacharéis ludovicenses formados em Coimbra e Olinda:

Foram estes homens, os doutores e bacharéis de Coimbra e de Olinda, com os que aqui se formaram sem escolas e universidades, que, constituído o literariamente chamado *Grupo Maranhense*, do Romantismo brasileiro, alcançaram para o Maranhão, naquele nosso período áureo do Império, o cognome ilustre de *Atenas do Brasil*, galardão de honra que tem sido objeto de respeitoso culto para todas as gerações subsequentes.

Moraes (1977, p. 85) corrobora o pensamento de Meireles, exaltando a produção do Grupo Maranhense:

No Maranhão, os contemporâneos de Gonçalves Dias, conhecidos na história da literatura brasileira pela antonomásia de Grupo Maranhense, dariam ao Brasil, como expressão regional de vida literária, tão eloquente testemunho de cultura e talento, que logo justificariam, para nosso raciocínio afeito a comparações com valores do mundo greco-romano, o cognome de Atenas Brasileira.

Mais adiante, o mesmo autor, citando Veríssimo (apud MORAES, 1977, p. 86), enfatiza que o Grupo Maranhense é superior esteticamente ao Grupo Fluminense:

Este grupo é contemporâneo da primeira geração romântica toda ela de nascimento ou residência fluminense. O que o situa e distingue na nossa literatura e o sobreleva a essa mesma geração, é sua mais clara inteligência literária, a sua maior largueza espiritual. Os maranhenses não têm os blocos devotos, a ostentação patriótica, a afetação moralizante do grupo fluminense, e geralmente escrevem melhor que estes.

A comparação entre São Luís e Grécia foi sintetizada por Corrêa (1993, p. 29) nos seguintes termos:

A mitologia da Atenas brasileira correlacionou o *principium sapientiae* grego ao papel desempenhado pelo Grupo Maranhense no desafio de responder às exigências constitutivas de uma cultura brasileira. Representou, na verdade, um auto-retrato dourado da sociedade senhorial gonçalvina, feito por meio da dimensão literária da intelectualidade, trazendo para os trópicos, em nível arquetípico, em espaço figurativo, enfim, em âmbito retórico, o ideal de formação do homem grego.

Enfim, esse título foi absorvido pelos homens daquele período, assim como pelos pesquisadores da época que se lançaram à historiografia literária maranhense, alimentando muitas páginas com suas considerações, ao ponto de permanecer no imaginário maranhense por muito tempo e fazer parte dos discursos correntes no estado, entre homens comuns e até autoridades consagradas, do século XIX ao XXI.

Além de Gonçalves Dias, João Lisboa e Odorico Mendes, também fizeram parte desse grupo: Sotero dos Reis; Sousândrade; Gentil Braga; Trajano Galvão; Dias Carneiro; Marques Rodrigues; Joaquim Serra; Franco de Sá; Frederico Corrêa; Henriques Leal; Gomes de Sousa; César Marques; José Corrêa; Lisboa Serra; Cândido Mendes; Nunes Leal; Belarmino Matos. Dentre todos esses nomes, alguns obtiveram maior reputação do que outros.

Moraes (1977) enfatiza que o jornalismo literário do Grupo Maranhense teve sua maior expressão com o *Semanário maranhense*, criado em 1867 e encerrado em 1868. Tratava-se de uma publicação semanal, que contava com a colaboração de Gentil Braga, Celso Magalhães, Sotero dos Reis, César Marques e Sousândrade (BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE, 2007, p. 43). Segundo Carvalho (1912), é com o fim do *Semanário maranhense* que se fecha esse primeiro ciclo, em 1868. Sobre esse desfecho, Lobo (2008, p. 33) faz descrições melancólicas:

O *Semanário maranhense* (1867-68) foi o canto de cisne da brilhante geração literária que, em meados do século findo, no Maranhão viveu e trabalhou, explorando, com maestria e fulgor, quase todos os variadíssimos departamentos da produção mental. Nesse periódico colaboraram todos os espíritos superiores da época, não só os que já vinham do passado, tomando parte ativa nos movimentos anteriores, como também os que posteriormente haviam surgido para as letras, e que ainda se achavam, portanto, na fase incipiente dos ensaios e das tentativas, por onde naturalmente se estreiam todos aqueles que o mundo da publicidade literária, desde os primeiros anos, sugestionalmente atrai.

Assim é que, ao lado de Sotero dos Reis, de Sousândrade, de César Marques, de Gentil Braga, de Joaquim Serra, figuravam os nomes de Heráclito Graça, de Martins Costa e de Celso [de] Magalhães [...].

Desaparecido o *Semanário*, toda a brilhante colmeia debandou, disseminando-se os seus operários por diversos rumos, ao sabor das inevitáveis exigências da vida, que sobre cada um deles se fazia de modo diferente sentir [...].

A extinção do periódico é dada como marco final do primeiro ciclo literário maranhense, após o qual, como consensualmente afirmam os autores pesquisados, o Maranhão experimentou uma decadência cultural, devida à emigração dos seus “cérebros” para o Sul do país. Nessa perspectiva, o segundo ciclo é visto como um ciclo de maranhenses fora de seu torrão natal.

### 2.1.2 Literatura de maranhenses: o Grupo dos Emigrados

Ao delimitar o fechamento do ciclo anterior, Moraes (1977) se refere a uma mudança no modo de pensar a partir do último quartel do século XIX, influenciada pelas teorias positivistas, científicas e deterministas. A Faculdade de Direito de Recife representou um grande laboratório para essas ideias, e muitos jovens maranhenses passaram por essa instituição de ensino. O autor afirma que a então nova geração de intelectuais, adepta das referidas correntes, confrontou-se com as elites econômicas da época e com a Igreja, guardiãs dos pontos de vista conservadores e tradicionais. Assim, o subjetivismo romântico foi dando lugar a uma visão sociológica da sociedade, de modo que o ideário de base do Realismo e do Naturalismo foi influenciando cada vez mais a escrita desses literatos.

Esse grupo de jovens pensadores fundou alguns periódicos, como o *Jornal para todos* (1877) e *A flecha* (1879), em que assinavam artigos de crítica à Igreja e à sociedade em geral. Para combater esses jornais, os bispos criaram o jornal *Civilização*, porém os jovens não tardaram em criar outro periódico para rebatê-lo, *O pensador*. Todos esses títulos, aliás, são bastante sugestivos para representar os seus respectivos grupos e as ideias que defendiam. Entre os que contribuía com esse último, podem-se apontar: Manuel de Bethencourt, Aluísio Azevedo, Eduardo Ribeiro, Pedro Freire, Domingos Machado e Sá Viana.

Passou a vigorar, no meio intelectual e artístico ludovicense, um tom de crítica social, o mesmo que foi escrito *O mulato*, lançado em São Luís em 1881 e de autoria de Aluísio Azevedo, considerado o introdutor do Naturalismo no Brasil. Esse romance provocou uma série de protestos, ensejando a publicação de diversos artigos no periódico *Civilização*.

Conforme Moraes (1977, p. 158), esse clima hostil foi responsável pela migração desses intelectuais para os grandes centros urbanos: Teófilo Dias saiu do Maranhão com 20 anos, viveu no Rio de Janeiro e depois se radicou em São Paulo; aos 18 anos, Artur Azevedo partiu para o Rio de Janeiro, onde se radicou, e o mesmo fez seu irmão Aluísio Azevedo, aos 24; Graça Aranha também se mudou para o Rio de Janeiro, aos 21 anos. Acrescentem-se a esses aqueles que desde a infância já haviam partido: Coelho Neto, que residia no Rio de Janeiro desde os 6 anos; Raimundo Corrêa, que deixou o Maranhão aos 3 anos, para nunca mais retornar. Por essa razão, ele afirma: “[...] este é um período em que brilha, não propriamente a literatura maranhense, mas uma literatura de maranhenses não necessariamente vinculados a sua terra natal”.

Sobre essa questão, Carvalho (1912, p. 9742) relata que

Então não é mais o Maranhão um centro literário como no período anterior. Os literatos maranhenses são sobretudo literatos brasileiros apenas nascidos no Maranhão. Mal ensaiam as letras já se retiram da terra natal e, na sua maioria, vão viver no Rio de Janeiro. Inferior à fase precedente por lhe faltarem individualidades que lhe sejam o que para aquela foram Gonçalves Dias e João Lisboa, o segundo momento conta com maior número de escritores de valor e mais variadas manifestações literárias.

Devido a essa migração dos literatos para outras plagas mais importantes do ponto de vista cultural, Lobo (2008, p. 34), cheio de metáforas saudosistas, assim descreve o tempo dessa segunda geração:

A morte, em breve, fulminou diversos, e os sobreviventes, ou emigraram para a capital do país, em busca de posições mais vantajosas, ou se deixaram esterilizar e absorver por cogitações de ordem prática, totalmente infensas às suas preocupações de outras eras.

Começou então para o Maranhão essa tristíssima e caliginosa noite, em que, por tão longo tempo, viveram imersas as suas letras, noite cortada, por vezes, pelo clarão fugidio de algum astro errante, que para logo se ia eclipsar na morte, ou perder-se na distância a que era impelido pelas inelutáveis fatalidades da sua trajetória.

Martins (2006, p. 96) constata que essa segunda geração da literatura maranhense é composta por “herdeiros diretos dos prógonos atenienses”, pois, mesmo não produzindo literatura na sua terra de origem, beneficiaram-se de toda a atmosfera propícia à divulgação de suas obras criada pelos atenienses, principalmente no Rio de Janeiro. Assim se constitui uma literatura de maranhenses, da qual a gente que por aqui morava só teve notícias.

Ao investigarem o porquê dessa migração, os autores divergem quanto ao motivo já esboçado por Moraes. Meireles (2008, p. 296), por exemplo, declara que rumar para o Rio de Janeiro constituía um destino natural para os escritores maranhenses, uma vez que “a província, com larga projeção política no cenário nacional, não mais se satisfiz com o ter, em sua capital, um ‘grupo’ romancista”, de modo que exportou “seus valores intelectuais [...] para que, na Corte”, se fizessem e se firmassem “como homens nacionais, apenas nascidos no Maranhão”.

Corrêa (1993) problematiza esse debate quando coloca que os atenienses dessa segunda geração “foram conhecedores de circunstâncias particulares, trilharam os caminhos de uma intervenção na realidade concreta de inegável diferenciação”, tendo participação na realidade política, advindos principalmente da Faculdade de Direito de Olinda.

Borrvalho (2010), por sua vez, tentando problematizar a ideia de Atenas Brasileira, apresenta o quadro social do Maranhão à época em que São Luís adquiriu o título, evidenciando que, o Maranhão não oferecia aos literatos estrutura para produzirem e divulgarem suas obras. Tanto assim que mesmo muitos dos escritores da primeira fase acabaram por emigrar do Maranhão.

O destino dos intelectuais maranhenses, porém, não era somente Rio de Janeiro ou São Paulo. Martins (2006, p. 100) destaca que muitos migraram para cidades da Amazônia, “tanto para fugir das agruras regionais, quanto para exercer seus dotes profissionais ou mesmo para extrair a seiva econômica necessária ao sustento de suas ‘peregrinas quimeras’ e de seu ambiente familiar”. É o caso, por exemplo, de João Afonso do Nascimento, Euclides Faria, Eduardo Ribeiro, Pacífico Bessa e Marcelino Barata. Outros, porém, permaneceram no Maranhão, exercendo atividades profissionais diversas, agregando o seu fazer artístico atualizado com as tendências da época, fosse por “motivações atávicas ou por falta de oportunidades”, como foi o caso de Celso Magalhães (falecido prematuramente), Ribeiro do Amaral, Manuel de Bethencourt, Barbosa de Godóis, Justo Jansen e Almir Nina.

Ainda para Martins (2006, p. 110), aqueles que permaneceram na Província – bacharéis, médicos, engenheiros autodidatas – erigiram “uma obra enraizada e em sintonia com as tendências científicas, literárias e artísticas em voga no Brasil e no exterior”, mas tendo como referência o Maranhão. Moraes (1977), porém, considera menos importantes os autores que aqui permaneceram, como Adelino Fontoura, Hugo Leal, Hemetério dos Santos e outros. Comungando com essa ideia, Meireles (2008, p. 297) fala do vazio em que foram deixadas as letras locais nessa época: “Em São Luís, a velha Atenas, apenas o mármore frio e o bronze mudo das estátuas e bustos que se haviam erguido em memória daqueles que deveriam servir de exemplo e estímulo às novas gerações”.

São considerados parte dessa segunda geração os seguintes autores: Teófilo Dias; Raimundo Corrêa; Hugo Leal; Adelino Fontoura; Euclides Faria; Teixeira de Sousa; Teixeira Mendes; Celso Magalhães; Aluísio Azevedo; Arthur Azevedo; Coelho Neto; e Graça Aranha, entre outros já arrolados.

O decadentismo literário maranhense é o cenário em que vai germinar e florescer, a duras penas, a terceira geração da literatura maranhense.

### 2.1.3 Literatura no Maranhão: os Novos Atenienses

Confrontado à fase anterior, o terceiro ciclo da literatura maranhense, de acordo com Carvalho (1912, p. 9.748), é formado por escritores que nasceram e viveram no Maranhão. Essa geração começou a florescer às vésperas da proclamação da República e foi inaugurada com a publicação de *Frutos Selvagens*, de Inácio Xavier de Carvalho. Para o autor referenciado, “este novo ciclo retoma a tradição do primeiro”, apesar de que “o novo cenário

não possui o mesmo valor intelectual e social do primeiro”, faltando “individualidades comparáveis aos prohomens daquele tempo”.

O terceiro ciclo nasce num ambiente politicamente instável e literariamente descrito como decadente, como se percebe pelas crônicas dos jornais da época. No campo político-econômico, conforme Meirelles (2008), o Maranhão, assim como o Brasil, vivia uma época instável, com a abolição da escravidão (1888) e o surgimento da República (1889).

No Maranhão, a queda da economia algodoeira (meados do século XIX) desencadeia a desestruturação do sistema fabril. Meireles (2008, p. 292), porém, aponta como principal causa dessa crise econômica o fim do sistema escravista, que alicerçava a economia maranhense: “[...] data da Lei Áurea o desequilíbrio econômico do Maranhão e, com ele e conseqüentemente dele, sua decadência em comparação com a posição que lhe coubera no palco da vida nacional durante o Império”. E, inter-relacionando o campo econômico com o intelectual, discorre a respeito do panorama cultural maranhense da época:

Há uma interessante isocronia entre as fases da evolução de nossa vida econômica e de nossa vida cultural, que não parece desinteressante ressaltar [...].

Enquanto vivemos a economia colonial, até o fim do século XVIII, não tivemos cultura (literária, que esta a da especialidade da terra) própria; apenas literatura dos cronistas.

Entrado, porém, o século XIX, [...] vemos no ciclo econômico do algodão, que poderá ser limitado no tempo à primeira metade da centúria, caber, rigorosamente, o ciclo literário do chamado Grupo Maranhense (1832-1868), dominado pelo espírito humanístico de doutores e bacharéis de Coimbra e Olinda, embora trabalhado pelas ideias emancipadoras, e que foram filhos dos nossos grandes senhores rurais; ao ciclo da cana-de-açúcar (1864-1888), compreender o segundo ciclo literário (1868-1894) [...].

Agora, sobrevinda a República, e com ela o desequilíbrio e decadência econômicas conseqüentes da Abolição – estende-se, do último decênio do século XIX para o primeiro quartel do século XX – ciclo decadentista (1894-1932), em que o Estado, vivendo das glórias daquele passado e dos poucos sobreviventes do segundo ciclo que ainda o representavam no Sul [...], apenas procura lutar por que não se apague a chama daquele ideal e se não perca a tradição que deu glórias de Atenas do Brasil (MEIRELES, 2008, p. 296-297).

De fato, perpetuou-se na historiografia literária a designação desse ciclo como *decadentista*, e os próprios integrantes dessa dita geração faziam questão de se mostrar herdeiros diretos da intelectualidade maranhense e responsáveis por restabelecer o cenário cultural do Maranhão da época em que São Luís fora chamada de Atenas Brasileira. Em *Os Novos Atenienses: subsídios para a História Literária do Maranhão*, Lobo (2008) narra, a partir do fim do *Semanário Maranhense*, os fatos que ocorreram na história intelectual do Estado, apresentando as biografias dos literatos da época, denominando a si e a esses seus contemporâneos de os *Novos Atenienses*.

Esse livro de Lobo é fundamental para se compreender o cenário intelectual da época, pois constitui um relato de quem aqui viveu naquele período. Afigura-se, portanto, como uma memória recente que pode enriquecer com detalhes a reconstituição do panorama da época. Porém, em contrapartida, apresenta limitações decorrentes da proximidade entre o sujeito e o objeto das análises ali contidas, ocasionando uma relativa parcialidade analítica. Mesmo assim, o discurso de Lobo foi várias vezes revisitado e reconfigurado de maneira mais sistemática, como fez Carvalho (1912), por exemplo, admitindo sempre na vida literária do Maranhão a presença de três fases: o período em que São Luís foi considerada a Atenas Brasileira; uns anos de apatia e marasmo em que toda a brilhante colmeia de intelectuais debandou para outras plagas; e os anos de revivência intelectual. Essa terceira fase, contemporânea do autor, esteve sob a responsabilidade dos intelectuais que, assim como o próprio Lobo, colocavam-se como operários da renascença.

A nostalgia e a melancolia dão o tom inicial ao livro, à medida que Lobo mostra a ausência dos atenienses de primeira ordem (na verdade, já por volta da década de 1860, os grandes nomes da primeira geração ateniense haviam falecido: Gonçalves Dias, João Lisboa e, mais tarde, Sotero dos Reis), a tentativa dos intelectuais da segunda geração, que não eram compreendidos pelos seus conterrâneos e contemporâneos, a consagração nacional dos emigrados e o vazio da Atenas, que, em sua visão, virara uma “triste Babilônia de exílio” (LOBO, 2008, p. 37).

Esse tom decadentista está evidente tanto em muitas obras literárias quanto nos textos jornalísticos da época. A atmosfera sempre era pintada de forma pessimista, mesmo com as muitas tentativas de abertura de periódicos e de manter acesa a chama do talento literário por meio de conversas, palestras e conferências:

Estudantal ‘Nina Rodrigues’ que se instala é o produto da congregação de esforços empregados por uma agremiação de moços para quem a luz do saber é o único ponto almejado na vida, tanto mais que, possuindo este Estado um passado de verdadeiro padrão de Glórias, através das letras e da história, os seus colegas nutrem a esperança de honrá-lo, cooperando para o progresso da literatura maranhense. Que a nossa história mostra em caracteres indeléveis um passado luminoso e deslumbrante, aonde o gênio, de mãos dadas com o saber, atesta a todo o país e parte do continente europeu, que aqui neste recanto de mundo, debaixo de um sol calcinante, os talentos brotam, uns após outros, colocando o bendito torrão no primeiro plano do nosso vasto país e sustentando o nome invejável de Atenas Brasileira. [...] Procuramos seguir as pegadas dos nossos grandes antepassados, esforçando-nos na medida dos nossos elementos pelo desenvolvimento da cultura intelectual, a fim de que as gerações vindouras possam saber que nós, moços do presente, não nos deixamos empolgar por essa apatia atrofiante que entorpece o cérebro, por essa indolência que caracteriza os povos incultos, concorrendo assim para a manutenção das massas envoltas nessa tenebrosa penumbra que se chama – ignorância [...] (SÍNTESE, 1906, p. 2).

De acordo com Lobo (2008) e utilizando suas metáforas, o primeiro “astro errante” que tentou iluminar o céu da “Babilônia de exílio” foi o professor Manoel de Bethencourt, professor de Filosofia do Liceu que reunia a juventude da época para debates sobre Humanidades, donde nasceram os periódicos *O século* (1889) e *Filomatia* (1895). Porém, mais uma vez, “o astro eclipsou-se nas inelutáveis fatalidades” de uma difícil trajetória. Outro intelectual que tentou motivar a juventude da época foi Fran Paxeco, um português que chegou ao Maranhão no ano de 1900, vindo a se tornar responsável, juntamente com Antônio Lobo, pela dinamização do ambiente intelectual maranhense.

Lobo (2008), porém, coloca como grande responsável pela renascença intelectual da época um fato ocorrido em 1899: a visita de Coelho Neto ao Maranhão, a serviço da Comissão Central dos Festejos Comemorativos do Quarto Centenário da Descoberta. Nessa ocasião, em cerimônia na Biblioteca Pública, da qual Lobo era diretor, Sousândrade brindou a Coelho Neto, num gesto considerado emblemático, assim narrado por Lobo (2008, p. 46):

O brinde de honra, a que Coelho Neto respondeu, numa peça oratória emocionada e brilhante, foi-lhe feito pelo único sobrevivente da grande e fecunda geração literária de outros tempos, o poeta do Guesa Errante, Joaquim de Sousândrade. E nessa troca de cumprimentos entre o velho e o moço, entre o batalhador que chegava exausto das lutas ingentes do passado, carregado de anos de glórias, e outro que, por entre os triunfos promissores do presente, demandava vigoroso a consagração definitiva do futuro, houve alguém que visse, palpitante de entusiasmo e de esperanças, o símbolo grandioso de duas gerações literárias que se dessem as mãos, por cima dos anos tristes de decadência mental que entre uma e outra se cavavam, para depois, unidas e fortes, prosseguirem na tarefa nobre do restabelecimento dos créditos mentais da terra feliz que lhes serviu de berço. E não se enganava esse alguém nas suas emocionadas previsões.

Enfim, tal cena serviu para reviver, naquele breve instante, as tradições luminosas do passado e almejar que o passado glorioso voltasse a ser vivido naquele presente, o que motivou e movimentou a juventude letrada da época. Não faltaram eventos culturais de toda sorte: cavacos literários na Biblioteca Pública e no Seminário das Mercês; conferências nos salões do Centro Caixeiral; e depois a fundação da agremiação literária Oficina dos Novos, em 1900, contando com nomes como Antônio Lobo, Fran Paxeco, Astolfo Marques, João Quadros, Nascimento Moraes, dentre outros.

A Oficina dos Novos fundou o periódico *Os novos* e cultivava o hábito de realizar peregrinações anuais à estátua de Gonçalves Dias no aniversário de sua morte, além de ter a meta de erigir, numa das praças da cidade, o busto em bronze de Odorico Mendes. Esse grupo foi também responsável pela publicação de diversos livros, como: *Minaretas*, de Viriato Corrêa; *A vida maranhense*, de Astolfo Marques; *Rosas*, de Alves de Farias; e *Pâmpanos*, de Costa Gomes (LOBO, 2008).

Outros periódicos foram criados, como *A atualidade* (1900) e *A revista do Norte* (1901), ambos dirigidos por Antônio Lobo. Já em 1901, de um grupo dissidente da Oficina dos Novos criou-se uma nova sociedade literária, denominada *A Renascença Literária*, que fundou o jornal *A Renascença*, tendo como redatores Inácio Xavier de Carvalho, Nascimento Moraes, M. George Gromwell, Otávio Galvão, Rodrigues de Assunção, Leôncio Rodrigues, Leslie Tavares e Caetano Sousa. Em 1903, uma nova revista foi lançada – *A Nova Atenas* –, contando novamente com a participação de I. X. Carvalho e Nascimento de Moraes, entre outros. Pelos títulos dessas publicações, percebe-se claramente o objetivo desses jovens literatos de retomar a ideia de renascimento, que, para eles, significava um retorno aos tempos áureos da Atenas.

Mais tarde, em 1908, a Oficina dos Novos foi transformada em Academia Maranhense de Letras, com a participação das seguintes figuras: Antônio Lobo; Clodoaldo Freitas; Fran Paxeco; Godofredo Viana; Ribeiro do Amaral; Barbosa de Godóis; Domingos Barbosa; Inácio Xavier de Carvalho; Astolfo Marques; Alfredo de Assis Castro; Correia de Araújo; e Armando Vieira da Silva (LOBO, 2008).

Além dessas realizações de dinamização do cenário cultural maranhense com ideias novas, nessa época ainda ocorreu a criação de diversas outras instituições culturais e educacionais, como: o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925); a Biblioteca Pública do Estado (1898); a Escola Normal (1890); a Escola de Música (1902); a Faculdade de Direito (1918); e a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1922). Além disso, foram também realizados nesse período diversos eventos intelectuais, culturais e literários (MARTINS, 2006). Para ampliar esse significativo quadro de realizações, houve ainda a criação de várias associações culturais nas primeiras décadas do século XX, entre as quais: o *Centro Artístico Operário e Eleitoral*; a *Associação Cívica*; o *Grêmio Literário Maranhense*; a *Cooperativa Sotero dos Reis*; o *Clube Nina Rodrigues*; e o *Grêmio Odorico Mendes*.

Moraes (1977) delimita como marco final dessa terceira geração o ano de 1930, por considerar que a geração da década de 1930 já tinha outras aspirações, de modo que a maioria de seus integrantes partiu para o Rio de Janeiro. No entanto, salienta a morte de Antônio Lobo, em 1916, como uma grande perda para o grupo, por considerá-lo principal líder e animador, o mais atuante agitador de ideias do período.

Pode-se incluir entre os autores pertencentes a esse ciclo: Antônio Lobo; Fran Paxeco; Manuel de Bethencourt; Ribeiro do Amaral; Maranhão Sobrinho; Domingos Barbosa; Viriato Corrêa; Vespasiano Ramos; Correia de Araújo; Humberto de Campos; Aluizio Porto; Inácio Xavier de Carvalho; Inácio Raposo; Costa Gomes; Vieira da Silva;

Astolfo Marques; Barbosa de Godois; Justo Jansen; Aquiles Lisboa; Domingos Perdigão; Godofredo Viana; Clodoaldo Freitas; Antonio Lopes; Raimundo Lopes; Alfredo de Assis; Luso Torres; Agostinho Reis; Francisco Lisboa Filho, entre outros.

## **2.2 A história literária maranhense e a possibilidade de novos olhares**

Até aqui fez-se o percurso da versão oficialmente estabelecida da história da literatura maranhense, alicerçada nas visões de Reis Carvalho, Antônio Lobo, Jomar Moraes e Mário Meireles. Porém, com a renovação dos debates sobre esse tema, lacunas e contradições têm sido apontadas nas investigações históricas até então empreendidas, instigando novos estudos, novas versões, novos olhares – às vezes desconfiados.

O conceito de *geração*, a divisão da literatura em ciclos, a distinção entre literatura maior / poetas maiores e literatura menor / poetas menores e a própria noção de *decadência*, assim como a construção da *Atenas Brasileira* como componente da identidade maranhense são questões que instigam a uma maior investigação e reflexão. Constatase que tais conceitos e definições tomados pela historiografia tradicional não dão conta de explicar a história da literatura maranhense ou, de certa forma, naturalizam as interpretações acerca desse tema, desconsiderando a historicidade de todo e qualquer processo social e cultural.

Norteados pelo questionamento a essas e outras *verdades* veiculadas pela historiografia oficial, novos posicionamentos trabalham no sentido de problematizar alguns discursos cristalizados toda vez que se fala de literatura maranhense. Estudiosos e pesquisadores advindos de lugares institucionais diferentes dos daqueles supracitados, ao produzirem trabalhos no campo da história, vêm trabalhando, a partir de pressupostos teóricos mais cientificamente abalizados, a desconstrução de velhos paradigmas anteriormente dominantes nesse campo de estudos. Dentre esses novos pesquisadores mais fundamentados teoricamente, podem-se mencionar: Alfredo Wagner Berno de Almeida; Rossini Corrêa; Manoel de Jesus Barros Martins; José Henrique de Paula Borralho; Ricardo Martins; Dorval do Nascimento, além de outros.

### **2.2.1 A divisão em ciclos ou gerações**

Como já referido, a historiografia tradicional divide a literatura maranhense em três grandes ciclos ou gerações: o primeiro se inicia em 1832 e se estende até 1868; o segundo vai de 1868 até 1894; e o terceiro, de 1894 a 1932. O conceito de *geração* é amplamente

usado em várias áreas do saber, porém exige alguns esclarecimentos quanto ao seu sentido de uso e as implicações desse sentido num estudo da natureza deste. Na teoria literária, por exemplo, segundo Moisés (2004, p. 209), o termo *geração* demanda “uma complexa tarefa de conceituação, deslinde e limitação”, tornando-se um conceito impreciso, sem univocidade e, portanto, de emprego pouco eficaz. Nesse aspecto, não se sabe ao certo em que sentido o conceito de *geração* (*ciclo* ou mesmo *fase*) foi empregado para delimitar os períodos da literatura maranhense e quais os critérios adotados para isso.

A propósito, Moisés (2004) propõe um critério cronológico para distinguir os termos *geração*, *era*, *época*, *período* e *fase*. Para o autor, *era* designa um lapso de tempo maior em que se fragmenta a história de um povo; *época* designa a subdivisão de uma *era*; *período*, por sua vez, é a subdivisão de uma *época*; e finalmente *fase* constitui uma subdivisão de um *período* ou da biografia de autores. *Geração* poderia, então, ser identificada com *período* ou *fase*, enquanto *era* e *época* designariam sucessões de gerações irmanadas pelos mesmos ideais. O uso do termo *geração* pode se dar ainda no sentido biossociológico, ou seja, de faixa etária. Esse é, portanto, um conceito polissêmico, frequentemente empregado, ainda, em sentido político-ideológico (de engajamento político ou militância política), ou em alusão a uma determinada concepção estética, artística ou cultural (*escolas*).

No sentido de mesma faixa etária, o termo *geração* tem sido amplamente usado pela historiografia, frequentemente associado à intelectualidade, à noção de herança, de grupo de intelectuais que dão continuidade a certos referenciais de outros que viveram em épocas anteriores, figurando como patrimônio dos mais velhos, como nos mostra Sirinelli (2010, p. 255):

E esses efeitos da idade são às vezes suficientemente poderosos para desembocar em verdadeiros fenômenos de geração, compreendida no sentido de estrato demográfico unido por um acontecimento fundador que por isso mesmo adquiriu uma existência autônoma. Por certo, as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida.

Conforme Silva (2003), a noção de temporalidade faz todo sentido para se entender o que é *geração*, uma vez que uma faixa etária intelectual pode se deparar com acontecimentos comuns, partilhando uma mesma experiência espaço-temporal. Sendo assim, participar de uma mesma geração não envolve apenas a questão da idade, mas o compartilhamento de experiências vividas: “pertencem a uma ‘mesma geração’, contemporâneos que foram expostos às mesmas influências, marcados pelos mesmos acontecimentos e pelas mesmas transformações” (DILTHEY apud SILVA, 2003, p. 22).

Problematizando, porém, essa visão, Manheim (apud SILVA, 2003, p. 22-23) acrescenta um critério sociológico “disposicional”, que é caracterizado como laço de geração, ou seja, “um conjunto de afinidades, de sensibilidades comuns, herdadas e vivenciadas, capazes de condicionar o sentimento de partilha de um mesmo destino”, uma vez que viver num mesmo tempo não significa necessariamente partilhar as mesmas vivências, muito menos a mesma forma de pensar e agir no mundo.

Entende-se que o conceito de geração empregado para a periodização da literatura maranhense está baseado também no sentido biossocial, de contemporaneidade, e não no sentido defendido por Manheim (apud SILVA, 2003), de afinidade. Isso porque, na prática, esses grupos não tinham uma identidade geracional, não tinham as mesmas lutas nem as mesmas opiniões, divergindo em muitos pontos. Esse foi o caso de Gonçalves Dias e João Lisboa, já que este último questionava o epíteto de Atenas Brasileira conferido a São Luís. O mesmo ocorreu com os representantes da segunda geração, que não estabeleceram qualquer vínculo ou unidade, nem mesmo os irmãos Azevedo (Artur e Aluísio), que escreviam em gêneros e estilos diferentes um do outro.

Quanto à terceira geração, denominada por Lobo de *Novos Atenienses*, nem todos os seus participantes assim se consideravam. Senão, o que dizer do embate entre Lobo e Nascimento Moraes, com posicionamentos contrários? Dos periódicos surgidos dessa disputa? Das dissidências? Além disso, em seu tempo, os dois delinearam carreiras bem diferentes, muito influenciadas pelas redes que constituíram naquele mundo em que as estruturas de sociabilidade eram importantíssimas. Da mesma forma, Sousândrade foi por muito tempo relegado ao ostracismo na literatura maranhense; porém, ao ser reavaliado, foi alçado à categoria de grande escritor da primeira geração, mesmo o seu estilo não confluindo com o Romantismo nem ele tendo sido reconhecido em seu próprio tempo.

Outro ponto questionável na periodização está na demarcação de início e fim das gerações. Por que a publicação de *Hino à tarde*, de Odorico Mendes, no Rio de Janeiro, bem distante das terras maranhenses, deveria ser o marco inaugural de um número de literatos denominado “Grupo Maranhense”? Por que considerar Odorico Mendes e a publicação do seu mencionado poema como marco inicial do primeiro ciclo, e não a publicação de *Primeiros Cantos*, de Gonçalves Dias, já que foi o Romantismo o grande responsável pela autonomia literária brasileira e maranhense? Sabe-se que Gonçalves Dias foi um dos maiores poetas brasileiros, ligado à estética romântica, em oposição a Odorico Mendes, considerado um neoclássico cuja produção literária foi insignificante em comparação à jornalística.

Da mesma forma, demarca-se o fim desse período com a descontinuação do *Semanário maranhense*, considerado como grande veículo jornalístico da época. No entanto, pelos registros, tal jornal teve uma duração de apenas um ano, tendo, portanto, sido efêmero para um jornal tão importante no estabelecimento do fim de um ciclo. Igualmente, o estabelecimento da publicação de *Frutos selvagens* para o início do terceiro ciclo não é unânime entre os autores. Lobo, por exemplo, cita a visita de Coelho Neto como grande marco motivador para a renascença defendida pelos Novos Atenienses. Sobre esses marcos temporais, Moraes (1977, p. 151) assume seus contornos pouco seguros, fazendo a seguinte ressalva:

É claro que toda tentativa de periodização, sobretudo em literatura, toma por marcos divisórios alguns fatos relevantes que a rigor pouco significam além de mero meio prático para aplicação de uma metodologia expositiva fundada na preponderância dos estilos da época num determinado lapso temporal.

Meireles (1955) se reporta à dificuldade de demarcar o fim do terceiro ciclo (1894-1932), admitindo faltar uma data, um fato literário preciso e de maior repercussão para marcar o final desse ciclo. Porém, acaba por demarcar o seu término com a fundação do *Cenário Graça Aranha*, em 1932.

De todo modo, o estabelecimento de periodizações, tão comum na história da literatura, pode facilitar a didatização, permitindo o entendimento de determinados estilos de época ou de ideias que predominam em determinados períodos. No entanto, obscurecem muitos pontos e mascaram obras e estilos individuais que não se coadunam com o estilo vigente naquela época.

A periodização baseada em escolas literárias é pouco ressaltada na historiografia literária maranhense, sendo que tal divisão estabelece muito mais uma ideia de classificação do que de periodização. Dentro dessa lógica de delimitação de gerações, não se impõe apenas um sentido de temporalidade ou herança, mas também uma ideia de classificação e juízo de valor, impondo, de certo modo, uma homogeneização à literatura produzida num mesmo tempo. Desse modo, essa delimitação temporal não delineia de fato o que é essa literatura maranhense, na medida em que engessa a sua análise e rotula cada “geração” como uma literatura maior ou menor.

É, portanto, possível afirmar que tais gerações elencadas como formadoras da literatura, comparadas, grosso modo, às escolas literárias, não correspondem a grupos homogêneos que encerram um único estilo ou uma única temática, assim como de atuação social. Foram assim construídas por uma historiografia que não se preocupou em fazer uma abordagem baseada em critérios científicos, definindo conforme seus interesses o que seria

literatura boa ou ruim. No entanto, mais do que delimitar a qualidade estética de uma literatura, o que caberia mais à crítica literária do que à historiografia, seria mais premente investigar por que essa literatura foi classificada de uma determinada maneira, qual a finalidade e a quem poderia beneficiar tal classificação.

### 2.2.2 Prosperidade / decadência econômica como parâmetro explicativo

Almeida (2008) afirma que, no início do século XIX, foi elaborada para as condições socioeconômicas do Maranhão uma explicação que se tornou modelo para as interpretações futuras sobre esse tema. Nessa perspectiva, tais interpretações instituíram um paradigma explicativo referendado por pesquisadores subsequentes, ou seja, os autores tradicionalmente aceitos – Gaioso, Abranches, Paula Ribeiro, Viveiros, Berredo, etc.– foram retomados pelos seus epígonos, ao ponto de os textos primeiros se tornarem sacralizados, isentos de qualquer necessidade de releitura, reinterpretação ou crítica:

As citações excessivas, com vistas à consagração, de que acabam sendo alvo concorrem para tornar seus textos impermeáveis a qualquer leitura crítica, que os desmonte ou que coloque em suspenso suas assertivas. As concepções que veiculam adquirem uma força extrema a uma autoridade definitiva na vida intelectual, sujeita quando muito a complementações e ligeiros reparos (ALMEIDA, 2008, p. 31).

Tal interpretação se ocupa em estabelecer os motivos para a decadência da lavoura, estipulando marcos e eventos que caracterizam o período analisado como decadente, em oposição a um anterior período de prosperidade. Melhor expondo, para avaliar o estado de decadência em que então se encontrava a lavoura, fazia-se necessário retornar ao passado para explicar os tempos áureos dessa atividade econômica. O início do período de prosperidade é datado de 1756, com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a qual, a partir de 1760, impulsionara as exportações de algodão e arroz, responsáveis pelo financiamento para aquisição de escravos e instrumentos agrícolas, bem como pelas primeiras safras. Já o período de decadência teve início com o fim da mesma companhia, em 1778, sendo declarada finda a idade de ouro entre 1819 e 1820. Tal decadência foi motivada também por outras causas, como a falta de terras férteis, a escassez e os altos preços dos escravos, a baixa do preço do algodão, etc.

Novos estudos, porém, discutem se realmente houve alternância entre períodos de prosperidade e decadência, pois a produção agrícola do Maranhão fora lançada no mercado inglês, principalmente devido ao processo de independência das colônias inglesas na América do Norte (1776) e, posteriormente, à Guerra de Secessão (1861-1865), nos Estados Unidos. Tal decadência agrícola é refutada por Faria (2001), ao afirmar que a vida econômica da

província do Maranhão não estava em involução naquele período, sendo a abolição o ápice do processo. No entanto, essa mesma autora concorda que o ritmo do crescimento vivenciado pela província nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do XIX só foi mantido graças à política governamental e à conjuntura internacional. Para Corrêa (1993), o Maranhão nunca se configurou como um grande exportador de produtos para a Europa, beneficiando-se de fases de instabilidade política e econômica mundiais, tendo a função econômica de mercado fornecedor alternativo, uma vez que não dispunha de produtos com a qualidade necessária para enfrentar a concorrência do mercado externo.

Nesse contexto, essa periodização ortodoxa fundamentada no âmbito econômico foi transposta para o campo intelectual e cultural, explicando-se igualmente os ciclos ou gerações literárias maranhenses pelo parâmetro da prosperidade *versus* decadência. Constituiu-se uma equação pronta, segundo Faria (2001), que a Atenas Brasileira, sendo produto do sistema agroexportador, combinasse a primeira geração literária com a idade de ouro da economia maranhense, ao passo que a terceira geração coincidiria com o período de decadência, dando origem ao que Almeida (2008) chama de “ideologia da decadência”.

Borralho (2011, p. 55) corrobora essa visão afirmando:

[...] vemos a reedição da periodização ortodoxa, só que desta vez não mais sobre economia ou pujança econômica, enriquecimento provincial, mas o aparecimento da idade do ouro da vida cultural da província. Ou seja, desta vez demarca-se o período de maior fulgor intelectual do Maranhão, um marco na história local. Se a economia teve seus clássicos fundadores de uma tradição, agora seria a vez de intelectuais propalarem a redenção, o período áureo da intelectualidade a partir de nomes como Gonçalves Dias, João Lisboa, entre outros.

Tanto o modelo explicativo da ideologia decadentista serviu para explicar os ciclos literários, adotando-se a ocorrência de uma época de prosperidade e decadência como explicação, quanto os escritores considerados epígonos dessa primeira geração internalizaram esse discurso, autoproclamando-se decadentes, mas herdeiros de uma geração de prosperidade. Nesse sentido, conforme Almeida (2008, p. 153), o passado é colocado sempre em evidência no presente e exaltado, enquanto o presente é sempre descrito como decadente: “O Maranhão é assim, visto como tendendo a uma prosperidade possível, embora imerso numa constante decadência. O presente é ao mesmo tempo, de maneira paradoxal, o princípio do futuro e a última etapa de um passado que persiste enquanto tradição e mito”.

Essa presencialidade do passado é confirmada pela historiografia posterior. Já no século XX, na década de 1960, Meireles (2008, p. 254) faz uma analogia entre ciclos literários e econômicos: o ciclo econômico do algodão corresponderia ao ciclo literário do Grupo Maranhense (1832-1868); o ciclo da cana-de-açúcar (1864-1888) coincidiria com o segundo

ciclo literário (1868-1894); e, com a República, o ciclo de “desequilíbrio e decadência econômica” se equipararia ao “ciclo decadentista (1894-1932)”, que vivia das glórias daquele passado. Do mesmo modo, esse autor afirma que o período do Império foi a fase áurea do Maranhão: “instalada a República, a velha província entrou, não há como negá-lo, em decadência”.

Tal paradigma explicativo de conceber o presente como sempre enormemente inferior ao passado e o futuro como um vir a ser permanente serviu para consolidar uma ideologia que perpassa todos os campos do saber no Maranhão e para cristalizar o início do século XIX como período perfeito a ser alcançado, propiciando a construção do imaginário ateniense.

### 2.2.3 Atenas Brasileira: a construção do imaginário ateniense

“O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão” – tal enunciado ainda é constantemente repetido nos dias de hoje em conversas informais, em diferentes partes do Brasil. Para Bagno (2007), trata-se de um dos mitos que compõem o imaginário coletivo acerca da língua portuguesa falada no Brasil e que se configura como uma das causas primordiais do preconceito linguístico.

Tendo São Luís sido considerada, no passado, a cidade mais intelectualizada do Brasil, onde se concentrava o maior número de poetas, escritores e cultores das letras, o mito apontado por Bagno (2007) se afigura estreitamente relacionado às crenças correntes no senso comum sobre a cidade e sua intelectualidade, inspiradas principalmente pelo título de Atenas Brasileira conferido a São Luís. Assim, nomes como os de Gonçalves Dias e João Lisboa se mantêm vivos na memória coletiva quando se fala em literatura maranhense, em detrimento de outros, dos quais nunca se ouviu falar. Nesse sentido, tem-se exaltado a prodigalidade maranhense, considerando-se o Maranhão um produtor natural de talentos literários para o Brasil.

Tais representações acerca da literatura maranhense são corrente até os dias atuais, devido principalmente ao mito da Atenas Brasileira – que, segundo Borralho (2010), foi construído em meados do século XIX e intermitentemente ressignificado ao longo de vários momentos históricos subsequentes, seja por meio da política, da história ou da literatura:

A presença mítica de ‘Atenas’ cristalizou no pensamento um ideário de significações das mais variadas possíveis que serviu para os mais diferentes propósitos. Serviu até mesmo para justificar perante o resto do Império Brasileiro,

no século XIX, e para o país, no século XX, que a província do Maranhão, e depois Estado, ainda tinha sua importância, apesar das ausências de perspectivas econômicas. Portanto, independente da qualidade da produção cultural do período, o mito da “Atenas” foi (e ainda é) usado para configurar espaço de legitimidade e legibilidade urbana, tanto por parte da elite política quanto intelectual. O mito também serviu para centrar a literatura maranhense dentro do quadro das letras nacionais (BORRALHO, 2011, p. 57).

Para Corrêa (1993, p. 102-103), a partir de 1823, quando o Maranhão adere forçosamente à independência e começa a fazer parte do Brasil, tornou-se necessário mantê-lo na posição de destaque que possuía (mais perto e mais ligado diretamente a Portugal), o que foi concretizado mediante a invenção desse mito. Quando o Maranhão se viu obrigado a se integrar ao Brasil, a sociedade ludovicense mais especificamente, “transitando do português ao brasileiro, procurou uma integração destacada, aceitando o brasileiro, na condição de Atenas, isto é, concedendo-se um estatuto de Atenas Brasileira, colocou-se na selvagem América, protegida pela cultura clássica da Europa”.

Assim, era necessário um elemento que diferenciase o maranhense ao se tornar parte do Brasil. Para atingir tal objetivo, valeu-se da emergência de poetas e escritores, dos lucros advindos da produção agrícola (apesar da crise econômica) e de um avivamento cultural criado pelo estabelecimento de tipografias, jornais e locais culturais, levado a efeito principalmente por intelectuais com formação superior na Europa. Criou-se, assim, uma identidade maranhense alicerçada no culto e na prodigalidade das letras, bem como no intelectualismo:

A ideologia Greco-timbireense foi um pretexto elitista, a esconder e a revelar, sob o narcisismo enaltecido, a prática comunitária dos segmentos dominantes da sociedade maranhense, que, mergulhados no impasse angustiante do problema do passado sepultado português e do futuro inseguro brasileiro, preocupavam-se com a escultura da diferença: reunidos, mas não confundidos (CORRÊA, 1993, p. 102-103).

Borralho (2010) defende a tese de que a formação da Atenas Brasileira foi uma moeda de troca da elite maranhense para se fazer notar: se o destaque não adviesse da importância econômica do Maranhão, que fosse outorgado por sua notoriedade intelectual, uma vez que o centro das decisões políticas se voltava para as regiões mais ricas e desenvolvidas do Brasil – na época, a cidade do Rio de Janeiro. O epíteto de Atenas Brasileira passou então a se configurar como elemento de ligação com Portugal, mito esse que, no entanto, foi sendo ressignificado ao longo do tempo, conforme já relatei.

Nas palavras de Martins (2009, p. 745), esse lusitanismo maranhense andava na contramão do projeto civilizador fluminense, que pretendia criar uma literatura e uma história literária genuinamente brasileiras, conquistando autonomia frente ao modelo europeu. Nesse caso, para esse autor, a Atenas Brasileira se constitui em construção e invenção, um mito do

imaginário cultural ludovicense edificado na “irresignação e [... no] ressentimento maranhense em relação ao declínio da província no cenário político e cultural do país”. A intelectualidade maranhense tencionava ostentar com títulos e atestados de nobreza a sua genealogia e ancestralidade portuguesa e ateniense, conseguidos por meio do discurso laudatório da terra, de forma lenta e gradativa.

Martins (2009, p. 669) ressalta que, no início da invenção desse cânone ateniense, apesar da busca de uma autonomia literária, o modelo ainda era europeu:

Por esta razão a elite brasileira, que sonhava com os avanços europeus e até procurava imitá-los e segui-los a cada passo, sentiu necessidade de encontrar, senão criar ou inventar, as Venezas, as Parises, as Amsterdãs e as Atenas brasileiras, assim como os nossos Humboldts, Laplaces, Newtons, Leibnitz, Victor Hugos, Tassos, Camões, Dantes, Byrons, Voltaires e Plutarcos brasileiros. Ou, mais particularmente, maranhenses. Ou, mais precisamente, atenienses. O espelho da nacionalidade era europeu, apesar do romantismo afirmar a céu aberto a tese da originalidade e da singularidade de nossa cultura, e de que o Brasil e o povo brasileiro eram, a cada dia, mês, ano e década que passava, cada vez mais brasileiros.

Diferindo um pouco das ideias de Martins, Borralho (2010) coloca que, se inicialmente o referido título constituía motivo de ufanismo, após a independência e a reorganização política do Maranhão e, sobretudo, no pós-Balaiada (evento histórico que afetou todos os setores da sociedade maranhense), a Atenas Brasileira passava a ser a região que assumia “as diretrizes da inventividade cultural brasileira”. Com o tempo, essa ideia foi novamente ressignificada, levando a produção literária maranhense a supostamente assumir a posição de expoente de uma literatura genuinamente brasileira, em construção, expressando características nacionais e distinguindo-se da literatura portuguesa. Daí a necessidade de alçar o índio à condição de herói da literatura nacional.

A invenção dessa tradição literária, porém, não encontra referência anterior ao Grupo Maranhense. A literatura produzida na época colonial muitas vezes nem chega a ser relatada pela historiografia literária, embora alguns autores a identifiquem como subliteratura. Desse modo, geralmente apenas o Grupo Maranhense aparece como modelo a ser seguido. O único escritor que merece referência pela historiografia literária tradicional ao longo do período colonial é o Padre Antônio Vieira, que apenas passou pelo Maranhão, de modo que apenas parte de sua obra é considerada maranhense, devido à sua temática e a suas motivações.

Muitos são os autores que problematizam essa discussão, na medida em que questionam como o Maranhão produziu uma literatura tão maravilhosa no início do século XIX, com a geração romântica e o Grupo Maranhense, tendo sido São Luís considerada berço da intelectualidade, sem que houvesse um referencial anterior. O próprio Meireles (1955, p.

36), ao escrever o *Panorama da Literatura Maranhense*, já se fazia essa pergunta: como explicar o aparecimento repentino de “figuras do porte e magnitude de Gonçalves Dias, João Lisboa [...] sem admitir a existência de um grupo anterior preliminar e preparatório?!”. E conclui que ainda faltam investigações mais apuradas sobre a literatura colonial, admitindo que “a nossa história dessa centúria, na sua maior e melhor parte, está mergulhada na poeira e nos esquecimentos dos arquivos”.

Mesmo admitindo-se essa lacuna na história da literatura maranhense, no entanto, ainda são corriqueiros os juízos de valor que caracterizam a literatura colonial como menor e como tendo se instalado de fora para dentro – donde a denominação de “literatura *sobre a terra*”. As crônicas produzidas no Maranhão antes de 1822 não são consideradas literatura ou não constituem literatura brasileira porque ainda se estava sob a colonização portuguesa? Não são reputadas como boa literatura porque comparadas com as produções da escola romântica? Mesmo nos compêndios consagrados sobre literatura, inclusive nos livros didáticos, encontra-se essa separação e essas ressalvas quanto à produção literária do período colonial.

No caso da literatura maranhense, não se encontra, pelo menos nos estudos historiográficos mais conhecidos que se propõem reconstituir o percurso das gerações literárias maranhenses, uma definição de categorias à luz da teoria ou da crítica literárias que embasem as análises. À literatura produzida pelo Grupo Maranhense foi conferida a reputação de prodigalidade, de boa literatura, sendo esse grupo sempre colocado como precursor e modelo a ser seguido. Às demais produções literárias dos séculos XIX e XX cabia meramente seguir o ideal legitimado da Atenas Brasileira, enquanto que as anteriores ao século XIX não costumam ser vistas como literatura.

Analisando o papel dos intelectuais do Grupo Maranhense na construção dessa representação – que, para ele, constitui um mito –, Borralho (2010) examina os biografados por Henriques Leal na obra *Pantheon Maranhense*. Dentre eles, ocupam posição de destaque Odorico Mendes, Sotero dos Reis, Gomes de Sousa, João Lisboa e Gonçalves Dias – os cinco grandes notáveis desse grupo. O autor analisa as ações desses intelectuais consagrados em seu tempo e a reverberação destas na manutenção desse mito.

No caso, por exemplo, de Gonçalves Dias, a sua importância regional e nacional como homem das letras ligado a cargos públicos oficiais do alto escalão do governo serviu, entre outras coisas, para elevá-lo à condição de gênio. A essa posição também foram alçados outros de sua época, devido a características peculiares. Por exemplo: Odorico Mendes, pelas suas traduções de Virgílio e Homero, e Sotero dos Reis, pelo seu conhecimento da língua portuguesa, tendo sido um dos primeiros gramáticos brasileiros da língua portuguesa. Tanto

que, depois das suas mortes, ocorreu um aumento do saudosismo em relação à Atenas Brasileira, bem como a monumentalização de seus nomes, que passaram a ser atribuídos a praças, ruas e monumentos da cidade.

Martins (2009) corrobora essa ideia, afirmando que o gênero biográfico, na obra *Pantheon Maranhense*, não foi usado somente para contar a história de homens ilustres, mas constituiu um esforço de preservação e fixação da memória coletiva a serviço do orgulho provinciano, a fim de monumentalizar a intelectualidade maranhense, que começava a viver um declínio cultural e econômico. Por isso, Antonio Henriques Leal se tornou ícone de uma cultura.

A biografia, naquela época, representava um grande esforço para compor um *corpus* que constituiria a história literária brasileira, contribuindo para a fundação e consolidação do cânone literário. Na visão de Martins, o *Pantheon Maranhense* tem na reunião de documentos seu ponto forte, mas peca, por um lado, pelo excessivo tom laudatório do começo ao fim, devido principalmente ao elogio exagerado do talento aos biografados, transformando-os em gênios atemporais e demiurgos; e, por outro lado, pela atenuação panegírica, ou seja, o mascaramento ou eufemização de fatos que maculem a reputação do biografado. No entanto, Martins ressalta que, com essa obra, Leal se tornaria a principal fonte para pesquisa acerca da biografia de muitos literatos, como é o caso de Gonçalves Dias e João Lisboa.

Ainda de acordo com a análise de Borralho (2010), todos os biografados no *Pantheon* de Henriques Leal, inclusive o próprio biógrafo, possuem características comuns quanto ao seu lugar social: todos faziam parte de uma elite com as mesmas orientações políticas. O autor constata, assim, que o mito da Atenas Brasileira foi uma invenção das elites, delimitada por estruturas sociais rígidas, uma *coterie* que elegeu os notáveis com base nos interesses comungados por seus participantes. A desconstrução dessa representação da Atenas Brasileira esbarra no tabu concernente à qualidade estética dos literatos maranhenses, razão pela qual se criou um “invólucro inviolável”, impedindo a análise das condições sociais de criação dos autores e a reprodução dos conteúdos de suas obras.

Frederico José Correia foi o primeiro crítico maranhense a questionar a ideia da existência de um panteão maranhense. O seu *Um livro de crítica*, publicado em 1878, tem como alvo “um grupo de intelectuais sediados no Maranhão que ele reputa como um conventículo de amigos e confrades que praticam o elogio mútuo e monopolizam os mecanismos de prestígio e consagração em sua província” (MARTINS, 2009, p. 65). O *Pantheon* de Leal, portanto, é alvo de uma série de críticas no livro de Frederico Correia, as

quais foram ignoradas pela elite intelectual maranhense no processo de construção do mito da Atenas Brasileira.

Comungando dessa ideia, Corrêa (1993, p. 113) assevera que esse conjunto de intelectuais maranhenses relacionados com a Atenas Brasileira era “proveniente dos segmentos dos senhores (pessoas), guardando considerável distância social dos segmentos dos pobres e livres (quase pessoas) e dos escravos (coisas)”. Esse sentido de grupo, no entanto, é problematizado pela presença, ação e escrita de João Lisboa, que durante muito tempo fez várias críticas ao epíteto de Atenas Brasileira. Embora o próprio Lisboa fosse apontado como integrante do “panteão”, ou seja, participe do cânone literário e intelectual, ele se tornou um crítico veemente desse mesmo panteão.

Suas críticas ao índio cantado por Gonçalves Dias e pelos indianistas românticos, as suas polêmicas com Sotero dos Reis e sua ironia em relação à sociedade intelectualizada maranhense chegam mesmo a servir para a desconstrução desse epíteto. João Lisboa questiona também o sentido de unidade e homogeneidade atribuído aos autores do Grupo Maranhense, que, mesmo internamente, distinguia autores consagrados de autores menores, como faz Moraes (1977), ao descrever os autores da época dividindo-os em subgrupos: autores principais; outros autores; e cinco poetas menores, além de outras classificações valorativas.

Baseado nas críticas de João Lisboa, Borralho (2010) arrola uma série de contradições que desacreditam a ideia de Atenas Brasileira. A imagem que se construiu de São Luís, com hábitos refinados, edificações monumentais, espaços culturais e uma vida intelectual agitadíssima, com recitais, saraus, peças de teatro, palestras e debates, é desconstruída pela afirmação de que o festejo de Nossa Senhora dos Remédios e o teatro eram as únicas alternativas de diversão na sociedade ludovicense de então. A festa dos Remédios acontecia apenas uma vez por ano, e peças no recém-inaugurado Teatro União eram raras e não contavam com a infraestrutura necessária. Além disso, algumas peças ali apresentadas não eram vistas com bons olhos pela sociedade da época, sendo consideradas, em certos momentos, uma atividade perniciosa ao sossego público.

Assim, ao contrário do que se tende a pensar, o estado de inércia sempre foi uma característica da vida intelectual maranhense, mesmo em seus tempos áureos. Afinal, como explicar o grande número de jornais com vida efêmera e cujos editoriais de lançamento sempre se atribuíam o objetivo de avivar a vida intelectual maranhense? A imagem veiculada localmente pelos periódicos era de marasmo e desânimo, embora a imagem passada para o

resto do país era de que, apesar da distância em relação aos grandes centros urbanos, São Luís era de fato a Atenas Brasileira.

A não permanência dos escritores no Maranhão é outro indício de que a Atenas Brasileira não ia bem das pernas. De fato, não foram criadas condições que permitissem o real desenvolvimento das letras em terras maranhenses, tanto que a grande maioria rumou para o Rio de Janeiro. Sotero dos Reis, um dos poucos que não deixou o Maranhão, não gozou de tanta notoriedade em seu tempo quanto os demais. Contradizendo a periodização feita pela historiografia literária do grupo dos emigrados, que atribui a saída dos intelectuais apenas à segunda geração, verifica-se que esse fenômeno já ocorria com a geração precedente (a primeira), em decorrência da falta da estrutura necessária para se manter no Maranhão vivendo das letras.

Gonçalves Dias não permaneceu em São Luís, tampouco João Lisboa e os irmãos Artur e Aluísio Azevedo. Quase todos os que se consagraram nacionalmente tiveram esse reconhecimento de fora para dentro. Um exemplo disso é Odorico Mendes, que, por discordâncias políticas com o presidente da província, general Costa Pinto, rumou para Minas Gerais. Lá, sua carreira política não logrou êxito, candidatou-se a Câmara dos Deputados sem obter sucesso. Finalmente, fixou-se em Lisboa, onde morreu pobre e esquecido, tendo sido apenas posteriormente reconhecido como iniciador do ciclo maranhense e tradutor de obras gregas – enfim, um gênio. Da mesma forma, Aluísio de Azevedo, depois da publicação de sua obra *O mulato*, sofreu tão fortes represálias por parte da conservadora e provinciana sociedade ludovicense que teve de sair do Maranhão, indo morar no Rio de Janeiro, onde chegou a obter um relativo reconhecimento.

De fato, São Luís era internamente a Atenas Brasileira? Borralho (2010) coloca alguns elementos que ajudam a pensar essa questão. Setores da elite maranhense passaram a gozar o privilégio do enriquecimento através da prosperidade no setor produtivo, o que acabou repercutindo em outros segmentos da sociedade. No entanto, aqueles que gozavam do privilégio de assistir às peças teatrais, que liam os jornais e frequentavam as escolas eram sempre as mesmas pessoas, pertencentes às elites; a maioria da sociedade, composta por pobres e escravos, não tinha acesso aos bens educacionais, culturais e artísticos, sendo relegada a posições marginais.

A São Luís que se monumentalizava com pórticos, casarões e sobrados também apresentava grandes problemas sanitários e, como na Grécia Antiga, na Atenas Brasileira também o escravo não era cidadão. Soma-se a isso o fato de que os quadros da educação maranhense mostravam que o ensino era precário, havia pouquíssimos alunos tanto no Liceu

quanto nos colégios particulares e, principalmente, não havia instituições de educação superior.

Martins (2009) também nos ajuda a pensar essa questão, quando, ao analisar a formação do cânone literário brasileiro, afirma que, na elaboração da história literária nacional, há uma superestimação do literato brasileiro, uma tendência a ampliar os seus reais talentos, exagerando o mérito real de suas obras e realizações, a fim de popularizar as atividades ligadas às ciências e às letras, com o intuito de angariar respeito e conhecimento diante uma sociedade que ainda não dispunha dos elementos necessários para avaliar com acuidade e precisão trabalhos nessas esferas.

No caso maranhense, fazendo parte desse contexto, tem-se como principal projeto de uma elite letrada a construção mítica de “uma cidade letrada em um país analfabeto, uma Atenas Brasileira”. Isso se deveu a vários fatores: “ausência de opinião pública, a superestimação do talento de nossos intelectuais e homens de letras, em sua maior parte apenas medianos e de dotes limitados, e, sobretudo, a falta de atividade crítica e intelectual séria, capaz de rivalizar com as falsas celebridades e talentos medíocres que passavam por homens de gênio e grande cultura”.

Corrêa (1993) engrossa esse debate ao assinalar que era de se estranhar, por exemplo, o fato de que, embora São Luís fosse reconhecida como a Atenas Brasileira, a mais antiga Faculdade de Direito do Brasil tenha se instalado em Recife, e não em São Luís. Assim, assegurar o reconhecimento como a Atenas Brasileira se tornou, internamente, um grande fardo, devido às condições objetivas da cidade. O *Semanário Maranhense*, colocado como grande veículo de divulgação dos intelectuais da primeira fase, não passou de um jornal entre os outros tantos criados naquela época e que, de forma equivocada, foi tomado pela historiografia como marco final da primeira geração literária. Além dos jornais, que iam definindo por falta de leitores (já que a maioria da população era iletrada) e incentivos, aos poucos as demais instituições culturais também iam encontrando o mesmo destino. Nessa situação, era necessário perpetuar o mito por meio do discurso, já que a realidade não o confirmava, mas, ao contrário, o contradizia:

Era uma sociedade de pessoas (senhores) e coisas (escravos). A mitologia da Atenas Brasileira foi a manifestação mais preconceituosa e aristocrática dos senhores: proprietários, governantes e dominantes. Uma manifestação dos senhores, como reprodução valorativa dos não-senhores, repetida, acreditada e transmitida socialmente, através dos mecanismos culturais referendários da organização estrutural da convivência humana. Foi um fenômeno o greco-timbireense, expressivo e longitudinal, no tempo e no espaço históricos: engendrado na província, com repercussão nacional, sobreviveu ao impacto imediato, conseguindo uma configuração prolongada, característica substantiva do conceito do ‘caráter

estadual', imaginariamente preenchido pelo 'homem maranhense' (CORRÊA, 1993, p. 113).

A partir de então, a Atenas vai ser ressignificada e essa expressão vai servir para justificar o ser maranhense em diversas situações, mesmo que efetivamente ela nunca tenha existido, nem em nível de Maranhão como um todo, nem mesmo em São Luís. Para a manutenção dessa representação no imaginário coletivo, os discursos de pessimismo, nostalgia e saudosismo vão ser referendados e repetidos à exaustão pelas levas de intelectuais que vão criar uma tradição ao seu redor. O discurso da *atenienseidade* vai ser internalizado, divulgado por outro discurso: o da decadência cultural.

#### 2.2.4 O discurso da decadência cultural

O cenário pintado como decadente desde meados do século XIX pelos jornais do Maranhão vai encontrar solo fértil no final dessa mesma centúria. A literatura maranhense produzida no final do século XIX e no início do XX vai ser envolta por um sentimento de pessimismo e decadência. A “triste e caliginosa noite” – como descrita por Antônio Lobo (2008, p. 34) – que cobriu o Maranhão depois da morte e/ou emigração dos seus astros mais luminosos da primeira e da segunda gerações de literatos, considerados promotores do título de Atenas Brasileira, provocou nos epígonos, autodenominados de “neo-atenienses”, pesar e mal-estar.

Tais sentimentos os incitaram a iniciar uma renascença literária cuja tônica maior era muito mais de saudosismo do que de mudança. E, por meio de suas obras, esses intelectuais representaram sua sociedade de acordo com o imaginário coletivo da época. Nesse caso, as suas obras literárias também constituem evidência e, juntamente com outros vestígios, podem remeter a um passado possível em que foram produzidas. Senão, pode-se, por meio delas, pensar na atuação dos literatos daquela época e reconfigurar, no plano do provável, o imaginário daquela contemporaneidade, uma vez que o real e o imaginário não estão dissociados, como coloca Baczko (1985, p. 303):

No sistema de representações produzido por cada época e no qual esta encontra a sua unidade, o 'verdadeiro' e o 'ilusório' não estão isolados um do outro, mas pelo contrário unidos num todo por meio de um complexo jogo dialético. É nas ilusões que uma época alimenta a respeito de si própria que ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua 'verdade', bem como o lugar que lhe cabe na 'lógica da história'.

O imaginário social é entendido por Baczko (1985) de duas formas: como produção de representações da ordem e dos atores sociais, assim como de suas relações recíprocas e das instituições sociais; ou como a participação da atividade imaginativa

individual num fenômeno coletivo. Seguindo esses postulados de Baczko, pode-se perceber o discurso da decadência como uma tônica nas obras desses literatos, tanto nos escritos ficcionais quanto nos de função referencial, instaurando uma atmosfera sombria e nostálgica.

Em *Os Novos Atenienses*, Lobo (2008), utiliza metáforas fortes para expressar esse decadentismo, assim como os jornais da época – que cresciam visivelmente em número, mas logo pereciam – continuavam se posicionando nesse mesmo tom pessimista e saudosista. Nascimento (2011) ressalta que os jornais eram locais privilegiados de atuação desses intelectuais, autênticos polígrafos que assim adquiriam a possibilidade de acumular capital social e simbólico, mostrar-se e adquirir fama, mesmo que apenas em âmbito regional, embora o mercado maranhense de consumo de bens simbólicos fosse, à época, frágil e dependente.

Em 1895, a revista *Filomatia* assim se expressava sobre a situação política, econômica e cultural do Maranhão:

Fábricas quebradas, companhias decadentes, empresas semi-mortas, sujeitos a se decomporem à beira do túmulo delas? Não, que ninguém ri do que é ruína que se apropinqua do que é o mal que nos invade: e eu não quero tratar de coisas tristes, onde, opressora, a tristeza mora, de assuntos pesados, onde o peso do mal social acabrunha a todos. [...] Vale a pena dizer-se que temos hoje um lugar no martirologio. Um belo dia, inocentes, jovens, despreocupados, uns excelentes rapazes (quem escreve isto já não é um rapaz), o Inácio Carvalho, o Reis Carvalho, o Matos, o Marinho e o Lobo acharam que era bom fazer alguma coisa em prol desta Atenas que tem, como Pireu, a Ponta D'areia e, como Acrópole, o prosaico cemitério do Gavião. Pensaram lá consigo que era isso de só viver de glória dos mortos e quiseram que os vivos alguma coisa fizessem a seu turno (ULTRAMAR, 1895, p. 12).

Da mesma forma, já na primeira década do século XX, continuavam as reclamações e os desabafos:

S. Luiz, a capital deste Estado, que tanto enobrece as letras pátrias, por ter sido o berço glorioso de imortais homens do saber, está hoje quase inteiramente desprovida do entusiasmo literário, que leva a mocidade a empregar parte de seu tempo cultivando o espírito, para mais tarde poder sustentar, graças a esse estímulo poderoso que, desde os bancos do Liceu, se encontra, sobretudo, nas sociedades de moços que desejam se alistar na corte sublime dos homens de letras, o cognome honroso deste território brasílico – Atenas Brasileira. É que vive-se aqui numa indiferença incrível! A mocidade desta terra vive hoje tão alheia a cousas de literatura, que me leva a crer que não pensa no prestígio que o Estado e o Brasil inteiro, sua pátria, espera do cultivo literário de sua inteligência. Uns quatorze moços, apenas, formam o Clube “Nina Rodrigues”, para a fundação do qual eu e os meus colegas lutamos com sérias dificuldades e, como fica claro, pelo limitadíssimo número dos nossos sócios, foi a falta de cooperação dos moços estudantes uma das que mais nos desanimaram a prosseguir, defendendo o nosso ideal.

Corre por aí afora notícia de que existe mais uma ou duas sociedades literárias aqui: mas a verdade é que elas só dão sinal de vida quando, de ano em ano, comemoram um passamento, por exemplo, o de Gonçalves Dias, o que este ano foi feito pelo Clube ‘Nina Rodrigues’. Tudo isto por quê? Porque os moços estão absolutamente desprezando o que há de sublime e grandioso – cultivar mutuamente a literatura nacional. E pode se afirmar que essa indiferença não fica somente entre os

estudantes; ela se estende a quase toda a população do Maranhão! A não ser dois ou três cronistas e cultivadores de musa, que aparecem de quando em vez, nas folhas diárias, nenhum vestígio aqui apresenta de ter sido a pátria de tantos e tão afamados prosadores e poetas (LITERATURA, 1906, p. 1).

Em razão de tal recorrência em seus escritos, esse ciclo é chamado de decadentista, podendo ser entendido também de muitas outras maneiras. Não se tratava apenas de uma temática ou da influência da época, que se configurava estável tanto política quanto economicamente. Borralho (2010) coloca que, devido à manutenção do referencial ateniense, os Novos Atenienses deram combustível para que a historiografia consolidasse uma visão hierarquizante. Ao mesmo tempo em que exaltavam o passado e se colocavam como herdeiros dos atenienses, consideravam-se pertencentes à rica história intelectual maranhense. Para o autor em referência, o decadentismo nos Novos Atenienses não tem nada a ver com corrente estética literária ou estilo de época, mas com o próprio sentimento de pessimismo e decadência, uma vez que se voltavam para o passado com extremo saudosismo e exaltação, cultivando a esperança de resgatar o projeto ateniense e consolidá-lo.

Trata-se de mais um discurso criado com base na representação da Atenas Brasileira. Esse discurso de um presente imensamente inferior ao passado e de pessoas potencialmente competentes para ressuscitar esse passado glorioso se perpetuou no imaginário coletivo maranhense e é ressignificado a todo momento, seja na literatura, na política ou na economia. Trata-se de uma invenção análoga à do mito de que o Maranhão teria aptidão nata para as letras.

Nesse caso, conforme Baczko (1985, p. 311, grifo do autor), pode-se afirmar que tal imaginário se concretizou por meio de um discurso competente e de seu “pessoal” (agentes), seus guardiães, intelectuais, literatos, políticos, construindo assim a realidade:

[...] o imaginário social *informa* acerca da realidade, ao mesmo tempo em que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o discurso da ateniensidade e, posteriormente, o discurso da decadência são verdadeiramente eficazes, na medida em que perpetuam concepções que correspondem aos anseios e práticas daquele contexto social, indo ao encontro das intenções políticas dos grupos dominantes. Portanto, questiono se a intencionalidade desses discursos recorrentes e inculcados seria apenas a de prestar reverência aos ditos períodos áureos da intelectualidade maranhense ou a tentativa de autoafirmação de um grupo que se dizia herdeiro direto dessa intelectualidade e, assim, o único capaz de reconstituir o passado no presente.

Sobre esse ponto, Nascimento (2011, p. 3 e 8) afirma que essa noção de regeneração ou ressurreição intelectual está articulada às estratégias de consagração que os próprios Novos Atenienses puseram em circulação, a fim de conseguir carreiras mais rentáveis no campo literário, visando ao reconhecimento nacional ou mesmo a carreiras na burocracia estatal. Esse mesmo autor considera que os intelectuais em tela estavam “sujeitos às demandas e às encomendas que lhes faziam as instâncias dominantes da vida cultural”.

Tais estratégias podem ser notadas pela recorrência da noção de herança materializada com a criação, por eles, da Academia Maranhense de Letras, instituição tradicional de consagração e reconhecimento, que está organizada numa “genealogia intelectual entre o patrono, o fundador da cadeira e os ocupantes posteriores, busca[ndo] também controlar o processo de transmissão dessa herança simbólica concretizada na cadeira”.

O discurso decadente, no entanto, ao mesmo tempo em que alimentava a sobrevivência desses intelectuais aliada ao não reconhecimento de expoentes desse grupo no campo nacional, levou-os a serem encarados pela historiografia literária como produtores de uma literatura decadente no sentido estético. Por essa razão, eles passaram a ser classificados por muitos como poetas menores, muitas vezes esquecidos como escritores da literatura maranhense.

#### 2.2.5 Novos atenienses: literatura menor?

Conforme Moisés (2004), o termo *epígono* deriva do grego *epigonos* e significa “descendente”, sendo modernamente usado no sentido de seguidor de uma tendência literária, de um estilo ou de uma obra. Porém, num sentido mais sutil, ser epígono pressupõe rebaixamento no brilho e na magnitude alcançados pelos mestres e/ou predecessores, de modo que tal designação também não deixa de encerrar um sentido pejorativo.

Assim, ao se dizer que os Novos Atenienses são epígonos da primeira geração ateniense da literatura maranhense, assinala-se sub-repticiamente que aqueles imitaram – ou pelo menos tentaram imitar – a forma destes, sem, contudo, atingir a superior inventividade que tornou o Grupo Maranhense, conforme a historiografia literária e parafraseando Moisés (2004, p. 157), “o produtor do conjunto de obras supremas de todos os tempos” da literatura maranhense. Portanto, ao serem considerados epígonos, os Novos Atenienses são rotulados como poetas menores, nunca igualáveis aos prógonos (antônimo de *epígonos*) e até antagônicos a estes, considerados (inclusive por eles mesmos) *os nossos maiores*.

Mesmo salientando bem essa relação entre prógonos e epígonos, Martins (2006, p. 144) ressalta a produção intelectual dos Novos Atenienses como importante e correspondente às expectativas de sua época:

Em vista da natureza da intervenção operada pelos Novos Atenienses, em nossa opinião, longe de fazerem na penumbra da história intelectual do Maranhão, para onde quase sempre os remete a historiografia regional, os integrantes dessa elite de letrados devem nela ocupar um lugar consentâneo à natureza e às especificidades da produção intelectual por eles realizada tendo por norte repensar o Maranhão, à medida que a atuação deles incidiu sobre lacunas cruciais para o esforço de consolidação de linhas evolutivas da formação maranhense. Dessa maneira, ao reabilitarem o convívio com dinamismos específicos da vida cultural regional, assentaram bases para que ela pudesse caminhar minimamente sobre seus próprios pés, estabeleceram a sementeira, bastando, conforme criam, adubá-la e regá-la para que a colheita se revelasse minimamente pródiga.

Colocando em evidência toda a vastíssima produção desse grupo, Martins (2006) pontua, ainda, que os juízos de valor que colocam os Novos Atenienses como intelectuais menores na trajetória literária maranhense são decorrentes de análises ou avaliações que os colocam num plano comparativo cujo referencial fundamental é o Grupo Maranhense.

Penso que o fato de ser continuadora de uma tradição inventada – isto é, ser um “ateniense” – enrijece a análise a respeito dessa geração, na medida em que receber a pecha de ateniense a coloca sempre em comparação com a primeira, que recebeu todos os louros, em detrimento desse grupo, de cujos integrantes poucos – ou nenhum – obtiveram reconhecimento nacional, geralmente a medida que legitima a rotulação como “maiores” ou “menores”. Quanto a essa questão, cabe ressaltar que, mais do que o valor estético das obras de arte, outros fatores – como as redes e as estruturas de sociabilidade, as intrigas, as paixões e o poder – é que movimentam e configuram o campo intelectual.

Como coloca Martins (2006, p. 188), quando se analisam as obras desse período, percebe-se a importância de sua intervenção por meio de seus escritos, no sentido de pensar a sua realidade. Mantinham uma produção intelectual em contraposição ao desconhecimento, por parte da população em geral. Felizmente, nos últimos tempos, essa questão vem pouco a pouco sendo revista pelo universo acadêmico:

[...] resultam deficientes e, talvez, demasiado rigorosas as avaliações que imputam aos novos atenienses um papel de somenos importância na história cultural maranhense. Quase sempre as conclusões apresentadas a respeito da atuação deles os perfila num plano comparativo em que o referencial é o Grupo Maranhense, sem levar em consideração a natureza da intervenção efetuada por esses grupos de intelectuais em tempos e condições diversas, filiando-se a temáticas, orientações teóricas e pertinência social igualmente diversas [...].

Afinal, pergunta-se: quem define o que é uma literatura menor ou maior? E para que defini-la dessa forma, já que se trata de arte e, por conseguinte, de uma realidade subjetiva, sentida de diferentes maneiras por diferentes leitores? Como catarse, a literatura

pode ser avaliada como boa ou ruim? Por outro lado, se a literatura é catártica, não deveria ela ser avaliada pelos seus diferentes leitores, ao invés de ser rotulada apenas por estudiosos autodesignados como autoridades no assunto? Quais são os parâmetros usados para se definir se uma literatura é maior ou menor – estéticos ou políticos? O que é levado em consideração entre esses parâmetros: o fato de serem mais ou menos vendidos, mais ou menos lidos, mais ou menos conhecidos, de terem consagração nacional? Por que definir os maiores e os menores da literatura maranhense?

Nem mesmo a historiografia literária que trata dessa trajetória é consensual em relação a essas questões. Meireles (1955), por exemplo, discorda de Carvalho (1912), que caracteriza o segundo ciclo (1868-1894) como inferior ao primeiro, apresentando, em defesa daquele, uma exposição de motivos bastante confusa, uma vez que não permite distinguir os parâmetros de comparação utilizados nem questiona se essa perspectiva comparativista pode ser aplicada à análise de escritores inseridos em historicidades tão diferentes:

Poder-se-á considerar inferior áquele [sic] um ciclo que oferece literatos de tão elevado quilate? Não nos teria compensado da perda de Gonçalves Dias, o aparecimento de seu sobrinho Teófilo e de Raimundo Corrêa? O claro deixado por João Lisboa não teria sido com justeza preenchido por Aluízio Azevedo e Coelho Neto? E não nos deu ainda essa geração, para compensar-nos da morte de Gomes de Sousa, um filósofo e pensador do porte de Teixeira Mendes, o arauto do positivismo no Brasil, e mais ainda um sábio da qualidade de Nina Rodrigues e um teatrólogo como Artur Azevedo?! [...] Se pudéssemos representar a atuação ou influência, no palco das letras nacionais, dos nossos vultos maranhenses desses dois ciclos, de maneira concreta para somarmos os respectivos Algarismos, não sabemos si o total do primeiro seria superior à soma do segundo [...] (MEIRELES, 1955, p.120-121).

Da mesma forma, ao tratar dos escritores que fazem parte do dito Grupo Maranhense, Moraes (1977, p. 3 e 136) apresenta, em seu livro sobre literatura maranhense, tópicos cujos títulos já sugerem uma classificação hierarquizante: 1) “Autores principais”, no qual descreve vida e obra de Odorico Mendes, Sotero dos Reis, João Lisboa, Gonçalves Dias, Sousândrade; 2) “Outros autores”, em que trata de César Marques e Henriques Leal; 3) “Cinco poetas menores”, onde comenta sobre Trajano Galvão, Gentil Braga, Joaquim Franco de Sá, Dias Carneiro e Joaquim Serra; e, por fim, 4) “Outras figuras”. Nessa última seção, contrariando outros autores, Moraes coloca Gomes de Sousa em último lugar, com observações que não ultrapassam cinco linhas, embora ressaltando que este tinha uma “reputação de verdadeiro gênio”. Porém, na mesma seção, um pouco antes, trata de Maria Firmina dos Reis, caracterizando-a como “poetisa medíocre e ficcionista desimportante”. Como colocar numa mesma seção – intitulada “Outras figuras”, esboçando já uma valoração depreciativa – autores tão diferentes, com avaliações tão contraditórias quanto ao valor

estético de suas obras? Afinal, que parâmetro de avaliação é usado por essa historiografia literária maranhense?

As obras de gêneros diversos produzidas pelos chamados Novos Atenienses estão permeadas de um sentido ideológico que se configura pela afirmação e exaltação do mito da Atenas Brasileira e pela constante busca de legitimação para os literatos daquele período como os únicos capazes de resgatar esse mito. Isso se mostra perceptível na própria ênfase que davam à decadência que atribuíam à sua própria época. Observa-se, no entanto, que tal tentativa de retorno resulta frustrada, uma vez que esses intelectuais não conseguiram um reconhecimento em nada semelhante ao de seus grandes inspiradores, tanto assim que são pouco conhecidos pela sociedade maranhense atual. Suas obras, porém, expressam o pensamento de um tempo e são fortes indícios de uma história que merece ser contada.

### 3 A CARTEIRA DE ANTÔNIO LOBO

Antônio Lobo “constitui-se a figura de maior expressão do movimento de ressurreição cultural, promovido pelos novos atenienses” (MARTINS, 2006, p. 153). Ele, “por suas naturais qualidades de liderança, por seu entusiasmo realizador, foi, com toda certeza, em seu tempo, a principal figura de nossa vida literária” (MORAES, 1977, p. 206), sendo que “sua visão ampla, audaciosa, refletia, na província, o movimento intelectual dos grandes centros” (SARNEY, 1969, não paginado).

Grande parte dos relatos sobre Antônio Lobo na historiografia maranhense o colocam como líder do movimento cultural promovido pelos novos atenienses, descrevendo-o como uma inteligência rara, um grande talento para diversas áreas que têm a palavra como matéria-prima. Entre os estudiosos do tema, o tom elogioso, o respeito, o saudosismo, a homenagem; entre os leigos em geral, o desconhecimento. No entanto, diante desse homem de tantas facetas – professor, polígrafo, jornalista, tradutor, literato, polemista –, quem, de fato, foi Antônio Francisco Leal Lobo? O que ele defendia? Que tipo de intelectual ele foi? O que via e qual a sua opinião sobre a sociedade em que vivia? A sua trajetória intelectual e principalmente os seus escritos talvez possam nos ajudar a pensar esse homem tão falado, mas pouco conhecido.

Sobre sua vida, o que se encontra são apenas notas aqui e ali, como se Antônio Lobo fosse de fato a sua escrita – clara, rica, muito bem elaborada. Isso me instiga a buscar conhecer, além do escritor Antônio Lobo, o homem Antônio Lobo, não apenas o que há de perfeito nele – sua escrita, tão mostrada, comentada, enaltecida –, mas também suas imperfeições, seus sentimentos, sua visão da sociedade e de si mesmo. Talvez tais interesses nunca sejam atendidos. No entanto, pretendo pensar Antônio Lobo a partir de suas ideias, como um sujeito histórico, e não como um símbolo ou um mito.

Lobo nasceu em São Luís, em 4 de julho de 1870, e faleceu na mesma cidade, no dia 24 de junho de 1916. Seu pai era Policarpo José da Costa Lobo, comerciante, e sua mãe, Maria Francisca Leal Lobo. Ele perdeu seu pai quando tinha 12 anos. Aos 8, iniciou seus estudos no Colégio São Paulo, nesta capital. Depois, dando continuidade aos estudos, recorreu às aulas de História e Filosofia ministradas pelo Monsenhor João Tolentino Guedelha Mourão. Em seguida, fez no Liceu Maranhense o Curso de Humanidades, o qual supostamente não teria terminado. Casou-se com Lucrecia Isaura da Cunha Lobo e teve uma única filha, Maria Luísa Lobo (MORAES, 1969; GASPAR, 2009).

Começou sua carreira no magistério lecionando no curso primário. No ano de 1900, de forma interina, passou a reger aulas de História Universal, História do Maranhão e Instrução Cívica, e depois, também, de Literatura e Língua Portuguesa, na Escola Normal. Nesse período, recebeu várias nomeações para diferentes cadeiras. E assim, foi chamado para exercer o magistério em outros estabelecimentos de ensino, dentre os quais o Seminário Nossa Senhora das Mercês.

No Liceu Maranhense, também era chamado para substituir os titulares das cadeiras, até que, em 1910, prestou concurso público, no qual foi aprovado para ministrar a cadeira de Lógica. Mais tarde, Lobo assumiria os cargos de diretor dessa instituição e de inspetor de Instrução Pública, nomeado pelo governador do estado, Luís Domingues da Silva. Conforme Gaspar (2009), tal fato ocorreu depois da intervenção do governador, que fechou temporariamente o Liceu, devido a uma demanda provocada pelo próprio Antônio Lobo. Este, insatisfeito com um desacato cometido por alunos contra o secretário da instituição e sua própria pessoa, enviou carta ao governador contando-lhe o caso e reclamando providências enérgicas. Diante da falta de providências do então diretor do Liceu, o governador nomeou Lobo para o cargo.

Nessa época, Antônio Lobo já se tornara bastante conhecido por suas obras publicadas, por seus escritos nos jornais e pelos cargos públicos que ocupara anteriormente. Desde 1898, tornara-se diretor da Biblioteca Pública, tendo feito estudos para implantar, na organização dessa instituição, equipamentos e conhecimentos de Biblioteconomia. Além de dinamizar os serviços da biblioteca e de torná-la mais acessível e interessante ao público, com a organização de conferências, a divulgação do acervo, criou também um salão de leitura só para mulheres.

Lobo realizou, nesse período, uma grande pesquisa sobre a organização de bibliotecas em outros países. Tentou implantar as inovações de que tomou conhecimento na instituição que dirigia e publicou tais estudos na *Revista do Norte*. Publicou, ainda, no tempo em que esteve no cargo, dois relatórios sobre a sua gestão: *Relatório apresentado ao Sr. Governador do Estado do Maranhão, Dr. Gualberto Torreão da Costa* (1899) e a *Biblioteca do Maranhão em 1900*. No parecer de Moraes (1969, p. 31), esta última foi uma obra “considerada pioneira como tratado de biblioteconomia no Brasil e em Portugal”.

Além desses cargos públicos, Lobo também foi oficial da Secretaria do Governo Estadual, oficial de gabinete dos governos Casimiro Júnior, Belfort Vieira e Cunha Martins. E, no governo de Herculano Parga, manteve seu cargo de diretor do Liceu Maranhense, do qual mais tarde se afastou.

Concomitantemente ao serviço público, Lobo desenvolvia seu lado jornalístico, de onde se pode ver, com mais profusão e maior expressão, a qualidade de sua escrita. Colaborou com os periódicos: *O século*; *Revista elegante*; *Diário do Maranhão*; *A cruzada*; *Filomatia*; *O estudante*; *Pacotilha*; *O federalista*; e *O jornal*. E ainda fundou e dirigiu *A revista do Norte* e o jornal *A tarde*.

No campo literário, traduziu a obra *Henriqueta*, romance de François Coppée (1893); *Debalde*, romance de H. Sienkiwick (1902); e, em parceria com Fran Paxeco, *O juiz sem júzo*, comédia de A. Bisson (1901). Publicou também *A carteira de um neurastênico* (1903); *Positivismo e micróbios* (1908); *A doutrina transformista e a variação microbiana* (1909); *Os novos atenienses: subsídios para a história da literatura maranhense* (1909); *Pela rama* (1911); e *A política maranhense* (1916). Deixou inéditos: *Comentos e opiniões*, livro de crítica; *Ensaio de lógica*, sobre filosofia; *À flor dos lábios*, conferência; e *Retalhos da vida*, contos.

Lobo fundou diversas agremiações, com o objetivo de movimentar a vida intelectual e artística de São Luís. Nesse sentido, colaborou com a juventude da época, realizando inúmeras conferências. Um exemplo desse movimento foi a Universidade Popular, fundada em 1905, em parceria com Almir Nina, Agripino Azevedo, Barbosa de Godóis, José Barreto, Joaquim Magalhães, Justo Jansen, Luso Torres, Luís Carvalho e Fran Paxeco. Tratava-se de uma universidade livre, que iria realizar conferências sobre Ciências Cosmológicas, Ciências Naturais, Ciências Biológicas, Ciências Sociais e Ciências Morais.

Conforme Gaspar (2009), das quinze conferências iniciais da universidade, sete foram proferidas por Lobo, no Centro Caixeiral e no Clube Euterpe, com os seguintes títulos: *A maior dor humana*; *A medicina na literatura contemporânea*; *A obra literária e social de Zola*; *A mentira*; *A boneca*; *Artur Azevedo no Teatro Nacional*; *As ideias morais no romance contemporâneo*; *O mar das telas*.

Tais palestras foram aos poucos rareando, porém Antônio Lobo não permitiu que elas terminassem, articulando com a juventude da época, no gabinete da Biblioteca Pública, da qual era diretor, um novo ciclo de palestras, denominado de *As Universidades Populares*. As exposições realizadas nesse novo ciclo serviram de inspiração para a criação de diversas agremiações na capital.

Criada em 1900, nos salões da biblioteca, a Oficina dos Novos se tornou o órgão de divulgação dessa juventude. Lobo, juntamente com Fran Paxeco e outros intelectuais da época – Nascimento Moraes, Francisco Serra, Agostinho Assunção, Léslie Tavares, João Quadros, Otávio Galvão, Astolfo Marques e outros –, sob o patronato de Gonçalves Dias,

tinham como objetivo a realização de atividades culturais, como manifestações públicas, publicações de obras, homenagens a literatos como Gonçalves Dias e Odorico Mendes, além da realização de palestras. Foram publicadas pela Biblioteca da Oficina dos Novos as obras: *Minaretes*, de Viriato Corrêa; *A vida maranhense*, de Astolfo Marques; *Rosas*, de Alves Farias; *Pâmpanos*, de Costa Gomes. A agremiação possuía um periódico, *Os Novos*, que tinha um rival com o qual debatia assuntos ligados às letras, o periódico *Atualidade*.

Mais tarde, de um grupo dissidente da Oficina, surgiu a Renascença Literária, que também tinha um periódico, denominado *A Renascença*. Esse grupo era formado por Nascimento Moraes, ex-presidente na Oficina dos Novos, e Otávio Galvão, secretário, que se juntaram a Rodrigues Assunção, Léslie Tavares, Leôncio Rodrigues, Brandão Sousa, Inácio Xavier de Carvalho, George Gromwell, Raimundo Morais e Nozor Galvão.

Lobo formou também o *Clube Nina Rodrigues*, do qual se tornou presidente honorário em 1908 e que criara o periódico *A Mocidade*. Da mesma forma, foi criado, em 1910, o Centro Literário Maranhense, do qual Lobo era presidente. Foi sócio honorário da Sociedade Literária Barão do Rio Banco, uma das mais duradoras agremiações desse tipo, através da qual eram impressos os jornais *Canhoto* e, depois, *O Ateniense*. Também foi membro fundador da Sociedade Pedagógica Almir Nina (MORAES, 1969; GASPAR, 2009).

Enfim, Antônio Lobo participou efetivamente das agremiações de sua época, se não como membro, como convidado em algum evento, uma vez que já se tornara conhecido nesse meio devido às diferentes tarefas e cargos que assumiu.

Todas essas agremiações, cuja maioria teve duração efêmera, prepararam o caminho para que fosse criada, em 1908, A Academia Maranhense de Letras (AML). Gaspar (2009), porém, ressalta que, apesar de a Oficina dos Novos haver sido organizada nos moldes clássicos de uma academia, ou seja, nos padrões francês e brasileiro, com patronos, sócios honorários e sócios correspondentes, a AML não foi um desdobramento da Oficina dos Novos, que já se encontrava em declínio.

Não houve, portanto, uma sucessão direta nem uma simples mudança de nome, como afirmam alguns autores. As duas instituições foram coetâneas, apesar de que muitos membros da Oficina dos Novos, a mais antiga, já a terem deixado e ingressado na AML, mais recente. Ou seja, a Oficina dos Novos e a AML eram instituições distintas, apesar de próximas. Antônio Lobo, Clodoaldo Freitas, Fran Paxeco, Godofredo Viana, Ribeiro do Amaral, Barbosa de Godóis, Domingos Barbosa, Inácio Xavier de Carvalho, Astolfo Marques, Alfredo de Assis Castro, Correia de Araújo e Armando Vieira da Silva fundaram a AML, que mais tarde recebeu o codinome de Casa de Antônio Lobo.

Depois de participar dessas várias instituições em sua terra, Antônio Lobo desejou tornar-se conhecido nacionalmente, candidatando-se à Academia Brasileira de Letras (ABL). Ele pleiteou primeiramente a vaga deixada por Raimundo Corrêa e, em seguida, a deixada por Araripe Júnior, ambos falecidos em 1911. Suas candidaturas foram lançadas por Domingos Barbosa. Como Raimundo Correa era maranhense, esse fato parecia ensejar que outro maranhense ocupasse a mesma cadeira. Porém, Antônio Lobo perdeu as duas eleições: para a vaga de Araripe Júnior, foi eleito Félix Pacheco, em 1912; e para a cadeira de Raimundo Corrêa, em 1913, foi escolhido Oswaldo Cruz (apesar da polêmica em torno da pertinência de este participar da ABL, uma vez que não tinha trabalhos literários, mas apenas científicos).

### 3.1 Para além das palavras

Aparentemente, Lobo fazia uso da palavra com muita facilidade e fluidez em seus textos. Com um grande poder de argumentação e de organização textual, ele tratou, em seus escritos, dos mais variados temas, que não abordavam somente o ramo literário, mas também ética, política, educação, ciência, entre outros ramos do conhecimento. E em todos, a forma eloquente com que organizava seus textos era notória. De um simples relatório a um artigo de opinião, percebe-se o conhecimento de língua portuguesa e seu vasto conhecimento de mundo e científico, sempre com textos embasados nos teóricos da área abordada.

Esse amplo conhecimento, adquirido por meio do autodidatismo, embasou calorosas polêmicas que Lobo sustentou na imprensa ao longo de sua vida. De fato, o Antônio Lobo jornalista ultrapassava o romancista, o poeta, o tradutor. Foi na escrita jornalística que sua obra se avolumou em quantidade e se agigantou em qualidade colaborando simultaneamente em vários órgãos da imprensa.

Foi nos periódicos que ele pôde mostrar, de forma marcante, o seu poder de argumentação, por meio dos debates que travou com diversos intelectuais de sua época. Uns mais teóricos, outros mais práticos, alguns até beirando o vulgarismo, Lobo não deixava nenhuma provocação sem resposta e sempre gostava de encerrar as polêmicas com a última palavra. Durante a sua vida, foram inúmeros os seus oponentes, com os quais travou diálogos bastante interessantes que, de certa forma, movimentaram o cenário intelectual da época.

Manuel de Bethencourt foi um desses oponentes. Lobo fora seu discípulo e mantinha com ele um bom relacionamento, tendo, inclusive, sido antigos companheiros da revista *Filomatia*. Porém, através do periódico que lançara, chamado *A campanha*, Bethencourt fazia inúmeras críticas a Antônio Lobo e a Fran Paxeco, assim como ao periódico

do qual estes últimos eram redatores, *A revista do Norte*. Fran Paxeco iniciou o debate com Bethencourt, pois Lobo estava ausente, em tratamento médico, mas logo em seguida retornou, passando a engrossar esse debate.

Bethencourt havia sido convidado a colaborar com *A Revista do Norte* e não aceitou, talvez porque não quisesse estar subordinado ao seu antigo discípulo, que era diretor da revista. E, devido ao sucesso desta, não parava de lhe fazer insultos e de afirmar que se tratava de uma publicação de péssima qualidade:

A feição do jornal, o material, a que depende do savoir-faire do Teixeira, o Alfredo, é boa, que nitidez de impressão, bom papel, regulares gravuras a recomendam; mas o texto, Deus nos acuda! É simplesmente deplorável, não tem o que se leia, que se preste à natureza de uma revista.

Em primeiro lugar, a bem impressa revista é de uma infelicidade tremenda na escolha de versos, parece que capricha em dar o que de pior existe no gênero, como se nela houvesse pessoas que nada entendam poesia, não conheçam de métrica. O que traz de Silveira Neto pode ser tudo, menos poesia, áspero e rude.

Em segundo lugar, a revista não parece um jornal brasileiro: quem mais nela escreve é Mayer Garção, um português hábil a discorrer sobre a literatura, mas narrando coisas que nada têm que ver com o Norte do Brasil, este Norte de que a revista tomou o nome.

[...]

Por seu esforço, o seu diretor tem procurado escrever, mas é infeliz no que faz.

Uma nota original deste Brasil do Norte – eis o que se não encontra na revista.

Quem tem senso não vai atrás das coisas só pela aparência: o aspecto da revista pode seduzir, mas o mais não.

Alfredo Teixeira trabalha, porém não possui auxiliares.

Esta é a verdade (NONATO, 1902a, p. 2).

Esse texto foi exposto na seção *Na casa alheia*, do referido jornal, sob o pseudônimo de Pio Nonato, e foi respondido por Lobo no jornal *Diário do Maranhão*, edição de 5 de maio, da seguinte forma:

Aos assinantes d'A Revista do Norte:

Como um prolongamento da campanha gratuita de difamação e de insulto ultimamente movida contra a minha pessoa pelo Sr. Manuel de Bethencourt, acaba o mesmo Sr. De iniciar uma outra, de descrédito e de maledicência, contra A Revista do Norte, da qual sou o único diretor literário.

O cavalo de batalha do Sr. Bethencourt, no qual volteia com a elegância que lhe é peculiar, reduz-se a isto: que a Revista do Norte não traz assuntos do Norte [...].

Nas colunas do quinzenário em questão, que tantos encômios há granjeado da imprensa do Extremo Norte, do Sul, e da Europa, entre outros, têm colaborado: o ilustre Sr. Desembargador Francisco Machado, uma figura preeminente da jurisprudência nacional; o distinto Sr. Dr. Justo Jansen, um médico de reputação feita e professor de consideração geral; o insigne romancista Aluísio Azevedo e seu irmão, o notável comediógrafo Artur Azevedo, ambos filhos queridos desta terra, ainda que vivendo distantes dela; poetas e prosadores residentes no Pará, queridos cheios de vigor, como Acrísio Mota, Celso Vieira, Teodoro Rodrigues, Eustáquio Azevedo, Guilherme de Miranda, D. Maria Stelina Valmont, a rebrilhante fantasista, João de Deus, Agostinho Viana, e outros; poetas e prosadores do Maranhão, todos

jovens, mas radiantes promessas, na maioria pertencentes a esse grácil viveiro que se chama Oficina dos Novos, como Francisco Serra, Luís Carvalho, João Quadros, Maranhão Sobrinho, Agostinho Reis, Astolfo Marques, que está levantando do pó as glórias de seu tempo, esses fortes escritores maranhenses (LOBO, 1902, p. 2).

Lobo continua sua argumentação mostrando os outros colaboradores de toda parte do Brasil e de Portugal, e acaba concluindo o texto para os assinantes da revista desprezando o seu crítico ferrenho:

Felizmente os numerosos assinantes do magazine maranhense, reconhecendo os esforços e a boa vontade dos seus laboriosos e incansáveis editores, a quem procuro também, na medida das minhas forças, leal e dedicadamente auxiliar, não cessarão de patrocinar esta tentativa. A Revista do Norte viverá, a despeito dos crocitos agoirentos das sinistras aves de rapina que ao seu redor esvoaçam, viverá para manter as gloriosas tradições literárias desta terra, bastante hospitaleira e grande para abrigar no seu seio todos os que nela procuram viver.

O Sr. Manuel de Bethencourt em tudo o que contra A Revista do Norte afirma, apenas visa um único alvo, cujo qualificativo deixo livre ao critério dos que agora me lêem: magoar e ferir o seu diretor literário. Não o acompanharei decerto nesse terreno e nem procurarei repelir o que diretamente me diz respeito nas suas investidas contra a Revista, deixo-lhe inteira a glória de ser único a digladiar nessa arena. Chego mesmo a perdoar-lhe a maior parte dos dislates que avança, porque neles apenas vejo um derivativo natural às impertinências da sua velhice rabugenta e gasta. Este cavaco é dado exclusivamente aos assinantes d'A Revista do Norte, que me merecem toda a consideração, e infelizmente não me é possível afirmar o mesmo com relação ao Sr. Manuel de Bethencourt, apesar do respeito que procuro votar aos seus cabelos brancos (LOBO, 1902, p. 2).

Inácio Xavier de Carvalho foi outro com quem Lobo travou polêmica, motivada pela estada em São Luís do jornalista fluminense Rafael Pinheiro, que estava proferindo conferências nos estados do Norte. Pinheiro estava vindo de Belém, onde se desentendeu com figuras ligadas ao meio jornalístico, inclusive com Cipriano Santos, dirigente da *Folha do Norte*, que se correspondia com o jornal ludovicense *O Maranhão*. Devido a essa ligação dos dois jornais, antes que o jornalista viesse para cá, já corriam notícias não muito boas sobre a sua pessoa. Mesmo assim, Antônio Lobo, que era então diretor da Biblioteca Pública, foi recepcioná-lo e ciceroneá-lo.

Em razão de notícias relatando de forma depreciativa a conferência do jornalista, enviadas do Maranhão pelo correspondente da *Folha do Norte* em São Luís, Agostinho Reis, antes do dia da conferência (que foi adiada para o dia seguinte devido à vendagem insuficiente de ingressos), Antônio Lobo se sentiu ofendido, uma vez que era o organizador do evento. Por essa razão, deu início a uma acalorada discussão com o correspondente supracitado.

Com a retratação de Agostinho, essa discussão logo se encerrou temporariamente. Porém, o jornal *O Maranhão*, cujo redator era Inácio Xavier de Carvalho, reavivou o desentendimento, intrometendo-se na questão, ao acusar Lobo de distribuir bilhetes para a conferência uma vez que esta não tinha público suficiente. Mais do que discutir ideias, os dois

protagonistas desse duelo se xingaram mutuamente, tanto em caráter pessoal quanto em relação às suas produções literárias, criticando a escrita um do outro, a estética a que se vinculavam e suas obras – *Missas negras*, de Inácio Xavier de Carvalho, e *A carteira de um neurastênico*, de Antonio Lobo. A parte mais aguda desse debate jornalístico durou alguns meses, mas foi retomado diversas vezes em outras ocasiões da vida pública dos dois escritores. Em *O Maranhão*, Lobo era criticado de diversas formas e em várias colunas.

Em maio de 1908, chega a São Luís o jornalista Sebastião Sampaio, que percorria o Brasil com a finalidade de colher informações acerca da produção intelectual brasileira para compor a Exposição Nacional de 1908. Mais uma vez, devido ao cargo que ocupava, Lobo dá toda a assistência ao jornalista e se compromete em atender à sua demanda, escrevendo-lhe sobre a produção literária maranhense. No entanto, nesse documento, redigido em forma de carta, Lobo deixa de citar vários nomes da intelectualidade maranhense e, em outros casos, parece não querer se aprofundar na descrição das obras.

A carta destinada a Sebastião Sampaio e publicada no jornal *Pacotilha* em 17 de junho de 1908 traz um relato de modo algum impessoal, preterindo alguns nomes que faziam parte do cenário intelectual daquela época. Lobo começa afirmando que “vida literária definida” não existia no Maranhão e que a fama que São Luís gozava advinha de antigos escritores que já não tinham mais nenhum contato com seu torrão natal. Ainda assim, eram esses escritores os que ainda conferiam “direito ao usufruto da merecida alcunha de Atenas Brasileira”, “geração do Lisboa e do Dias” (LOBO apud GASPAR, 2009, p. 205).

Os cultores das letras daquela temporalidade, conforme Lobo, eram aqueles que produziam em momentos de folga de suas profissões. E começa falando sobre Inácio Xavier de Carvalho, com quem tivera a desavença relatada, o que é notório no seu texto pela maneira desinteressada e sem grande preocupação com os dados informados a respeito desse intelectual. Isso se torna perceptível nas seguintes palavras alusivas a Xavier de Carvalho: “[...] que aí por volta de 1902, se não me falha a memória, publicou *Missas Negras*”. E, da mesma forma como fizera anteriormente na disputa com ele nos jornais, mais uma vez criticou a estética simbolista, à qual Carvalho estava filiado, nos seguintes termos: “[...] livro filiado à corrente simbolista, tal como andou em geral compreendida e praticada no Brasil, isto é, consistindo quase que essencialmente no culto exagerado do disparate, na idéia, na forma”. E continua: “E foi exatamente essa preocupação da escola, que, ao meu ver, prejudicou sensivelmente o trabalho do poeta, capaz, sem dúvida alguma, de produzir obra muito mais valiosa, se em tempo se houvesse libertado dos esterilizantes empecilhos que tal preocupação irresistível lhe opôs à elaboração estética”. Afirma, ainda que, em seu próximo

livro anunciado, que seria sobre a tragédia de Canudos, Carvalho deveria ficar “isento de noção tolhedora dos cânones estreitos de escola” (LOBO apud GASPAR, 2009, p. 205).

Em seguida, trata de Costa Gomes, não passando de duas linhas e caracterizando-o logo de início como retraído e modesto. Para Correia de Araújo, no entanto, rasga-se em elogios: “[...] o mais novo e indubitavelmente o primeiro dos poetas da atual geração maranhense”. Compara-o, inclusive, a Bilac e Alberto de Oliveira. E por fim, dedica outro parágrafo a tratar de Alves de Farias. Logo depois, Lobo declara que irá falar dos poetas que ainda não “guindaram à consagração livresca”, afirmando que não iria citar nomes, pois eram vários e ele poderia se esquecer de algum. Mas acaba por destacar Alfredo de Assis, Vieira da Silva e Edgard Almeida (LOBO apud GASPAR, 2009, p. 205-206).

Depois de citar os poetas, Lobo passa para os prosadores, iniciando, em rápida passagem, por José Ribeiro do Amaral. Em seguida, cita Barbosa de Godóis e seus livros de história do Maranhão, escritos para suas aulas na Escola Normal, admitindo que possuem “defeitos inevitáveis em trabalho de tal natureza”, apesar de seu valor real. Menciona também Justo Jansen, tecendo comentários favoráveis sobre sua produção e Fran Paxeco, em tom igualmente elogioso. Cita rapidamente Astolfo Marques, no mesmo parágrafo em que menciona seu próprio livro, *A carteira de um neurastênico*. E, novamente afirmando que não vai citar nomes, fala dos prosadores de sua preferência, admitindo “o desejo de ver o Luso Torres [...] reunir em volumes” suas crônicas e João Quadros, que, em sua opinião, viria a ser “o maior romancista maranhense do futuro” (LOBO apud GASPAR, 2009, p. 206-207).

Lobo não perde a oportunidade de se referir à Oficina dos Novos e citar os membros respectivos. Ao final, coloca que, com “imparcialidade e justiça”, empenhara-se em fazer a tarefa a ele confiada, embora se desculpe pelas faltas, caso não tivesse cumprido seu intento, “aspirando que não [lhe] queiram mal” (LOBO apud GASPAR, 2009, p. 207). Essa ressalva sugere que ele já previa a repercussão que tal carta iria ter no cenário maranhense.

Aqueles que não foram citados e os que não gostaram das menções contestaram as informações prestadas por Antônio Lobo. De fato, como se pode observar através da análise do seu texto, Lobo não teve preocupação em elaborar um trabalho mais rigoroso sobre a literatura maranhense, colocando na carta enviada suas próprias impressões, ao mesmo tempo em que exaltava alguns intelectuais e preteria outros. Sendo essas informações destinadas a uma Exposição Nacional, ou seja, seriam tomadas como oficiais, torna-se questionável a intenção desse autor: um homem como Lobo não teria atentado para a importância daquelas informações? Ou teria ele feito esse texto sem grande aprofundamento teórico, de forma propositalmente parcial para atacar seus opositores?

O certo é que, por meio de *O Maranhão*, Lobo recebeu duras críticas de “Um Maranhense”, pseudônimo de Manuel Jansen Ferreira e Alcides Pereira, que eram advogados. Estes reclamavam pelo fato de não terem sido mencionados na carta, argumentando até sobre o entendimento de Lobo quanto ao que seria Literatura. Para eles, Lobo restringiu o termo, que seriam todas as produções escritas por um povo, e não apenas as ligadas à beletrística. Lobo entendia, porém, que alguns profissionais mais específicos, como médicos, bacharéis, professores e aqueles que ainda não tivessem publicado livro algum não poderiam figurar na resenha de um movimento literário. O debate durou muitos meses, e Lobo, que respondia do *Diário do Maranhão*, passou a responder no próprio jornal em que era diariamente criticado, *O Maranhão*. Tal carta também gerou um caloroso e longo debate com Nascimento Moraes, numa polemica que será abordada em detalhes em outro ponto deste texto.

Em 1910, Lobo foi nomeado para o cargo de diretor do Liceu Maranhense e inspetor da Instrução Pública do estado, pelo governador Luís Domingues. Na direção da Escola-Modelo estava Barbosa de Godóis, professor ilustre da época, que resolveu elaborar dois compêndios para os alunos da instituição: *Escrita rudimentar*, já usada na escola, e *História do Maranhão*. O inspetor Lobo, contudo, não aprovou a adoção dos livros, o que ocasionou mais um debate veiculado pela imprensa da época.

Em resposta à recusa de Lobo, Godóis enviou expediente ao governador, que o encaminhou a quem de direito, ou seja, ao próprio Lobo, que respondeu em forma de parecer. Trata-se de um texto extenso e denso, baseado em fundamentos teóricos sobre métodos de ensino de escrita e leitura. Para embasar sua análise, Lobo foi buscar os estudos de diversos teóricos, e, a partir da análise de frases do próprio livro, que serviria para a alfabetização, faz uma crítica ferrenha aos métodos tradicionais de ensino:

[...] Quanto ao interesse que nos espíritos infantis possam por ventura despertar as sentenças da Escrita rudimentar, bastará, para fornecer-lhe uma medida exata da respectiva intensidade negativa, efetuar as seguintes transcrições: - O jirau do peru é muito alto. - Boabdil foi um sultão afamado. - Devo o dote à fada vadia. - A mãe de Mundico é muito áspera. - O bojo do bote do tio de Beja. - O povo pode tudo. - Nada iguala à natureza. - A hora exata da partida.

Não! Frases como essas poderão as crianças aprendê-las maquinalmente e maquinalmente recitá-las, mas tomar interesse pelo seu conteúdo é o que se me afigura totalmente impossível. E ensinar a ler maquinalmente, sem despertar na criança que aprende o gosto e o interesse pelas sentenças que lê poderá ser tudo, menos ensinar a ler pelo processo analítico (LOBO, 1911b, p. 1).

E continua, analisando o compêndio e mostrando que ele ainda estava pautado nesse método mecânico, em passagens que chegam a provocar o riso, de tão pitorescas, como a seguinte:

Deparam-se-nos [...], no referido compêndio, frases como estas, que ligeiramente irei comentando, à proporção que for exibindo: O bode babou: vê a baba do bode. -

O bode bufar. O aspecto de um bode a babar e bufar poderá inspirar às crianças o amor do belo e do puro? – Aquilo é o pecado da tua avó. – Será esse, porventura, algum novo processo de ensinar às crianças o respeito devido aos avós? – O suor indica saúde e Binoca sua na cabeça. – Poderá, porventura, o aspecto de uma cabeça suada inspirar às crianças sentimentos estéticos? Temos, além disso, que o suor na cabeça, como indício de saúde, é uma afirmação que aos inscientes em assuntos médicos, como eu, se figura, talvez, sujeita a cautelas. E se ela for, como suponho, errônea, terá, além do mais, o altíssimo inconveniente de fornecer à criança uma noção prejudicial, como o são todas aquelas que conduzem a práticas que a higiene condena. [...] O xarope do boticário leva água. Será possível atribuir alguma utilidade moral, ao conhecimento, fornecido à criança, de uma falsificação dolorosa, como essa do farmacêutico que altera uma droga medicamentosa? – Isto não é bonito: os meninos acordados, e papai dormindo. Fora! Fora! Fora! – Que valor moral se pode atribuir à evocação de uma cena, em que meninos, embora por troça, vão o pai? – A munheca da mão de Heitor é mole. – Que idéia aproveitável e útil poderá despertar, no espírito de uma criança, a idéia de uma munheca mole? Aproveitável e útil foi escrito, porque é bem possível que de natureza mui diversa seja semelhante idéia... Temos, além disso, que munheca de mão é uma expressão de todo o ponto inaceitável. O adjunto, além de inútil, é nocivo, porque poderá ensinar erroneamente à criança que há munheca sem ser de mão [...] Dizer, portanto, munheca de mão é tão inadmissível como dizer tornozelo de pé (LOBO, 1911b, p. 1).

Sobre o livro *Escrita rudimentar*, as suas conclusões foram claras: para um livro que seria destinado ao ensino de leitura pelo processo analítico, não poderia, “de modo algum, ser conferida a aplicação que para o mesmo reclama o seu autor, isto é: adoção no primeiro ano do curso da Escola que dirige”. E mais à frente, pontua: “as sentenças, incluídas na escrita rudimentar, foram vazadas em linguagem incorreta, escoimada dos vícios e falhas condenados pela gramática e pela estética” (LOBO, 1911b, p. 1).

A apreciação de Lobo sobre o segundo livro, *História do Maranhão*, consistiu basicamente em afirmar que tal livro não servia a alunos primários, mas a “alunos de um curso mais graduado”, tanto é que o próprio autor confessa que o escreveu para os alunos da Escola Normal:

Compreende-se, talvez, que num curso superior se adote, tanguido por contingências do momento, um compêndio destinado a cursos inferiores; mas o inverso de semelhante prática é que, a toda gente, se apresentará logo altamente condenável, em nome mesmo dos mais elementares princípios do bom senso (LOBO apud GASPAR, 2009, p. 68).

Licar (2012) analisa que a polêmica em tela, travada entre esses dois intelectuais maranhenses por meio do jornal *Diário do Maranhão*, de abril a julho de 1911, é indicador da correlação de forças entre intelectuais maranhenses por posições de poder no campo educacional.

Nem mesmo Fran Paxeco, grande companheiro e amigo de Lobo, escapou de polemizar com ele no campo das ideias. No ano de 1914, os dois externaram no jornal *Pacotilha* seus pontos de vistas divergentes sobre a Lei Rivadávia e seu impacto sobre o ensino secundário, principalmente no Liceu, uma vez que tirava dessa instituição de ensino a

exclusividade de preparação para os cursos superiores. Fran Paxeco denunciava a redução da quantidade de alunos naquela instituição educacional.

Lobo, na época diretor do Liceu, sentiu-se indiretamente criticado e argumentou que a referida lei mudava o cenário, não só do Liceu de São Luís, mas dos liceus do Brasil inteiro. No começo, o debate se deu nessa tônica; mais tarde, todavia, a denúncia passou a se voltar contra a administração de Lobo e o modo como era negociado o acesso às universidades por meio dessas instituições públicas.

Conforme Gaspar (2009), tal sentimento de rivalidade entre os dois teria se iniciado em 1910, quando Fran Paxeco foi substituir temporariamente Justo Jansen, que estava se aposentando, na cadeira de Geografia do Liceu. Os horários dados a Fran Paxeco nessa instituição coincidiam com os horários da Escola Normal, na qual ele também lecionava. Mesmo diante da postura de Lobo de tentar ajudar seu amigo, o esforço não se efetivou de fato e Fran Paxeco, inclusive, criou um problema com o alunado no primeiro contato. Como o tempo permitia, Lobo decidiu encerrar o ano letivo e, diante dessa atitude, Fran Paxeco entendeu que o diretor assim tinha agido para prejudicá-lo. Esses problemas geraram um clima de tensão entre os dois que acabou desembocando no rompimento da amizade.

Mas não foi apenas com o amigo Fran Paxeco que Lobo travou polêmicas. Alfredo Teixeira, seu antigo amigo dos periódicos *Elegante* e *Revista do Norte*, também se tornou seu rival. Teixeira era proprietário de *O jornal* e Lobo, certa vez, criticou o periódico, provocando uma reação em tom de desabafo da parte de seu antigo amigo:

Lobo: li um artigo de Abelhudo, em que tentas acanalhar a minha folha e me injurias.

Pela nossa velha amizade, quando não fosse pelo mais, sempre supus que me deixasses de parte, da tua faina mórbida, insaciável, de insultar todo o mundo. Fui ingênuo, confesso-o, pois deveria ver que a minha sorte deveria ser igual à de todos os teus amigos. E, lendo o teu artigo, lembrei-me da dedicatória que escreveste n' A carteira de um neurastênico: 'Ao Alfredo Teixeira, o mais querido dos meus amigos vivos'.

[...]

Como te digo, cabe-me a mim, exclusivamente a mim, esse prazer, e disso me ufano com o apoio de todos, como sabes, fato único no nosso jornalismo.

Não houve necessidade de ir buscar para o pessoal da redação Clemenceau e quejandos. Arrumei-me, por aqui mesmo, chamando gente que trabalha, como Astolfo Marques, que conheces, incansável lutador da vida, o Fran, o nosso Fran, aquele camarada que não nega fogo, aquele camarada que estamos certos de encontrar sempre que procuramos, aquele Fran que tu me apresentaste, quando vim da Europa, a vez passada, e que tudo fazia, no tempo d' A revista do Norte, sem nunca receber um vintém, para que eu te mandasse o teu ordenado para Lisboa, justamente com os adiantamentos dos teus ordenados de diretor da Biblioteca – para te curares naquela cidade. Tu o sabes melhor do que eu. Mas para que falar nisso?

Temos o Mingo. Deste nada adiante: é meu amigo, e ainda és amigo dele e acha-se contigo aí.

[...]

Para terminar, devo dizer-te que o meu amigo Antônio Lobo, aquele bom camarada de outros tempos, aquele camarada d'A Revista do Norte, aquele quase irmão, morreu no sábado. Não chorei por ele, porque não tenho lágrimas, não sei chorar.

Podes contorcer-te como entenderes, porque não mais te responderei, pois já não existes, e eu não gosto de me meter com espíritos. Passas, portanto, à categoria de cadáver (TEIXEIRA, 1915, p. 1).

O texto de Alfredo Teixeira respondendo a Antônio Lobo mostra bem o isolamento deste nos seus últimos anos de vida. Gaspar (2009) narra que Lobo foi se afastando dos amigos, criando desafetos com quem enfrentou debates e polêmicas. O único amigo seu com quem não chegou a romper foi o citado Mingo, Domingos Barbosa, com quem compartilhava a redação do jornal *A tarde*. Lobo se afastara dos cargos públicos e dos outros periódicos em que colaborava e passou a se dedicar exclusivamente a esse jornal, onde era diretor principal e onde fazia duras críticas ao governo de Herculano Parga.

Esse isolamento de Antônio Lobo pode ter tido relação com suas brigas políticas com o governo de então e também pode ter sido consequência da doença do escritor, mencionada no texto de Teixeira, a qual pode ter culminado com seu suicídio. Enfim, essas facetas de Lobo – pessoa e escritor – estão imbricadas. Teixeira evidencia também a viagem de Lobo para Portugal para tratar de sua saúde, alguns anos antes, e a ajuda de seu amigo Fran Paxeco para viabilizar o tratamento.

De fato, Antônio Lobo esteve em tratamento médico no ano de 1902 em Lisboa e de lá manteve correspondência com o seu amigo Fran Paxeco. Em carta a este destinada e publicada pelo *Diário do Maranhão* em 29 de julho de 1902, em decorrência da polêmica travada com Manuel de Bethencourt, Lobo se refere ao seu estado de saúde e seu tratamento, mencionando os possíveis tratamentos para o mal que lhe acometia: “[...] a hidroterapia do Dr. Bombarda e a eletroterapia do Dr. Virgílio Machado” (PAXECO, 1902, p. 2). E terminava agradecendo ao seu “nobre e fidalgo amigo”, “por tudo o que por [ele] tem feito”.

Tudo indica que Antônio Lobo sofria, assim como citado em seu livro, de neurastenia. São várias as evidências que podem levar a essa conclusão, dentre as quais a sua morte. Lobo tinha problemas psíquicos, todos os seus adversários quando queriam atingi-lo com palavras, recorriam a essa sua fraqueza. Bethencourt, por exemplo, desferiu as seguintes palavras no jornal *A campanha*:

[...] O Sr. Lobo, da maneira por que vai, não precisa de resposta ao que diz, antes, de uma camisa de força!

Vivem amigos meus, há muito tempo, a me pedir que nada diga ao Sr. Antônio Lobo, para lhe não agravar a enfermidade [...].

Chame o Sr. Lobo um clínico e ele há de diagnosticar exatamente o que temo se realize na sua pessoa: a epilepsia muscular, com todos os seus acessos vesânicos, e por fim a paralisia geral. [...]

Gastei muito tempo com o Sr. Lobo, um desses ingratos da pior espécie, cuja ingratidão só se explica pela epilepsia lavada que o invade (NONATO, 1902b, p. 2).

Inácio Xavier, da mesma forma, refere-se a Lobo como um doente: “Pois não vê logo que um espírito nulo e acanhado como o seu, um doente, cujo único mérito é decorar bombas e soltá-las ao ouvido do público [...]. Coréico e paranóico, o Sr. Lobo é um doente psíquico, e é o quanto basta para torná-lo irresponsável pelo que diz e escreve” (CARVALHO, 1907, p. 1). A própria briga que travou com Fran Paxeco e com seus melhores amigos já evidencia um desequilíbrio de Lobo nos últimos anos de sua vida, agravados por uma série de problemas que ele enfrentou.

Além do amigo Mingo, outro com quem Lobo manteve a amizade até o fim de sua vida foi Luís Domingues. Durante a vigência do governo deste (1910-1914), Lobo assumiu vários cargos públicos e gozou de muito prestígio, sendo, mais do que um servidor, um amigo do governador. Domingues frequentava a casa de Lobo, e as correspondências trocadas entre eles mostram o grau de intimidade com que se relacionavam. Geralmente, Lobo saudava Domingues como “Meu prezado amigo” e dele se despedia nos termos “Do seu Antônio Lobo”, conforme se pode verificar nos fragmentos a seguir:

Meu prezado amigo

A festa, projetada para domingo vindouro, ficou adiada, porque eu, em meados da semana passada, fui de novo atacado de gripe, e não sei ainda quando poderei sair. Apresso-me em fazer-lhe esta comunicação, para desobrigá-lo do compromisso de reservar para a convivência conosco, o domingo que aí vem. Abraça-o estreitamente o Amigo sincero Antonio Lobo. 28-3-10 (LOBO apud GASPAR, 2009, p. 87).

Em outra carta, mais uma vez a amizade é reforçada, inclusive com Lobo cumprimentando a família de Domingues também com certa proximidade:

Dr. Domingues

Como já deve saber, estou na Jordôa, por exigências de saúde da minha filhinha. Por tal motivo, lhe não posso levar pessoalmente o meu abraço de boas vindas que, por este meio, lhe envio e a Dondon.

O sempre seu A Lobo 13-8-912 (LOBO apud GASPAR, 2009, p. 88).

Várias cartas são endereçadas a Luís Domingues pedindo favores, nomeações e informando-o acerca de expedientes administrativos, dispensando os documentos formais da administração. Na carta abaixo, percebe-se que Domingues conhecia a rede de amigos de Lobo, tanto é que este menciona o amigo Domingos Barbosa pelo próprio apelido (Mingo), e pede a Domingues contribuição para uma festa no Liceu, da qual o próprio Domingues faria parte:

Dr. Domingues

Estou preso no Liceu. Os rapazes do sistema projetam para hoje uma pequenita festa na casa do Mingo. Para tal abriram contribuição. Você faz parte do sistema. Mande-me, pois, pelo portador, a sua quota. Não vou pessoalmente buscá-la, porque não posso sair daqui.

Do seu Lobo (LOBO apud GASPAR, 2009, p. 94).

É importante salientar que muitas dessas cartas eram escritas em papel timbrado do “Gabinete do Inspetor Geral da Instrução Pública” e/ou do “Diretor do Liceu”. Em outra carta, Lobo pede baixa de um dos seus amigos da polícia e informa, em tom de humor, sobre o seu encontro com Domingues no dia seguinte: “Às 6 da tarde aí estarei. Garanto-lhe que nos retratos d’amanhã ficaremos mesmo duas lindezas de apaixonar pedras. Olá se ficaremos! Os coiós que tremam e que, sem demora, se precavenham. Do seu Lobo” (LOBO apud GASPAR, 2009, p. 97-98).

Em outra carta, escrita em 4 de março de 1913, novamente Lobo começa pedindo a Domingues favores em benefícios de terceiros e termina tratando de assuntos pessoais, considerando acerca da proximidade que iriam ter, uma vez que Domingues iria se tornar seu vizinho: “Já sei que vai ser meu vizinho. Espero que se instale na sua nova casa para ir lá fazer uma longa prosa. Ao sempre seu A. Lobo” (LOBO apud GASPAR, 2009, p. 91).

Com a saída de Luís Domingues do cargo, quem assumiu o governo do estado foi Herculano Parga (1914-1918). Nessa época, Lobo ocupava a diretoria do Liceu e foi mantido no cargo pela nova administração. Parga, porém, nomeou Raul da Cunha Machado, um antigo desafeto de Lobo, para a Secretaria do Interior, à qual a diretoria do Liceu ficaria subordinada. Lobo não teve qualquer desentendimento direto com Cunha Machado no passado, mas, na época em que compunha a redação dos jornais *Pacotilha* e *Diário do Maranhão*, esses jornais atacaram Machado, o que preocupava Lobo, conforme ele confidenciou ao novo governador.

Não demorou para que Lobo e Machado tivessem uma série de desentendimentos relacionados à administração do Liceu, que seria objeto de grandes reformas pedagógicas e administrativas. Esses atritos foram agravados pela posição ambígua do governador, que fazia “jogo duplo”, fingindo apoiar os dois. As discordâncias e a troca de ofícios criticando as duas posturas assumidas por Parga aumentaram, tornando a situação entre eles insustentável, o que culminou com o pedido de exoneração de Lobo, em 27 de agosto de 1914. O pedido foi negado pelo governador, mas Lobo não desistiu de sua decisão e deixou a direção do Liceu.

O fato se deveu a um ofício de Cunha Machado recriminando Lobo por ter comprado material de expediente sem a tomada de menor preço e em grande quantidade, o que seria contrário às normas impostas para o exercício do cargo, fato esse aliado à insinuação

de que o diretor teria cometido ilegalidade ao usar o dinheiro público. Dias depois, Raul Machado tomou a mesma atitude: também pediu exoneração do seu cargo.

Os embates administrativos travados por Lobo e Machado ultrapassaram os limites da administração pública e passaram a ser caso de justiça, por iniciativa desse último. Conta Gaspar (2009) que, apesar de ter levado os advogados Luís Carvalho e Clodomir Cardoso para a sua defesa, foi o próprio Lobo quem se defendeu perante o juiz, imputando a Cunha Machado o crime de injúria, pelo fato de este o ter acusado de locupletar através da compra de canivetes de madrepérola para o Liceu, quando administrava aquela instituição de ensino. Esse crime, porém, foi cometido por ambas as partes, a julgar pelo teor dos ofícios trocados. Além disso, Lobo pediu a nulidade do processo, apontando suspeição do juiz por ser seu desafeto e por vários vícios do processo. A Corte decidiu a favor do pedido de Lobo.

Por conta desse processo por injúria movido por Raul Cunha Machado, as relações entre Lobo e Herculano Parga se desfizeram para sempre, visto que, nos autos dos processos, estava registrado que Parga tinha ciência antecipada de todas as ações do seu subordinado Machado para com Lobo. Todos os ofícios que Machado havia destinado ao diretor do Liceu já eram conhecidos do governador, mas, quando Lobo ia levar tal informação a ele, Parga sempre dizia que não sabia de nada.

A partir de então, Lobo passou da condição de colaborador do governo Herculano Parga para a de oponente, crítico, denunciante. E, por meio do jornal *A Tarde*, de propriedade de J. Pires e sob a direção de Lobo, este passou a atacar ferozmente o governo de Parga, dedicando-se exclusivamente a esse periódico. Não que os outros jornais da cidade houvessem lhe fechado as portas, mas o novo tom oposicionista de Lobo não combinava mais com aqueles jornais que tinham em sua composição pessoas ligadas diretamente ao governo. O novo jornal contava ainda com Domingos Barbosa e Antônio Lopes como redatores; Álvares Pereira, Alcides Pereira, Lemos Viana Públio e Inácio Carvalho como colaboradores; e Crisóstomo como repórter.

Lobo publicou na coluna *A política maranhense* uma série de artigos que atingiram Herculano Parga diretamente, sem meias palavras, sem disfarçar nomes, sem pseudônimos. É lógico que o governo não enfrentaria isso calado: artigos passaram a ser publicados por seus correligionários contra Lobo. O jornal *O Estado* rebatia todas as acusações de *A Tarde*.

Tal reação não ficaria somente no âmbito da palavra: por último, Lobo teve o seu salário de professor de Lógica do Liceu Maranhense contingenciado. Mas o professor

manteve-se firme e publicou no jornal todos os trâmites que envolveram a contenda relativa ao seu salário:

Não haverá, decerto, entre nós, uma só pessoa, que, havendo lido o meu artigo de ontem, hesite na busca da causa real que levou o Sr. Herculano Parga a determinar ao seu Secretário da Fazenda que me recusasse o pagamento dos meus vencimentos de professor vitalício de Lógica do Liceu.

Esta causa aí está bem patente e clara de todos. Reside tão só na campanha de oposição, tenaz e inflexível, que daqui lhe estou a mover, dentro da lei, ao governo desastrado, prevaricador e inepto, que aí vem S. Exa., há perto de dois anos, exercitando no Estado [...] (LOBO, 1916b, p. 1).

Não cessando a oposição contumaz de Lobo ao não pagamento de seu salário e ainda tendo declarado que não morreria de fome nem seria forçado a alterar a sua vida por conta desse fato, igualmente não pararam as retaliações a ele. Seus opositores trataram, então, de fazer intervenção no jornal, que pertencia a J. Pires. Primeiramente, o seu salário no jornal foi reduzido a uma quantia insignificante, na intenção de forçar a sua demissão. Mais uma vez, Lobo não cedeu.

Diante da persistência de Lobo, o jornal *A tarde* foi fechado em 12 de janeiro de 1916. Deve ter passado às mãos de novos proprietários, certamente ligados a Herculano Parga. Esse fato pegou todos de surpresa, especialmente Lobo, que parecia muito seguro na direção do jornal: ele havia sido definitivamente derrotado. Estava abatido – moralmente, pela vergonha de ter suas palavras tolhidas pelo governo, que agora lhe tirava das mãos seu único veículo de expressão, que fora seu ofício durante anos; e financeiramente, devido ao corte de seus vencimentos.

Depois de dois meses do fechamento do jornal, em 30 de março de 1916, Lobo pediu licença de suas atividades de professor por três meses, para tratamento médico. O laudo da junta médica que examinou Lobo confirmou a sua enfermidade, concedendo a licença para tratamento de sua psicastenia. No requerimento enviado por Lobo pedindo licença consta que, por orientação de seus médicos, ele deveria se retirar da cidade para tratamento com a maior brevidade possível.

Esses acontecimentos se deram no último ano de vida de Lobo. No dia 24 de junho de 1916, ele se suicidou em sua casa com uma corrente amarrada ao pescoço. Conforme exposto por Gaspar (2009), Lobo atentou contra a própria vida no dia 21 de junho de 1916, tentando se enforcar, e agonizou por 64 horas, até vir a óbito. O atestado de óbito do intelectual, porém, indica como *causa mortis* meningite cérebro-espinhal. A causa para esse ato insano pode ser depreendida da carta abaixo transcrita, enviada por Domingos Barbosa a Luís Domingues, os dois maiores amigos de Lobo, em 2 de julho do referido ano:

[...] Como você imaginará, ainda me sinto muito desorganizado, com a horrível tragédia que deu tão triste fim ao Lobo. Foi real a tentativa de suicídio a que você se refere. Fez diversas. Atentamente vigiado simulou de tal forma haver abandonado a ideia sinistra, que iludiu a vigilância e acabou por passar uma corrente de rede ao pescoço e por finar-se após uma agonia de sessenta e cinco horas. A causa? – O meio, contra o qual quis lutar, mas que o abateu. A traição do fechamento d'A Tarde, deixando-o como que de fogo abafado, a suspensão do pagamento dos ordenados, o ingrato abandono em que o deixaram muitos dos que supunha amigos, trabalharam de tal sorte o seu espírito doente, combalido, que o resultado foi a catástrofe. O Maranhão extra-oficial, mas só este, sentiu e chorou o golpe. Até nisso a você já faz justiça toda a gente. De muitos, entre os quais de adversários seus, ouvi que se estivesse você no governo o Maranhão-Estado não cruzaria os braços diante do desaparecimento de maranhense como o Lobo foi... (LOBO apud GASPARG, 2009, p. 284-287).

O fragmento acima revela muito acerca da vida de Lobo. Todos esses acontecimentos nos últimos meses de sua vida o abalaram emocionalmente de forma grave, uma vez que, de fato, ele sofria de problemas psicológicos. A revelação de que Lobo já havia outras vezes atentado contra a própria vida e que sua mulher estava em sua vigilância para que não cometesse nenhum ato insano comprova mais uma vez o lado doentio de Lobo, que era tão usado pelos seus adversários para atacá-lo. Domingos destaca também o abandono de seus amigos e a perseguição empreendida a esse intelectual. A pressão que vinha sofrendo nos últimos tempos, aliada a sua fraqueza psicológica e emocional, teriam-no levado a cometer suicídio.

Ao noticiarem o fato da morte de Antônio Lobo, os jornais da época preferiram apenas mencionar o fato, sem entrar em detalhes quanto ao modo como ocorrera. Uma série de homenagens foi feita a ele: poemas, festivais, missas, sessões, discursos. E, por decisão da Câmara Municipal, de 27 de abril de 1917, um ano após o seu falecimento, portanto, o antigo Largo de Santo Antônio recebeu nova denominação: Praça Antônio Lobo. Em 1923, um busto dele foi colocado nesse logradouro, por sugestão de seu amigo Domingos Barbosa e iniciativa de vários membros da União Estudantal Sílvio Romero. Pelo seu papel na criação da Academia Maranhense de Letras, esta passou a ser conhecida como Casa de Antônio Lobo, em homenagem ao seu fundador.

### **3.2 Por dentro das Letras**

Durante toda a sua vida pública, Antonio Lobo nunca deixou de fazer uso da palavra escrita, manifestando-se principalmente através do jornalismo, sem dúvida seu instrumento de expressão preferido. Suas crônicas, suas opiniões, suas ideias sobre um acontecimento foram diariamente veiculadas, ao longo de anos, nos diversos periódicos em que trabalhou. Até mesmo a maioria de suas obras publicadas já haviam sido anteriormente

veiculadas nos jornais e revistas. Esse foi o caso de *A carteira de um neurastênico*, por exemplo, que já havia sido publicada em forma de folhetim na *Revista do Norte*, ocasião em que Lobo usou o pseudônimo de *Jaime de Avelar*, narrador-personagem do livro.

A prosa era incontestavelmente a principal forma de manifestação literária de Lobo, que, no entanto, não se eximiu de produzir versos. Esporadicamente, nos jornais, aparecia um poema escrito por ele, tanto que não reuniu seus poemas em nenhum livro exclusivamente nesse gênero. Sua produção poética, que inclui vários sonetos, fala de amor, de paixão, da sua musa, mas, pelo fato de não terem sido frequentes nem abundantes, desautorizam uma clara definição do estilo do autor.

Sua obra gira em torno de assuntos diversos, não se enquadrando num gênero textual determinado nem se atendo a um temática exclusiva: Lobo produziu relatórios, fez várias traduções, escreveu artigos, crônicas e um romance.

Em 1909, Lobo publicou *Os novos atenienses*, livro em que conta parte da história literária maranhense do século XIX até a sua época, buscando registrar o movimento de renascença literária que naquele momento se deflagrava. O livro é dividido em três partes: *Preliminares*, que funciona como a introdução do livro; *Primeira parte: os fatos*; e *Segunda parte: as individualidades*.

Nas *Preliminares*, Lobo constrói uma argumentação baseada no aporte teórico de Adolphe Coste. Contra a concepção de Taine, que afirmava ser a produção literária determinada pelo meio, pela raça e pelo momento, Adolphe Coste, no livro *Principes d'une sociologie objective* (Princípios de uma sociologia objetiva), defendia que a literatura era independente desses fatores condicionantes. Nesse caso, as duas ordens de fatos sociais eram independentes: os de ordem unitária, que consistem em questões práticas e constituem a matéria-prima da Sociologia; e os de ordem ideológica, formados pelos movimentos das belas-artes, da ciência, da filosofia e pelos atos intelectuais e morais dos homens civilizados, constituindo o que ele chama de *ideologia*. Ambos os fatos podem caminhar paralelamente ou seguir direções diametralmente opostas. Conforme Lobo (2008, p. 23), o Maranhão se encontrava no seguinte estágio descrito por Coste:

À inferioridade manifesta da nossa vida sociológica, nas mais típicas das suas revelações, inferioridade cujos fatores diretos não seriam difíceis de apontar, porque se prendem às causas gerais da decadência econômico-financeira, com o seu cortejo de repercussões político-sociais, que, de presente, atravessa o país, alia-se a uma grande exuberância de vida ideológica, que se ainda se não traduziu em documentos rigorosamente imperecíveis, desses que para logo se incorporam ao grande patrimônio mental de um povo, todavia se acusa já em produtos variados, capazes de permitir a medida exata da sua intensidade e do seu alto poder de expansão.

Na sua análise, mesmo com a decadência econômica, a vida intelectual (ideológica) do Maranhão estava exuberante, em pleno desenvolvimento, com grande produção intelectual, embora ainda não efetivada através da publicação de livros. Ele se esmera em designar a fase em que vivia como a continuidade de um período de profunda agitação cultural no Maranhão:

Aos anos de apatia e de marasmo, que se seguiram à brilhante e fecunda agitação literária de que foi teatro a capital deste Estado, nos meados do século findo, e que ficará marcando, para honra e glória nossa, uma das épocas mais pungentes da vida intelectual brasileira, substitui-se, afinal, uma fase franca de revivência intelectual que, desde o início, vem progressivamente caminhando, cada vez mais acentuada e vigorosa, destinando-se a reatar as riquíssimas tradições das nossas letras, que a muitos se afiguravam já totalmente perdidas (LOBO, 2008, p. 23-24).

Tentando fundar uma tradição literária para o Maranhão e incluindo a si e aos seus contemporâneos nessa tradição, ele lança as seguintes perguntas retóricas: “Mas, a nossa ressurreição espiritual, como explicá-la satisfatoriamente? Que causas precisas lhe devem ser atribuídas, que antecedentes genéticos lhe poderão, com verdade e justiça, ser apontados?”. Sabendo não haver resposta para essas perguntas, mas já sugerindo, a partir delas mesmas, uma resposta, Lobo usa a teoria das leis da imitação estudadas por Taine e foca a sua análise na questão da aparição das elites intelectuais e na condição do *gênio*, que seria um homem que apresenta “aptidões e faculdades, destoando, pelo grau de energia potencial que acumula, das que formam a partilha comum dos seres da mesma espécie”. Enquadram-se nessa categoria, portanto, pessoas com “larga influência que exercem sobre os seus contemporâneos, pelas correntes de imitação que, fatalmente, o seu redor determinam, acordando assim, para o trabalho mental, novas energias que, à falta de um estímulo direto, permaneceriam, talvez, para sempre inativas” (LOBO, 2008, p. 29).

A conclusão a que ele chega, a partir desse viés teórico, é que, para essas questões, ainda não há uma explicação para os períodos de grande produção intelectual nem para a gestação de grandes individualidades, numa dada sociedade. Entretanto, a resposta que ele sugere e que, de forma sutil, tenta incutir nos leitores, sempre relacionando a teoria ao período em que estava vivendo e usando palavras como *ressurreição*, *genética* e *hereditariedade*, é que os intelectuais de sua época eram herdeiros de uma intelectualidade de outros tempos. E afirma, ainda, que ele mesmo, assim se colocando na condição de *gênio*, seria o grande responsável por essa ressurreição, mesmo com o cenário social e economicamente desolador da época, elegendo o seu escrito como um registro histórico que deveria ser usado posteriormente para contar a história do Maranhão:

É um modesto subsídio documentário de contemporâneo, que tentamos oferecer, nas páginas que seguem, àqueles que, no futuro, quiserem aplicar os princípios gerais

que aí ficam perfunctoriamente assinalados, o estudo particular do atual rejuvenescimento literário do Maranhão, aplicação que não será descabida, pois que, a despeito das proporções secundárias de tal rejuvenescimento, em comparação aos grandes movimentos ideológicos, registrados pela história do espírito humano, em diversas épocas da sua evolução progressiva, nem por isso deverá o mesmo ser excluído da esfera de ação dos fatores gerais de semelhantes movimentos (LOBO, 2008, p. 29).

A teoria de Coste e Tarde é usada pra tentar explicar a prática. Esse é o estilo de Lobo: primeiro ele sempre constrói uma argumentação científica sólida, para depois entrar no assunto que é realmente o foco da questão. Nenhuma palavra é colocada ao acaso, todas têm uma razão e um sentido. Ao final dessa parte, ele afirma que tentará escrever uma obra imparcial, não motivado por predileções ou antipatias pessoais, mas também não se eximindo totalmente de eventuais omissões ou lacunas:

Buscaremos fazer obra imparcial e justa, como o devem ser todas aquelas que se destinam transmitir ao futuro a memória presente. E se, porventura, de práticas opostas formos acoimados – o que não será de estranhar, porque, em trabalhos desta natureza, constitui empreitada sobre-humana contentar devidamente a todas as pretensões – aí há, para decidir da justiça da cousa, o juízo dos competentes, esclarecido pelo exame criterioso e desapaixonado dos fatos e documentos em que firmamos os nossos conceitos (LOBO, 2008, p. 30).

A *Segunda parte: os fatos* é dividida em quatro capítulos que narram a história recente do Maranhão, no que concerne à produção intelectual. No capítulo I, o autor começa falando sobre o fim do *Semanário Maranhense*, inserindo-o como marco final da “brilhante geração literária” na qual colaboraram “os espíritos superiores da época” e que incluía nomes como: Sotero dos Reis; Sousândrade; Marques Rodrigues; Antônio Henriques Leal; César Marques; Gentil Braga; Joaquim Serra; Heráclito Graça; Martins Costa; e Celso Magalhães.

Conforme a narrativa de Lobo (2008), desaparecido o semanário, os intelectuais maranhenses tomaram outros rumos: a maioria migrou, outros morreram e o Maranhão entrou em decadência cultural. Houve, nesse período de marasmo, algumas tentativas de mudar o estado das letras maranhense, mas estas estavam condenadas ao fracasso pelo próprio meio social, indiferente e hostil aos novos talentos que surgiam. Foi o caso, por exemplo, de Aluísio Azevedo, que, na mesma medida em que fora maltratado pela imprensa maranhense, era recebido com pompa e circunstância por toda a imprensa do Sul. Conforme o autor, o Maranhão não tinha vida literária, e se o estado continuava representado na cultura geral brasileira era pelo que faziam os escritores daqui emigrados.

No capítulo II, descreve a iniciativa do professor Manoel de Bethencourt, professor de Filosofia do Liceu, que promovia palestras e cavacos para a juventude da época, abordando grandes temas relacionados à arte e à literatura. Entre os jovens participantes: Aluísio Porto; Antônio dos Reis Carvalho; Inácio Xavier de Carvalho; Euclides Marinho;

Montrose Miranda; Manoel Miranda; e o próprio Antônio Lobo. Esses encontros cresceram ao ponto de ser criado, a partir deles, um periódico, *O século*, e logo depois a revista *Filomatia*, assim como outros periódicos, como *O estudante*. Todas essas tentativas, porém, fracassaram, findando com a partida de Bethencourt para Manaus.

No capítulo III, voltando à teoria de Tarde, exposta na primeira parte do livro, Lobo cita como grande força geradora do fenômeno ideológico ocorrido em sua época a visita de Coelho Neto a São Luís. Somente o lançamento de periódicos não foi capaz de fazer reviver a intelectualidade maranhense: era necessária a “ação de espíritos superiores sobre todos aqueles que, em grau mais ou menos intenso [...] possuem as qualidades típicas que lhes foram apanágio”. Ou seja, era necessário que os jovens daquela época entrassem em contato com alguém da brilhante e fecunda geração, e isso foi representado pelo brinde entre Sousândrade e Coelho Neto, “o símbolo grandioso de duas gerações literárias que se dessem as mãos, por cima dos anos tristes de decadência mental”. Assim, os modelos foram “fatalmente imitados pelas organizações inferiores”, que viram naquela cena a grande inspiração para fazer a revivência intelectual do Maranhão (LOBO, 2008, p. 43-46).

No capítulo IV, trata da chegada de Fran Paxeco e de sua integração com a juventude da época, ajudando nas produções desta, que se transformaram em conferência no Centro Caixeiral. Em seguida, ocorreu a criação da Oficina dos Novos e de uma série de periódicos e grêmios literários, culminando com a criação da Academia Maranhense de Letras.

A *Segunda parte: as individualidades* é dividida em dois capítulos: *Os poetas* e *Os prosadores*. Em *Os poetas*, constrói a ideia de que o Maranhão era a terra dos poetas, alguns se destacando, outros sendo vencidos pela lei da seleção natural e muitos desistindo da vida literária e optando pela vida prática.

Antes de expor informações biográficas dos poetas, Lobo (2008) expõe o seu critério de organização: no livro, constavam os poetas que realmente possuíam uma produção nessa área, partindo dos que já haviam produzido livros e terminando com os que tinham produções esparsas em jornais e revistas. O primeiro a ser biografado foi Inácio Xavier de Carvalho, seguido por Inácio Raposo, Correia de Araújo, Costa Gomes, Vieira da Silva e Maranhão Sobrinho. Nesse grupo estão incluídos os poetas que já tinham livros publicados.

Na seção *Outros poetas*, constam resenhas biográficas dos escritores que não tinham livros publicados. O autor dá grande destaque a Francisco Serra, que teria sido um dos grandes combatentes da revivência mental que sucedeu à passagem de Coelho Neto. Em seguida, merecem menção: Alfredo de Assis; Luso Torres; Luís Carvalho; Agostinho Reis;

Humberto de Campos; Vespasiano Ramos; Francisco Lisboa Filho; Godofredo Viana; Fabiano Vieira; Carlos Rego; Américo César; Altino Rego; Heráclito Matos; Lemos Viana; Arlindo Martins; Nascimento Moraes; Leonete Oliveira; e Laura Rosa.

Em *Os prosadores*, Lobo (2008, p. 115) autor tece comentários sobre o artigo *Os meios linguísticos de condensação do pensamento*, publicado na *Revue Philosophique*, de Raoul de La Crassierie, tratando do antagonismo entre Gramática e Estilística. Conforme a análise do artigo, o estilo de um escritor não pode ser julgado por regras gramaticais. O autor constata que sempre houve lutas acirradas entre gramáticos e escritores no Maranhão, pátria de grandes prosadores brasileiros, como João Lisboa e Artur Azevedo, e também de gramáticos, como Sotero dos Reis. O autor ressalta que não é seu objetivo tratar dos gramáticos, já que eles ainda não tinham produzido obra de grande repercussão, limitando-se a uma “polêmica ociosa e estéril” e “a reproduzir passivamente regrinhas de compêndios, escolhidas, as mais das vezes, sem o preciso critério, e inteiramente inadaptáveis aos casos que visam regular”.

O autor aparenta se incomodar com o correcionismo dos gramáticos em relação às obras literárias, especialmente às suas composições. Entre os prosadores que já haviam publicado livros, aparecem: Viriato Corrêa; Astolfo Marques; Godofredo Viana; e Domingos Barbosa. Ao final dessa seção, o autor abre um parêntese para citar três prosadores que, apesar de não fazerem parte do movimento de renascença, deveriam figurar como coevos prosadores maranhenses: José Ribeiro do Amaral; Justo Jansen; e Antonio Batista Barbosa de Godóis.

Na seção *Outros prosadores*, aparecem aqueles que não haviam publicado livros: João Quadros; Alfredo de Assis; Luís Carvalho; Fabiano Vieira; Benedito Vasconcelos; Antônio Lopes; Luso Torres; Raul Pereira; Luiz Viana; e Alfredo Fernandes. No final do livro, aparecem duas seções extras. Na primeira, intitulada *Em tempo*, o autor disponibiliza um soneto de Otávio Galvão que deveria ter sido inserido na seção *Outros poetas*, além de alguns nomes que fizeram parte do Clube Nina Rodrigues. Em nota complementar, Lobo (2008) faz menção a Fran Paxeco, com três livros publicados: *O Sr. Sílvio Romero e a literatura portuguesa*; *O Maranhão e os seus recursos*; e *Os interesses maranhenses*. Menciona, ainda os escritores Afonso do Nascimento e Alves de Faria.

Ao final do livro, Lobo (2008, p. 135) ressalta o movimento literário do qual faz parte, com as seguintes palavras: “Eis-nos chegados ao fim desta empreitada. O que nas páginas anteriores ficou dito, basta, supomos, para dar uma idéia suficiente do movimento de renascença literária que de presente agita o Maranhão”. E cita uma série de escritores que

estão fora do Maranhão, os quais, juntamente com os biografados por ele, “valem o bastante para continuar a assegurar-nos o direito incontestável ao glorioso cognome de Atenas do Brasil”.

Mesmo não inserindo o seu próprio nome no livro, ao afirmar que este constitui subsídio para a História Literária do Maranhão, Lobo se coloca como o grande representante de sua geração e, com essas palavras, insere os escritores listados e biografados – os *novos atenienses* – na história da literatura maranhense, como continuadores de uma tradição “natural” de grandes literatos nascidos nesta terra, ou seja, herdeiros, atenienses.

No ano de 1911, Antonio Lobo publicou *Pela rama*, que é a reunião em livro de várias crônicas suas publicadas em jornais e revistas do Maranhão. Nos 54 textos, Lobo (1911a) trata de vários temas, tentando fazer uma reflexão acerca da realidade, como é característica fundamental de uma crônica, seja em questões de biologia, religião, crítica literária ou crítica social, seja contando um fato, discorrendo sobre futilidades e baboseiras, como assim ele mesmo denominou, em tom despretensioso, seja, ainda, externando sua opinião sobre ensino ou Gramática. A partir da empatia com o leitor, evocando-o sempre. Tentando estabelecer uma empatia com o leitor, evoca-o a cada texto com o vocativo “meu querido leitor”, tratando dos mais diversos assuntos, sem aprofundar muito. Ele procura imprimir nos textos um estilo leve, como convém ao gênero *crônica* e como o próprio título do livro sugere. Assim, ele trata as questões com comentários breves, superficiais, “pela rama”, em consonância com o objetivo que ele mesmo estabelece para o livro em seu *Prefácio*:

Por aqui te falarei de tudo e de todos: emitirei ideias, discutirei opiniões, ventilarei sistemas, analisarei doutrinas; contar-te-ei coisas de arte, de filosofia, de ciência, de religião; estudarei homens, comentarei fatos, registrarei acontecimentos, apregoarei verdades e desmentirei sofismas; tudo isso, porém, *pela rama*, superficialmente, em tom ligeiro e ameno de palestra amiga, sem pretensões a Catão ou a palmatória do mundo (LOBO, 1911a, p. 11).

Nesse *Prefácio*, Lobo (1911a, p. 7-8) começa falando sobre o Livro *Don Quixote de La Mancha*, inquirindo ao leitor se já teria lido esse livro: “Se nunca o leste, o que não é para admirar, vivendo, como vives, numa terra em que se não lê, sabes, pelo menos, que ele existe e que foi um espanhol de gênio quem o escreveu”. E qualifica essa obra-prima da literatura espanhola como “[...] um repositório magistral de ensinamentos morais”. Em seguida, passa a caracterizar os personagens centrais da história e qualificá-los: Dom Quixote, um tipo lendário, fidalgo errante, que simboliza uma pequena porção da humanidade que acredita no sonho; e Sancho Pança, que metáforiza a grande parte da humanidade que só acredita no imediato.

Lobo (1911a, p. 8), porém, constata que essas duas porções da humanidade se completam mutuamente, pois “aos desvarios da imaginação da primeira opõe-se a calma ponderada da razão da segunda, o egoísmo estreito desta tempera-se ao contato do altruísmo exagerado daquela”. Toda essa caracterização dos tipos centrais da obra serve para embasar a tese que ele coloca ao final do prefácio: a de que esse é um artifício para envolver e estabelecer uma proximidade com o leitor. Lobo conclui que eventualmente o leitor poderá não concordar com suas observações e, nesse momento, ambos (escritor e leitor) assumirão a postura de Dom Quixote e Sancho Pança. E, como os dois nunca brigaram, eles também estarão em paz, cada um respeitando a opinião do outro.

O livro prossegue com uma série de crônicas muito pertinentes, pois tratam de temas da época, revelando, ainda, a construção de sua escrita, no que diz respeito tanto ao poder argumentativo quanto à abordagem dos diversos temas. As crônicas servem principalmente para pensar as questões que inquietavam o homem Antônio Lobo, tendo como temas mais recorrentes: a análise e crítica de notícias de outros países; comentários sobre notícias e demandas do Brasil e do Maranhão, como a epidemia de peste bubônica no Maranhão e a questão da vacina contra a varíola; a visão do Brasil na Europa; a divulgação de descobertas científicas e curas de doenças; comentários acerca de autores consagrados da literatura mundial, como Émile Zola, Ferdinand Fabre e William Shakespeare; a diversidade religiosa, assunto largamente abordado, com o objetivo de desmitificar dogmas e estabelecer uma discussão entre fé e razão.

O autor dedica, ainda, uma atenção especial a assuntos relacionados à educação e a métodos de ensino, trazendo, inclusive, uma larga discussão acerca dos métodos de ensino da Língua Portuguesa. Quanto a este último assunto, é interessante observar que o livro evidencia, já no início do século XX, preocupações e proposições que norteiam a Linguística hoje, no que diz respeito, por exemplo, à diferença entre língua e gramática.

Há, ainda, textos que abordam temas menos sérios, como reminiscências de sua infância e personagens curiosos. Enfim, esse livro de crônicas de Lobo é muito significativo, destacando-se entre suas obras, por permitir entrever, além do Lobo intelectual, professor, diretor de instituições públicas e jornalista, um homem engraçado, bem-humorado, descontraído e reflexivo acerca do mundo ao seu redor. Através das palavras e para além delas, um ser humano.

De uma série de doze artigos publicados em *A tarde* no ano de 1915, foi publicado postumamente, em 1916, o volume *A política maranhense*. Nesses artigos, Lobo faz um histórico da política maranhense, desde a morte de Benedito Leite, em 1909, até aqueles dias,

sob o governo de Herculano Parga (1914-1918). Lobo trata da fase de conciliação política estabelecida no governo de Nilo Peçanha, que provocou grande reviravolta política no Maranhão.

Conforme Lobo (1916a, p. 17-18), o pacto entre os dois partidos então existentes (o que seguia a chefia de Benedito Leite e o que dirigido por Costa Rodrigues), ou seja, a “política de conciliação”, em nada mudou o cenário político ludovicense e maranhense, encerrando apenas aparentemente a oposição. Os ódios antigos e os desentendimentos deveriam acabar em prol do bem público, o que era algo extremamente difícil. Lobo não acreditava nessa conciliação. Para ele, ela não representava a revisão dos princípios políticos daqueles partidos, nem mesmo significava “transformar aos poucos a sua luta rasteira em torno dos homens numa luta elevada em torno dos princípios”. Essa reforma era quase impossível naquele meio, devido aos “nossos hábitos seculares e à hostilidade invencível”. Assim, a obrigatoriedade da não oposição levaria a uma disputa velada, em que se teria o “cultivo sistemático da hipocrisia e da mentira, da traição e da perfídia, para obter, pela bajulação e pela intriga, o que mais lhes não era permitido conquistar pelos processos dignos, francos e altivos do passado”.

O autor coloca que, desse armistício entre os partidos, saiu, para o governo do Maranhão, a candidatura de Luís Domingues, oriundo do partido de Benedito Leite, que desfrutava naquele momento de maioria eleitoral. Talvez porque servira à administração de Domingues, uma vez que era amigo íntimo deste, o articulista afirma ter a intenção de não analisar o governo de Domingues administrativamente, mas sob o aspecto partidário. Para ele, o governo em questão não foi de paz e amor, uma vez que as intenções opostas dos partidos se mantinham, e isso se podia ver nas lutas jornalísticas, como, por exemplo, o embate entre o *Correio da Tarde* (jornal da maioria) e a *Pacotilha* (jornal da minoria, chefiado por Costa Rodrigues). E assim governou Luís Domingues, tentando conciliar os dois partidos, pelo menos até o terceiro ano de governo, quando a parcialidade passou a pendê-lo sutilmente para o seu partido.

A narrativa do articulista apresenta um enorme lapso temporal e já começa a falar sobre o pleito eleitoral que definiria o substituto de Luís Domingues. Nada foi mencionado sobre seu governo, como o articulista já havia anunciado, nem para elogiar, nem para criticar, uma vez que o objetivo da série de artigos era, de fato, atingir o governo de Herculano Parga, e não a política maranhense em geral.

Pouco depois de ganhar as eleições para o quadriênio 1914-1918, Urbano Santos foi escolhido para a vice-presidência da República. Veio, então, ao Maranhão para renunciar

ao governo do estado e, juntamente com Luís Domingues, escolher o nome que governaria o Maranhão. O escolhido por Urbano Santos foi o bacharel Herculano Nina Parga, que foi rejeitado por Domingues, por ser forte opositor de seu governo. Porém, empenhado em eleger Parga, Urbano Santos tratou de movimentar sua campanha, inclusive de levar o seu escolhido ao palácio, a fim de aproximar os dois adversários. Assim, Domingues acabou por aprovar a candidatura de Herculano Parga:

Vingaram, portanto, em toda a linha os planos do Sr. Urbano Santos e vingaram pelos seus 'especiais processos de ação política'. O maior embaraço à candidatura Parga partia do Sr. Domingues. Removeu o Sr. Urbano esse embaraço, levando o pretendente a conseguir do Sr. Domingues que substituísse a memória dos seus ataques e agressões anteriores pela dos 'obséquios de apreço e estima com o que foi cativar', espontaneamente, dentro do seu próprio palácio (LOBO, 1916a, p. 45).

A partir do sexto artigo dessa série, Lobo se atém a questionar a candidatura de Herculano e a descrever sua acanhada participação política na vida pública. Em geral, a candidatura de Herculano Parga lhe causara muita surpresa, pois não via nele os requisitos necessários para assumir cargo de tão grande monta, haja vista ter tido uma “vida apagada e modesta”. Era bacharel em Direito, exercia a advocacia e efetivamente um cargo público federal de importância secundária:

[...] ninguém vira jamais partindo dele um só gesto que o recomendasse, já não dizemos a admiração, mas pelo menos a atenção pública. Nunca publicou um trabalho, nunca proferiu uma oração, nunca escreveu um artigo, nunca elaborou umas razões, nunca redigiu um simples relatório, que pudesse servir de escalão aferidor da sua capacidade mental ou cultural (LOBO, 1916a, p. 49).

Herculano Parga não era, segundo Lobo (1916a), nem político, nem militante. Sobre seus predicados morais, possuía uma vida ilibada; porém, cidadãos assim havia aos montes, o que não os qualificava para exercerem o cargo de governador do estado. Lobo, enfim, desqualifica a figura de Parga, mostrando-se surpreso com a escolha de indivíduo tão apagado para tão importante cargo, embora não tivesse levado em conta o fato de ter aceitado permanecer no cargo de diretor do Liceu sob a tutela dessa pessoa tão insignificante. Lobo expõe, em um dos artigos, o documento publicado no Diário Oficial de 28 de fevereiro de 1914, em que Urbano Santos enumera os requisitos e títulos do novo governador do Maranhão:

- 1º - 'espírito refletido e calmo';
- 2º - 'sincero e devotado cultor do direito';
- 3º - 'constante defensor da lei';
- 4º - 'lucidez de inteligência';
- 5º - 'perfeito conhecimento das coisas do nosso Estado';
- 6º - 'estranheza completa às nossas contendas partidárias' (LOBO, 1916a, p. 53).

Em tom sarcástico, Lobo (1916a) conclui a respeito das palavras de Urbano Santos que, de todas as qualidades acima listadas, apenas a última todos já sabiam. As demais, se fossem verdadeiras, o seu possuidor as tinha ocultado com grande zelo, porque nunca haviam desconfiado de sua existência. E, a partir do artigo subsequente, passa a por em discussão tais virtudes conferidas ao governador Herculano Parga, citando atitudes tomadas por seu governo. O autor concorda, porém, que realmente Parga nunca se envolvera nas lutas políticas, mas estava longe de fazer uma política larga e liberta.

Lobo (1916a, p. 87) prossegue afirmando que o governador se cercava de pessoas sem experiência política; os pouquíssimos homens de valor que ainda exerciam cargos públicos de destaque foram forçados a se demitir, pela deslealdade com que os tratou nas relações oficiais que com eles teve que manter. Os seus homens de confiança eram desconhecidos, pois, caso se revelassem contra a sua administração, poderiam ser facilmente mandados de volta à posição apagada que ocupavam anteriormente (cargos burocráticos). Assim também fazia o governador Parga no interior: substituía o funcionalismo por gente de sua inteira confiança, sem critério algum, sem respeitar os direitos adquiridos, apenas para “servir de instrumento à vontade caprichosa e prepotente”.

No último artigo da série, Lobo (1916a) lista todas as qualidades atribuídas a Herculano Parga por Urbano Santos e afirma que ele possuía qualidades inteiramente opostas às apregoadas pelo seu ilustre patrono. Isso podia ser comprovado pelos fatos que vinha noticiando contra o governo, os quais eram de domínio público. Critica Urbano Santos pelo apoio político mantido ao governo maranhense, mesmo com tantas arbitrariedades e denúncias, inclusive apoiando para vice-governador o seu próprio irmão Brício de Araújo, apesar de sua posição anterior quando este quisera competir para deputado federal e fora repellido, sob o pretexto de que lançar uma chapa com dois irmãos era uma prática política imoral.

O articulista defende que Urbano Santos colocou Herculano Parga na administração de seu estado porque precisava de um homem que executasse, sem protestos, as suas ordens e instruções políticas. E assim descreve o cenário político do Maranhão: de um lado, Urbano Santos e Herculano Parga; de outro, surgindo como oposição, Cunha Machado e Luís Domingues. Com isso, Lobo passa a fazer especulações para apoios políticos futuros. Na análise de Lobo (1916a), a política maranhense atravessava, na época, uma agudíssima crise de transformação. Lobo não pôde acompanhar, mas essa crise perdurou por muito tempo, chegando aos dias atuais.

Essa série de artigos publicados por Lobo contra Herculano Parga mostra claramente a crítica parcial e direta à figura do governador, que não se ateu a discutir apenas a administração do Estado, mas também a pessoa do governador, sem deixar passar qualquer fato sem a sua análise. O rancor e a raiva de Lobo o levaram a construir essa crítica implacável, que, em certos momentos, expõe a figura de Parga ao ridículo. Esses artigos esboçam a medida da amargura de Lobo perto do fim de sua vida, um homem emocionalmente bem diferente daquele que escrevera as crônicas de *Pela Rama*, porém com a mesma habilidade para externar com palavras tudo o que queria.

### 3.3 A carteira de um neurastênico

Embora o discurso literário resulte de uma consciência do belo, ou seja, objective propiciar e proporcionar a experiência estética (CALVINO, 1990), não se pode perder de vista a sua base no mundo real. Conforme Leenhardt e Pesavento (1998), a ficção não seria o avesso do real, mas uma outra forma de captá-lo – a *representação*. Aqui, esse termo assume o sentido de articulação de um discurso que se coloca no lugar de algo que existiu (PESAVENTO, 2000, p. 37) ou do que poderia ter existido, “criando um mundo paralelo de imagens, palavras e significados [...] por vezes mais real que o próprio real concreto”, constituindo, assim, o imaginário.

Assim, não obstante a distância entre “o que aconteceu” e “o que poderia ter acontecido”, tanto o discurso histórico quanto o literário trabalham com o “efeito do real”:

Se o texto histórico busca produzir uma versão do passado convincente e próxima o mais possível do acontecido um dia, o texto literário não deixa de levar em conta esta aproximação. Embora a trama seja, em si, criação absoluta do autor, busca atingir este efeito de apresentar um versão também plausível e convincente (PESAVENTO, 2000, p. 57).

Apesar de o texto literário ter autonomia, ele não está desvinculado da sociedade e do ser que o criou. A literatura é uma prática social, portanto influencia o meio social e é por ele influenciado. Conforme Cardoso e Vainfas (1997, p. 378), o texto é portador de um discurso, elaborado num contexto político e social específico que permite a sua produção, circulação e consumo. Por sua vez, “‘as condições de produção’ de um discurso têm a ver com o ideológico, com os valores da sociedade que o produz”. Seu reconhecimento também depende das instâncias de poder capazes de legitimar ou não tal discurso. Acrescentem-se a esse debate as ideias de Ferreira (2009, p. 67), que coloca que “[...] toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e

relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem”.

Com esse aporte teórico, pretende-se entender, a partir do romance *A carteira de um neurastênico*, as representações acerca da realidade que o envolve. Para isso, a análise aqui empreendida se pauta na relação entre obra, autor e meio social, considerando que os sentidos do texto são construídos historicamente.

Conforme Candido (2006, p. 12-13 e 34), “A obra de arte é fruto da confluência da iniciativa individual e de condições sociais, indissolavelmente ligadas”. Portanto, só é possível entender “a obra fundindo texto e contexto numa interpretação dialética íntegra. O externo (o meio social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno”.

*A carteira de um neurastênico* é um romance publicado em 1903 e anteriormente veiculado em forma de folhetim na *Revista do Norte*, sob o pseudônimo de Jaime de Avelar. É uma narrativa em *flashbacks*, isto é, o narrador altera a ordem dos acontecimentos, apresentando um enredo não linear, próprio do tempo psicológico ou da experiência. Constitui-se de trinta e sete capítulos tecidos, portanto, de forma cronologicamente irregular: ao sabor da memória, uma história relembra outra história, partindo do presente para tempos passados e retornando ao presente. O que a princípio parece ser um livro voltado para um monólogo interior, em que o narrador escreve acerca de uma autorreflexão, aos poucos vai se tornando um romance social, apresentando personagens e descrições próprios do Maranhão do início do século XX. O viés autoanalítico do texto, porém, é constantemente retomado.

Do capítulo I ao VII, o narrador mantém esse tom monologal, confessando seus sentimentos mais íntimos e suas lembranças mais antigas. Do capítulo VIII ao XXII, em *flashback*, o narrador Jaime passa a relatar a história de sua infância, que se cruza com a de seu amigo Carlos de Menezes. No capítulo XXIII, novamente o narrador volta a falar de si mesmo, para, nos capítulos subsequentes, narrar novamente a história de amor entre Carlos e Laura, para mais uma vez voltar ao presente no capítulo XXXVI.

Truncada à primeira vista, essa trama torna a interpretação do livro um pouco difícil, embora seja legítimo acreditar que sua tessitura seja uma estratégia para prender a atenção e o interesse do leitor na história, já que se trata de um livro primeiramente publicado capítulo a capítulo em forma de folhetim. Dessa forma, à maneira de capítulos de uma telenovela, a história se tornaria muito mais interessante para o leitor. Esse, no entanto, é apenas um ponto de vista, na medida em que a criação literária é livre e prende-se à vontade e intencionalidade do autor, constituindo um tempo “privativo, pessoal, subjetivo ou, como se

geralmente se diz, psicológico” (MEYERHOFF apud MOISÉS, 1970, p. 192). O certo é que o foco narrativo desse livro é constantemente alterado e é a partir do narrador Jaime de Avelar que o enredo é construído.

O narrador é, nesse livro, primordial, aquele que conta a história e aquele que organiza a seu modo os acontecimentos, é a partir de si que as personagens se movem, e é a partir de si que elas tomam forma. Até ao capítulo VIII, o foco narrativo é predominantemente em primeira pessoa; ao longo dos outros capítulos, mesmo o narrador sendo participante da história, o foco narrativo é predominantemente em terceira pessoa onisciente (conhece os pensamentos e intenções das personagens). Em tom monologal, o narrador confessa suas ideias ao leitor e a si mesmo, refere-se à sua escrita, ao seu fazer e aos seus medos, num fluxo mais ou menos organizado de lembranças.

No capítulo VII, no entanto, ocorre a ruptura do enredo, que até então parecia ser uma autoanálise do narrador. O foco narrativo, então, se volta à história de uma terceira pessoa, e o narrador se torna testemunha. Porém, mesmo pertencendo à história, e assim tendo teoricamente uma visão limitada, consegue entrar no íntimo dos seus personagens e narrar até fatos que não presenciou, caracterizando a onisciência e onipresença típicos do narrador extradiegético.

Nessa perspectiva, o enredo é altamente truncado, possivelmente numa manobra deliberada do narrador, que sempre expõe o final de um relato ou a consequência de um fato, para depois descrever sua trajetória ou sua causa. E isso também nem sempre ocorre de forma cronologicamente ordenada: pode ser que, na ânsia de explicar uma consequência, ele apresente outra consequência dentro da causa, sendo que a narrativa está sempre fechando um ciclo e abrindo outro, ou vice-versa.

Assim, no texto, Jaime, o narrador-personagem, menciona o recebimento da carta de Carlos (capítulo VII), que o faz lembrar as circunstâncias em que conheceu Carlos, os anos que passou no internato, o prosseguimento da vida de Carlos e a briga deste com a família (capítulo VIII ao XVII). Este último fato já o lança na história de Laura e sua mãe, Mariana (capítulo XIII ao XXX), tendo uma pausa no capítulo XXIII para o narrador falar sobre sua escrita.

No capítulo XXI, a narrativa recua no tempo para explicar o romance de Laura e Carlos, voltando a citar a briga com o seu pai, fechando um ciclo (capítulo XXV). Depois, continua relatando a vida de Carlos e Laura, o nascimento de sua filha, até parar precisamente no momento em que Carlos lhe envia a carta (capítulo XXXVII), fechando todo o ciclo maior que já iniciara no capítulo VII.

Em suma, o enredo do livro se desenvolve da seguinte maneira: Jayme se apresenta como um homem atormentado, cheio de angústias e sentimentos ruins, num período de autoanálise. Uma carta a ele enviada por seu amigo mais íntimo, Carlos de Meneses, leva-o a lembrar de sua infância e de como se conheceram, no Internato de São Luís, quando tinha onze anos de idade. Suas expectativas e medos em relação à distância da família foram minimizados pela amizade com Carlos, filho único de ilustríssimo comendador da cidade. Este último declara toda a sua aversão à Igreja e aos padres, denunciando vários casos de má conduta destes. Essas ideias aos poucos foram influenciando Jaime, à medida que a amizade foi crescendo, muito diferente de quando entrara no internato, ainda sob a influência da religiosidade de sua mãe.

Depois de cinco anos, os dois amigos – Jaime e Carlos – deixaram o internato e foram estudar no Liceu, com o intuito de concluir o curso preparatório. Carlos seguiu para Recife e bacharelou-se em Ciências Sociais e Jurídicas; Jaime não prosseguiu nos estudos, passando a gerenciar a fortuna herdada de seu pai. Casou-se e constituiu família.

Devido à posição privilegiada de sua família, Carlos se tornou o aluno mais destacado de Recife. Sua chegada de Recife a São Luís e a festa de sua formatura foram anunciadas em todos os jornais da cidade. A festa teve elementos nunca vistos antes, vindos da França. O comendador já tinha vários planos para o seu filho, dentre os quais um casamento por interesse. Carlos, porém, não queria nada disso e também já arquitetara outros planos para sua vida: o desejo de Carlos era ser nomeado juiz de Direito para o sertão (município de Carolina), o que, para o comendador, seu pai, não foi difícil conseguir.

Assim, Carlos partiu para o interior, a fim de exercer o cargo pretendido. Depois de um mês, retornou à capital com três meses de licença e comunicou a sua intenção de desposar Laura Medeiros, uma menina pobre e de pai desconhecido. Essa notícia estourou como uma bomba nos “anais da burguesia endinheirada do Maranhão” (LOBO, 1903, p. 124).

Jaime passa a narrar a história de Laura, “flor nascida num pântano” (LOBO, 1993, p. 129). A mãe dela, Mariana, era rameira de profissão. Ao engravidar, encarou a gestação como um fardo que carregaria apenas por nove meses, pois decidira a dar a criança para que outra pessoa criasse, na intenção de voltar à sua vida de libertinagem, da qual tirava o sustento. Porém, quando a menina nasceu, Mariana se arrependeu, chorando copiosamente e decidindo-se cuidar ela mesma da sua filha. Esse fato mudou a vida de Mariana, que passou a lutar para não voltar a sua antiga vida, mesmo em meio a toda a miséria em que viviam. Quando Laura completou sete anos, seu padrinho, Fialho, conseguiu que ela entrasse como pensionista da província para o Asilo da Piedade, onde se desenvolveu bastante na pintura e

nos bordados, passando a ser requisitada para vários trabalhos. Tornou-se também muito admirada pela sua austeridade moral.

Laura completara doze anos quando sua mãe, Mariana, caiu doente. A filha lhe aconselhou ir ao médico, mas suas amigas lhe recomendaram procurar o homeopata Viegas, afirmando-lhe que se curaria com um tratamento homeopático. Porém, os remédios de Viegas não fizeram efeito algum, e sua doença se agravou. Mariana resolveu, então, procurar o Dr. Palhares, que dava consultas gratuitas aos pobres. O médico declarou que ela tinha sífilis, doença para a qual prescreveu um tratamento à base de mercúrio. Mariana seguiu as prescrições médicas à risca e, ao perceber o desaparecimento dos sintomas, considerou-se curada. Assim, ao se sentir livre dos incômodos da doença, Mariana abandonou completamente o tratamento.

Entrementes, Laura terminou seus estudos e passou a ocupar, como adjunta, a cadeira de Prendas e Economia Doméstica do asilo. As matronas do convento consideravam-na uma coitada que não se desenvolveria se estivesse sob os cuidados da mãe. Laura se tornou uma mulher muito bonita e não herdou nada da conduta de sua progenitora, a qual se comprazia com isso, orgulhando-se da filha.

Depois de dois anos, Mariana voltou a ter os sintomas da sífilis e mais uma vez foi consultar o homeopata Viegas, cujas prescrições não surtiram efeito, levando a doente a procurar uma benzedeira, que também fracassou. Por fim, ela procura, mais uma vez sem sucesso, o farmacêutico Polydoro. Todas essas pessoas procuradas por Mariana eram mestres na arte de curar, mas não conseguiram debelar a moléstia da enferma, que só piorava. Fialho levou novamente o Dr. Palhares para vê-la, mas este afirmou que o caso dela não tinha mais solução, mas que seria possível prolongar a sua vida caso ela se recolhesse ao hospital. Ela, no entanto, se recusou a ser internada.

Ao ser informada desse fato, Laura resolve sair do Asilo e ir cuidar de sua mãe. Seu padrinho e tutor, Fialho, consentiu que ela assim fizesse, mas não a diretora do Asilo. Esta condicionou a saída da menina a uma autorização do juiz de órfãos, mesmo sendo o tutor a favor de sua saída. Fialho, então, recorre ao juiz dos órfãos, Dr. Loureiro, que não quis de imediato conceder a autorização, pois estranhou a exigência da diretora do Asilo; por isso, decidiu primeiro apurar os fatos. E nenhum lugar na cidade era melhor para obter qualquer tipo de notícia do que a Livraria do Ramada, onde se reuniam os boêmios da cidade, inclusive Xandico, o “fofoqueiro-mor”.

O juiz decidiu, então, ir à livraria, onde, ao chegar, coincidentemente encontrou Xandico contando a todos que Fialho possuía uma amante chamada Mariana, distorcendo os

fatos, talvez até – quem sabe? – a mando da diretora do asilo. Embora tal suposição não seja explicitada na narrativa, fica sugerida. Essa calúnia sobre Fialho se espalhou e aumentou ao gosto dos comentadores, acabando com sua reputação e incidindo sobre sua vida familiar. O jogo de boatos e calúnias sobre todos os envolvidos no caso começou a circular em toda a cidade, tornando-se de conhecimento público. Havia, inclusive, aqueles que se posicionavam a favor de Fialho e os que estavam do lado da diretora, sendo que as duas facções começaram a se digladiar por meio dos jornais. O juiz ficou sem saber o que fazer, devido ao debate dos jornais. Porém, o bispo diocesano, assustado diante das proporções do fato, mandou que a diretora do asilo entregasse Laura ao tutor.

Numa manobra, o narrador volta à vida de Carlos, cruzando a vida desses dois personagens que ilustram as suas estórias. A polêmica sobre a vida de Laura foi acompanhada por Carlos na época em que ele ainda estava em Recife, onde foi informado sobre o caso por Jaime. Carlos então se interessou pelo assunto, encantando-se por Laura mesmo sem conhecê-la. O narrador Jaime coloca que aconselhou seu amigo sobre esse romance, mas Carlos lhe esclareceu que se apaixonara apenas pelo caso de Laura e tinha como objetivo escrever um romance sobre a vida dela, o Maranhão e seus tipos característicos, deixando aparecer em seu romance “os seus ressentimentos e as suas opiniões pessoais de filho de português e antigo discípulo de jesuítas, isto é: de jacobino encarniçado e ateu de profissão” (LOBO, 1903, p. 303).

Num jantar oferecido pela família de Carlos a amigos e autoridades, por ocasião de suas férias no 4º ano de faculdade, em conversa com os presentes, ele defende Mariana e Laura, ao mesmo tempo em que critica a sociedade ludovicense, falando sobre o machismo e o preconceito contra a mulher. Todos ficam chocados com os argumentos de Carlos, principalmente o cônego Sarmiento, que se sente ofendido. No dia seguinte ao jantar, Carlos acorda Jaime para lhe perguntar onde poderia encontrar Laura. Combinaram que no domingo iriam à capela do hospital, para uma missa que era sempre frequentada por ela. No dia combinado, ao ver Mariana pela primeira vez, Carlos se encantou ainda mais. Porém, manteve em segredo o seu amor e deixou uma carta endereçada a ela aos cuidados de Jaime, declarando a ela que pretendia desposá-la.

Entrementes, o estado de saúde de Mariana piorou muito. Jaime não tardou em entregar a carta a Laura, pedindo a Fialho que servisse de ponte e contando as intenções de Carlos. Fialho lhe declarou que Laura já demonstrava um certo interesse por Carlos, desde que passou a vê-lo com frequência na missa. Mariana morreu, e Fialho levou Laura para casa de sua irmã viúva, D. Bertholeza, uma vez que sua mulher não permitiu que ele a levasse para

a sua casa. Sabendo do acontecido, Carlos envia uma carta a Laura por Jaime, pedindo a sua mão em casamento. Depois de dois dias, Fialho trouxe a resposta de Laura aceitando o pedido de Carlos.

Desta forma, ao retornar definitivamente a São Luís, depois de formado, Carlos resolveu ir para Carolina, pois sabia das consequências danosas que iria sofrer em razão de seu casamento com Laura: a oposição por parte de seus pais e o preconceito da sociedade. Quando confessou suas intenções ao seu pai, gerou-se um escândalo que a foi assistido por toda a vizinhança e que teve como desfecho sua expulsão de casa por seu pai. Carlos foi então viver com Jaime e, depois de um mês, casou-se com Laura, partindo em seguida com ela para a comarca de Carolina. Tal fato foi tratado como se um filho tivesse morrido.

Entretanto, o nascimento da filha do casal, chamada Mariana, como a avó, foi um dos pretextos para que as pazes fossem restabelecidas entre Carlos e seu pai. Outra desculpa para a reaproximação foi a crise de apoplexia de que foi acometido o comendador, o qual, ao se restabelecer, a primeira coisa que fez foi chamar o nome do filho. Uma carta foi então enviada a Carlos para que voltasse a São Luís. Ao receber a carta, ele ficou muito feliz e de pronto atendeu ao pedido do pai. Porém, devido à demora da viagem, ao chegar, encontrou seu pai morto já havia três dias. Devido à morte do marido, D. Inês, mãe de Carlos, pediu ao filho que ficasse em sua companhia e este de pronto a atendeu: pediu demissão do cargo e se instalou com sua família no palacete do comendador, assumindo o comando da casa. Dois anos depois, foi D. Inês quem morreu. E Carlos foi morar no Rio de Janeiro, sob o pretexto banal de cuidar da educação de sua filha com Laura.

Conforme o narrador Jaime, as correspondências com o amigo foram rareando. A última carta de Carlos o fez lembrar e narrar essa história. Nessa missiva, Carlos comunicava que embarcaria para a Europa, para se deleitar com o “convívio de civilizações superiores” e também ouvir a opinião de médicos acerca do desenvolvimento físico da filha, que não estava acontecendo com a regularidade desejada. Por fim, o narrador informa que recebera mais uma carta de Carlos, escrita de Paris, em que afirmava que sua filha herdara da avó a sífilis (LOBO, 1903, p. 356).

Os relatos que constituem a narrativa maior do livro se entrecruzam, evidenciando muitos aspectos da sociedade maranhense do início do século XIX, no que concerne aos seus costumes. Porém, é a narrativa da primeira parte do livro que nos permite interligar tais aspectos a concepções e sentimentos do autor do livro, uma vez que se torna fácil depreender que, pelo menos a princípio, o objetivo maior do autor com o livro é falar de si mesmo. O título do livro – *A carteira de um neurastênico* – coaduna muito bem com essa primeira parte,

pois, ao discorrer sobre si, o narrador se apresenta como uma mente perturbada, peculiar a um neurastênico. Se o título sugere, os seis primeiros capítulos do livro dão a conhecer a mente do narrador, como sendo perpassada por uma série de fatos grotescos e mórbidos, gerando no leitor a expectativa de que se desenrolem até o desfecho da trama. É isso que o termo “carteira” sugere, um conjunto, uma coleção, uma reunião de episódios estranhos e sinistros narrados por uma mente de quem tem neurastenia

Conforme Zorzanelli (2010), a neurastenia foi uma categoria médica criada em solo estadunidense no final do século XIX pelo neurologista George Beard para designar uma doença cujos sintoma principal é a exaustão física e mental, somada a perturbações gástricas, sexuais e neuropsicológicas. Em torno desse quadro, apresentam-se ainda outros achaques, como dores generalizadas, cefaleias, pressão e peso na cabeça, alucinações, zumbidos no ouvido, dificuldade de concentração, medos mórbidos, inquietação, enrubescimento frequente, transtornos do sono, sensibilidade no couro cabeludo, pupilas dilatadas, sensibilidade da coluna (irritação espinhal), entre outros.

Essa doença foi encarada de várias formas pela comunidade médica. Alguns acreditavam que ela estaria ligada a causas hereditárias; outros, que se tratava de uma doença crônica e aguda, com a qual a pessoa já nascia e que, por essa razão, não teria cura, podendo somente ser controlada. Outros negavam a hereditariedade da moléstia, acreditando que a doença se desenvolvia pela carga de trabalho imposta tanto ao homem quanto à mulher na sociedade moderna. E ainda outros defendiam que, embora fosse de fato um mal da sociedade moderna, estava também associada à hereditariedade.

O fato é que a neurastenia foi, ao longo do tempo, deixando de ser considerada uma doença neurológica (fraqueza nervosa) para ir aos poucos sendo percebida com uma doença psíquica e aos poucos associada a outras enfermidades, como a psicastenia, entre outras.

O quadro sintomático do narrador de *A carteira de um neurastênico* é revelado aos poucos, e ele apresenta muitos dos sintomas citados acima. Confessa-se introspectivo e discorre sobre sua aparência, considerada por todos sadia e jovial, em oposição ao seu interior, que sofre de “modo bárbaro e cruel” (LOBO, 1903, p. 1), fato que nem ele consegue explicar, mas que povoa seu cérebro com questões e interrogações assustadoras acerca de sua saúde:

São tão bizarros e complicados os fenômenos que em mim se desenrolam, de tal forma se entrecrocam e contradizem as manifestações mórbidas que me acabrunham, que eu, quando os quero passar pelo cadinho de uma análise percuciente e sistemática, sujeitá-los a uma classificação discriminada e metódica, perco-me invariavelmente num labirinto interminável de cogitações abstrusas, num

Dédalo infernal de suposições e de dúvidas, como o cérebro a arder e ainda mais desorientado e vacilante do que d'antes (LOBO, 1903, p. 2).

No início de seu texto, o narrador afirma que qualquer cena banal podia remetê-lo a memórias distantes, reflexões intermináveis, um desespero, uma ansiedade que ele não conseguia controlar. Estava disposto a fazer uma autoanálise, revolver sua alma humana, entender-se, analisar-se, “possuir em absoluto causas primárias de todas as [suas] ideias e de todas as [suas] sensações” e, ao contrário do que muitos poderiam pensar, essa análise não partia de um espírito em estado mórbido ou perturbado, mas era fruto de duas das mais poderosas faculdades da inteligência – a observação e o raciocínio (LOBO, 1903, p. 1-2).

O narrador se mostra seguro e diz ter algo que muita gente almeja: conhecer-se a si mesmo e saber acerca de tudo que lhe interessa de forma profunda, confessando-se onisciente e onipresente: “Em coisas que me digam respeito sou assim uma espécie de Deus bíblico: sou onisciente! E em fatos de domínio puramente psíquico sou também onipresente, porque os assisto sempre e com pleno conhecimento de causa” (LOBO, 1903, p. 16). Procedendo-se a uma análise à luz da teoria literária, causa estranheza que um narrador em primeira pessoa se diga onipresente e onisciente, uma vez que narrador em primeira pessoa tem uma visão limitada, uma vez que participa, como personagem, da história. No entanto, a partir desse enredo, pode-se perceber sim que o narrador sabe acerca dos pensamentos íntimos das personagens.

Aos poucos, o narrador percebe a sua frustrada tentativa de autoanálise, de explicar o seu interior por justificativas lógicas e racionais, de modo que sua vida foi se transformando num inferno e ele foi se tornando insolente, estúpido e grosseiro, tanto que antipatizava e embirrava com todos os seus conhecidos, chegando a ter mania de perseguição e pânico: “Sinto-me por vezes tomado de uns pavores inexplicáveis, de uns medos súbitos e extravagantes, que chego a ter vergonha de confessar” (LOBO, 1903, p. 26).

O narrador admite que passou a sentir grande medo de atravessar praças e que, certa noite, acordara muito tarde da noite só para mudar um livro de posição em sua estante. Além de todos esses martírios, afirma sentir que a sua consciência sobre a vida real ia se obliterando, perdendo a noção do presente, para viver num mundo de sonhos, lembranças do passado que o levaram a “ressuscitar mortos, a povoar desertos, a reverdecer ruínas” (LOBO, 1903, p. 30).

Tais crises foram se agravando, levando-o a padecer de insônia e alucinações. Em suas noites, caminhava alucinadamente pela casa, sem que o sono lhe chegasse. E quando

conseguia dormir, seus sonhos eram permeados por monstros e criaturas horríveis que pareciam povoar um sabbat:

[...] Visões terríveis e assustadoras, fantasmas pavorosos e estarecentes surgem de todos os lados, passeiam medonhamente lívidos por sobre o meu corpo inerte. Por vezes algum dentre eles, de olhos embaciados e vítreos, desmesuradamente abertos, faces amareladas e fundas, longos cabelos colados às fontes numa pasta pegajosa e repugnante, debruça-se sobre o meu rosto, fita-me longamente os olhos e depois cola a minha frente os seus lábios ressequidos e frios. Parece-me que estremeço todo ao contato daquele beijo da morte.

Então uma gargalhada estridente e rouca estala de um lado: volto os olhos assustados e dou com uma outra figura, zombeteira e escarminha, uma figura que nada tem de humano, a mostrar-me os dentes aguçados, numa expressão de fera carnívora, que se dispõe a devorar a presa. Outras figuras se agacham aos meus pés, hórridas, disformes, horripilantes; outras ainda percorrem, com os dedos úmidos, flácidos e horrorosamente flexíveis, os meus cabelos que o pavor eriça. E eu não tenho forças para reagir contra aquele ataque de duendes infernais. De repente põem-se todos a dançar ao redor do meu corpo imóvel um sabbat monstruoso e apocalíptico, com trejeitos e momices de gelar o sangue ao mais corajoso. E vão subindo, de mãos dadas, dançando sempre, sempre meneando os seus longos vultos brancos, até que se perdem nas alturas, transformando-se então em grandes nuvens, esbranquiçadas e tristes, que começam a deslizar interminantemente por sobre a minha cabeça (LOBO, 1903, p. 36-37).

O narrador se diz fraco, abatido, prostrado em seu íntimo, mesmo aparentando fisicamente estar sadio e calmo. Em tom clamoroso, encerra o capítulo III sugerindo um grande desespero de sua alma: “Como tudo isso é horrroso [sic], Deus meu, como tudo isto é medonho e mortificante” (LOBO, 1903, p. 38).

E é em tom de súplica, inicia o capítulo seguinte: “Positivamente eu sou o homem mais desgraçado do mundo. Todos os infortúnios da terra, todos os suplícios que seviciam a humanidade sofredora empalidecem e se nulificam ante a imensidade da desgraça que me fere” (LOBO, 1903, p. 39). Em suma, ele se dá conta de que sofre de algo que não consegue explicar.

Seu refúgio para esses males era o conforto de seus familiares – esposa e filhos. Porém, mesmo por eles, de quem só recebia coisas boas, sentia ódio e se culpava por esses sentimentos ruins. Inclusive narra um fato que se dera com sua filha. Ele chegara a casa e entrara em seu gabinete para descansar. Sua filha Mercedes, de três anos, entrou no recinto, acordando-o com um abraço, ao qual ele reagiu violentamente, dando-lhe uma bofetada. Quando se deu conta do que fizera, viu sua esposa levando a filha desmaiada para os fundos da casa e sentiu nojo de si mesmo, tendo vontade de se suicidar. Chorou bastante, até que sua mulher veio confortá-lo, alertando-o para sua doença.

No capítulo VI, o autor-narrador trata de sua escrita, revelando que ela se constitui de notas feitas em intervalos irregulares, sem propósito determinado, apenas como um desafogo para suas mágoas, cóleras e desesperos. E retoma tal comentário no capítulo XXIII,

quando interrompe a narrativa sobre a vida de Carlos. Nesse trecho, ele afirma que sua escrita se constituía de memórias com um cunho “de exatidão e de verdade”, e não estético (LOBO, 1903, p. 216). Como numa crônica, comenta sua escrita, a hora que está escrevendo, o ambiente em que trabalha e como está a rua em que se localiza sua casa, local onde estava fazendo essas suas anotações. Assim, ele parece conversar com o leitor, tecendo uma meta-narrativa que confunde narrador com autor (Jaime x Lobo) e mistura narrativa, ficção e realidade:

E com tamanha intensidade me acometem essas reminiscências, que eu creio que enlouqueceria se lhes não proporcionasse o derivativo do papel, confidente, discreto e amigo, sempre pronto a receber na sua alvura propícia e casta a mácula violadora de todas as confissões d'alma (LOBO, 1903, p. 216).

Revela que a escrita aliviava sua alma e, portanto, constituía uma necessidade, reforçando a verossimilhança de seu relato. A preocupação desse exercício de escrita não é puramente na forma ou “a ambição de realizar um esforço de arte que [lhe] fizesse entrar de roldão no Parnaso dos eleitos da pena, cercado da fama que aureola os escritores de raça”, pois isso tudo prejudicaria a sinceridade da narrativa: “Tudo o que aqui escrevo é a reprodução fiel de cenas reais, de acontecimentos verídicos, testemunhados uns por mim, chegados outros no meu conhecimento por informações de terceiros” (LOBO, 1903, p. 221).

As divagações sobre o exercício da escrita do narrador desse capítulo se confundem com as ideias do próprio autor, que acaba tecendo comentários acerca do ofício do literato. E, mais do que simplesmente contar uma história, o livro acaba se tornando um desabafo de angústias e opiniões, tocando na questão da consagração literária:

Escrevo, não por veleidade literária, nem tão pouco por nutrir a ambição de me incorporar também a aluvião de sumos sacerdotes que nos altares das letras brasileiras pontificam, cada qual mais convencido da sua superioridade própria e da insignificante nulidade dos outros, mas simplesmente governado por um impulso doentio, que não sei bem definir e que me força a fazer o que não quero.

Pela publicação inicial da obra em forma de folhetim, percebe-se claramente que ela foge da forma do romance e por vezes apresenta um tom de denúncia e reflexão, aproximando-se da crônica. Pela periodicidade com que ela foi publicada, parece ter sido escrita durante o próprio processo de publicação, de modo que, em muitos momentos, escapa à compreensão do leitor se está diante do narrador do romance ou do próprio Lobo, tecendo suas críticas e se dirigindo diretamente ao leitor.

Por tudo isso, considero a obra *A carteira do neurastênico* como autobiográfica. Talvez a criação de um enredo paralelo ao monólogo interior tenha sido um artifício para não mostrar, de maneira tão evidente, sua alma neurastênica, pois muitas facetas de sua vida são perceptíveis nessa obra, e não apenas por meio das reflexões do narrador, que é o próprio

Lobo escrevendo sobre si mesmo, como se fosse um diário. No seu livro, Gaspar (2009, p. 131) cita Luís Viana, que confirma o caráter autobiográfico do texto:

Ora, A carteira, descontando um tênue disfarce de fantasia, é, nos seis primeiros capítulos, uma autobiografia, não do autor fictício, pois o livro é escrito na primeira pessoa, mas do próprio Antônio Lobo – e disso ele nunca fez mistério. Nela se enumeram episódios e reações atribuídas à neurastenia, doença de que foi vítima.

A dúvida entre ser o romance apenas ficção ou espelho da instável personalidade do autor mereceu, na época em que foi escrito, muita atenção dos críticos literários. Seria um trabalho polêmico como o seu autor? Fruto de uma imaginação fértil? Ou ainda um desabafo calcado em suas próprias indagações psicológicas? O texto seria um romance ou um livro de memórias? Todas essas hipóteses circundam a obra de Lobo (GASPAR, 2009, p. 131).

A mim parece que Lobo desejava, sim, escrever um livro sobre as características mórbidas de sua personalidade provocadas pela doença, revelando todas as suas inquietações diárias, as brigas com os amigos, o distanciamento da família. É nítido, no livro, que todos esses eventos extrapolam o plano da ficção e acabam por desvelar o próprio autor. Foi em 1902 que Lobo viajou a Portugal para se tratar de um mal, conforme revela a carta de Fran Paxeco, pela hidroterapia e pela eletroterapia, tratamentos usados à época para a neurastenia. E não se pode esquecer do laudo dos médicos para lhe conceder a licença, atestando psicastenia.

De fato, ele sofria de psicastenia, uma doença que compunha, juntamente com a neurastenia e a histeria, o quadro mais amplo das condições neuróticas do fim do século XIX, e que tem como sintomas: presença de ideias fixas, obsessões e impulsos, manias mentais, tiques, dúvidas, neurastenias e sensações de despersonalização (ZORZANELI, 2010b). A doença do escritor também é confirmada pela carta de Domingos Barbosa a Luís Domingues, ao relatar seu suicídio, salientando que ele já havia atentado contra a própria vida anteriormente, o que indica a longa permanência de distúrbios psíquicos na sua vida. As próprias polêmicas e os desentendimentos com antigos companheiros evidenciam a doença, que os seus opositores muitas vezes usavam como argumento para atingi-lo:

Tornei-me insolente, estúpido, grosseiro, eu que, por índole e por educação gostava tanto do convívio dos meus amigos e que era inexcedível no rigor e na minuciosidade com que punha em prática todos os preceitos banais que formam a cartilha de condutor de um homem de sociedade.

Ainda há poucos dias mandei à tábua um sujeito das minhas relações pela simples razão de me perguntar saúde. Que tinha esse miserável a ver com o meu estado sanitário? Era da sua conta que eu estivesse bom ou doente? Que satisfação tinha a dar-lhe dos meus atos? (LOBO, 1903, p. 24-25).

Pelas confissões do narrador, percebe-se que esses capítulos autoanalíticos podem ter sido escritos em momentos de crise ou numa espécie de transe. A presença de um

narrador-personagem que mesmo assim é onipresente pode ser explicada pela autoafirmação do próprio narrador / autor como neurastênico, sendo a doença considerada por ele, em seu delírio, não um defeito, mas uma espécie de manifestação da inteligência ou, mais exatamente, do fato de ele supostamente conhecer a totalidade de tudo e de todos. A própria constituição do enredo, regido pela memória, através de rápidas lembranças, *insights*, *flashbacks*, isto é, diferentes movimentos da memória, já configura uma mente neurastênica. A agressão a familiares, narrada no livro com tanta riqueza de detalhes e com muito sentimento de terror pode ter acontecido de fato em sua vida real.

Além do registro sobre a sua doença, aparecem, no texto, diversas temáticas recorrentes no conjunto da obra de Lobo e que evidenciam seu pensamento, sua mundividência. O personagem Carlos, por exemplo, é um crítico ferrenho da religião católica e dos padres. Esse comportamento vai pouco a pouco sendo absorvido pelo narrador Jaime, que parte de uma família estritamente religiosa para se tornar um opositor feroz em relação à Igreja e à educação religiosa. Lembrando-se do internato no qual vivera sua infância, ele relata: “Era ali que os padres da Companhia de Jesus deformavam almas tenras e incautas que a credence ignorante e supersticiosa lhes confiava, fiel ao preconceito reinante” (LOBO, 1903, p. 60).

Em vários momentos do texto, o narrador destila toda a sua raiva contra a educação dos padres da Companhia de Jesus, a mesma que ele próprio recebera na infância:

Felizes das crianças que pudessem mais tarde, como eu felizmente pude, por um extraordinário trabalho de reação sobre si mesmas, subtrair-se à influência nefasta da educação ali recebida, furtar-se à ação dissolvente dos princípios ali bebidos, para voltar a ocupar, sem preconceitos e sem receios, o lugar que lhes competisse na vida. Mas, ainda assim, sempre alguns vestígios ficariam nas almas da feição hipócrita que lhe procuraram imprimir aqueles insaciáveis abutres tonsurados (LOBO, 1903, p. 65).

Uma recorrência perceptível nas obras de Lobo é a crítica aos dogmas das igrejas e das diferentes religiões. Além desse julgamento incisivo às manifestações religiosas, o autor comenta sarcasticamente a educação infantil oferecida pelos religiosos, pautada na palmatória, muito comum nessa época. Assim descreve ele a sala do professor Pimenta, o decano dos professores do Maranhão:

A sua aula dava mais a ideia de um antro de torturas do Santo Ofício do que de uma sala de educação de crianças.

Pelas paredes e por cima das carteiras, ostentavam pavorosas as palmatórias, as correias de couro cru, as orelhas de burro, todo um arsenal de seviciamentos, que diariamente se exercitava nos corpos frágeis que um mal entendido amor paterno vinha confiar pressuroso suas garras de abutre insaciável.

Quem por lá passasse às horas da classe ouviria logo, desde longe, os berros enfurecidos do animal, cortados de quando em vez pelo estalo da palmatória e da taca e pelos gemidos e soluços da vítima. Porque o bruto, além de tudo, não admitia

que as pobres crianças extravasassem no choro as dores das suas mãos arroxeadas pelos bolos! Tinham de sofrer calados, engolir os soluços, sopitar os gemidos, e oferecer inermes, sanhabestial do malvado, as suas mãos pequeninas e tenras! (LOBO, 1903, p. 170).

Esses métodos de ensino foram sempre severamente censurados por Lobo, entre cujos ideais se destacava a educação pautada em métodos científicos. Várias foram as polêmicas travadas em torno da questão do ensino, entre as quais a com Barbosa de Godóis, já relatada, na qual ele discutia, entre outras coisas, uma proposta de método mais moderno de alfabetização de crianças.

As inovações e descobertas da ciência eram um de seus temas favoritos, sempre refletindo criticamente sobre a inacessibilidade aos novos bens científicos por parte de determinados setores da sociedade. Esse assunto foi, inclusive, inserido no texto *A carteira*. A personagem Mariana, em vez de procurar um médico para os sintomas que a acometiam, preferiu procurar primeiro um curandeiro. Na visão dessa personagem, “os médicos foram inventados para gente rica”; os pobres, como ela, “tinham fé” era no Viegas, no “miraculoso poder terapêutico da homeopatia”. Porém, a despeito de toda a fé que tinha, o remédio de Viegas não surtiu efeito e ela teve mesmo que procurar um médico, conhecido pela rudeza com que apresentava o diagnóstico aos pacientes e que, de imediato, sem voltas nem rodeios, disse que o que ela tinha era “uma medonha carga de sífilis” (LOBO, 1903, p. 148-153).

Mesmo sendo tratada por Dr. Palhares e percebendo as melhoras de sua moléstia pela ingestão de mercúrio, Mariana não acreditava que estava com essa doença, parando definitivamente com o tratamento quando se sentiu melhor. Depois de dois anos, voltou a ter novamente os mesmos sintomas de outrora e, em vez de retornar ao médico que havia proporcionado melhora para seus problemas de saúde, ela logo voltou a procurar o Viegas, que a repudiou veementemente, por ter sabido da interferência do Dr. Palhares em seu caso: como podia “[...] um médico, um homem que se dizia possuidor de um diploma científico [...]” receitar mercúrio a uma beribérica típica? (LOBO, 1903, p. 176).

Mas nem os acônitos do Viegas deram jeito na moléstia de Mariana e ela resolveu ir então a uma benzedeira, supondo que podia ter adquirido um “mal olhado ou praga que haviam rogado” (LOBO, 1903, p. 178). Ciríaca, a benzedeira, já havia curado vários moribundos só com reza, porém as suas cruzes e os seus símbolos cabalísticos não resultaram em nada. Resolveram então levá-la ao Polydoro, farmacêutico que herdara o poder curativo do pai, um cônego da Sé que exercia a medicina caseira. Mais uma vez, a “má sorte de Mariana” não lhe proporcionou a cura e, mesmo com o regime prescrito pelo Dr. Polydoro, que desdenhara do mercúrio prescrito pelo Dr. Palhares, o mal se agravava.

Mariana então decidiu não mais tentar nada: recolhida em sua casa, convenceu-se de que aquele era seu fim. Afinal, já havia passado pelas mãos de tantos profissionais renomados sem obter a tão almejada cura. Foi necessário que sua filha Laura fosse vê-la e chamasse o dr. Palhares para lhe fazer uma consulta. Este, logo que a viu, com aquela “delicadeza” que lhe era característica, foi dizendo que era dali para a cova.

A descrição desses tipos é detalhada. O narrador, demonstrando grande preocupação em caracterizá-los, mostra como essas pessoas se tornaram curadores importantes na cidade, quais eram seus procedimentos de atendimento aos pacientes, seus gestos, o modo como falavam e os artifícios e remédios que receitavam. A situação de Mariana, que preferiu o curandeirismo ao cientificismo médico, é recorrente nas obras de Lobo, que frequentemente contrapõe fé a razão, ciência a religião, enfatizando o desconhecimento e a descrença da população em relação à ciência e mostrando-se muitas vezes um cético.

O curandeirismo era a medicina da população em geral, enquanto a Medicina propriamente dita, em razão da arrogância e da falta de humanização, não alcançava a população. Isso é demonstrado pela figura de Dr. Palhares, que era médico, estando, portanto, a serviço da ciência, mas não tinha tato para com seus pacientes, tratando-os de forma grosseira.

Passando de um assunto a outro, de uma busca interna para fatos externos com vistas a mostrar os costumes da época, Lobo acaba comentando com sarcasmo acerca de personalidades conhecidas e tipos característicos da sociedade ludovicense de então.

O ofício de jornalista, amplamente defendido por Lobo, também é tratado na obra, assim como as críticas que ele tece em vários de seus livros ao Simbolismo. Em *A carteira de um neurastênico*, ele consegue reunir, através do personagem Trancoso – nome bastante sugestivo, inclusive – esses dois assuntos recorrentes em sua escrita. Trancoso era jornalista de um jornal diário que transformava qualquer notícia de rua banal, insuficiente para um quinto de coluna, numa coluna e meia, sem piedade para com a paciência dos seus leitores. O problema é que o estilo de Trancoso era batido e bárbaro, “nebuloso e indecifrável”, tão ininteligível quanto um “soneto de poeta simbolista”. E mais: conforme o narrador, Trancoso não nascera para o ofício de jornalista, a julgar pela maneira confusa como escrevia, mas sim para professor de Matemática, visto que possuía os dois requisitos primordiais para esse ofício – “é cacete e é ininteligível” (LOBO, 1903).

Lobo deixa claro sua crítica tanto à colonização portuguesa e à sua influência sobre a sociedade brasileira, própria dos intelectuais no início da República, quanto à maneira como o Brasil seria visto pelo estrangeiro, principalmente na Europa. Em seu comentário, afirma que

as festas que a Europa fazia a Santos Dumont não passavam de falsidade de quem almejava, na verdade, ter o Brasil como colônia:

Que ninguém se iluda: essas festas que têm feito pela Europa culta ao Santos Dumont nada mais representam, em última análise, do que a mais refinada das traições e a mais negras das falsidades. O que Ela quer, Ela, a Europa culta, é que nós todos voemos, que desertemos para as alturas, afim de que Ela possa vir depois, tranquilamente, comodamente, instalar-se no nosso território, sem para tal ter necessidade de queimar meia dúzia de cartuchos para esmagar o crânio a meia dúzia de idiotas e de visionários que se atravessem a opor-lhe a mais leve das resistências.

O que todos os brasileiros devem agora fazer é queimar o Santos Dumont em effigie em todas as praças, e proclamar, em alto e bom som, como eu já o vou fazendo na roda dos meus amigos, que esse sujeito não é nosso patrício, que ele nunca foi, não é, nem será nunca brasileiro (LOBO, 1903, p. 21-22).

O personagem principal da trama paralela criada por Lobo é Carlos. Sua história mostra com muita propriedade o que era, pelo menos no discurso do autor, aquela sociedade no início do século XX, ainda fortemente apegada aos valores tradicionais, ao poder dos portugueses, ao ensino religioso. Esse cenário destoa da personagem em questão, que, embora gestado naquela sociedade, insurge-se contra ela. Embora tivesse estudado numa escola de padres, Carlos criticava a Igreja todos os dias, logo contradizendo a vontade da mãe de que ele se ordenasse padre: ele optou por se diplomar bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas. Vindo de uma família tradicional, ele era descendente de portugueses, mas se colocava contra a colonização portuguesa e resolvera se casar com uma moça pobre, filha de prostituta.

Assim, *A carteira de um neurastênico* evidencia uma disputa entre a arcaica sociedade ludovicense da época e a intelectualidade moderna, representada por Carlos, bacharel pela Faculdade de Recife. Uma de suas primeiras ações como um dos alunos mais destacados da faculdade foi fundar uma revista literária. Todos os familiares e amigos da personagem nutriam grandes expectativas quanto a essa revista, inclusive seu pai, que via na criação desse periódico a oportunidade de seu filho se tornar um grande literato. Essa esperança, entretanto, só durou até sair o primeiro número, pois a revista, intitulada *A nova pátria*, trazia um artigo escrito por Carlos, criticando a influência do elemento português na constituição da nacionalidade brasileira, afirmando a sua incapacidade colonizadora:

A preguiça inata do português, a indolência que lhe é peculiar e, sobretudo, sua profunda incapacidade progressiva, lhe não permitiam cuidar a sério da colonização das terras que um acaso venturoso, uma espécie de azar de jogo, lhe fizera cair nas mãos (LOBO, 1903, p. 97).

O artigo insuflava os maranhenses a combaterem os portugueses, pois estes seriam inimigos da prosperidade do país. Ao contrário do que veiculavam os compêndios de História pátria produzidos pelo governo, Calabar fora um herói, pois, caso seus planos de sermos colonizados pelos holandeses houvessem vingado, hoje o Brasil seria a “primeira nação do mundo, ao invés de sermos, como somos, quase a derradeira” (LOBO, 1903, p. 98).

Além da emancipação política, Carlos propugnava pela emancipação comercial e literária do Maranhão, começando pela língua: deveríamos ensinar francês em nossas escolas para beber diretamente na fonte dos “fornecedores”, sem a mediação portuguesa, já que as produções literárias portuguesas eram imitação estrangeira. Com essa publicação intempestiva de Carlos, o comendador Gastão Menezes e os outros portugueses radicados em São Luís ficaram seriamente ofendidos, de modo que Carlos teve que se retratar. Assim, a “revista morreu no primeiro número”, relata o narrador, numa referência ao mercado editorial maranhense de então (LOBO, 1903, p. 101).

Além da revista, houve ainda outro momento em que Carlos voltou a escandalizar aquela sociedade. Durante suas férias no quarto ano de faculdade, o comendador resolveu fazer um jantar para o filho e convidar algumas figuras ilustres da sociedade maranhense da época. O assunto principal entre os presentes nesse jantar foi o caso de Mariana, da qual Carlos fez uma defesa eloquente, atribuindo a desgraça dela aos preconceitos daquela sociedade e afirmando que ela era “uma vítima da moral de convenção e da religião degenerada” dos seus dias (LOBO, 1903, p. 311).

Nesse episódio, Carlos ataca o preconceito contra a mulher, criticando velhas convenções sociais, principalmente no tocante ao machismo, e enfrentando diretamente a visão do cônego Sarmiento, amigo da família. Com isso, o texto evidencia claramente o debate entre a ciência, a erudição, o intelectual moderno (na figura de Carlos) e a religião, com os dogmas da Igreja (na figura do cônego). E, nessa batalha de palavras e ideias, o vencedor é Carlos, que, no entanto, tem de se curvar a Sarmiento, pedindo-lhe desculpas por suas ideias revolucionárias, que chocaram todos os presentes. Sobre Mariana, assim se posicionou:

Qual é afinal de contas o grande crime que lhe imputam? Ter-se deixado embair, na incauta inocência da mocidade, por uma frase de amor, promissor e cantante, que lhe soprou os ouvidos um qualquerlovelace de esquina... Quando voltou a si do engano, era tarde demais para retroceder... Perdera... – como o devo dizer agora, sem ferir a pudicícia dos ouvidos que me escutam? – perdera... a *integridade fisiológica*, se assim posso exprimir, que vem a ser, afinal de contas, o único atestado válido de virgindade que o mundo aceita sem discutir. Porque é também esse o único estupro que o Código pune... O outro, isto é: o defloramento moral, a campanha torpe de sedução, a infiltração sutil numa alma virgem do veneno da prostituição, tudo isso não passa de pecadilhos veniais, de faltas desculpáveis a que a sociedade e a lei cerram os olhos, desde que não se traduzam no ato material. E mesmo quando este se produz, só a sanção penal é que apanha o homem; a outra, a da sociedade, é exclusivamente sobre a mulher que se faz sentir. Ora diga-me cá uma coisa: o Sr. consentiria que um filho seu desposasse uma mulher violada por outro, fora da sanção matrimonial? Nem é preciso falar, tenho a certeza absoluta de que será negativa a resposta. Mas se uma filha sua se quisesse casar com um rapaz de boa família, rico, sadio, em boa posição, mas que já houvesse... desencabeçado duas ou três rapariguinhas do povo... loucuras de rapaz... irreflexão da idade... compreende-se, não é assim? (LOBO, 1903, p. 311-312).

E Carlos continua sua argumentação, discorrendo sobre o preconceito contra a mulher e sobre a diferença social entre homens e mulheres, constatando que o preconceito se tornava ainda maior quando a mulher era proveniente de camadas sociais inferiores:

O Sr. consentiria no casamento, porque aos seus olhos, como aos olhos de toda a sociedade atual, o homem que a frio, de caso pensado, seduz uma virgem, desde que essa infeliz ocupe posição social inferior à sua e que a justiça pública o não apanhe, provocando assim o escândalo, continua encontrar abertas diante de si todas as portas e... todos os corações... Agora, com a mulher, o caso é outro: a que uma vez caiu, embora se verifique que foi o mais falaz e o mais traiçoeiro dos engodos, por parte do sedutor, a causa dessa queda, só acha defronte de si uma porta aberta: a da prostituição. Todas as outras lhe são logo virtualmente trancadas (LOBO, 1903, p. 313-314).

As críticas aos costumes, às convenções sociais, à hipocrisia, à bajulação e à subserviência aos poderosos naquela sociedade permeiam a obra. Nesse sentido, a figura do comendador é emblemática, na medida em que todos apoiavam as suas ações, mesmo quando elas eram contraditórias. Na ocasião da expulsão do seu filho de casa, todos os “amigos da família” vieram prestar condolências, como se de fato Carlos tivesse morrido: “entram com cara de enterro” e vestidos de preto, murmurando palavras de consolo. Os homens confortavam o comendador, enquanto as mulheres prestavam condolências a D. Inês e maldiziam a figura de Mariana e Laura, que haviam desencaminhado Carlos. Ao se despedirem do ilustre casal, porém, “terminado o desempenho do *seu dever de amigos*”, os visitantes logo se sentiam à vontade para apontar os exageros do casal, que “não passavam de luxo de gente rica, de caprichos de quem não tem em que se ocupar”. Assim, iam “desafivelando logo a máscara bajuladora de compunção com que haviam entrado” (LOBO, 1903, p. 348-349).

Depois de alguns meses, o comendador fez as pazes com seus filhos, e os mesmos bajuladores daquele dia estavam a postos para apoiá-lo. Escreviam-lhe felicitando-o pela reconciliação e “assegurando-lhe que nunca haviam cessado de o considerar e distinguir”. Sobre esse fato, o narrador conclui ironicamente, com o seu humor característico: “Coisas do mundo, reviravoltas da vida a que todos os mortais vivem sujeitos e que a ninguém é lícito censurar” (LOBO, 1903, p. 353-354).

Como em muitas obras desse período, a referência à Atenas Brasileira aparece em *A carteira de um neurastênico*. Isso ocorre na fala do personagem Dr. Loureiro, que enaltece o Maranhão como única terra capaz de produzir uma gramática tão bem construída como a de Athanasio, mencionado em outras partes do livro pela publicação da extraordinária *Gramática portuguesa ao alcance de todos*.

No último capítulo da obra, mais uma vez as palavras do narrador / autor suscitam a dúvida quanto ao gênero da obra. Em meio à notícia de que a filha de seu melhor amigo havia contraído a sífilis da avó, o narrador / autor termina de um modo abrupto e dúbio sua narrativa, reafirmando o seu caráter memorialístico: “E termino aqui estas memórias desconexas e fragmentadas, maldizendo a imbecilidade congênita dos homens que ainda não fez do interesse pela integridade fisiológica da espécie a única lei soberana que deve governar o casamento” (LOBO, 1903, p. 359).

Esse é um final que obedece à lógica usual de uma obra narrativa, em se tratando das questões que ele debate ao longo das tramas do livro, mas que pode ser analisado como a percepção do narrador / autor de seu sofrimento como ínfimo diante de todo o sofrimento da família de Carlos. O cientificismo ortodoxo que inspira fortemente os escritos de Lobo também aparece nesse trecho, na medida em que constata que o que deve impulsionar as ações do homem é a ciência (genética), e não o amor, no caso do casamento.

Ao longo de todo o romance, a voz do narrador, frequentemente misturada com a do autor, expõe, em *A carteira de um neurastênico*, uma polifonia social e ideológica que define a sua singularidade. O caráter inconclusivo do texto permite-lhe dialogar com o mundo exterior e mostrar caracteres humanos que traduzem a multiplicidade de vozes da vida social, cultural e ideológica que representa e na qual foi criado: a sociedade maranhense de final do século XIX e início do XX.

Nessa perspectiva, Lobo oferece uma visão panorâmica do real, apresentando debates, costumes, lugares, tipos e concepções acerca da sociedade em que vivia. Conferindo mais verossimilhança ao seu discurso, afirma que se trata de memórias conhecidas de todos que compunham aquele ambiente e, portanto, já existentes no imaginário e na oralidade da cidade, legitimando o seu discurso, ao inseri-lo no campo do já-dito.

Dentre as vozes que se sobressaem no romance, está a do personagem Carlos, um homem instruído, com ideias modernas, e que tem a ousadia de enfrentar os velhos preconceitos de uma sociedade caquética e vencê-los. O único indivíduo capaz de mudar as concepções de uma sociedade cheia de preconceitos é um intelectual que, contraditoriamente, provém das classes mais tradicionais e aristocráticas da época. Nesse caso, o intelectual representado por Lobo através da personagem é alguém diferente, que detém a última palavra, que pode falar, por ter conquistado a autoridade do saber institucionalizado e do estudo. Esse intelectual que rompe com os valores sociais, porém, mais tarde é cooptado pelo *modus vivendi* da própria sociedade que combate, passando a viver da mesma forma que seu pai. Por sua vez, Jaime, que não tem tanto capital cultural, é, por isso mesmo, limitado na

possibilidade de ruptura com os valores dominantes, tornando-se dependente da elite. Por essa razão, tem de se submeter aos valores daquela sociedade, acabando, então, por enlouquecer. Esse fato parece constituir uma referência à própria vida do autor. Carlos é o *alter ego* de Jaime: aquele representa tudo o que este (tanto quanto Lobo) queria ser.

Analisando-se o texto, percebe-se que Jaime é a voz mais divergente da trama, o narrador, cuja voz se confunde com a do próprio autor. A autonomia do narrador é tão grande que ele dialoga com o leitor, ganhando autoconsciência e não se restringindo a constituir mero objeto da imaginação do autor ou simplesmente pura ficção. No plano linguístico, isso se evidencia pelo uso da metalinguagem e da interação com o leitor, o que lhe permite mostrar, em tom confessional, o seu mundo interior. Assim, nesse caso, a voz do autor se vela / revela, suplantando a voz do narrador, na medida em que os fatos da vida do autor coincidem com a voz neurastênica do narrador, que ele tenta construir. E é exatamente a neurastenia que o autor / narrador utiliza para justificar qualquer comentário, seja direto, satírico ou irônico. Desse modo, o autor vai mostrando a sua concepção sobre a sociedade de seu tempo, subversivamente misturando realidade e ficção a seu bel-prazer. Afinal, quem é neurastênico pode falar sobre tudo sem se comprometer.

Como ele pode dizer tudo o que quiser sobre tudo, o assumir-se neurastênico o incita a uma grande exposição pessoal, o que justifica o movimento intermitente de idas e vindas no tempo (cronológico e psicológico), usando uma narrativa ficcional e não se mostrando de todo. O resultado desse modelo de construção ficcional é uma trama no modelo de folhetim, com um amor socialmente impossível e com quebras das regras de classe, que, no entanto, comportam espaços de contato. A representação de intelectual construída na obra de Lobo é um retrato dele próprio, representado pelo narrador Jaime, que pode falar sobre qualquer assunto, que sabe tudo sobre todos, mas não consegue definir a si próprio – um ser atormentado, doente, incapaz de viver naquela sociedade, incapaz de viver consigo mesmo.

#### **4 NASCIMENTO MORAES:** nem vencido, nem degenerado

Nascimento Moraes se tornou um dos intelectuais maranhenses mais conhecidos e comentados do século XX. Suas obras, sobretudo *Vencidos e degenerados*, tornaram-se reconhecidamente representativas da condição social do Maranhão do final do século XIX e início do século XX. Mas essa situação não se manteve sempre assim. Simultaneamente à crítica positiva em relação à sua pessoa e às suas obras, a biografia desse autor geralmente aparece na historiografia maranhense relacionada a uma luta intensa para conquistar seu espaço, em razão de ser negro, de origem humilde, mas também de ter ousado se tornar escritor, jornalista, professor, contista, poeta, polemista, ensaísta, crítico, romancista. Em suma, ele se tornou um homem de letras num tempo em que o negro não granjeava espaço na sociedade. Soma-se a isso o fato de ele ter se tornado uma voz de denúncia contra várias mazelas sociais, o que se expressava de forma marcante em sua escrita.

Conforme Moraes (1977), nada define melhor a figura do referido escritor do que a inscrição colocada sob seu busto na Praça do Pantheon: “Eu sou um lutador”. Moraes afirma ainda que o próprio Nascimento Moraes frequentemente se definia assim e, de fato, essas quatro simples palavras resumem o que ele foi e fez ao longo de sua vida. Martins (2006, p. 159), por sua vez, coloca que Nascimento Moraes “[...] se impôs no concerto sócio-cultural maranhense de seu tempo após vencer, pela instrução formal, as barreiras sociais interpostas ao fato de ser ele originário de pais analfabetos, pobres e negros”.

Nascimento Moraes nasceu em São Luís, em 19 de março de 1882, e faleceu na mesma cidade, em 21 de fevereiro de 1958. Como já relatado, ele era negro e de origem pobre, sendo seus pais Manoel do Nascimento Moraes, um mulato analfabeto, sapateiro e ex-combatente da guerra do Paraguai, e Maria Catarina Vitória, ex-escrava que vendia frutas na feira para ajudar no sustento da família. Sua educação formal ficou incompleta, chegando até o curso preparatório para o Liceu Maranhense e uma passagem pela Academia Militar. Essa limitação, no entanto, não o impediu de se tornar professor do Liceu Maranhense, por mérito exclusivo do conhecimento que detinha, adquirido como autodidata.

Em 1913, submeteu-se ao concurso para a cátedra de Geografia do Liceu Maranhense, tendo sido aprovado à frente dos irmãos Antônio e Raimundo Lopes, autores de livros nessa área. Assim, ele se tornou professor de Geografia no Liceu Maranhense, tendo lecionado, ainda, Português e Geografia em outras escolas da esfera privada de São Luís, assim como na Escola Normal.

Ele se envolveu e se desenvolveu na produção jornalística desde bem jovem, colaborando em vários jornais da época e em alguns exercendo a função de redator-chefe, como no *Diário de São Luís*, jornal de grande circulação na cidade. Entre outros jornais, trabalhou ainda nos seguintes: *A campanha*; *O Maranhão*; *A pátria*; *O jornal*; *A tribuna*; *A hora*; *Diário do Norte*; *O globo*; *Correio da tarde*; *A imprensa*; *Regeneração*; *Notícias*; *Diário do Maranhão*; *Atenas*; *Correio da manhã*; e *O imparcial*. Nesses periódicos, usava vários pseudônimos: Braz Sereno; Sussuarana; João Sem Terra; Zé Maranhense; João Ventura; Valério Santiago; e Junius Viactor.

Também desenvolveu suas habilidades como literato, tornando-se poeta, romancista e contista. Suas obras são: *Puxos e repuxos* (1910); *Vencidos e degenerados* (1915); e *Neurose do medo* (1923). Em 1972, houve uma publicação póstuma, *Os contos de Valério Santiago*, que reúne contos escritos na década de 1940, sob esse pseudônimo, para a *Revista Atenas*, suplemento literário do jornal *O imparcial*.

Em 1900, aos dezoito anos, tornou-se um dos fundadores da Oficina dos Novos e seu primeiro presidente. Tendo rompido com a Oficina, formou uma nova agremiação, A Renascença Literária.

Mesmo tendo uma produção diária nos jornais e já tendo publicado livros, só foi admitido no quadro de intelectuais da AML em 1935, e nunca chegou a fazer parte do Instituto Histórico Geográfico do Maranhão. Conforme Araújo (2011), esses fatos representam grandes lacunas na carreira de Nascimento Moraes e podem ter acontecido devido à sua prosa afiada e principalmente ao preconceito que tinham em relação à cor de sua pele. Outra razão possível era a rivalidade e disputa que mantinha em relação aos grupos que fundaram e dirigiam essas instituições de prestígio. Na AML, ocupou a cadeira 11, patroneada por João Lisboa, e por duas vezes chegou a ser presidente da instituição. Depois de ultrapassar tantos obstáculos em sua trajetória literária, Nascimento Moraes conseguiu vencer o preconceito e se tornar reconhecido em sua terra como professor e jornalista de grande expressão, sobretudo em razão de sua retórica de luta.

#### **4.1 A escrita jornalística**

É, sem dúvida, na prosa jornalística que Nascimento Moraes deixou registrada a sua maior contribuição à intelectualidade maranhense. Os seus artigos circularam na cidade desde os primeiros anos do século XX até a década de 1950, quando veio a falecer. Sua escrita vai da prosa afiadíssima, quase cortante, até descrições suaves, repleta de imagens

metafóricas, evidenciando um texto alicerçado na correção gramatical e na perfeição sintática. Afinal, Moraes era um defensor da gramática e revisor dos seus contemporâneos, e foi por meio dos jornais que exerceu também as funções de crítico literário, poeta e folhetinista.

Como crítico literário e gramático, não poupava ninguém: corrigia construções sintáticas, pontuações, concordâncias e regências – todas as questões gramaticais eram comentadas concomitantemente à análise das obras, em que ele julgava a literalidade, a métrica, a forma e o ritmo dos versos, a urdidura das narrativas e até as imagens poéticas construídas pelo escritor. Aos poucos, essa sua competência foi se tornando tão conhecida e reconhecida que os próprios artistas já enviavam as suas obras para que ele, com peso de sua pena, as resenhasse ou comentasse em suas colunas jornalísticas.

Paralelamente a essas habilidades de crítico e revisor, ele também escrevia versos. Embora não tivesse publicado nenhum livro de poemas, encontramos nos jornais várias de suas composições poéticas e sua competência beletrística. E ainda escreveu folhetins, como, por exemplo, *Amor Original* e *Mestre André*, publicados em *A campanha*.

Entre as atividades no campo jornalístico, exerceu as funções de colaborador, redator, redator-chefe e diretor. E, exercendo a sua atividade como jornalista, tratava dos mais variados temas, da Filosofia à Geografia, dos problemas da cidade às questões relacionadas ao amor. A forma como todos esses temas foram tratados ao longo de sua trajetória era marcada pelo autodidatismo, pelo estudo, pelas lutas e pela resignação.

A atividade como crítico foi se construindo aos poucos na vida de Nascimento Moraes. No jornal *A campanha*, ele tinha uma coluna denominada *Letras e tipos*, em que comentava as produções literárias dos jornais da época. Sua análise era direta e concisa: sem rodeios, elogiava ou criticava, mostrando acertos e erros e, por vezes, corrigindo-os.

Certa vez, na análise do livro *Prelúdio*, elogiou Reis Carvalho afirmando que ele era “[...] um dos mais talentosos rapazes da moderna geração maranhense”. Já sobre um soneto de Alfredo de Assis não teve a mesma opinião, pois afirma que, “Lendo-se, vê-se perfeitamente que o moço caxiense tem jeito para o verso”, mas argumenta, logo em seguida, que o literato teve a ideia, mas não soube desenvolvê-la (MORAES, 1903a, p. 1).

De outra vez, ao analisar os poemas de Napoleão Lobão, *Flor e flor*, *Ao luar* e *Recordando*, declara que esse poeta era quase ignorado em sua terra, mas já tinha seu nome conhecido pelo sul do país: “Dá-se tal fenômeno na vida dos literatos: o meio em que ele vive, repele-os; os meios d’outras plagas, recebem-no de braços abertos! É extravagante! [...] É um poeta de sentimento, o que é fruta rara em nossa terra”. Alfredo de Assis, anteriormente criticado pelas suas composições, em outra ocasião foi elogiado por Moraes: “[...] um moço

que segundo nos consta tem a alma pura como o céu, e por isso trata de esmagar a vil calúnia cá de terra”. Mas dá um conselho ao autor: “Conservasse-se o Sr. Alfredo de Assis, sempre neste pé, desse-nos outros deste quilate que não trepidaríamos em afirmar que o inteligente patricio caminha como os verdadeiros estudiosos e metódicos” (MORAES, 1903b, p. 2).

Na edição de 4 de maio de 1903 de *Letras e tipos*, Nascimento Moraes começa comentando que se tratava de uma semana magra de composições. Sob um pseudônimo, Vespasiano Ramos publicou o soneto *A Maranhense*, mas foi prontamente reconhecido pelo crítico, para quem o autor já havia mostrado o poema antes. Moraes ressalta a vocação poética dos moços de Caxias, entre os quais Vespasiano, “promessa brilhante de nossa literatura”. Também comenta, nessa mesma edição, dois poemas publicados na Renascença Literária em homenagem à Festa do Trabalho, um de Napoleão Lobão e outro de Correia de Araújo: “Ambas as poesias estão às alturas dos vates. [...] na de Correa de Araújo, há rasgos de condoreirismo”. E termina afirmando o talento literário do Maranhão, “[...] aqui na nossa terra, onde os talentos e as inteligências andam à toa como caranguejo em tempo de carnaval” (MORAES, 1903C, p. 1).

Em outra análise, voltando-se novamente para Alfredo de Assis e seu poema *Guerreiro*, vaticina que este não apresenta valor literário algum; e sobre a narrativa de J. S. Sepúlveda, *Uma estreia*, declara que ela não tem nexos, concisão e perfeição nos quadros (MORAES, 1903d).

Em determinada edição do suplemento, elogiou o poema *Ave libertas!*, de Frutuoso Fernandes, afirmando que, mesmo sendo o autor um velho, era “[...] de uma imaginação possante e vibrante! Desconhecido em nossa terra por causa da obscuridade em que vive. Único simbolista do nosso meio e podemos afirmar do norte do Brasil” (MORAES, 1903e, p. 1-2).

Críticas ásperas também circulavam na seção, o que às vezes rendia polêmicas com muitas réplicas e trélicas, travadas ao longo de meses. Na edição de 15 de junho de 1903, Nascimento Moraes não estava para elogios: chamou de semana que passara de literariamente vazia, pois os poetas não se inspiraram e os jornais não publicaram poemas. Declarou que não trataria da composição de Alfredo de Assis, *Mística*, porque já a haviam parodiado no mesmo jornal, sob o título de *Burrística*. Alfredo de Assis foi um dos autores com quem Nascimento de Moraes manteve uma polêmica bem acirrada.

Nessa edição de *Letras e tipos*, Moraes se ocupa de uma produção de Máximo Ferreira, o soneto *Teu nome*, que, para o comentador, estava abaixo de medíocre. E recomenda ao autor que, embora fosse principiante, desse ao público um soneto melhor. O

único que recebe elogios nesse dia é Inácio Raposo, que, depois de passar pelo juízo crítico de Bethencourt, tinha passado por várias avaliações de críticos brasileiros, com seu livro *Protofonias*. Vendo os versos de Raposo, o autor ressalta que os poetas do Maranhão só faziam soneto, não usavam outra forma poética, e que fazer soneto seria tarefa difícil.

A partir de suas primeiras análises, veiculadas em *A campanha*, Nascimento Moraes foi construindo a sua trajetória como crítico literário, e essa atividade foi se consolidando ao longo de sua carreira jornalística. Os artigos publicados numa coletânea sobre esse tema, retirados de *A tribuna* de 1929 e do *Diário Oficial* de 1941, Nascimento Moraes comenta, ainda, as produções dos jovens e dos velhos literatos. Nesse caso, porém, ele apresenta uma escrita mais prudente e mais profunda, visto que ele analisa agora um único livro por artigo, em vez de vários. E deixa perceptível, através de seus comentários e do agradecimento pelos livros a ele enviados, que os autores o viam como um crítico importante, pelo qual seus livros teriam que passar.

Analisando criticamente alguns escritores não tão conhecidos, inclusive obras de outros estados do Brasil, até chegar aos maranhenses, Nascimento Moraes faz questão de recomendar os livros dos seus conterrâneos. Entre eles, no artigo *Um romance maranhense*, apresenta a primeira obra romanesca de Josué Montello, *Janelas Fechadas*, com a qual se declara muito satisfeito, pelo fato de Montello ter escrito um trabalho genuinamente maranhense:

Desconfio que o bem-estar que senti lendo ‘Janelas Fechadas’ foi reconhecer que o romancista que já se perfila na mentalidade de Josué Montello saiu feito do Maranhão. Foi aqui que ele preparou e afeiçoou o seu cabedal literário. Foi aqui que ele estudou o que muito mostra saber, da maneira com que os nossos homens de letras escreveram suas grandes páginas, numa época em que a arte literária não se conduzia por uma metodologia severamente capitulada e tão escrupulosamente definida.

Lendo ‘Janelas Fechadas’, recordei o Maranhão de Gentil Homem de Almeida Braga (Flavio Reimar), de Joaquim Serra (folhetinista), de Joafnas, (João Afonso do Nascimento, cronista e humorista), de Aluísio e Artur Azevedo. O modo de frasar, a sobriedade da adjetivação. E o levantar do pano para apresentar as personagens! (MORAES, 1982, p. 363).

Discorre sobre a questão gramatical, parabenizando o escritor por sua escrita corretíssima e alertando para a importância da gramática:

Não podemos, porém, deixar de cumprimentá-lo pela correção gramatical, que tenho como um dos expoentes que valorizam um trabalho literário. Numa época em que a gramática e a cultura literária estão sendo cruelmente sacrificadas, em que os semianalfabetos inconscientemente corrompem a beleza da linguagem e depravam o gosto literário dos novos, à falta de um policiamento intelectual, não posso deixar de abraçar o talento do romancista maranhense, que aparece na capital da República, defendendo os nossos foros intelectuais, como representante que é da última geração literária do Maranhão (MORAES, 1982, p. 364).

Em *Um grande livro*, a obra de outro maranhense é recomendada: *O Cativoiro*, de Dunshee de Abranches. Nascimento Moraes mostra a importância desse livro para a história do Maranhão, uma vez que menciona os fatores que concorreram para a deflagração da Balaiada.

Muitos artigos de Nascimento Moraes foram dedicados a exaltar a intelectualidade maranhense, tanto de seu tempo quanto de outras épocas. No artigo *16 de junho*, na data que intitula o artigo, Moraes (1903f, p. 1) tratou do aniversário de Inácio Raposo, redator-chefe do jornal. Nesse texto, relata a história de vida desse jornalista maranhense, a sua saída daqui como telegrafista, ainda “rapazola”, e seu retorno bem diferente, “rico possuidor de uma inteligência que ainda não alcançara as soberbas culminâncias da popularidade”.

Segundo o artigo de Moraes (1903f, p. 1), a publicação do livro *Protofonias*, com prefácio de Manuel de Bethencourt, trouxe reconhecimento a Raposo, e seus versos, escritos em diversas formas poéticas, passaram a se impor. Moraes mostra, ainda, o talento de Raposo como jornalista, substituindo Manuel de Bethencourt na redação do jornal *A campanha*. Raposo não se abateu diante das ameaças ao jornal, depois que *A campanha* fechou as oficinas, e voltou à ativa sustentando a mesma linguagem. Nascimento Moraes coloca que havia pessoas que falavam mal de Raposo, porém “O que dizem não chega ao tacão de [suas] botas”.

Sobre Costa Gomes, publica em *O Maranhão*, nos dias 12, 14, 15 e 16 de dezembro de 1907, uma série de artigos homenageando seu amigo e companheiro. Na matéria, relata como o conheceu, nas bancas do mestre Bethencourt, e ressalta suas influências e sua poesia. Chega a transcrever trechos de poemas de Gomes, especialmente do livro *Pâmpanos*, no qual, segundo o crítico, o autor mostra suas qualidades como poeta, comparáveis às de Camões, José de Alencar, Gonçalves Dias e Cruz e Sousa.

Nesse mesmo jornal, em 23 de outubro de 1908, Nascimento Moraes assina um artigo denominado *Monumento a Arthur Azevedo*, no qual trata do dramaturgo, por ocasião de seu falecimento, homenageando-o com um longo texto sobre sua carreira literária.

Na coletânea de artigos publicados em *A tribuna* de 1929 e no *Diário oficial* de 1941, constam ainda artigos sobre: Viriato Corrêa, salientando sua capacidade de abordar a realidade por meio de contos; Astolfo Marques, enfatizando seu desconhecimento perante o público; e Catulo da Paixão Cearense, considerado por ele o maior poeta da raça. Do mesmo modo, discorre sobre outros vultos da literatura nacional, como Antônio José de Almeida, Raimundo Corrêa e Gregório de Matos. Nascimento Moraes também enveredou pelo campo

da teoria literária, comparando e criticando diferentes obras e autores, e também refletindo sobre o fazer literário.

Os artigos de Nascimento Moraes também mostram que ele era um grande observador da cidade em que vivia, pois muitos dos seus artigos denunciavam questões sociais que o intrigavam e faziam parte da sua militância, como o ensino público e os métodos de ensino nas diferentes disciplinas. É notório que o ensino era uma de suas bandeiras de lutas, uma vez que a sua atividade jornalística era simultânea à sua prática pedagógica e que ele era mais conhecido como o professor Nascimento, mesmo quando estava no seu fazer jornalístico. Inclusive, usava os jornais pelos quais passou para divulgar seus trabalhos como professor. No jornal *A campanha*, pode-se observar vários anúncios em que o professor Nascimento Moraes oferece seus serviços de preletor em domicílio.

Fica evidente também que suas reflexões, suas crônicas e seus artigos tinham, em muitos aspectos, o sentido e objetivo de educar o povo, discutir questões simples de forma didática e profunda. Talvez por isso Nascimento Moraes fizesse tanta questão de seguir a gramática, fazer correções nos jornais e divulgar os gramáticos nos quais se baseava.

Certa vez, no jornal *Os novos*, onde assinava com o pseudônimo Junius Viactor, Nascimento Moraes polemiza com o editorial do jornal *Actualidade*, pelo fato de este dar à mocidade “[...] conselhos ociosos de insensatez, errôneos, inconcebíveis”, ao afirmar que a gramática não era tão importante e que a leitura de clássicos da literatura é que era um princípio fundamental para os estudos linguísticos. Para ele, era incompreensível que um indivíduo estudasse uma língua sem estudar sua gramática, sendo essa uma lei geral, “base principal de uma língua”. Para ele, ler bons livros podia ajudar a falar e escrever bem, mas não era um princípio fundamental. As regras da gramática não eram absurdas e falsas como afirmara o jornal com o qual rivalizava, mas “determinam a boa linguagem e, sem elas, não se sabe o que seria falar e escrever bem um idioma” (VIATOR, 1900, p. 3).

Nascimento Moraes acreditava sim que a educação poderia mudar a realidade do país e que o analfabetismo era um dos grandes entraves para o progresso de qualquer nação. Vê-se, portanto, que o tema da educação era muito presente em seus artigos. Através do conjunto de seus artigos que versam sobre educação, retirados do jornal *A tribuna* de 1929 e *Diário oficial* dos anos de 1931 e 1941, pode-se perceber a reflexão do autor sobre a educação e a sua busca por pressupostos teóricos que lhe permitissem contribuir para a reforma educacional brasileira.

A São Luís que Nascimento Moraes mostra em seus artigos e crônicas é uma cidade movimentada. E, da mesma forma que denuncia suas mazelas, como as do ensino,

também exalta suas figuras, sua intelectualidade, seus belezas, sua gente. Quando tratam desses temas, seus textos parecem mais leves, deixando de ter a aparência formal de artigos e passando a assumir certa fluidez e reflexividade características do gênero crônicas. Fatos pitorescos sobre a cidade também eram contados de uma forma tão anedótica que fazem o leitor duvidar se são ficção ou realidade.

O que Nascimento Moraes de fato condenava era o cenário político brasileiro. Em vários artigos, ele alerta o povo com relação aos políticos que se diziam independentes, mas que não tinham plano algum para transformar a realidade. Denunciava, também, àqueles que já haviam desempenhado algum cargo ou mandato e nada haviam feito pelo bem comum, demonstrando claramente não terem nenhuma consideração pelo povo. Apontava ainda os políticos inúteis, que só contribuía para piorar o Maranhão. Segundo ele, o povo devia perguntar a tais homens públicos o que haviam feito de bom para a coletividade, em que haviam contribuído. Segundo Moraes (1982, p. 149), eles “[...] nada [...] poderão responder!”.

Nascimento Moraes teimava em analisar e revelar o cenário político, como evidencia um de seus artigos, intitulado *Qual o maior mal do Brasil?*. Nesse texto, detém-se em analisar a República, os políticos que haviam virado republicanos da noite para o dia e o jogo político saturado da República do “café com leite” e da eleição de Vargas. Questiona o porquê de somente Minas Gerais e São Paulo poderem governar o Brasil e conclui que, “[...] vislumbrando já um pouco tardiamente o desastre dessa democrática tese, destruíram pela força das conveniências de momento e pediram ao Rio Grande do Sul o candidato!”. Em tom irônico, assim conclui o texto: “E depois todos dizem, como eu digo, que o maior mal do Brasil é o analfabetismo!”, dando a entender que o maior mal do Brasil eram os políticos que o governavam (MORAES, 1982, p. 154).

O que estava faltando ao Brasil, segundo o autor, era uma democracia em que fossem valorizados o trabalho e o estudo. Em que os dirigentes conhecessem o povo e que a recíproca também fosse verdadeira, ou seja, que o povo soubesse escolher os seus dirigentes, porque o povo havia virado apenas uma convenção necessária para o novo regime. Finalmente, uma democracia em que ressurgisse o sentimento de nacionalidade e patriotismo.

Para Nascimento Moraes, assim como para muitos intelectuais das primeiras décadas do século XX, a República significou uma grande frustração. Acreditou-se que a República seria uma revolução, que acabaria com os grandes males do Brasil, porém isso não se concretizou, continuando o mesmo modelo político de antes.

Mesmo condenando a convulsionada política brasileira e os maus políticos, Nascimento Moraes não perdia a esperança e acreditava que o cenário político brasileiro

podia mudar. Ele acreditava na mudança, na transformação e até na revolução baseadas numa política que partisse da nossa realidade. Em certos momentos, seus textos chegam até a manifestar certo idealismo, um tom visionário, excessivamente otimista, acreditando em forças e mentalidades revolucionárias, em almas criadoras, predestinadas, que fariam uma grande revolução, não somente em âmbito nacional, mas também mundial.

Para Moraes (1982), a educação seria a arma maior para se construir uma *Mentalidade revolucionária* (nome de um dos seus artigos), e essa ação seria dever dos que trabalham a favor da república. Educar pelo exemplo, pela energia, pela iniciativa, pelo desprendimento, pela justiça, pelo conhecimento, pelo amor... Educar, enfim, para uma mentalidade revolucionária.

Talvez esse otimismo estivesse pautado no momento político por que estava passando o Brasil, já que os textos referidos foram escritos no ano de 1931, ou seja, após a Revolução de 1930 e durante o primeiro governo de Vargas. De fato, pode-se observar que Nascimento Moraes acreditava em Getúlio Vargas e que seu governo faria o Brasil experimentar uma fase de prosperidade. Com esse sentimento de esperança, várias vezes em seus escritos pede a ajuda do povo para lutar pelo Brasil diante dessa nova fase.

Enfim, Nascimento Moraes acreditava que pessoas fortes, lutando por seus ideais, instruídas, corajosas e destemidas, poderiam mudar a realidade e lutar contra a tirania, o imperialismo, as desigualdades sociais. Face aos vários conflitos que estavam ocorrendo em nível mundial naquele momento, vários fatores se afiguravam decisivos, além das armas e do poderio militar, como a bravura, a impetuosidade e o desprendimento pela vida. Em muitas passagens de vários de seus textos, ele enfatiza o valor desse desprendimento em favor da vida e a concepção da morte como algo natural. De qualquer modo, a mudança na sociedade se daria por meio da luta de homens governados pela razão. Talvez essa fosse uma ideia muito romântica para um homem tão calejado pelas lutas da vida, mas prova que as dificuldades não endureceram nem sua mentalidade nem sua sensibilidade.

Não seria estranho afirmar que, ao longo de sua vida, Moraes sempre se dedicou à defesa dos princípios éticos e morais, da Justiça e do Direito como elementos basilares para a construção de uma civilização.

Vários temas filosóficos foram desenvolvidos por Nascimento Moraes, o que demonstra a sua erudição, revelando a surpreendente gama de conhecimentos que detinha, tanto no que diz respeito ao conteúdo quanto em relação à forma linguística. Portanto, o que chama atenção no conjunto de sua obra não é apenas o que ele escreveu, ou seja, a diversidade de temas que ele conseguiu abordar ao longo de sua longa carreira jornalística, mas a forma

como ele escrevia, sua produção textual escurteira, metafórica, poética, rica em imagens encantadoras construídas através das palavras.

Todavia, não só de assuntos sérios e existenciais se ocupava o escritor. Quando se travestia de João Ninguém, ele também se ocupava em narrar casos engraçados, com personagens pitorescos, que mostram um jornalista muito versátil. Enfim, Nascimento Moraes não desperdiçava palavra: transitava, com sua escrita, do cotidiano da cidade à política nacional, dos ditados populares às máximas de filósofos renomados. Discutia Geografia, Matemática e principalmente Gramática, usando o jornalismo para educar o povo em busca de uma transformação da realidade. E, à medida que a realidade o transformava, ele também transformava a realidade a cada dia.

## 4.2 O grande polemista

Ao longo de sua trajetória jornalística, pelas suas críticas às obras de seus contemporâneos, Nascimento Moraes fez muitos amigos, mas também muitos inimigos e rivais. Com alguns, protagonizou fortes discussões nos jornais, nos quais sempre usava sua prosa afiada e seu amplo leque de conhecimentos. No início de sua carreira, o escritor não poupava críticas a ninguém, utilizando os mais diversos métodos para desmoralizar seus adversários e provar sua superioridade em termos de conhecimento. A ironia, a galhofa, a sátira, o sofisma e até o xingamento eram suas armas de luta nas polêmicas que travava.

No intuito de reconstituir o Nascimento Moraes polemista, privilegiei, em minha pesquisa, os números de 1903 do jornal *A campanha*, do qual ele participava como redator, com a coluna semanal *Letras e tipos*, conforme já referido. Além disso, utilizei, na investigação, parte do livro *Puxos e repuxos*, publicado em 1910.

Em *A Campanha* do ano de 1903, Nascimento Moraes protagonizou algumas polêmicas, uma das quais contra a assim por ele chamada “Trindade Rego”. O debate teve início no número 54 do jornal, publicado em 23 de março, quando Moraes defendia o soneto *Via-Crucis*, de Caetano de Souza. Esse mesmo poema havia sido duramente criticado na seção *Serrando de cima abaixo*, da *Pacotilha*, sob os pseudônimos Heitor Pimenta, Polycarpo Simões e Tertuliano Mostarda, que Moraes acreditava serem Carlos Rego, Antonio Rego e Altino Rego (MORAES, 1903g).

Nascimento Moraes desafiou os humoristas a apontarem defeitos no poema em questão, afirmando ainda que eles eram charlatães “que andam à cata de ridicularizar rapazes que com certeza lhes levam vantagem, não só em preparo como em talento”. E a cada um

manda um recado: a Carlos Rego, para publicar a melhor de suas produções para que ele a analisasse, porque as que têm nas mãos “não resistem à mais insignificante das análises, quanto mais à síntese rigorosa” que mostraria em breve. Quanto aos outros dois, qualifica-os como “nulidades completas”, meros desconhecidos. Em relação aos três, é categórico: “A trindade Rego que cuide de criticar meninos que saem do colégio primário. A trindade que deixe em paz o *Pacamão* e o *Monólogo de um tinteiro*, contos cuja estrutura, aposto, nenhum da trindade sabe determinar” (MORAES, 1903g, p. 2).

No dia seguinte, novamente estava lá, rivalizando com os três, com um artigo intitulado *A trindade Rego*, no qual expõe que, no Maranhão, havia um péssimo costume no espírito público: “Um indivíduo completamente nulo, que nunca mostrou preparo nem estudo em coisa alguma, angaria a força de uma infinidade de engrossamentos, um renome do qual ele não é digno”. Isso porque a terra estava cheia de tagarelas de profissão, sujeitos que falavam de tudo como se de tudo entendessem: “Gritam, gesticulam, saltam, como verdadeiros sábios que não podem ver nada torto. É uma pândega!” (MORAES, 1903h, p. 2).

Nesse artigo, Moraes ressalta as individualidades de sua terra, mas afirma que a “Trindade Rego” nada representava na intelectualidade maranhense: “Tu, Trindade Rego, falas por Deus! O que és? [...] Nunca alcançaste uma crítica por mais desumana que fosse. Teus versos, nunca atravessaram... o Boqueirão! [...] Contudo aparece de vez em quando a tomar gosto com as produções alheias”. E termina em tom sarcástico, reportando-se a Carlos Rego: “Um rapaz de vinte e um anos a dar num homem de quarenta! Tenho até vergonha disso, mas enfim, paciência!” (MORAES, 1903h, p. 2).

A “Trindade Rego” perdeu seu posto nas seções humorísticas do jornal *Pacotilha*, não se sabe se pela *surra* que recebeu do jovem Nascimento ou se por outra razão. De qualquer modo, Nascimento Moraes continuou criticando os comentários feitos nessa seção do jornal supracitado. *De fora* foi a seção humorística que substituiu *Serrando de cima abaixo* da “Trindade Rego”, escrita agora por Walter Bradbent, antigo e famoso literato.

Não tardou para que Nascimento Moraes polemizasse também com esse novo humorista, contrapondo-se à crítica deste a *Minaretas*, rebatida pelo próprio autor dessa obra poética, Viriato Corrêa. Moraes também não gostou dessa crítica. Em comentário feito na seção *Letras e tipos*, censura a participação dos anônimos na imprensa: “Tais literatos devem ser expulsos da liça, porque as armas com que lutam são de têmpera muito ordinária”. E termina mostrando-se ávido por novas polêmicas: “Insultem-me, insultem-me, todos os dias, porque o público fica sabendo que nós não somos da mesma laia. E isso enche-me de contentamento” (MORAES, 1903b, p. 2).

Alfredo de Assis tinha uma vasta produção de poemas publicados semanalmente nos jornais da cidade e Nascimento Moraes nunca deixou de criticá-los, fosse criticando-os positiva ou negativamente. Ocorreu que Napoleão Lobão escrevera um soneto para o poeta Inácio Xavier de Carvalho, incitando-o a voltar a escrever e a responder ao seu poema com outro, provocando-o a criar uma rima para a palavra *noiva*. Xavier de Carvalho respondeu a Napoleão Lobão com o poema *Respondendo* e ofereceu uma palavra para rimar com *noiva*, que seria *goiva*.

Nessa mesma semana, Alfredo de Assis também escreveu o poema *A minha história*, em que também oferece uma rima para *noiva*. Em sua seção *Letras e tipos*, Nascimento Moraes dá mais destaque ao diálogo entre Lobão e Xavier de Carvalho, dizendo que este último fora o primeiro a conseguir rimar *noiva* com *goiva*. Alfredo de Assis, por sua vez, escreve em *Pacotilha* que quem primeiro rimara *noiva* com *goiva* tinha sido ele, e assim se inicia um debate que se estenderia ao longo de dois meses do ano de 1903.

No dia 28 de maio de 1903, Nascimento Moraes escreve o artigo *A propósito de uma rima*, em resposta a Alfredo de Assis, mostrando toda uma argumentação pautada em exemplos e fatos em que se baseava para afirmar que Xavier de Carvalho rimara primeiro, devido à data de publicação (MORAES, 1903i, p. 2).

No dia 1º de junho daquele ano, novamente comentando artigo de Assis, Nascimento Moraes declara que seus argumentos anteriores eram falsos e que Alfredo de Assis os deixara passar por verdadeiros, deixou que o enganasse, “que o metesse no bolso. [...] Porque na ciência, as descobertas tomam o nome não de quem pela primeira vez pensou nelas e sim de quem lhes dá certa forma definitiva”. E ainda mostra como Assis deveria refutar as suas afirmações: “Que derrota, meu poeta! S.s. não contava com tal desastre! Desculpo-lhe, porque s.s. veio do sertão e por lá não se sabe o que sejam sofismas”. A partir daí, o tom da conversa gira em torno de temas filosóficos, como positivismo, evolucionismo e transformismo, passando por questões gramaticais (MORAES, 1903j, p. 1-2).

Ao longo da polêmica, em que seria criada por Nascimento Moraes uma nova seção, intitulada *Rimas, sofismas e filosofias*, apenas para veicular a disputa, o polemista afirma e depois refuta o que havia dito antes para confundir Alfredo e mostrar que ele não entendia nada de filosofia, enaltecendo-se diante do desconhecimento do outro. Mostrando muita arrogância e prepotência, chama Alfredo de bobo e burro velho. Sempre com muita ironia e pilhéria, declara que o que faltava ao seu antagonista era leitura e preparo: “Diga-me poeta. Deixo a pergunta feita e peço ao moço que entende de ciência que ele estudou no sertão, que me responda amanhã” (MORAES, 1903k, p. 2).

Na edição do dia 6 de junho de 1903, na seção *Rimas, sofismas e filosofias*, Nascimento Moraes responde a Alfredo de Assis, que, em sua resposta, o havia chamado de negro. Moraes responde à altura do xingamento:

Disse você que eu tenho uma civilização africana. Já eu esperava que você, *finíssimo branco de cabelo de caboclo* viesse me chamar de negro. Estava tardando até. Mas escute. A África não é tão inculta como você pensa. Basta atender que esse continente ainda é colonizado pelos povos civilizados da Europa (MORAES, 1903l, p. 2).

Ao longo do debate, a principal estratégia de Nascimento Moraes foi desqualificar Assis, mostrando que ele nada sabia sobre as questões que tinha a pretensão de discutir e o ridiculariza, chamando-o de burro: “[...] há de me encontrar nesse terreno, firme, de chicote em punho a ensiná-lo, segurando-o pelas rédeas” (MORAES, 1903l, p. 2).

Em outro momento, assim se posiciona acerca do debate: “Apresenta-se sempre com uma lógica de burro, a querer destruir os meus argumentos. Mas em vão! Quando o animal tenta morder o freio e fugir para melhor correr, o chicote corta-lhe o lombo e o poeta desesperado cava o solo raivoso e de novo galopa” (MORAES, 1903m, p. 1).

Nascimento Moraes até oferece um soneto a Assis, dizendo que não é seu e ironicamente desafiando-o a analisá-lo:

Marcha, marcha, misérrimo casmurro,  
Pela imensa aspereza d’este cerro,  
Em que vagas à noite e em que me emperro,  
Te ensinando a marchar, meu velho burro.  
[...]  
Sem queixo ficarás que a rédea agarro  
Com toda a minha força a que recorro  
Para fazer-te caminhar no barro  
O poeta jumental que tanto embirro,  
Podes ficar ciente que eu não morro  
Sem te fazer de burro, um forte espirro  
(MORAES, 1903n, p. 1).

Em determinados momentos, as respostas de Nascimento Moraes chegam a ser violentas e essa foi a única forma que encontrou de se defender, uma vez que não discutia com uma só pessoa e recebia críticas de todos os lados, tendo consciência de que tudo partia de Antônio Lobo:

Com certeza o sendeiro mestre durante os últimos dias revolveu a biblioteca para ensinar ao sendeiro discípulo o que ele deveria responder. E apesar de tanto tempo o animal não foi capaz de examinar bem as questões. Deu maus apontamentos ao sendeiro filho e este descaradamente, sem ter vergonha do público, sacudiu pelas ineditoriais d’A Pacotilha uma chuva de coices na ciência, uma chuva de mordidelas na lógica, enfim, pintou o Simão – quarenta (MORAES, 1903n, p. 1).

E quando Lobo não podia acudir, havia outros que prolongavam o debate, conforme Moraes (1903c, p. 1) salienta:

[...] tenho a dizer que o animal discute à custa de um galego infame e sem prestígio que infelizmente vive entre nós. É ele quem lhe dá as notinhas bem apanhadas, para

o poetrasto azurrar das ineditoriais da Pacotilha. Além dele, uma corja de beócios o auxiliam dando-lhe notinhas também bem arrançadas.

Diante de tudo isso e do debate que já se prolongava por mais de um mês, no dia 11 de junho de 1903, Nascimento Moraes resolve terminar a polêmica: “E uma vez que o animal não entende chicote nem espora, deixo-o, mesmo porque não continuaria a discutir contra dez ou quinze!” (MORAES, 1903o, p. 1).

Nesse debate, Nascimento Moraes, ainda um jovem jornalista, sabia que sua escrita incomodava e lhe angariava vários desafetos. Parecia ser muita audácia que um indivíduo negro e pobre criticasse os que se diziam os grandes literatos da terra. No entanto, o grande polemista não se curvava diante das dificuldades, mantendo-se firme, não se dando por vencido, mas lutando como um forte: “Estou a cercar-me de inimigos e nutrindo ódios contra mim mesmo! Que audácia a minha! Fazer critica nesta terra de finíssimos brancos, de homens ilustres, de talentos incomparáveis, de Hércules que jamais hão de trocar a massa por uma roca de rainha Omphale!”. E continua: “[...] por detrás, podem dizer tudo, até matar-me, como dizia Sócrates. Tudo o que tenho trago comigo, dizia Bias, aludindo à sua sabedoria, e eu o repito, para os meus detratores” (MORAES, 1903p, p. 1).

Essa polêmica de 1903 foi uma prévia do que viria a ser o acirrado embate entre Nascimento Moraes e Antônio Lobo, a qual, por sua extensão e argumentação, tornou-se famosa a ponto de ser reunida em forma de livro, *Puxos e repuxos*, publicado em 1910. Foi sustentada no *Correio da tarde* pelo professor Nascimento Moraes sozinho, de um lado, contra Antonio Lobo e seus dirigidos, de outro, os quais o agrediram nos ineditoriais da *Pacotilha* e do *Diário do Maranhão*, sob o pseudônimo de G. Galliza. E o que chama atenção é que Nascimento Moraes respondia sozinho às ofensivas de um grupo chamado de *Sistema*.

Nessa polêmica, o primeiro com quem rivaliza é Luiz Viana, que sempre lhe pareceu “[...] uma criaturiazinha bem insignificante, de pouca instrução e pouco talento” (MORAES, 1910, não paginado). Moraes já inicia o debate tentando ridicularizar o adversário, inclusive fisicamente, dizendo que sua cabeça, seu tronco e suas pernas eram tortos, imperfeitos, anormais. Ou seja, já inicia afirmando que tanto o intelecto quanto o próprio corpo do adversário eram fracos. E é dessa maneira pejorativa que ele vai se referir a Luiz Viana: “criaturinha torta”, “torto”, “Luiz Torto”.

Só depois é que Nascimento Moraes parte para a discussão dos artigos publicados de ambas as partes. De Luiz Viana, são criticados os artigos *Justiça do dinamite*, *O reinado do vapor* e *Os macacos*. Moraes passa das querelas gramaticais às questões de conhecimento geográfico, emprego e significado de termos.

Nascimento Moraes coloca que, na verdade, Viana era testa de ferro de Alfredo de Assis e Antônio Lobo, que estavam doidos para o “morderem”. Ironiza e satiriza, fazendo pilhéria com uma declaração de Luiz Vianna de que seria vaqueiro. Se declarasse isso no jornal em que trabalhava, afirma Nascimento Moraes, isso seria considerado uma despedida formal, pois “a imprensa não [era] campo de vaquejada”. E até retruca que Viana não poderia ser vaqueiro em São Bento devido àquela sua “musculatura de ‘frango desmamado’”, àquela sua “corpulência de rã” e àquele tórax comprido que parecia “foles de gaita portuguesa” (MORAES, 1910, não paginado).

Depois de polemizar com Luiz Viana, afirma que não tinha mais nada a debater, atendo-se, a partir de então, ao “ao grão mogol” Antonio Lobo, “estimulador velhaco e matreiro dos Gallizas indecorosos” e as suas redes de amigos, nas quais nos deteremos mais profundamente no próximo capítulo.

### 4.3 O escritor e o literato

À exceção de *Puxos e repuxos*, que na verdade foi uma compilação de textos retirados dos jornais e virou livro, Nascimento Moraes escreveu e publicou dois livros, ao longo de sua vida, que foram *Neurose do medo* e *Vencidos e degenerados*.

*Neurose do medo*, publicado inicialmente em 1923, teve uma reedição póstuma no ano de 1982 (ocasião do centenário de seu nascimento), acrescida de cem artigos do autor. Trata-se de uma crítica política que analisa os bastidores do período de governo de Raul Machado. A análise contida nesse livro parte pelo viés do medo, mostrando eventos desse governo que evidenciam o temor do governador de perder seu cargo, depois de uma fracassada tentativa de deposição.

O livro começa narrando a sucessão de Urbano Santos, que deixava o governo do estado, para ser sucedido por Raul Machado, 2º vice-governador, em razão de impedimento do 1º vice, Marcelino Machado, que então exercia o cargo de deputado federal. Moraes deixa claro, logo no início do texto, que o foco de seu trabalho era uma crítica ao período de gestão, não à figura do governador. Isso porque, ressaltava ele, a imprensa maranhense coeva não sabia fazer crítica administrativa, posicionando-se sempre de forma partidária – ou atacando violentamente, sem distinguir o homem do político, ou pesando no excesso de elogios.

Conforme a narrativa, Raul Machado era uma desilusão. Assumiu o governo do estado numa posição crítica. Urbano Santos continuou em palácio a determinar tudo como se estivesse em exercício. Raul Machado não executava coisa alguma, apenas emprestava seu

nome às assinaturas dos atos oficiais. Mesmo se mudando para a Vila Flora, Urbano Santos continuou a governar de lá. Os servidores iam até a Vila receber as instruções, e a essas reuniões também comparecia o próprio Raul Machado, deixando ainda mais difícil a sua situação. Até que Urbano Santos embarcou para a capital da República, deixando a população assustada com a ausência de um responsável direto pela administração pública. Somou-se a isso o caso de espancamento do guarda municipal José Estelino, fato que repercutiu muito negativamente para Raul Machado.

Raul Machado seguia a orientação e os desígnios de Teodoro Rosa, secretário vitalício do Supremo Tribunal de Justiça e Secretário de Justiça e Segurança Pública em comissão. Machado era advogado, jornalista, professor de Lógica e Filosofia no Liceu Maranhense; possuía vasta cultura literária e jurídica e tinha boa fama no meio jurídico. Já Theodoro Rosa, por seu turno, era um advogado formado mas medíocre. Mesmo assim, Raul Machado era dominado por Teodoro Rosa.

Quanto a essa influência de Teodoro Rosa sobre Raul Machado, Moraes (1982, p. 52) argumenta que outrora os partidos políticos costumavam atrair para seu quadros homens com elevada sabedoria, dando como exemplo o ex-governador Luís Domingues:

Ainda ontem, vimos Luís Domingues, esse homem que era todo uma fulguração de talento, de espírito, de ideias, de conhecimentos jurídicos, de boa e castiça vernaculidade, esse homem que andou pela vida sem muletas, mas com os próprios pés, respirando com seus pulmões fortes, – quando no governo do Estado cercou-se da intelectualidade maranhense, sem lhe faltar tempo para abraçar o operário, para ouvir o comércio e para fazer uma administração que foi a contento de todos.

Argumenta, porém, que, a partir da República, esse comportamento não mais se verificou. Os chefes políticos faziam questão de ter a seu lado homens incapazes que pudessem ser manobrados à vontade. Na análise de Nascimento Moraes (1982, p. 56), Raul Machado não tinha princípios, nem objetivos, nem metas superiores definidos para a coletividade. E isso se devia à falta de uma educação espiritual firme: “Ele é um prisioneiro dos seus próprios defeitos educacionais”. Aliava-se a isso a falta de educação prática: “[...] para se governar os homens, é preciso, antes de tudo, conhecê-los” e também conhecer as necessidades do povo. Eles, porém, permaneciam encastelados no palácio e desconheciam a vida intensa das classes subalternas. Essa falta de entendimento era um mal para os administradores, e assim era Raul Machado, como também fora antes Urbano Santos. E novamente compara esses dois últimos a Luís Domingues:

Nestes últimos tempos só houve, nesta terra, um administrador que dirigiu o Estado com o povo a seu lado – Sr. Luís Domingues, o único democrata dos nossos políticos, o maior de todos, pelo fulgor do seu talento, pela vibratilidade do seu temperamento e pela autonomia suprema com que se houve na sua administração (MORAES, 1982, p.56).

Por esse motivo, o fator que mais impediu a sua boa governabilidade foi um elemento o apoiasse – o povo. Este esperava um movimento revolucionário com a partida de Urbano Santos, que, mesmo moribundo, deixara apenas ódio. Raul Machado se afigurava como continuador da política vigente e dessa administração que todos reprovavam, portanto não representava a mudança. Pelo contrário: mantinha-se de pleno acordo com as orientações políticas de Urbano Santos.

Nascimento Moraes relata que, alguns dias após o embarque de Urbano Santos para a capital da República, Machado fora deposto do governo pelo Corpo Militar do estado, comandado pelo capitão Manuel Aurélio Nogueira. Mesmo conseguindo voltar ao Governo depois do malogrado golpe, Machado a partir desse fato passou a governar movido pelo medo de que isso pudesse acontecer novamente o que tornou o seu governo autoritário com atitudes que chocavam o povo. Machado foi cercado de mercenários que vinham de todos os cantos do estado, mandados pelos chefes locais que queriam tirar proveito da situação, aumentou o medo do governador, que resolveu levantar trincheiras em frente ao Palácio, o que provocou o sarcasmo da população.

Analisando os fatos que levaram Machado a ser tomado por esse pavor, Moraes deduz que foi quando o governador percebeu que seu governo não agradava a população, por ocasião de sua deposição. Foi assim que seus nervos afrouxaram e ele se apavorou ainda mais com o incentivo dos exploradores de seu medo. Já o abatimento de Urbano Santos foi gerado quando tomou ciência do descontrole dos gastos de seu governo, passando a temer que seu nome, de prestígio nacional, fosse abalado pela divulgação desse grande erro.

Nascimento Moraes recua um pouco na narrativa para mostrar um fato inusitado que se passara logo após a deposição de Machado. Nessa ocasião, como o governo precisava de capangas, um dos escolhidos foi José Carlos da Cunha, juiz municipal de São Vicente de Férrer, que se apresentou em companhia de seu irmão Manuel Cunha. Segundo consta, este fora recomendado pelo coronel José Castelo Branco da Cruz, que, contrastando com seu cargo, era atleta e tinha fama de valente, comentado pelas suas façanhas, e assim passou a guarda do governador. Nascimento Moraes conta uma história cheia de intrigas que envolveram seu nome e ainda Leôncio Rodrigues e o coronel Paulino Lopes de Souza. José Carlos Cunha queria matá-los devido fofocas, esclarecidas depois por Nascimento Moraes.

Desfeito o mal entendido, ficou acertado que, pela imprensa, no dia seguinte, se tiraria a má impressão que ficara, devido ao fato de José Carlos ter espalhado aos quatro ventos sua versão da história, e que mataria os envolvidos.

E assim fez Nascimento Moraes no Diário de São Luís: escreveu um artigo intitulado *Explicação necessária*, colocando “panos quentes” sobre a história. Moraes confessa que fraquejou e que agiu com prudência diante da fama de valente de José Carlos. Abaixo, a transcrição do artigo e o grifo do que mais nos chamou atenção na escrita de Nascimento Moraes (1982, p. 99, grifo meu) para camuflar a tensa situação por que passava:

O convite que me fez, por um delicado cartão, o ilustre Dr. José Carlos da Cunha para um encontro em lugar determinado, a fim de saber de um caso em que seu nome foi envolvido, deu resultado satisfatório. Porque, aceitando seu convite, tive oportunidade de provar-lhe que se tratava apenas de um equívoco ocorrido numa conversa íntima em uma residência de um cavalheiro de sua e de minha estima.

Ficou evidente que a conduta moral e lealdade política do ilustre Dr. José Carlos da Cunha não sofrera increpação alguma.

Um equívoco e nada mais.

Inteiramente alheio aos interesses da vida partidária do Estado, redigindo este jornal, que mantém impolutos os seus foros de emancipação, preciso declarar, aproveitando o ensejo, que fui absolutamente estranho aos últimos acontecimentos políticos desenrolados nesta cidade.

Não será demais que eu diga que, em a noite de deposição do Dr. Raul Machado, me recolhi à minha residência, às 2 horas e meia da madrugada, em companhia do meu ilustre amigo Dr. João de Carvalho Branco, que me levou em seu automóvel. E mais ainda, que à noite seguinte, na sede de um de nossos clubes, em conversa íntima com o mesmo Dr. Carvalho Branco, um dos que mais se interessaram e trabalharam desassombadamente pela causa do Dr. Presidente do Estado, com o festejado poeta Dr. Da Costa e Silva, um caráter íntegro, e o coronel José Caetano Vaz, ambos dedicados à causa do Dr. Presidente do Estado, fiz-lhes ver quais as relações de estreita amizade que me ligavam ao Dr. Raul Machado, motivo por que no dia da sua deposição não comparecera ao Palácio do Governo a cumprimentar o meu ilustre amigo Dr. Tarquínio Lopes Filho, presidente da junta governativa e bem assim aos demais ilustres membros da junta, pessoas de minha estima e consideração. E para evitar explorações que os boateiros em volta do caso possam fazer, preciso lembrar que não fui, não sou, nem serei sabujo, e que nesta terra podem ser encontrados homens tão independentes quanto eu. Mais é que não!

Pela primeira vez durante esta pesquisa, deparei-me com uma situação em que Nascimento Moraes omitiu fatos e usou sua retórica de forma a maquiar a realidade, com a intenção de não melindrar a corte de Raul Machado e deixar-se completamente isento na história. O convite de José Carlos não foi tão delicado assim, uma vez que deixava bem claro que desejava tratar de negócio de grande interesse do professor e que continuaria a procurá-lo, mesmo já tendo marcado um local. Essa história não foi um simples equívoco, como Nascimento Moraes coloca, mas uma conversa aumentada ao extremo pelos exploradores do medo que estavam em volta do governador para lhe causar mais pânico e envolver o nome de Nascimento Moraes e de outros.

Paulino Neves podia até ser da estima de Nascimento Moraes, mas não de José Carlos, que queria até matá-lo. Que conduta moral tão boa assim teria José Carlos, conhecido na cidade pela falta de respeito à população e pela conduta violenta? Nascimento Moraes

nunca ficava estranho aos acontecimentos políticos da cidade devido a sua rede profissional e pessoal. Tanto não estava alheio que mostrou a sua relação íntima com a família do governador e *Neurose do medo* é a prova de que sabia muito dos bastidores do governo de Raul Machado. Pela primeira vez, percebi nas palavras de Moraes o medo ao manipular a pena, mas essa constatação é importante, porque evidencia que o grande polemista, jornalista, literato, escritor, professor e intelectual foi também um homem e, como todo e qualquer ser humano, também teve fraquezas.

Esse fato revelou as verdadeiras relações entre Nascimento Moraes e Raul Machado. Nascimento Moraes esclarece, em seu relato, as suas reais relações com Raul Machado, que seria mas melhores. Os dois haviam feito amizade íntima no *Correio da tarde*, diário do Partido Republicano, ao qual ele fora chamado a redigir para apoiar o governo de Luís Domingues. Através do jornal, fez a campanha de Raul Machado para intendente municipal e, quando este assumiu o posto de 2º vice-governador, pediu que Nascimento Moraes trabalhasse na reforma do ensino primário juntamente com Domingos Barbosa, secretário do Interior, e Juviliano Barreto, diretor da mesma secretaria. Assumindo o governo, afastou-se do convívio do governador por não lhe parecer bem o contato, devido a sua posição na imprensa.

Moraes afirma, ainda, que ficou numa posição delicada quando começaram a se espalhar comentários sobre a conduta do governador, e que fora convidado por Tarquínio Lopes para ir ao Palácio no dia da deposição, mas não fora, em razão de Machado lá se encontrar preso. Relatou, ainda, que esteve com a família de Raul na noite da deposição, levando-lhe palavras de conforto, e que não achara prudente ir visitá-lo depois da sua neurose, por ter chegado ao seu conhecimento que os exploradores tentavam afastá-lo do convívio de quem poderia influir para tirá-lo da situação.

Voltando à narrativa de Nascimento Moraes, José Carlos vai aparecer ainda em muitos casos ligados a guarda pessoal de Raul Machado, até ser assassinado por João Soares de Quadros, advogado provisionado e acadêmico de Direito, que um dia aquele humilhou em público. O crime não abalou a sociedade, e ninguém reprovou o ato de João Quadros. Apontaram como culpado pelo episódio Raul Machado, que “sacrificou dois homens e duas famílias” (MORAES, 1982, p. 105).

O medo aumentou e o chefe do executivo não conseguia controlar a própria polícia. Cenas lastimáveis de desrespeito à ordem pública passaram a ocorrer na cidade, que parecia sem governo. Ocorreram muitas fraudes e roubos na Secretaria da Fazenda, os quais foram prontamente abafados. A rejeição a Raul Machado se agigantou ainda mais quando

veio à tona o processo contra os reacionários e as prisões. O povo, contrário às prisões, fazia romaria ao 24º BC, onde estavam os prisioneiros. E todos se apresentavam àquele quartel e eram ovacionados pela população. No dia 19 de dezembro, ocasião da sessão do júri dos que haviam planejado o golpe contra Machado, aglomerou-se uma multidão em frente ao quartel. “A vitória moral impunha-se em toda linha”. E assim o governo caiu (MORAES, 1982, p. 116).

A exploração do medo só mudou em 15 de novembro, com a posse de Artur Bernardes. Esperava-se por um levante que impedisse a posse do presidente eleito, que não aconteceu.

Nascimento Moraes conclui a sua narrativa, mais uma vez tomando Luís Domingues como exemplo. Quando no governo do estado estava Luís Domingues, seus adversários tentaram levar a efeito sua deposição, mas este fora avisado a tempo, mudando-se imediatamente para o Palácio do governo e mantendo a tranquilidade. Chegou o oficial que iria depô-lo e o governador continuou calmo. O oficial foi embora depois de visitar o governador com quem uma noite conversou longamente. Depois, ocorreu a boataria de uma segunda tentativa deposição, pelo Cel. Abílio Noronha, porém mais uma vez o governador se conservou indiferente aos boatos. Na visão de Nascimento Moraes, o governo de Raul Machado só olhou para si mesmo e não para o povo e “só é governo quem o povo quer” (MORAES, 1982, p. 118). Raul ruiu porque não tinha apoio popular.

#### 4.3.1 Vencidos e degenerados

A obra *Vencidos e degenerados* é o único romance de Nascimento Moraes. Foi publicada pela primeira vez em 1915 e foi reeditada três vezes, nos anos de 1968, 1982 e 2000. Não é de se estranhar que Nascimento Moraes a tenha dedicado a Luís Domingues, governador do Maranhão no período de 1910-1914, pelo qual visivelmente tinha enorme apreço e admiração.

A obra *Vencidos e degenerados* é avaliada pela crítica literária e pela historiografia como uma obra de literatura engajada, que representa com muito realismo a sociedade maranhense do final do século XIX. Conforme Martins (2006, p. 160), *Vencidos e degenerados* é uma “ressonância magnética de cunho sociológico do cotidiano provinciano no contexto sequente à Abolição da Escravatura e à Proclamação da República”, ressaltando “a precisão com que o autor registrou os processos em curso naquela sociedade ciosa de tradições herdadas de fausto, alicerçados pela subsunção do cativo negróide”. Esse autor

caracteriza a obra como um romance-crônica, como bem se apresenta na capa do livro, evidenciando a sua preocupação em descrever o cotidiano da sociedade maranhense, principalmente no que diz respeito ao povo simples, aos humildes, aos perseguidos, aos miseráveis, aos vencidos e aos degenerados.

Tais indivíduos “vencidos e degenerados” podiam ser os escravos, que, naquele momento histórico, experimentavam a liberdade com a Abolição da Escravatura, os trabalhadores comuns, mas principalmente os poetas, os intelectuais, os homens das letras, vencidos pela mesquinha da sociedade degenerada.

Conforme Araújo (2011), a obra de Nascimento Moraes surge no cenário maranhense como uma reclamação, na medida em que sua narrativa oscila nas duas direções que envolvem o ato de reclamar: queixa e reivindicação. Queixar-se, nesse caso, das precárias condições de vida na cidade e reclamar por uma política que atendesse aos anseios da população, por melhores condições para os negros, os intelectuais, os pobres, os vencidos e os degenerados.

A trama do romance se inicia numa data histórica, o dia 13 de maio de 1888, às 8 horas da manhã, na capital maranhense, e finda num 15 de novembro, em comemoração à proclamação da República. Tanto o início quanto o final da história narrada ocorrem em ambiente festivo, em clima de comemoração: o 13 de maio de 1888, com a abolição da escravidão, e o 15 de novembro, data da proclamação da República. No entanto, pode-se ver claramente distinções entre essas duas festas. Ao se referir ao 13 de maio, a narração procura evidenciar a festa das camadas pobres, dos negros, dos intelectuais em seus ambientes de comemoração, nos botequins, nos bares, onde a vida boêmia se ambientava, as passeatas feitas pelos pobres, pelos ex-escravos, suas expectativas, seus sentimentos, nas ruas de São Luís. É mostrada uma cidade alvoroçada, como povo em festa, em contraste com uma elite superficial, frívola, hipócrita, ultrapassada, ancorada em velhas práticas e antigos hábitos.

Já a festa do 15 de novembro – que não se tratava do dia da Proclamação da República, que ocorrera em 1889, mas uma comemoração posterior a esse fato histórico – era mais elitista, mesmo mostrando parte do povo que se aglomerava no Teatro São Luís, fazendo algazarra e até atrapalhando com pilhérias, insultos e gritos a solenidade. Tal festa era uma cerimônia que contava com as autoridades e os homens ilustres da terra: o governador do estado, membros do corpo burocrático do governo, tanto do alto escalão quanto funcionários públicos, além de figuras ilustres do meio intelectual.

Em meio a esses acontecimentos históricos – abolição da escravidão e proclamação da República – a figura do intelectual aparece sempre como mediadora das

relações e se colocando como homem político, lutando em prol da sociedade. Na festa da abolição, José Maria Maranhense, abolicionista e membro do Club Artístico Abolicionista Maranhense, abre sua residência, na Rua de São Pantaleão, ao povo que passava pela rua e a seus amigos de grêmio. Entre eles, João Olivier, um dos personagens centrais da história, jornalista brilhante e respeitado na cidade, guarda-livros e com um talento sem igual para escrever crônicas denunciando sobre a situação social da urbe.

Tais datas conferem um tom realístico ao texto, que mescla fatos reais com ficção, apresentando elementos que realmente faziam parte da realidade da capital maranhense da época. Os espaços da obra são, em maioria, logradouros que já existiram ou existem: ruas e bairros – Rua da Inveja, Bairro dos Remédios, Rua do Sol, Rua do Passeio, Rua de São Pantaleão, Rua Grande, Desterro; lugares e instituições – Teatro São Luís (hoje Teatro Artur Azevedo), Hospital Português, Igreja de São Pantaleão, Rampa Campos Melo, Praça do Comércio. Além disso, a obra é perpassada por críticas à sociedade da época e descrições do meio social nas diferentes áreas – educação, política e economia –, mostrando o meio intelectual perpassado por questões de ordem política e a atuação de seus integrantes como homens engajados na luta em prol da sociedade de sua época.

A partir dessa primeira cena, o livro mostra a vida e a morte de João Olivier em meio a esses fatos, descrevendo, paralelamente à sua trajetória, as de outros escritores, com destinos muito parecidos.

O enredo do texto não se apresenta completamente linear, mas entremeada por alguns *flashbacks* e saltos temporais que configuram passagens do tempo e mudanças de vida dos personagens. Na narração da festa da abolição, descrita em seus mínimos detalhes, com muitas manifestações pela cidade e cenas de violência por causa da vingança de ex-escravos, aparecem os personagens José Maranhense, João Olivier e Zé Catraia, tipo boêmio que sabia da vida de todos na cidade, assim como os amigos Olímpio e Aranha, festejando o ocorrido.

A partir desse ponto, a narração se volta para a história de Aranha e sua passagem de ex-escravo a homem livre, sapateiro de ofício na cidade de São Luís. Ambos comemoravam na taverna do português Machado, conhecido pela alcunha de Paletó Queimado. Ao retornarem para suas casas, os dois amigos encontram Andreza, antiga namorada de Aranha, e o enredo passa a mostrar a história desta e de como os dois se conheceram. Depois desse momento, há uma quebra na narração e o autor passa a expor seu ponto de vista sobre o trabalho.

Esse texto parece ser um intervalo, para que o tempo da narração passasse da festa de abolição para alguns anos depois. Na Rua do Trapiche, João Olivier encontra João

Machado (Paletó Queimado), que se tornara chefe de importante firma e um dos diretores reeleitos do Banco Comercial. Olivier e Machado se conheceram no dia da abolição, quando aquele discursava e este o carregou, encantado com a sua oratória. Mais uma vez, acontece nesse ponto uma interrupção do tempo cronológico e um *flashback*, relatando o encontro dos dois, como Machado passara a frequentar a casa de Olivier e como eles se tornaram amigos.

Nas conversas de Olivier com Machado, percebe-se que, decorridos já alguns anos da abolição e da proclamação da República, o espírito daquele é tomado de uma grande frustração. Sua história, a partir de então, passa a ser contada junto a sua família, seus amigos e seu filho adotivo Cláudio, sendo, às vezes, entrecortada por um *flashback* para explicar alguma história do passado necessária ao entendimento dos fatos presentes.

João Olivier passou a ser perseguido pelo grupo político no poder, do qual era opositor, comprometendo assim todas as suas fontes de renda. Com esse fato, agravado pelas doenças de sua irmã e sua mãe, João resolveu partir para Belém, onde os guarda-livros ganhavam bem. Conseguiu um empréstimo com Machado e foi. Na capital paraense, conseguiu um emprego no comércio e participava dos jornais oposicionistas, conseguindo enviar dinheiro para a sua família. Porém, ficou seriamente doente e voltou para sua terra, onde veio falecer num dia de abril.

O filho adotivo de Olivier, Cláudio, que tivera aulas com o professor Bento, concluía seus estudos no Liceu e, para sobreviver, abriu um curso secundário particular, ao mesmo tempo em que Machado o ajudava, arranjando-lhe escritas de taverna, mas sua renda continua insuficiente. Então Andreza, sua mãe biológica, e Aranha, seu pai biológico, passaram a ajudar a família. Depois de seis meses da morte de João, D. Rita, mãe adotiva de João Olivier, também morreu. Andreza passou a morar com o filho e Machado continuou a auxiliá-lo.

Andreza se entregou ao vício da bebida e por isso arrumava muitas confusões, sempre sendo amparada pelo seu filho. Cláudio herdara do pai adotivo o gosto pelas letras e assim ele se iniciou na carreira jornalística. Logo conheceu Neiva, que o apresentou aos intelectuais boêmios da cidade e o levou à casa de João da Moda, onde conheceu Armênia. Esta era uma moça que pertencia à aristocracia falida da cidade e o relacionamento que passou a existir entre os dois causaria muitos problemas ao rapaz. Em *flashback*, a narrativa mais uma vez retroage para contar a história da família de Armênia e como esta se perdera na vida, após a morte do pai.

As perseguições a Cláudio Olivier aumentaram, a ponto de tentarem matá-lo, sendo salvo pelo pai. Cláudio então conta a Armênia que o grêmio literário que criara ia se

dissolver e que ia sair o último número do seu jornal, pois os seus amigos estavam sendo pressionados a deixá-lo. Como se não bastasse isso, ele recebe uma carta de Machado comunicando que havia sido despedido dos empregos e que, portanto, a partir de então Cláudio não poderia mais contar com a sua ajuda. Aranha o encoraja e aconselha-o a ir embora.

Ocorre mais um salto de tempo na narrativa e o leitor então se encontra diante do Teatro São Luís, no dia 15 de novembro, por ocasião da festa de comemoração pela proclamação da República. Muita gente na porta, carros de convidados e autoridades chegando: o governador do estado, Dr. Álvares Rodrigues, o Cel. Machado, Rodolfo Carvalho e Armênia Magalhães. Do pátio, Zé Catraia fazia pilhéria com os convidados, com o Machado e com Armênia, e fora empurrado pela polícia. Também desceram oficiais da Guarda Nacional e os membros mais notáveis do funcionalismo estadual. Mesmo expulso do pátio, na rua, Zé Catraia continuava a pilhéria, e a polícia investia novamente contra ele.

Eis que saltam de um carro novo e elegante Cláudio Olivier e uma mulher, ricamente trajados, chamando a atenção de todos. Cláudio chegara do Amazonas e estava de passagem por São Luís com destino ao Sul. A moça era peruana e não se sabia que tipo de relação tinha com Cláudio, que tocou o ombro de Zé Catraia e entrou. Todos ficaram admirados com a sua situação e se perguntavam como ficara rico. Cláudio virara jornalista famoso no Norte e se tornara conhecido em todo o país.

A presença, na narrativa, de pontos de interrupção seguidos de *flashbacks* não compromete o entendimento do texto, mas, ao contrário, oferece ao narrador, muitas vezes, autonomia para tratar de outros assuntos que não somente contar a história, mas também expressar sua opinião.

A história apresenta basicamente dois personagens principais, cujas ações constituem o motor da trama: João Olivier e Cláudio Olivier, filho de dois ex-escravos adotado pelo primeiro e que herdaria a aptidão beletrística de seu pai adotivo. Ambos, portanto, eram intelectuais, homens das letras. Em resumo, a história mostra a atuação desses dois intelectuais em épocas subsequentes, seu cotidiano e as dificuldades dos dois em se manter no Maranhão vivendo do ofício de escrever. Na narrativa da vida dos dois, aparece mais um intelectual, Carlos Bento Pereira, professor de ambos, além de diversos outros tipos envolvidos em conflitos típicos da vida social maranhense entre o final do século XIX e o início do XX.

João Olivier era mestiço, vivia com sua mãe e suas irmãs e era guarda-livros, embora também colaborasse, com os seus escritos em seu estilo único, sarcástico e pilhérico,

em jornais da cidade. Era abolicionista e transitava pelos diversos setores da sociedade da época. Sua escrita é caracterizada como

Uma prosa encantadora, fluente, salpicada de notas alegres e leves, até quando tratava de fatos, por sua natureza, graves e sérios. Suas crônicas eram as mais apreciadas da província, e fora dela, corria o seu nome, em evidência, recomendado, pela pureza da linguagem, muito parecida, pela forma e pela ironia, com o do afamado folhetinista e poeta maranhense, Gentil Homem de Almeida Braga, a cuja leitura Olivier, arrebatado por uma admiração incondicional, muito se entregara, de modo que os seus primorosos lavores, safam impregnados daquele suave perfume, que ainda o fino gosto artístico, com que aquele cinzelador de tão boa prosa, escreveu o memorável folhetim que ele intitulou. – Ah! Se os holandeses não tivessem perdido a batalha de Guararapes!... (MORAES, 1968, p. 7).

Pela descrição acima, pode-se inferir que o personagem Cláudio Olivier faz uma possível referência ao escritor Gentil Braga, que de fato existiu e foi contemporâneo dos poetas do primeiro ciclo maranhense, tendo participado do chamado Grupo Maranhense. João Olivier é descrito como alguém admirado pelas pessoas da “classe média, que viam nele um amigo, um irmão”, por sua atuação na vida social ludovicense. Era também adorado pelos “infelizes e desgraçados”, pelos “da mais baixa estirpe, os sem nome, sem família e sem árvore genealógica distinta e bem regada”. Em contrapartida, era visto com desconfiança pelos representantes da elite, devido à sua “ironia e epigrama”. Mas mesmo estes o toleravam e o respeitavam, por causa da “coluna e meia de prosa fluente, saltitante e encantadora que ele escrevia para o jornal de maior circulação na capital” (MORAES, 1968, p. 28).

A trajetória de João Olivier é a primeira descrita. Ele viveu muitos anos no Maranhão, exercendo as suas funções de cronista e guarda-livros. Porém, sua carreira em solo maranhense foi interrompida devido a questões políticas. O grupo político ao qual ele se opunha galgou o governo definitivamente, de modo que, a partir de então, foi sendo vítima de perseguição e experimentou alguns anos de ostracismo em sua carreira, enfrentando sérios problemas financeiros. Nem mesmo a sua profissão de guarda-livros lhe era suficiente para prover suas despesas mais urgentes, devido à crise no comércio.

Em busca de melhores condições para sua vida e sua arte, João Olivier partiu para Belém, terra que lhe acenava com expectativas de uma colocação como guarda-livros. Na capital paraense, fora muito bem recebido, seu nome se tornara conhecido, e ele obteve um emprego no comércio e uma colocação na imprensa oposicionista, o que lhe bastava para sustentar a sua família. No entanto, João Olivier fora acometido de febres e moléstias do fígado, que viriam a causar sua morte. Ao voltar para sua terra, já gravemente enfermo, “recrudesceram os seus padecimentos, e ele sucumbiu numa manhã de abril, deixando a família em completa pobreza” (MORAES, 1968, p. 43).

João Olivier adotara um menino, filho de seu compadre Aranha e de sua empregada Andreza, ambos ex-escravos, e lhe dera uma educação voltada para o culto às letras. Cláudio Olivier, por sua vez, seguiu a carreira do pai adotivo, herdando dele a habilidade com as letras. Começou trabalhando como professor particular para ajudar nas despesas da casa. Depois fundou uma associação literária denominada “Grêmio Gonçalves Dias”, que mantinha o jornal *O campeão*. A atuação de Cláudio no grêmio, juntamente com outros jovens, a maioria das classes média e baixa, provocou, na população da cidade, uma série de retaliações, antipatia e perseguição. Assim, em oposição ao jornal *O campeão*, foi criado *O triunfo*, que pertencia à sociedade “Club Odorico Mendes”, da qual participavam filhos de políticos, desembargadores, ou seja, parte dos setores mais elevados da sociedade, com o objetivo de responder às críticas veiculadas por aquele.

Cláudio colaborava com jornais de grande circulação em São Luís, como o *Jornal da tarde*, e ia aos poucos se tornando conhecido no meio literário. Porém, as perseguições aumentaram quando ele se envolveu amorosamente com uma mulher que pertencera à elite – Armênia Magalhães. A sociedade ludovicense da época não podia tolerar que um jovem advindo de baixo estrato social, filho de ex-escravos, pudesse, além de censurar e satirizar os burgueses da época, amancebar-se com uma mulher de ascendência nobre, mesmo sendo rameira, mulher de vida boêmia, e sua família estivesse completamente falida.

Como o próprio texto coloca, havia três defeitos no Maranhão que eram as causas de todos os males da sociedade maranhense: preto querer ser branco, burro querer ser sábio e pobre querer ser rico. Cláudio tinha pretensões demais para a sociedade em que se encontrava. As perseguições a ele aumentaram sobremaneira, ao ponto de ele ter que deixar o Maranhão, uma vez que os lugares onde trabalhava iam para ele fechando as portas. Então, mesmo após relutar bastante, Cláudio partiu para o Amazonas, de onde só voltou para a comemoração do aniversário da proclamação da República, “rico, orgulhoso, abarrotado de brilhantes, comissionado pelo Governo!” (MORAES, 1968, p. 139).

Outro perfil a ser analisado é o do professor Bento, que fora mestre tanto de João Olivier quanto de Cláudio Olivier. Como os seus ex-alunos, Bento sofria perseguições políticas e não podia publicar nos jornais da cidade. Ficou pobre, vivendo da ajuda de seus alunos. Nunca saiu do Maranhão, levou uma vida miserável e sua carreira foi relegada ao mais completo ostracismo. Da mesma forma que os Olivier, o professor Carlos Bento foi excluído socialmente em razão de sua militância política:

Era jornalista e professor. Extremadas lutas partidárias o houveram impossibilitado de trabalhar com os outrora liberais e conservadores. Afastado da imprensa, onde conquistara um nome respeitado e desafetos sem conta, vivia de lecionar

particularmente. O que ganhava, porém, era tão pouco que lhe não dava para meio mês de despesas. Carlos Bento, com todo o seu saber e fama, vivia em quase completa miséria, em companhia da mulher e de um rapazito que lhe haviam dado. O remédio para atenuar as necessidades e não morrer de fome era fintar os antigos amigos, os ex-discípulos agora colocados (MORAES, 1968, p. 30).

O professor Bento representa, no romance, o intelectual que não deixou o Maranhão. Por meio dele, de suas falas e de seus escritos (panfletos que aparecem ao longo da história), são colocadas muitas críticas em relação à sociedade maranhense e à política da época: a indiferença da sociedade diante de assuntos artístico-culturais; a perseguição do governo a intelectuais da época; a fluidez dos grupos políticos partidários; a questão da abolição da escravidão, que não melhorara a realidade brasileira, entre outras.

Além dessas três representações de intelectuais, vários outros casos são narrados ao longo da história, mostrando jovens jornalistas que tiveram que sair do Maranhão, dos quais alguns que nunca mais retornaram, sendo que alguns foram bem-sucedidos e outros fracassados.

Percebe-se que, nas representações presentes no livro, os intelectuais estão sempre envolvidos com política e problemas sociais que eles se sentem no dever de denunciar, evidenciando uma visão do intelectual como um ser engajado. Conforme Sirinelli (2010), o termo *intelectual* pode ser definido em duas acepções: uma ampla e sociocultural na qual ele é visto como produtor e mediador do conhecimento, e outra mais restrita, baseada na noção de engajamento, como atores sociais conscientes atuando de forma específica no social. Essas acepções, embora essencialmente diversas, não são excludentes, mas, pelo contrário, complementam-se mutuamente, pois, na medida em que produz conhecimento ou funciona como mediador do público, o intelectual está inexoravelmente intervindo sobre a sociedade. Historicamente, o engajamento nas lutas políticas tem sido apontado como característica essencial do intelectual, e é essa a visão de intelectual apresentada e representada na obra de Nascimento Moraes.

Relacionando a noção de intelectual aos conceitos de *campo* e de *habitus*, Bourdieu (2010) coloca que a constituição do intelectual se dá quando este intervém no campo político em nome da autonomia e dos valores específicos de seu campo de produção cultural. Nessa perspectiva, os intelectuais ainda são os responsáveis pela formação do conhecimento, capazes de organizar e/ou manipular os sistemas simbólicos ou o universo sógnico, e assim intervir na sociedade, sem, contudo, deixarem de ser homens que pensam a partir de um lugar historicamente dado.

Assim se davam as lutas dos homens de letras descritos no livro, porém essa atuação política se encontrava sempre comprometida, e esses intelectuais eram vencidos e

frustrados em sua tentativa de intervir no campo social: ou morriam, ou tinham que migrar, ou mesmo se tornavam mendigos. É importante observar que a condição de atuação do intelectual descrita por meio dos personagens está sempre perpassada por um discurso que coloca a sociedade da época como culpada, frequentemente descrita como preconceituosa e, portanto, excludente.

A casa de João da Moda, um boteco onde se reuniam os boêmios da cidade, representa, na obra, o lugar onde “os vencidos” se encontravam. Nesse espaço, as convenções sociais eram esquecidas e os costumes, subvertidos. Podia-se beber até cair, fazer orgias, conversar sobre todas as coisas. Lá se encontravam rameiras, ex-escravos, pobres e principalmente poetas, prosadores, jornalistas, intelectuais boêmios, que afogavam suas mágoas e falavam de suas frustrações. Participar do ambiente do João da Moda era requisito importantíssimo para quem era “maranhense intelectual”, onde os neófitos deviam ser “batizados” (MORAES, 1968, p. 51).

Foi por essa razão que o experiente poeta Neiva inseriu Cláudio nas noites de vinho e prazer, comungando com os intelectuais da época, que se autodenominavam de “os vencidos”. Assim Neiva foi saudado pelo companheiro Onésimo Trancoso na sua chegada: “Príncipe dos vencidos da vida”. E o mesmo Onésimo desta forma brindou à chegada de Cláudio: “Cláudio Olivier, o festejado escritor, descendente em linha reta da sagrada linhagem dos Oliviers, eu, em nome dos vencidos, o cumprimento” (MORAES, 1968, p. 53; grifo meu).

O próprio João da Moda definiu os seres que frequentavam a sua casa:

- Isto aqui foi sempre um refúgio dos desgraçados, dos perseguidos, dos vencidos da vida! No tempo do defunto Império, os comendadores, os grandes militares, que caíam da graça do homem da governança, vinham chorar suas mágoas aqui, e era com estas ceias, com o meu parati, com o meu vinho que se consolavam dos desgostos sofridos e curavam e lavavam as feridas que se lhes abriam n' alma, nos embates das paixões partidárias (MORAES, 1968, p. 53).

Nas palavras do orador Neiva, João era a “musa inspiradora de todos os degenerados e vencidos da vida”, que seria lembrado na história da terra, “berço de heróis, de literatos, de cientistas, de...” (MORAES, 1968, p. 56). Ou seja, os vencidos da sociedade também eram os intelectuais que viviam naquela sociedade cheia de degenerados. E esse ambiente de aparente desordem era o único lugar em que os vencidos se tornavam livres frente à sociedade que os reprimia e rejeitava.

Outro personagem que representa esse embate entre o povo (os vencidos) e a sociedade é Zé Catraia, um “homem do povo”, “conhecedor das mazelas da sua terra e da hipocrisia de sua gente”, alguém que não possuía nada, porém “Não invejava a boa fortuna

dos graúdos, nem lhes beijava os calcanhares”. Assim como Cláudio, Catraia era temido pelas elites, pois sabia da vida mais íntima de toda gente e a seu modo fazia pilhéria com todos os grandes da cidade. Ele estava vencido, mas não completamente (MORAES, 1968, p. 31).

A hipocrisia e mesquinharia da sociedade ludovicense é eloquentemente descrita na festa da filha de Machado. Nessa parte da narrativa, a descrição deixa explícita a visão do autor sobre a sociedade da época, tanto em relação à elite quanto à gentalha. As pessoas comuns se enfileiravam à porta da casa de Machado para se divertirem à custa dos comentários sobre os convidados, que, por sua vez, falavam mal do dono da festa: “Ninguém escapava à tesoura cruel e desapiedada dos grupos. Era a sociedade a bater com mão de ferro na própria sociedade; família a despir ali a própria família do artifício e da compostura a si mesmo imposta” (MORAES, 1968, p. 73).

O dono de festa era alvo de comentários, insinuações e questionamentos maldosos e até violentos: como teria um português ridículo como aquele enriquecido com uma “quitanda ridícula e suja” (MORAES, 1968, p. 73)? E ali estavam os tipos que formavam a alta sociedade daquela cidade, assim descritos pelo narrador:

A gentalha curiosa e atenta, que de perto ouvia as exclamações, os comentários e os dizeres, gravava bem na memória o juízo que a alta sociedade fazia do português rico e considerado que naquela noite abria os seus salões à expansão de sua alegria e da alheia; e dos figurões que entravam, ex tratados e empoados, uns que deviam os cabelos da cabeça, outros que eram pouco escrupulosos em seus negócios; uns que ganhavam dinheiro no jogo, outros que, misteriosamente, ostentavam grandezas, pois se não explicava como podiam luxar, com empregos cujos vencimentos pequeninos não eram diretamente proporcionais, nem relativos ao que gastavam (MORAES, 1968, p. 73).

Cláudio observava a cena, “a elite postiça” de São Luís, os “antigos defeitos de educação, vícios e hábitos inveterados de um meio que não se modifica[va]”, resistindo ao “progresso e à civilização”. Era uma elite composta por pessoas que “arrotavam grandeza”, mas que, na festa, só falavam mal uns dos outros e ostentavam grandes preconceitos, como se pode notar no rápido colóquio entre D. Noquinha Nogueira e D. Carmem de Melo, depois de Cláudio ter recitado alguns poemas: “É um rapaz bonito. Se fosse mais clarinho, um pouquinho mais aberto de cor...” Ao que a interlocutora responde: “Mas ele passa, sem estorvo. O cabelo é bom. O nariz...” (MORAES, 1968, p. 74 e 80)

Os três personagens centrais do livro, João Olivier, Cláudio Olivier e o professor Bento, descritos como homens de letras, intelectuais, tiveram trajetórias bem diferentes, mas um ponto comum: o dilema entre deixar ou não a terra natal para galgar posições melhores em outros centros. Assim ocorreu com João Olivier, que, antes de sua morte prematura, conseguiu, no Pará, certo reconhecimento para o seu trabalho, assim como Cláudio Olivier,

longe de seu torrão natal, conseguiu tanta notoriedade que passou até a ser reconhecido dentro da terra que outrora o desprezara. Quem não conseguiu projeção e acabou pobre e em completo ostracismo foi Bento, que nunca saiu do Maranhão.

De fato, na historiografia literária maranhense, pode-se perceber que em geral os literatos maranhenses rumavam para o Sul, e era de lá que alcançavam notoriedade em sua terra natal. Entre esses casos, podem ser mencionados os irmãos Aluísio e Artur Azevedo, que foram largamente criticados em sua terra natal, devido às suas obras de escrita áspera e engajada. No livro de Moraes, aparecem vários comentários a respeito disso. Tais discursos denunciando o estado culturalmente decadente da cidade têm correlação com a própria vida do autor e o ambiente em que ele vivia e em que militava.

Na obra de Nascimento Moraes em geral, literatura e política aparecem estreitamente interligadas. Os literatos não podiam exercer suas funções literárias, por sua militância política, uma vez que o autor coloca como função dos intelectuais a militância, a crítica, a observação acurada do *modus vivendi* da sociedade da época. Para ele, o literato devia se impor como um indivíduo engajado nas questões sociais que o rodeavam.

O estado de marasmo intelectual é constantemente reforçado no livro, denunciando que a população não sabia ler, faltavam instituições de ensino, não se valorizavam as letras e os escritores da terra. Numa conversa entre Cláudio e suas irmãs, é citado *Um livro de crítica*, de Frederico José Correia, assim como *O pantheon maranhense*, de Antônio Henriques Leal, obras contendo as biografias de autores maranhenses. *O pantheon maranhense* aparece como grande referência na historiografia, onde estão biografados os supostamente grandes intelectuais maranhenses. Já *Um livro de crítica*, por confrontar *O pantheon maranhense*, tido como o cânone literário oficial, permaneceu praticamente desconhecido dos estudiosos dessa temática.

Em estudo acerca dessa última obra, o historiador Borralho (2010), examinando as biografias escritas por Henriques Leal e a do próprio biógrafo, constata que ambos possuíam características comuns quanto ao lugar social que ocupavam: todos faziam parte da elite e tinham as mesmas orientações políticas, de forma que esse livro se apresenta como mais um instrumento para a (re)construção e a legitimação do mito da Atenas Brasileira no imaginário maranhense. Com esse pensamento, Borralho (2010) afirma que o epíteto de Atenas foi uma invenção das elites, sendo delimitada por estruturas sociais rígidas, uma *coterie* que elegeu os notáveis com base em interesses comuns.

Nesse mesmo sentido, num diálogo de *Vencidos e degenerados*, aparecem os seguintes comentários sobre as duas obras:

- É a terra da “coterie”, não há dúvida. O Frederico José Correia, um espírito muito culto, advogado notabilíssimo no nosso auditório, escreveu uma crítica muito criteriosa e muito justa à “coterie” de seu tempo. Chama-se o volume – UM LIVRO DE CRÍTICA.

É um monumento de bons conceitos.

- Não conheço, diz o Sotero, tristemente.

- Pois é uma obra admirável. Lendo-se, chega-se à evidência de que o PANTHEON MARANHENSE de Antônio Henriques Leal, apesar de ser um trabalho de muita utilidade, cheio de brilhantes e honrosas referências, deixou no olvido o duplo de maranhenses ilustres biografados! Antonio Henriques Leal tratou apenas de seus amigos, dos seus íntimos, dos de sua roda! O livro peca pela parcialidade!

- Onde se encontra a obra de Frederico José Correia?

- Hoje é difícil de ser encontrada. Lá um ou outro quarentão a possui... Procuravam, mesmo, abafá-la; a sua divulgação não era própria, não trazia vantagem às letras pátrias (MORAES, 1968, p. 120).

Para além do caráter fictício da obra, *Vencidos e degenerados* permite entender o universo de seu autor e a sociedade que este vivia. O percurso dos intelectuais retratados por Moraes permite entrever nitidamente o que eles vivenciavam em fins do século XIX e início do século XX, assim como em outras épocas. Há exemplos que provam que, mesmo em períodos anteriores, a perseguição a intelectuais era comum e a migração destes para outras plagas também ocorria com frequência.

A obra de Nascimento Moraes deixa transparecer nitidamente sua preocupação com os intelectuais, mas também com a qualidade do ensino no Maranhão, com a realidade dos negros e o preconceito sofrido por estes naquela sociedade, refletindo com clareza traços de sua própria vida e de sua sensibilidade. Isso pode ser ilustrado na seguinte fala do personagem João Olivier acerca da abolição:

- Realmente dói e compunge viver numa terra assim. Mas eu ainda não perdi as esperanças de dias melhores. Obscuro e pobre como sou, sem aspirações, meu caro Machado, tenho ainda fé que isto não permanecerá nesse estado por dilatados anos. O grande acontecimento de ontem, que ainda hoje se festeja, que se festejará sempre, por causa de sua alta importância político-social, este acontecimento me veio encher de esperanças o peito. A liberdade dos negros vem contribuir para o desenvolvimento desta terra infeliz, e dar-lhes novas forças, novos elementos, novos aspectos... Esta fidalguia barata virá caindo aos poucos, e o princípio de confraternidade virá acabar com estas supostas e falsas superioridades do ser, que tem sido um dos mais vis preconceitos da nossa existência política (MORAES, 1968, p. 26, grifo nosso).

E também, ao se referir à educação que dava a seu filho adotivo Carlos, anunciando o sentimento aguerrido para lutar contra o preconceito, afirmava:

Eu estou criando um homem de luta. Para trabalhar com vigor em benefício de sua raça, é o que eu estou preparando. Um homem que tenha alguma coisa de leão é o que eu estou preparando. Instruo um cérebro e educo um coração. Cérebro que pense nos altos problemas de sua terra e de seu povo, coração que saiba amar e odiar, amar o bom e odiar o mau[...].

Quero Cláudio um homem destemido, e não um bacharel qualquer. Forrado para resistir insultos, pulso rigoroso para esmagar preconceitos[...] (MORAES, 1968, p. 39, grifo nosso).

A questão do negro, evidenciada em casos ocorridos durante a escravidão ou imediatamente após o processo de abolição, é abordada constantemente na narrativa, o que era uma marca da personalidade do próprio autor: denunciar o preconceito, lutar contra ele e reafirmar o papel do negro na sociedade.

Nessa relação entre o autor e sua obra, é preciso estar atento às sensibilidades, pois, mesmo sendo uma obra de ficção, *Vencidos e degenerados* foi escrita por um sujeito historicamente determinado: negro, pobre e discriminado. Conforme Pesavento (2004, p. 56), esse conhecimento sensível “opera como uma forma de apreensão do mundo que brota não do racional ou das elucubrações mentais elaboradas, mas dos sentidos que vêm do íntimo de cada indivíduo”. Para o historiador da cultura, essas sensibilidades, além de representarem o mundo, “correspondem àquele objeto a capturar no passado, à própria energia da vida”. Isso porque os temas desenvolvidos por um escritor têm a ver com a maneira como ele encara o mundo e o questiona. Tantos recortes da sociedade maranhense feitos por Nascimento Moraes também o reconfiguram como ser e dão sentido à sua obra.

Sevcenko (1999, p. 246) coloca que a literatura possui na história o seu elo com a sociedade, e que o ponto de intersecção mais sensível entre essas três instâncias é a figura do escritor. Por isso, deve-se perceber o literato em seu meio social, constituindo-se juntamente com “as editoras, os livros, as livrarias, academias, confrarias e o público”, que se tornam “um aspecto palpável, visível da instituição literária”. Mas, além dessas estruturas visíveis, há uma outra dimensão, que se configura nas expressões projetadas nas suas obras, nos “desejos coletivos que se ocultam sob as metáforas renitentes, sob a sugestividade das imagens e sob os rituais simbólicos”. Em certos momentos da narrativa, o narrador, em detrimento dos próprios personagens da obra, declara seu ponto de vista sobre questões que faziam parte da dinâmica daquela sociedade, fazendo com que a própria voz do autor venha à superfície do texto.

Depois de tratar em forma de *flashback* a história de Andreza e Aranha, como se conheceram e como conduziram suas vidas, o narrador começa um outro capítulo abordando o trabalho, sem que esse tema apresente qualquer ligação aparente nem com a passagem anterior, nem posterior ao comentário. O comentário apenas surge entrecortando os outros textos, evidenciando o caráter polifônico do romance. Para o narrador/autor, o trabalho é edificante, mas existem pessoas que trabalham apenas por vaidade, para se mostrarem, enquanto outras trabalham por necessidade. Os que trabalham por vaidade pertencem às

antigas famílias do Estado ou descendem delas; os necessitados são oriundos das camadas populares:

Trabalhar por vaidade é um fato que hoje ninguém contestar pode. Há muita gente que se emprega, que procura um lugar onde exercer possa a sua atividade, não porque sinta vontade, predisposição orgânica para labutar pela vida; não é também porque o bom senso lhe tenha indicado o caminho do trabalho, como o mais amplo e brilhante, o único que dá lugar a que o homem chegue um dia a possuir o tesouro inesgotável de suas aspirações. [...] Esses homenzinhos passam pelos mais com arrogância e altivez, medindo-os com o olhar em riste, docemente embalados por um sonho que lhes levante na mente a importância pessoal: é que eles se julgam patrões e pais de família [...].

Contudo, há os que trabalham por necessidade, os que são arrimos de seus pais, pelo menos, os que ajudam a viver, pobrezinhos, sem o alinhavo do confortável e do cômodo [...], nem se unem eles com os demais, para que se não sintam frequentemente humilhados no seu estado precário.[...]

Os que trabalham por vaidade pertencem, na sua maioria, às antigas famílias do estado, ou às que delas descendem. Os necessitados são, na maior parte, oriundos do povo, pertencem às famílias pobres e desprotegidas, que não se misturam com as que representam a fina flor da sociedade. Os que trabalham por fatuidade são, como os portugueses, mandados buscar nas vilas de Portugal, os futuros patrões, os diretores de Banco, os proprietários e capitalistas (MORAES, 1968, p. 20-21).

Outra temática desenvolvida no livro e muito analisada pelos intelectuais em geral da Primeira República é a crítica ao regime monárquico e à permanência dos portugueses, retratados na figura do personagem Machado, um português, antigo dono de quitanda, que enriquecera rapidamente por meio escusos, tornando-se banqueiro. Grande amigo de João Olivier, tornou-se protetor de Cláudio, abandonando-o devido ao caso dele com Armênia. Os intelectuais daquela época tinham grandes esperanças de que a sociedade maranhense viesse a mudar com a abolição da escravidão e a proclamação da República, mas tais expectativas foram frustradas. João Olivier deixa escapar essa frustração em conversa com o velho Bento:

[...] Quando se proclamou a liberdade dos escravos, eu tinha a alma cheia de esperanças. Estava até certo ponto convencido de que nos bastaria dar um passo para atingirmos certo grau de prosperidade e começarmos a ser felizes. A proclamação da República ainda mais esperança me trouxe. Avigoraram-se-me as crenças e cheguei a sonhar com um Maranhão intelectualmente e moralmente livre, a ascender como um deus! Pois com tristeza lhe digo, bastou que transcorressem dois anos de vida republicana! Logo me persuadi de meu erro, e exclamei no desafogo de minha queixa ao ruir das minhas ilusões, como nosso querido Gonçalves Dias:

- Que me enganei, ora vejo! (MORAES, 1968, p. 31).

Em *Vencidos e degenerados*, Nascimento Moraes deixa sua sensibilidade, seus desejos e suas idiossincrasias à mostra. Ao mesmo tempo, de certa forma, evidencia com isso o imaginário coletivo da época, principalmente no que diz respeito à constante remissão aos discursos da ateniensidade e da decadência, materializados em várias passagens de sua obra. Isso se dá basicamente a partir da citação dos autores do chamado Grupo Maranhense, em passagens saudosistas exaltando a figura desses literatos e caracterizando a sua

contemporaneidade como decadente, em contraposição a uma época de prosperidade. Mesmo em tom de ironia, a remissão aos atenienses é constante:

O maranhense é um nababo, que vive da riqueza acumulada no passado: Gonçalves Dias, João Lisboa, Gentil Braga, Dias Carneiro, o jornalista de “O Farol” e outros. E porque é rico, pensa que tem tudo: que tem vergonha, que tem dignidade, que tem brios, que tem coragem. Quando se lhe diz que há tal ou qual progresso, neste ou naquele Estado, ele acorda do seu pesado sono, passa a mão pelos olhos, boceja, espreguiça-se e sorri, com orgulho, com uma soberba que se não pode esconder, e de que o interlocutor não se pode livrar:

- Qual! Poeta foi o Dias... Antes dele, ele, depois dele, ele. Prosador, o João Lisboa. E quem escreve, ou escreveu crônicas com tanta graça?

Algum espírito culto, leitor de coisas estrangeiras diz a um maranhense: - A instrução pública da França foi completamente transformada. Foram criadas aulas práticas de língua, de agricultura e lavoura, etc., etc.

O maranhense coça a barba tranquilamente e responde:

- Não há dúvida. A França progride. O que ela não tem é um matemático da força do Gomes de Sousa... Ah, isso é que não! (MORAES, 1968, p. 103-104).

Mesmo em alguns momentos tratando essa representação da Atenas em tom de crítica, as referências a ela e aos autores considerados os primeiros atenienses estão em muitos momentos da obra. Quando Cláudio foi visitar o velho Bento, a saudação deste para aquele foi a seguinte: “Jovem ateniense, futura estrela da constelação do Cruzeiro...”. E na conversa de Cláudio com Neiva, a respeito dos maiores defeitos dos homens das terras maranhense – “o burro querer ser inteligente” – declara que isso se deve principalmente ao glorioso passado intelectual que tiveram: “O meio tem culpa disso, porque como se fala muito e com veneração nos Lisboa, nos Dias, nos Sotero, todos querem ser Dias ou Sotero, ou Lisboa, ou Gentil, etc.” (MORAES, 1968, p. 90 e 96).

Na obra em questão, o autor dá voz aos vencidos e degenerados do seu tempo, representando a sociedade em que está inserido e tentando empreender, de forma decisiva, na posição de intelectual, a sua intervenção naquela sociedade em transformação. Como o autor coloca na apresentação do livro, este fora escrito nos primeiros anos de sua vida literária, “quando se me rasgavam as primeiras linhas do horizonte, quando sentia as primeiras impressões” (MORAES, 1968, p. 4).

Em forma de crônica, o panfleto escrito pelo personagem Bento é a forma encontrada pelo autor para dar vazão às suas ideias sobre aquele momento histórico que compunha a sua vivência. Nele, Moraes, através da pena de Bento, trata de questões relevantes para aquela sociedade maranhense no início do século XX. Segundo o documento, o Maranhão passava naquele momento por uma fase de decadência moral, intelectual e material, devida, em grande medida, a questões políticas, à indiferença dos governantes, à

corrupção e à troca de favores entre os que comandavam a cidade em nome de seus interesses pessoais, em detrimento da coletividade:

[...] A crise, ou melhor, esta tenebrosa fase que o Estado atravessa, fase de decadência moral, intelectual e material, ainda não subjugou o pensar daqueles, nem a influência perversa e perniciosa de seu aspecto desanimador e enervante, foi até os dias presentes, de tal sorte, que os arrastasse a concluir, como muitos: - que não há mais salvação para esta infeliz terra que é nosso berço, maior padrão de glória inatingível e imorredora, nosso mesquinho presente, e será, se o quisermos, se trabalharmos, se soubermos querer, nosso futuro feliz e olímpico.[...]

Maranhenses ilustres, conhecedores de sua terra, do seu passado e do seu presente, sentem o seu estado mórbido dela [*sic*], veem claramente o erro nunca visto por muita gente, e se a indignação se manifesta em suas palavras e em seus escritos, é porque sentem também o indiferentismo esmagador dos homens da governança, pelos óbices que entram as forças ativas de toda a coletividade, e o desprezo que lhe votam, igual ao cuidado que egoisticamente se dispensam e aos amigos da grei, beneficiando-se e beneficiando-se! [...] (MORAES, 1968, p. 32-33).

O Maranhão começou a declinar materialmente a partir de 13 de maio, não por falta de braços, mas por falta de mão de obra qualificada, que o trabalho nas fazendas exigia. Nesse cenário, destaca-se a figura do feitor e as relações opressoras e violentas entre este e os escravos.

Na continuação do panfleto, a questão da mão de obra volta a ser discutida. Aqui só chegavam portugueses, que em nada contribuíam para o progresso, sírios e turcos, que faziam um comércio “misterioso” que prejudicava a praça. Nenhum desses imigrantes se dedicava “à indústria, à criação de gado e à lavoura” (MORAES, 1968, p. 97). A administração pública estava nas mãos das velhas famílias tradicionais, o transformava esse ambiente num cenário de estagnação que ninguém conseguia mudar:

Morre a iniciativa particular que não se apóia num desses troncos anosos da fidalguia maranhense, porque acima desses franzinos rebentos ninguém se colocar pode, nem pela cultura, nem pelo esforço, nem pela energia física. Ninguém aspire a colocar-se em evidência neste meio acanhado; ninguém procure posição saliente e elevada na sociedade, distinguindo-se por esmeradas qualidades de espírito; a fidalguia senhora dos principais elementos de vida do Estado, seus proclamados poderes, levanta-se carrancuda, ameaçadora e, num relâmpago, esgana, estrangula o sonhador, o utopista que um dia se lembrou de ter suas aptidões (MORAES, 1968, p. 97-98).

Quem não fazia parte dessa camarilha era desprezado e rechaçado. Não havia quem pudesse se destacar se não fosse apadrinhado por um poderoso. Dessa mesma opinião comungava Cláudio Olivier. Aos pobres não era permitido demonstrar inteligência, mas sim subserviência. Por essa opressão e preconceito é que muitos pobres saíam dessa terra em busca de um futuro melhor, mas não somente os pobres, os potentados também baqueiavam na luta.

O ambiente de marasmo e exclusão é sempre referido como um meio em que se tornava quase impossível o florescer da intelectualidade. O discurso da decadência tanto

econômica quanto cultural servia para explicar as péssimas condições de produção intelectual da época, levando os escritores a abandonarem o torrão maranhense:

Sofrem com essas lastimáveis pendências da terra maranhense, que não mais gozou a dita de reunir em seus seios os filhos ilustres, os que se recomendam por uma competência acima da vulgaridade, pelos que têm merecido nome de intelectuais em todo o país e fora dele. Porque o estúpido preconceito não ofende e amesquinha somente os filhos do povo; enlaça também nos seus braços de ferro os nobres que o alimentam. Entregue a terra aos homens de poucas luzes, aos nulos, aos incompetentes, estes não só repelem os seus iguais que se mostram avantajados em conhecimento, como aniquilam com o peso de sua ignorância as forças vivas do Estado, não promovendo meios de lhe levantar os elementos produtivos, de modo a tornar fácil o substituir-se nela. De maneira que os próprios filhos dos nobres, que aspiram a alguma cousa pelo preparo que têm, são obrigados a acompanhar os pobres no desgraçado êxodo de todos os anos. Mas nem assim emendam a mão e dão volta ao pensar! Nem assim abrem os olhos à paz e verdade! Persistem no erro que os vergasta, que os põe em fuga da terra que os fez nascer; e os atira muitas vezes a plagas inóspitas onde encontram a morte!

Terra perdida! (MORAES, 1968, p. 100).

E continua denunciando a falta de investimentos na educação do estado, que, mesmo com o advento da República, não melhorou:

O operário vive nas trevas. Não há escolas para os filhos dos artistas, não há mesmo um estabelecimento de ensino gratuito para os desvalidos aprenderem artes e ofícios! De nada disto cura o Governo. O analfabetismo cresce. [...] Há vilas que há anos não possuem professor! [...] Depois do 13 de Maio o Estado precisava de um serviço de instrução pública de primeira ordem.[...] O preconceito, o estúpido preconceito afastou os negros das escolas. Maltratados, ridicularizados, insultados, foram a pouco e pouco se retraindo, até se ausentarem quase de todo (MORAES, 1968, p. 100-101).

Devido a essa falta de educação, o povo não lia. Os artigos publicados sobre a realidade maranhense não eram lidos pela população, porque as pessoas não sabiam ler ou não compreendiam o que liam, o que levava ao desinteresse e ao menosprezo para com as letras. “Terra perdida!” (MORAES, 1968, p. 101). Enfim, os políticos não cuidavam da população, e sim dos seus interesses particulares. E, mesmo com o advento da República, as facções partidárias não resistiam às tentações da recomendação, da bajulação e da subserviência. A política maranhense daquela época estava bem pior do que a denunciada por João Lisboa em seu *Jornal de Tímon*. Lisboa ficaria enojado com a situação, uma vez que nem adversários existiam mais.

“Uma calamidade, o Estado do Maranhão. Civilização ainda não penetrou mesmo nas camadas mais adiantadas” (MORAES, 1968, p. 102). Ainda havia fazendeiros tratando os negros como escravos, ainda as famílias sustentavam irmandades, com suas credices populares, com pessoas que adivinhavam o passado e o futuro e seus santos curadores e milagrosos. Com todos esses costumes arcaicos, os maranhenses ainda eram conhecidos fora

do estado pela esmerada educação que recebiam. E, citando mais uma vez as palavras de João Olivier, o autor denuncia que o grande mal daquela sociedade era o preconceito:

Desconfia, leitor resignado e inexperiente da vida, desconfia do teu patrício insipiente, que não sufoca na garganta, que não tapa na boca, a palavra – negro! Que ele atira como insulto à cara do carregador que lhe levou a mala de um domicílio a outro; porque o proprietário o obrigou a mudar, por se ter atrasado nos pagamentos e porque o fiador não lhe garante a seriedade por mais de dois meses.  
Ironia destas palavras vale por muitas páginas (MORAES, 1968, p.103).

Isso tudo porque o maranhense só vivia do passado, “à sombra dessas reputações brilhantes” – Gonçalves Dias, João Lisboa, Gomes de Sousa. “O maranhense dorme” (MORAES, 1968, p. 104). Quando o panfleto toca sobre a questão do jornalismo, é impossível não identificar claramente as ideias defendidas por Nascimento Moraes ao longo de sua vida, principalmente na polêmica com Antônio Lobo:

[...] Talvez em todo o Brasil não haja um jornalismo tão engraçado como o maranhense. Repele de suas colunas os jornalistas que pensam e reflete por si só, e escrevem de acordo com seus princípios.

Asila mendigos e desmoralizados que aqui chegam, corridos de outras plagas. Se um indivíduo não lhe é afeiçoado, procura o perverso esquecer-lhe o nome. Se o indivíduo não afeiçoado é um talento, é um merecimento, ele o atira à vala comum (MORAES, 1968, p. 104).

Realidade e ficção se confundem ainda mais ao final do panfleto, quando são citados os literatos maranhenses que estavam produzindo na época (início do século XX) e, em tom conclamatório, chama a sociedade a combater as mazelas do estado, entre as quais o preconceito, e mudar a situação do Maranhão, para que alcançasse um ideal de progresso e civilidade:

Contra tudo isto é que é preciso reagir: este estado moral-social do meio é que é preciso combater com alma e denodo. É preciso despertar deste condenável letargo, e trabalhar com amor, para viver vida feliz e progressiva! É preciso viver do presente e preparar o futuro. Que o passado literário do Maranhão é nobilitante, está no domínio de todos, mas o presente também nos honra muito. Não se pode impunemente insultar uma época que tem homens como Teixeira Mendes, Aluísio Azevedo, Raimundo Corrêa, Artur Azevedo, Coelho Neto, Tasso Fragoso, Raimundo Gomes de Castro, Reis Carvalho, Euclides Faria, João Antônio Coqueiro e muitos outros homens de valor intelectual e moral.

É preciso ser maranhense, cuidar do torrão natalício, livrá-lo das peias dos preconceitos, educar a sociedade, administrar com probidade, satisfazer a todas as classes, facilitando-lhes o ganha-pão; socorrer as aspirações dos que têm vontade, e matar a ambição, a desmedida ambição que a todos embaraça e dificulta (MORAES, 1968, p. 104).

O discurso da decadência (“é preciso despertar deste condenável letargo”), próprio desse período, é potencializado pelo da ateniensidade (“o passado literário do Maranhão é nobilitante”), afim de defender a tese de que os intelectuais que faziam parte de sua contemporaneidade, entre os quais o próprio autor, seriam os únicos capazes de tirar o Maranhão desse estado de letargia.

*Vencidos e degenerados* apresenta uma São Luís negra, de personagens negros que se confundem com as características de seu autor, além de negra, mergulhada no obscurantismo. Dos personagens criados por Nascimento Moraes, cada um representa uma luta própria, seus percursos de vida se cruzam com os percursos, as angústias e as dificuldades que Nascimento Moraes passou na vida: era extremamente difícil ser negro e intelectual naquela sociedade. Na cidade degenerada pelos vícios e preconceitos, todos foram vencidos, todos os personagens foram se degenerando com ela. O único que se saiu vencedor, Cláudio Olivier, foi aquele que não mais pertencia àquela sociedade. Trata-se, sem dúvida, de uma obra em tom de desabafo sobre todos os problemas socioeconômicos da São Luís daqueles tempos.

Ao final da obra, Cláudio recebe a notícia de que o velho Bento não havia publicado o seu famigerado panfleto e que vivia à beira da morte, a gemer de fome e de dor – mais um vencido e degenerado pelas amarguras que passara na cidade. Cláudio se comove com a sua situação e lembra-se das palavras de seu falecido pai, que dizia: “O panfleto do velho Bento é uma obra de Santa Engrácia” (MORAES, 1968, p. 147).

Enfim, como explicitado na capa do livro *Vencidos e degenerados*, este, além de “romance”, é uma “crônica maranhense”. Crônica no sentido moderno, entendido, conforme Moisés (2004, p. 111), como um texto que tem o poder de “recriação da realidade”, que “desentranha a perene sucessão anódina de acontecimentos diários”, implicando sempre “a visão pessoal, subjetiva, ante um fato qualquer do cotidiano”.

De fato, em muitos momentos do texto, tem-se a nítida sensação de estar diante de uma crônica escrita em jornal da cidade pelo professor Nascimento Moraes. O tom jornalístico e o realismo que o caracterizam permitem entrever nessa obra também um relato histórico que nos incita a adentrar a história da literatura maranhense e vislumbrar a mundividência do autor, assim como visualizar a história de uma época.

## 5 LOBO *VERSUS* NASCIMENTO

Dois homens que viveram num mesmo período, apesar da diferença de idade de 12 anos entre um e outro, vivenciaram muitos fatos em comum e tiveram amigos em comum, mas apresentavam perfis muito diferentes e ao mesmo tempo bem parecidos. Antônio Lobo já ganhava bastante notoriedade como grande intelectual maranhense, quando Nascimento Moraes se iniciou no cenário jornalístico, ainda bem jovem. Lobo teve uma vida curta: viveu apenas 46 anos, tendo visto apenas o início da longa e respeitada carreira de Nascimento, que chegou ao alto de seus 76 anos. Vidas que se cruzaram, que convergiram e divergiram em muitos aspectos e, por essas divergências, contribuíram sobremaneira para movimentar a história da literatura maranhense ou – poderíamos dizer, em razão das diferentes áreas em que atuaram – para enriquecer a história intelectual maranhense.

Um era negro e o outro, branco; um pobre e o outro de classe média; um idealista e o outro cético; um atrevido e o outro louco; um excluído e o outro odiado. Os dois eram intelectuais: um era militante e o outro, mediador. Duas faces opostas de dois homens com perfis tão diferentes, mas que tinham em comum a habilidade com as palavras, fossem escritas ou faladas.

Participaram da mesma “geração” Lobo e Nascimento, diante de tantas diferenças? Eram novos atenienses porque tinham como objetivo comum levar o Maranhão em que viviam a ser igual ao passado que tanto almejavam? Em que medida podemos reafirmar a condição de grupo dos novos atenienses?

Lobo e Nascimento representavam os centros de liderança de sua época. Conseguiram mobilizar outros intelectuais e veículos de comunicação, a fim de rivalizar pontos de vista, e aqueciam o cenário jornalístico com suas opiniões e polêmicas. Essa rivalidade, que ocorreu ao longo de alguns anos, deixava entrever claramente os grupos dissidentes e as redes que iam se configurando e reconfigurando a cada momento, de acordo com suas disputas. Tais desavenças não ficavam apenas no plano das ideias, mas também envolviam posições de poder e prestígio, afinal cada um queria mostrar que sabia mais que o outro. E só isso não era bastante: eles tinham também que provar que o outro não sabia nada e não era digno de ocupar a posição em que se encontrava.

Diante dos perfis dos dois intelectuais, podemos identificar diferenças e semelhanças entre ambos no que concerne às suas trajetórias de vida, aos seus posicionamentos como intelectuais e às suas visões acerca da sociedade em que viviam. Isso

pode nos auxiliar a perceber as suas condições de atuação intelectual e as suas representações acerca da realidade veiculadas através de seus escritos.

A vida dedicada às letras é uma característica tanto de Antônio Lobo quanto de Nascimento Moraes. Vida essa voltada à erudição conseguida pelo autodidatismo. Nem um dos dois passou por faculdade alguma nem jamais saiu do Maranhão. Todo o conhecimento adquirido foi fruto de esforço, dedicação e gana por saber sobre os mais diferentes assuntos: saber era, para ambos, um dever, assim como ensinar.

Profissionalmente, trilharam carreiras bem próximas: ambos dedicaram grande parte de suas vidas à atividade jornalística, colaborando, redigindo, dirigindo periódicos; ambos foram professores do Liceu e de outras escolas. Ambos ocuparam cargos públicos – Lobo bem mais que Nascimento, mas este também prestou serviço para o governo e desempenhou funções públicas, como, por exemplo, a direção do *Diário oficial*, tornando-se muito bem articulado com as autoridades locais.

Ambos tinham redes que lhes permitiam trânsito livre entre as autoridades da época. Uma dessas foi o governador Luís Domingues, muito citado por ambos em seus escritos e muito admirado. Conforme Nascimento (2011), o governo de Luís Domingues, assim também como o de Herculano Parga, procurou se fortalecer com os intelectuais maranhenses que atuavam regionalmente, uma vez que não possuía vínculo tão forte com as frações oligárquicas dominantes estabilizadas por Benedito Leite, líder político a quem sucederam consecutivamente, depois da morte deste.

As polêmicas travadas por eles não envolviam somente questões literárias, mas também posições políticas. Devido aos cargos públicos que ocupou, Lobo estava sempre nos jornais da situação, enquanto Nascimento Moraes passou longo tempo nos jornais de oposição. Essas posições, porém, não eram estanques. No governo de Luís Domingues, por exemplo, Nascimento passou a colaborar na imprensa de situação; enquanto que, no governo de Herculano Parga, Lobo passa a ser oposicionista. Enfim, com a República, a carreira literária passa a se vincular ao campo político, uma vez que a atuação de cada um desses literatos foi requisitada pelas autoridades, ocorrendo mais fortemente nos órgãos jornalísticos pertencentes a determinada facção política. Passando a ser também política, essa disputa serve para explicar a diferença de temas abordados pelos autores em apreço. Lobo pouco trata de questões relacionadas à administração da cidade e, em muitas de suas intervenções, elogia ações tomadas pelas autoridades dirigentes; já a produção de Nascimento Moraes, por seu turno, inclui muitos artigos de caráter denunciativo.

Em diversas ocasiões, Moraes manifestou uma grande decepção com essa política, com a República, com o jogo político provocado pelos partidos. A situação política brasileira o incomodava, e isso se torna perceptível por meio de seus escritos, os quais, mais do que apenas criticar essa realidade, tem a preocupação de apontar soluções para essa política, com vistas a levar o Brasil ao progresso. Apesar de a escrita de Lobo não demonstrar grande preocupação com questões políticas, ele também teceu críticas à República brasileira e ao jogo entre os partidos, principalmente à política de conciliação do governo de Nilo Peçanha, que, segundo ele, enfraqueceu os partidos e conduziu a um jogo político mais baixo e mesquinho. É importante salientar que os dois autores em análise publicaram ensaios sobre crítica política, os quais, embora difiram em diversos aspectos, servem para exemplificar essa relação dos literatos da época com o campo político.

A crítica política de Moraes tenta pensar não o político em si, mas a configuração política do governo de Raul Machado; já a crítica política de Lobo tem como objetivo desmoralizar o político, tentando provar que Herculano Parga não estava apto a ocupar o cargo que ocupava.

Ambos teciam críticas ao Maranhão e ao Brasil, mas também eram os primeiros a valorizá-los e defendê-los. Acreditavam na civilização, no progresso, na ciência e na educação como passos fundamentais para que o país e o estado adquirissem um patamar civilizatório. Inclusive, ambos tinham pensamentos bem parecidos sobre a questão do “gênio”: Moraes se referia com frequência a mentes revolucionárias, almas criadoras e predestinados, ao passo que Lobo mencionava espíritos superiores, energia potencial e a condição de gênios, pessoas com grande erudição e capazes de mudar a realidade.

Lobo era obcecado pela ciência; Moraes, pela gramática. Lobo acreditava nas descobertas científicas e fazia questões de divulgá-las. Para Nascimento não era o bastante apenas criticar literariamente as obras da época, mas comentar todos os erros gramaticais cometidos pelos literatos analisados. Lobo acreditava tanto na ciência que parecia não ter religião. Em suas crônicas, a oposição entre essas duas categorias é recorrente, e sempre a ciência leva vantagem sobre a religião. Moraes, por sua vez, acredita que era a gramática que permite a um indivíduo saber ler e escrever de forma correta.

Lobo, no entanto, pensava que a gramática – encarada ao pé da letra – podia ser relativizada, acreditando que seria mais proveitoso para a educação de um jovem ler textos consagrados pela literatura do que ficar horas estudando gramática, o que seria extremamente maçante. Moraes afirmava que Lobo não valorizava a gramática porque não a conhecia bem,

e apontava vários erros gramaticais cometidos por este. Essa divergência em relação à gramática geraria uma discussão acalorada e interessante entre os dois.

No campo literário, um ponto em que suas ideias convergiam era a valorização da literatura maranhense. Ambos lutavam pela dinamização da cultura e pela divulgação das obras dos intelectuais maranhenses, ao mesmo tempo em que acreditavam e divulgavam, por meio de suas obras, que o Maranhão, ao mesmo tempo em que fora berço da intelectualidade no passado, enfrentava, em sua contemporaneidade, um cenário de marasmo e decadência cultural.

### **5.1 Representações do intelectual “neo-ateniense”**

Mesmo fazendo ficção, Nascimento e Lobo abordaram suas próprias realidades. Ambos os romances, *A carteira de um neurastênico* e *Vencidos e degenerados* são baseados em suas vivências e abordam assuntos e fatos que fizeram parte de suas realidades. Ouso até afirmar que ambos retratam, em seus romances, a si próprios, suas trajetórias de vida, suas visões da realidade e principalmente suas condições intelectuais, ou seja, as condições contextuais que determinavam suas carreiras como homens das letras. E percebe-se, pelos personagens principais de seus romances, que nenhum dos dois desfrutou de condições muito favoráveis ou confortáveis.

Quando o narrador de *A carteira...* se apresenta no romance, pode-se perceber que estamos diante de um doente psíquico. Do mesmo modo, todos os intelectuais mostrados por Nascimento são, em sua maioria, malditos, perseguidos pela sociedade, que não consegue digeri-los e muito menos compreendê-los.

Ao discorrer sobre si, o narrador se apresenta como alguém que não consegue explicar o que está sentindo ou vivendo, é o reflexo do seu próprio autor, que a princípio almejava fazer um livro alusivo à doença que o atormentou até o último dia de sua vida. A vida de Lobo foi assim: profissionalmente dedicada ao esmero com as palavras, mas, por outro lado conturbada pela doença e pelos desafetos que colheu em razão de sua mente brilhante e ao mesmo tempo transtornada. Penso que *A carteira...* seja um desafogo para suas mágoas e para sua alma inquieta e neurastênica. O narrador-personagem Jayme representa o próprio autor, mestre na arte de contar história, de ver a sociedade, mas incapaz de compreender a si mesmo, ao seu interior.

De forma análoga à de Lobo, Nascimento povoa seu romance com intelectuais que se encontram sempre à margem da sociedade. Na trama, o lugar deles não é propriamente

a cidade, mas um reduto em que os intelectuais tinham que ser iniciados – o bar de João da Moda. A sociedade os hostilizava e eles se encontravam sempre perseguidos, humilhados e vencidos, tendo que emigrar daquela terra inóspita à intelectualidade para outras plagas.

Ao mesmo tempo, porém, em que as condições de produção literária não eram propícias, os intelectuais caracterizados nos livros de Lobo e Moraes eram sempre dotados de grandes habilidades. Em *Vencidos...*, João Olivier, Cláudio Olivier e Bento eram homens que cultuavam a pena, verdadeiros artistas da palavra. Já na obra de Lobo, *A carteira...*, Carlos de Menezes, personagem principal da trama a que o narrador Jaime se atém, era também um rapaz formado, possuidor de grandes habilidades com as palavras, principalmente em sua capacidade de argumentar oralmente.

Todos esses intelectuais são retratados como homens à frente de seu tempo, com novas ideias que se chocavam com a sociedade conservadora e retrógrada da época. João Olivier tinha uma pena afiada, denunciava os desmandos da cidade, era abolicionista e republicano. E, mesmo sendo descendente de uma família tradicional de Alcântara por parte de sua mãe, não tinha qualquer preconceito de classe ou cor. Convivia muito bem com os escravos e com os recém-libertos, tanto assim que adotou Cláudio, que era tratado por ele como filho legítimo. Do mesmo modo que ocorrera com seu pai, Cláudio foi fortemente perseguido pela elite econômica da época, em razão de suas ideias, seu grêmio e sua revista.

Igualmente imbuído de ideias revolucionárias era Carlos de Menezes. Criticava os dogmas da Igreja Católica e a falta de moralidade entre os clérigos, assim como criticava também o preconceito e principalmente defendia os direitos das mulheres. Suas ideias chocavam inclusive a seus pais, que não concordavam com o rumo que resolveu dar a sua vida: Carlos frustrou os desejos de sua mãe, de torná-lo padre, e de seu pai, de se casar por interesse e se tornar um literato ou um burocrata.

Os intelectuais construídos tanto por Nascimento Moraes quanto por Lobo – respectivamente Cláudio Olivier e Carlos de Menezes – são colocados como os únicos capazes de mudar o mundo, mas esbarram diante de uma sociedade preconceituosa e retrógrada. Nos dois romances, a fundação de periódicos por esses intelectuais exemplificam bem a luta e a hostilidade que a sociedade ludovicense lhes destinava.

Em *A carteira...*, Carlos de Menezes funda uma revista – *A nova pátria* –, que pelo nome já indica as suas ideias diante de uma nova configuração política. Porém, a revista não dura mais do que um número, devido principalmente ao seu caráter combativo em relação à realidade política brasileira.

Da mesma forma, Cláudio, protagonista de *Vencidos...*, lança o periódico *O campeão*, surgido a partir da associação literária Grêmio Gonçalves Dias, que passaria por uma série de reveses. O primeiro seria a criação de um jornal de oposição chamado *O triunfo*, do Clube Odorico Mendes, criado pelos filhos da elite do cidade. Logo depois, todos os membros daquele órgão jornalístico vão receber sanções e não terão alternativa senão encerrar o jornal.

Enfim, os dois romances retratam um meio inóspito para a intelectualidade e para a proliferação de novas ideias, reforçando o discurso de um meio decadente. Tanto o personagem construído por Lobo, Carlos de Menezes, intelectual proveniente da elite, quanto os intelectuais criados por Moraes, como João e Cláudio Olivier, oriundos das classes baixas, criticavam a sociedade em que viviam e subverteram as convenções sociais, por exemplo ao escolherem mulheres de proveniências sociais diferentes das suas para se relacionarem amorosamente.

Em *A carteira...*, o rico Carlos de Menezes se apaixona pela pobre Laura, filha de uma prostituta sífilítica, de pai desconhecido e que vivia da caridade das freiras num convento, e decide com ela se casar. Em *Vencidos...*, o pobre Cláudio Olivier se amasia com a ex-rica Armênia, filha de um ex-proprietário de terras de família tradicional do estado e por isso foi fortemente perseguido, tendo sofrido, inclusive, um atentado contra a sua vida. A sociedade que cerca esses intelectuais é caracteristicamente preconceituosa e hipócrita, principalmente entre os setores mais elitizados.

A crítica aos portugueses naquele momento político em que os dois autores produziram suas obras (poucos anos depois da proclamação da República) aparece em ambas. No romance de Lobo, embora o tempo cronológico da história não seja claramente explicitado, essa crítica está presente principalmente na subserviência da população em relação ao comendador Menezes, pai de Carlos. Já na obra de Moraes, cujo tempo cronológico é claramente demarcado como o pós-proclamação da República, a crítica se personifica na figura de Machado, português que enriqueceu por meios ilícitos e que, da mesma forma, era bajulado pela elite que o cercava.

É interessante perceber que os dois autores pesam a mão na caracterização desses personagens como pessoas corruptas e arrogantes, cujas mentalidades e atitudes representam empecilhos para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Maranhão e, de modo mais geral, do Brasil. Os autores igualmente se esmeram em evidenciar que as relações que esses personagens mantinham com a sociedade da época eram pautadas na hipocrisia, na

bajulação e nos interesses escusos, nunca mantendo amizades verdadeiras com as pessoas do meio que os circundava.

Em contrapartida aos ambientes da elite caracterizados pela falsidade das pessoas, as duas obras mostram os toscos ambientes frequentados pelos pobres, caracterizados como lugares boêmios, onde se falava de tudo, onde se fazia de tudo e onde as pessoas se relacionavam com mais verdade e intimidade: no caso de *Vencidos...*, esse lugar era a taverna do João da Moda; no caso de *A carteira...*, a livraria do Ramada.

Assim como os portugueses eram acusados de impedir o progresso do Brasil, a questão religiosa também era apontada com um entrave a esse progresso. Tanto Lobo quanto Moraes estavam muito influenciados pelos ideais positivistas e evolucionistas: acreditavam que o progresso nacional só poderia advir do conhecimento e da ciência. Esse assunto figura nos dois livros, ao se reportarem à questão do curandeirismo. Os autores em apreço recriminam veementemente velhas práticas da sociedade brasileira, entre as quais o curandeirismo, que seria uma negação da Medicina e, por conseguinte, da ciência. Lobo faz uma verdadeira descrição de todos os tipos de curandeiros existentes na sociedade, caracterizando-os como desonestos, enquanto Moraes condena as famílias da elite por sustentarem o curandeirismo.

O discurso de um passado glorioso também permeia as obras dos dois autores. Em Moraes muito mais, principalmente para indicar que o maranhense só vivia do passado e para ironizar a Atenas Brasileira, que se encontrava numa situação tão decadente. Mas Lobo também não deixa de lembrar esse título e reafirmar o talento nato do maranhense para as letras. Numa relação essencialmente dialética, o discurso da decadência é alimentado pelo discurso da ateniensidade e conseqüentemente a afirmação do pertencimento a uma tradição de intelectuais, tão bem representados e representativos em sua obra.

Carlos, um intelectual legitimado pelo estudo formal da Universidade de Recife, talvez representasse para Lobo o intelectual que ele gostaria de ter sido. Mesmo quando o autor afirma que não escrevia para se inserir entre os eleitos da pena, percebe-se que ele faz essa afirmação num momento de crise, o que significa que ser um eleito da pena era sim um ideal seu, quando ele se encontrasse em estado de lucidez. Já os Olivier, intelectuais autodidatas e, por isso mesmo, discriminados, representavam o povo e figuravam como o protótipo de intelectual que o próprio Moraes de fato era.

## 5.2 A polêmica

Conforme Sirinelli (2010, p. 248), “o meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam”, devido a fatores diversos, constituindo redes. Entre as estruturas mais elementares de sociabilidade, o autor menciona revistas, manifestos e abaixo-assinados.

Para o contexto da presente análise, de fato os periódicos criados na época definiam microcosmos que servem para perceber as relações estabelecidas interna e externamente entre os intelectuais, com outros órgãos ou ambientes de comunicação e as ideias defendidas pelos grupos, assim como as tomadas de posição, as influências de pensamento, conferindo uma coesão ideológica, que seria o microclima. Alargando um pouco a visão de Sirinelli (2010, p. 249) e concordando com sua percepção, ele afirma que as revistas (assim como os jornais também, penso eu) são lugares de “fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade”.

Ventura (1991) corrobora essa visão, ao salientar que, no final do século XIX, os intelectuais encontraram na imprensa lugar para exercer a crítica literária e divulgar suas ideias. Por essa razão é que as polêmicas são indissociáveis dos jornais e das revistas, suportes materiais que se tornaram populares entre as camadas médias a partir de 1880. Da mesma forma, as polêmicas jornalísticas permitiam a formação de grupos que se reforçavam, com vistas a se defenderem de adversários congêneres.

Sirinelli (2010) deixa claro que o campo intelectual, mesmo estando situado no mundo da inteligência, num meio colocado sob o signo da clarividência, em que teoricamente os indivíduos reprimiriam suas paixões a serviço da razão, as relações de atração, amizade, hostilidade, rivalidade, ruptura, briga e rancor desempenham papel decisivo, assim como as fofocas, as intrigas, os boatos. Enfim, nas redes de sociabilidade, o afetivo e o ideológico se interpenetram.

Isso se pode perceber claramente no campo intelectual maranhense na época que estamos pesquisando. Os debates travados entre os intelectuais extrapolavam o âmbito das ideias e entravam em questões pessoais, com o objetivo de ridicularizar o outro, causando assim ressentimentos e rancores. Ao mesmo tempo, ao que parece, essas relações eram bem instáveis, com avanços e recuos. Amigos que se elogiavam mutuamente nos jornais às vezes se transformavam, por uma questão qualquer, em inimigos mortais; por outro lado, antigos rivais subitamente passavam a manter relações amenas, inclusive colaborando no mesmo jornal. Lobo, por exemplo, polemizou por um longo tempo com os redatores de *O Maranhão*,

entre os quais Nascimento Moraes, Inácio Xavier de Carvalho e George Gromwell, durante os anos de 1907 e 1908. Ao longo desse período, ele foi alvo de várias críticas em diferentes colunas criadas exclusivamente para rivalizar com ele. Depois de certo tempo polemizando com alguém com o pseudônimo de *Um Maranhense*, passou a responder às suas críticas nesse mesmo jornal, que outrora o expusera ao ridículo, fazendo a autópsia de *A carteira de um neurastênico*, chamando-o várias vezes de louco e doente psíquico, através de quadrinhas como a seguinte:

Pesquei um Lobo sem pele  
Sem pele pesquei um bobo  
A de mudar de nome o Bobo  
Por 'B' e 'L'  
(PERALTA, 1907, p. 1).

Reiterando esse ponto de vista, Ventura (1991, p. 78) coloca que, embora os polemistas procurassem demarcar suas posições, as diferenças teóricas e ideológicas nas polêmicas, até as primeiras décadas do século XX, não eram tão significativas. Isso levando os polemistas a se lançarem a ataques pessoais “como forma de enfatizar teoricamente sua individualidade e originalidade”.

Conforme Martins (2009, p. 372-373), a partir do século XIX era raro o homem de letras, entre os escritores e jornalistas brasileiros – e os maranhenses também eram exemplos disso – que não tivesse polemizado e se utilizado do vocabulário belicoso e violento da imprensa pasquineira. A polêmica era frequentemente tomada como campo de batalha. Para esse autor, as polêmicas não geraram somente o polemista, mas também um público e determinado tipo de leitor que se agradava e se tornava fiel aos “mais diversos boatos e mexericos sobre a vida privada dos ofendidos, acompanhando assim as disputas entre os jornais com atenção e escrutínio de apostadores”.

Diante de um campo editorial fraco, de uma literatura feita por intelectuais ligados aos setores do governo, sem mercado e já sem grande expressividade como “Atenas Brasileira”, as polêmicas para o meio intelectual maranhense representavam uma forma de criar um público. Lobo e Nascimento se evidenciaram como dois dos grandes polemistas dessa época.

O certo é que, desde a malograda conferência de Rafael Pinheiro (conferir folha 57 desta dissertação) organizada por Lobo, começaram as divergências entre ele e o jornal *O Maranhão*. Este publicou uma crítica a Lobo no dia 21 de dezembro de 1907, com o título *Antonio Lobo e o telegrama da “Folha”*, relatando que houvera descaso para com a conferência, que teve plateia reduzidíssima. Lobo, por sua vez, respondeu de forma incisiva e mais uma vez o jornal retrucou, causando essa primeira polêmica. Penso que foi a partir daí

que começou a polêmica entre Nascimento e Lobo, pois diretamente se confrontavam Inácio Xavier de Carvalho e Lobo, mas também outros colaboravam na redação do jornal, inclusive Moraes. Em cada edição o jornal publicava uma série de artigos dedicados a polemizar com Antônio Lobo, de modo que era humanamente impossível que Inácio Xavier de Carvalho sozinho pudesse escrevê-los todos.

Ao longo desse ano e do seguinte, travaram-se várias acirradas discussões entre o jornal e Lobo, que criticava os poemas de Inácio Xavier em *Missas negras*, enquanto este fazia troça com a *Carteira de um neurastênico*, entre outras questões. No dia 24 de dezembro de 1907, novamente é tocado nesse assunto, no artigo *O angu de ontem*, em que o jornal critica Lobo por ter reagido tão mal ao artigo anterior e, no artigo seguinte, já o chamava de paranóico e louco. Enfim, várias questões foram levantadas e o jornal passou a criar várias sessões que serviam a essa polêmica, tanto que a primeira e a segunda páginas do jornal eram quase totalmente dedicadas a artigos sobre esse assunto.

Havia uma seção no jornal intitulada *A troça de um bobo*, que revidava as críticas de Lobo a *Missas negras*. Outra, intitulada *Autópsia*, analisava os erros gramaticais contidos nas obras de Lobo, especialmente em *A carteira de um neurastênico*. Depois de algum tempo, essa seção passou a ser chamada de *Autópsia de Antonio Lobo*, em que o nome de Lobo vinha impresso de ponta-cabeça, denotando que ele já estava tonto de levar tanta “pancada” do jornal. Além dessas seções, também havia *A carteira* e *Notas críticas*. Em quase todas as edições, as seções *Pescando* e *Pintando o 7* também traziam críticas a Lobo, além de outros artigos que discutiam uma questão levantada durante o debate.

A seção *Pintando o 7* do dia 4 de janeiro de 1908 traz o soneto *Despachado p’ra consumo*, que usa passagens de *A carteira de um neurastênico* para chamar seu autor de louco:

Pegou um dia o Lobo na caneta,  
E, nada tendo que dizer à gente,  
Escreveu esta frase de chupeta:  
“Eu me desprendo aos poucos do presente”

Como castigo dessa asneira preta,  
Produto de seu cérebro doente,  
Merece o pobre Lobo, incontinente,  
Que uma dúzia de bolos se lhe meta!

Coitado do rapaz! Sofre da bola!  
Eu conheço meninos numa escola  
Que das frases do Lobo fazem pândega...

Preso a um “chapéu de palha” já sem copa  
Vou embarcar o Lobo para a Europa,  
Livre de impostos, sem passar na Alfândega.  
(ALIPINHO JÚNIOR, 1908a, p. 1).

Em *Pescando...*, da mesma edição do jornal, outra crítica, comentando o artigo de Lobo do dia anterior, no *Diário do Maranhão*, e com uma nova quadrinha, bem satírica:

Pesquei o Lobo, quase defunto  
Triste e ‘cansado’  
Virando as vistas, sem ter assunto,  
Para ‘outro lado’!  
(PERALTA, 1908a, p. 1).

Nessa crônica, a crítica a *A carteira...* foi feita capítulo a capítulo. No artigo publicado em 3 de janeiro de 1908, o jornal fez a seguinte consideração: “Lê-se o livro de cabo a rabo, do princípio ao fim, e depois da soporífica leitura, não se sabe dizer se ele é um romance de costumes, uma fantasia, uma biografia!” (A CARTEIRA, 1908, p. 2).

Na seção *A carteira* do número seguinte, o articulista analisa a passagem em que, no livro, o narrador se reporta ao personagem Trancoso, jornalista que escreve como um nefelibata e daria para professor de Matemática, pois é “cacete e ininteligível”. O estilo da crítica, assim como a temática, muito se assemelha à de Nascimento em *Puxos e repuxos*. No mesmo tom, igual crítica é dirigida a Lobo, que de fato exprimia claramente sua aversão à Matemática. Ele coloca que assim Lobo se posicionava porque sequer sabia fazer uma divisão, nem conhecia as teorias de divisibilidade, muito menos a dos números primos – enfim, ele nada sabia de aritmética.

Essa participação de Moraes fica confirmada num artigo publicado nesse jornal no dia 8 de janeiro de 1908 e assinado por Inácio Xavier de Carvalho. Ele trata de algumas questões quanto aos artigos de Antônio Lobo e no final declara que as críticas e as análises publicadas pelo jornal são obra de Nascimento Moraes e George Gromwell:

Terminando, avisamos ao Sr. Antonio [aparece de cabeça para baixo] que Pintando o 7, relativo à sua pessoa, e todos os comentários aqui feitos sobre a carteira vão ser publicados em folhetos, distribuídos gratuitamente, com o seguinte oferecimento:

*A Nascimento Moraes e Manoel George Gromwell*, os dois audazes e valentes literatos a cujo bolo Sr. Antonio Lobo [de ponta-cabeça] tem entregado a mão (CARVALHO, 1908, p. 1-2, grifo nosso).

As sátiras das seções *Pintando o 7* e *Pescando...* são realmente hilárias, de modo que vale a pena mais uma citação que demonstra a criatividade desses intelectuais. Na primeira seção dessa mesma edição, o soneto *O enterro da carteira*:

Vai seguir para o reino do pé junto,  
De grinalda e capela, amortalhada,  
Ante a morte da virgem desgraçada  
Não se fala na terra n’outro assunto.

Ao lado do cadáver já defunto (!),  
Chora o pai da infeliz, de alma ralada!  
Põe-se tudo a chorar. Sem dizer nada,  
Passo cuspe no dedo e os olhos unto!

Vai sair o caixão! O Pai, sem vida,  
Dá o beijo cruel da despedida  
Na pobre filha pálida e mefítica...

- Filha destas entranhas – grita, doudo,  
Morreste! Após correr o Brasil todo  
Sem um aplauso único da crítica  
(ALIPINHO JÚNIOR, 1908b, p. 1).

É na seção “Pescando a quadra de Zé Peralta”:

Nas folhas da tal “Carteira”,  
Pesco frases todo dia...  
Trouxe no anzol outra asneira,  
Pesquei a “insonia vadia”!  
(PERALTA, 1908b, p. 1).

Lobo se defendia no jornal *Diário do Maranhão*, em artigos intitulados *O poeta enrugado*, mostrando interpretações sarcásticas dos poemas do livro *Missas negras*, afirmando que os poemas de Inácio não tinham lógica. Em suas argumentações, declarava que Inácio nada sabia acerca do Simbolismo, ao que dizia ser filiado, e tentava sempre desqualificar o jornal *O Maranhão*, que dedicava quase todas as suas colunas a fazer troça dele:

Durante todo esse tempo, o Sr. Inácio, que tem um jornal inteiro às suas ordens, e que debaixo da sua fêrula de homem branco igualmente conserva uma multidão anônima de rabiscadores inconscientes, cada qual o mais enfezadinho e mais nulo, não teve um protesto único contra a minha afirmação (LOBO, 1908, p. 1).

Ventura (1991, p. 79) coloca que as polêmicas se tornaram muito comuns a partir do século XIX e que elas se arrastavam por anos, com números infindáveis de artigos e contra-artigos, réplicas e tréplicas. Muitas delas começavam por questiúnculas de menor importância e acabavam por se desviar para “debates de erudição e defesa da honra”, em que sempre tentavam os adversários provar sua superioridade frente ao oponente. Muitas vezes, das ameaças e xingamentos, os adversários passavam a processos judiciais e até ao recurso extremo do suicídio em defesa da honra ultrajada.

A polêmica com Inácio Xavier de Carvalho e seus companheiros termina no jornal *O Maranhão* e logo se inicia outra entre Lobo e “Um Maranhense” (pseudônimo que se acredita ser dos bacharéis Manoel Jansen Ferreira e Alcides Pereira), que teve início em meados do ano de 1908 e se estendeu até o ano seguinte. A temática dessa polêmica, como já relatado, gira em torno de um artigo escrito por Lobo, sob encomenda de Sebastião Sampaio, a respeito da literatura maranhense. Em artigo publicado no dia 27 de junho de 1908, intitulado *Bombardeios*, José Casemiro d’Oliveira Fontes escreve que Lobo só incluiu na lista contida no artigo sobre a literatura maranhense os nomes de sua “panelinha”. Afirma, ainda, que Nascimento Moraes era superior a Astolfo Marques, mas Lobo só havia colocado o nome

do segundo, não pelo fato de o primeiro ser negro, visto que o segundo também era “carafuz”, mas por causa da panelinha: “Astolfo Marques era da mesma grei panelática, tanto em política como em sarrabulhada, e Nascimento de Moraes não pertencia nem a uma, nem a outra”. Aponta também como razão para a exclusão de Moraes o fato de Lobo supor que teria sido aquele o autor das críticas à *carteira de um neurastênico*.

Segundo Fontes, a lista feita por Lobo no artigo seria manifestação de raiva, rancor, ódio e servilismo à seita do “centro do elogio mútuo”, como ele denomina a panelinha de Antônio Lobo. O articulista assevera, ainda, que Lobo não gostava dele porque também não fazia parte da referida “seita”, uma vez que era inimigo capital desse tipo de grupo. Por fim, sugere que Lobo recebia privilégios do governo, despedindo-se da seguinte forma: “Com o que fica dito, dou por terminados esses bombardeios, pois não vivo sem trabalhar como fica o Sr. Antônio Lobo que tem o – Papai Governo – que lhe dá o sustento diário, e o tempo preciso para fazer asneiras e dizer sandices”. E conclui seu texto deixando uma equação matemática para Lobo resolver, certamente no intuito de defender a sua profissão, uma vez que fica sugerido que o autor é um professor de Matemática (FONTES, 1908, p. 1).

Na discussão com “O Maranhense”, Lobo refuta todas as réplicas do seu opositor, tanto no *Diário do Maranhão* quanto depois, no próprio *O Maranhão*, com uma série de artigos chamados de *A oratória de um bacharel*, em que faz uma argumentação sobre literatura e gêneros literários.

Na mesma época, no jornal *A pátria*, do qual Nascimento Moraes era diretor, pelo mesmo motivo da carta a Sebastião Sampaio, rivalizavam Moraes e Lobo. Numa série de artigos publicados sob o pseudônimo de Bento de Oliveira, Moraes critica o texto sobre a literatura maranhense. Em 18 de junho de 1908, Moraes publica *Embargos às ligeirezas literárias de Antônio Lobo*, em que afirma que, quando soube da notícia de que Lobo escreveria a carta para Sebastião Sampaio, ficara reticente, porque Lobo se ressentia de ainda não ter inscrito seu nome na posteridade e por não tecer elogios a ninguém. Assegura também que Lobo não sabia escrever nem fazer conferências ou traduções, tampouco escrever romances e já estava velho, com quarenta anos.

Sobre as considerações contidas na carta sobre a literatura maranhense, Nascimento Moraes comenta que, em relação a Inácio Xavier, o julgamento de Lobo era uma afirmação de seu ódio pessoal; sobre Costa Gomes, ele escrevia muito e não dizia nada; somente a Correia de Araújo tecia o elogio de que “[...] é a nossa encantadora criança, o nosso mimoso bebê”, por último, discorre Lobo sobre o seu próprio romance. Lista os autores que Lobo não mencionara e se mostra chateado por seu nome não ter figurado na carta: “Qual!

Vocês não conhecem o Sr. Lobo! E o que perdeu [sic], é ter se esquecido de mim Bento de Oliveira, seu velho amigo e companheiro de lutas, seu confidente literário”. E termina fazendo troça com a indicação do romance de Lobo por ele mesmo: “Descansa, Dr. Lobo, descansa, que tu hás de subir até onde sobem as águias, mesmo que tu digas depois: - Eu subi rastejando! Oh! Sampaio, oh! Sebastião Sampaio! Não te esqueças do romance dele. Vê lá! O romance a... Carteira. Não lhe vás trocar o nome” (OLIVEIRA, 1908a, p. 1).

Em tom bastante agressivo, Nascimento Moraes faz diversos xingamentos nesse jornal. Escreve que Lobo já está velho e faz galhofa em torno disso: “O velhote não se quer convencer de que é coco velho que não dá azeite, e que passará deste para o outro mundo como um simples mortal” (OLIVEIRA, 1908b, p. 1). Ressalta que Lobo não mencionara os nomes dos outros literatos em sua carta com medo de que o seu próprio ficasse obscurecido (OLIVEIRA, 1908c, p. 1).

No artigo *Antonio Lobo, na queda*, Moraes afirma que Lobo vem perdendo a polêmica para um jovem que podia chamá-lo de mestre. E reportando-se à história de vida de Lobo, afirma que ele fora um estudante medíocre, metera-se no bando dos boêmios literários de seu tempo de mocidade e foi com Aluísio Porto que tomara gosto pelas letras e começara a ler, inventando de ser erudito, mas que não tinha base, por isso escrevia “asneiras que causam dó” (OLIVEIRA, 1908d, p. 1). Nascimento Moraes insere em *A Pátria* várias discussões veiculadas pelo jornal *O Maranhão* e arremata que ambos os periódicos estariam assim dando no adversário uma surra (OLIVIRA, 1908e, p. 1). E ainda ressalta que a carta de Lobo a Sebastião Sampaio era “humilhante para a intelectualidade vigorosa” do Maranhão, por excluir a maior parte dos rapazes talentosos que se exercitavam na poesia e no jornalismo. Para ele, portanto, Lobo fora claramente parcial.

No *Diário do Maranhão*, Lobo respondia às agressões de Nascimento Moraes com a seção *A sangria de um borra-botas*, assinado ora por “Juca dos Manes”, ora por “Juquinha”, em que mostrava os erros de português cometidos nos diversos artigos de Moraes. No artigo de estreia da coluna, ele assim se posiciona:

Iniciamos hoje a presente seção que tem por fim apontar as inúmeras asneiras em português cometidas num artigo de *A Pátria* intitulado *A oratória no Maranhão* por um pretenso professor e jornalista que acode os nomes de João Paulo, Berredo, Bento de Oliveira, Junius Viactor e cujo nome real todo mundo conhece (MANOS, 1908a, p. 2).

Além dessa seção, no mesmo jornal, na sua crônica diária na seção *Pela rama*, assinada pelo pseudônimo Elmano Roiz, Lobo também debatia com Moraes, chamando-o de professor e jornalista de meia tigela e que prosseguiria na “caridosa tarefa de ensinar ao borra-botas o que qualquer criança de aula primária conhece”, mas que Moraes desconhecia, mesmo

dizendo-se professor de Português (MANOS, 1908b, p. 1). E assim prosseguem os artigos de Lobo, sempre com uma lista dos deslizes gramaticais cometidos pelo seu adversário.

Também se defendia no jornal *Pacotilha*, sob os pseudônimos de “João Paulo de Brás Cubas” e “Juquinha”. Nos artigos intitulados *Ao sr. Bento de Oliveira*, além de questões gramaticais, Lobo responde às acusações feitas por conta de seu texto sobre a literatura maranhense. Na edição de 19 de junho de 1908, declara não ser verdade a afirmação de Moraes de que este não figurava na carta porque ser desafeto de seu autor, uma vez que Inácio Xavier de Carvalho também o era e mesmo assim foi mencionado (MANOS, 1908a).

E Lobo justifica o fato de Nascimento Moraes não ter figurado na carta por ele, Antonio Lobo, julgar que ele não estava “à altura de figurar ao lado dos escritores maranhenses apontados na carta de Sebastião Sampaio [...] que não pode absolutamente formar ao lado de prosadores e poetas como Correia de Araújo, Alfredo de Assis, Vieira da Silva, Luzo Torres, Luiz Carvalho, etc., etc.”. Isso porque quem comete os erros que Moraes cometia deveria entrar para uma escola de primeiras letras, “mas nunca para uma resenha de movimento literário, seja ele embora até mesmo de qualquer aldeiazita da costa d’África” (BRAZ CUBAS, 1908, p. 2).

Em 1909, a polêmica continuava, com uma série de artigos assinados por Nascimento Moraes, novamente no jornal *O Maranhão*, denominados de *Lobo, o plagiário*. Nesses textos, Moraes contesta o conhecimento de Lobo em diversas áreas, afirmando que ele copiava tudo o que falava em suas conferências. Em artigo publicado em 7 de janeiro de 1909, convoca Lobo a explicar como conseguira fazer uma conferência sobre o drama musical de Richard Wagner, já que não entendia de música, e como conseguira entender a sinfonia de Beethoven e o Tanauser (LOBO..., 1909a).

E desafia Lobo a mostrar o livro de João Nunes em que se baseara, porque se assim não fizesse, mostraria que é plagiador. Salienta que a expressão de Lobo quando polemizava com *Um maranhense*, ao escrever: “a última palavra, é sempre a minha” seria plágio do livro *Bohemia de espírito*, no qual o autor, Camillo Castello Branco, diz a Alexandre da Conceição: “afianço-lhe que havemos de ser o último a falar”. Comenta o estudo que Lobo publicou na *Pacotilha* sob o título *A concepção positiva do crime*, afirmando que Lobo nada sabia de Geometria, por isso também nada sabia de Astronomia e Cosmografia. E que Lobo nunca estivera num laboratório químico, nunca observara criminosos nem estivera num, de modo que jamais teria arsenal para desenvolver esse tema. Na sua crítica, deixa claro que Lobo usava as ideias dos outros, mas sabia “gosmar” com suas palavras, o que era plágio.

No artigo de 11 de janeiro de 1909, Moraes afirma que Lobo tenta colocar panos quentes na discussão e rebate a afirmativa deste de que seu oponente atacava todo mundo e ninguém lhe respondia. Moraes responde que quem fazia isso era Lobo, e cita alguns exemplos. Declara que Lobo fora expulso da *Pacotilha*, do *Diário do Maranhão* e correu para *O Maranhão*, cujo redator – Inácio Xavier de Carvalho – já havia polemizado com ele e o humilhado. Faz chacota ao lembrar que Lobo queria ser deputado federal, por isso que andava de relações com o governo e com a oposição. Chama Lobo de “Totó Suléca”. Lobo, por sua vez, rebate que Moraes tinha papéis de Bethencourt que ele publicara, os quais eram os únicos bem escritos. Nascimento Moraes se defende afirmando que outrora Lobo havia dito que Bethencourt não prestava e agora dizia que tinha papéis de boa qualidade (LOBO..., 1908b).

Nascimento Moraes passou de *O Maranhão* para o *Correio da Tarde*, criado no final de 1909, dando continuidade ao mesmo debate que de Antônio Lobo partia dos jornais *Pacotilha* e *Diário do Maranhão*, sob o pseudônimo de G. Galliza. De início, Moraes rivalizou com Alfredo de Assis e Luís Viana, partidários de Lobo.

Dos confrontos indiretos em que Lobo usava Alfredo de Assis e Luís Viana como escudo, os contendores passaram aos confrontos diretos. A polêmica teve início em meados de 1910. Valério Santiago foi o pseudônimo criado por Nascimento para rivalizar em sua coluna *Puxos e repuxos*; da parte adversária, G. Galliza escrevia na coluna *Intervenção pacífica*. Pelos registros nos jornais, a discussão não demorou tanto, mas foi bastante violenta, com vários xingamentos pessoais de ambos os lados.

Começaram rivalizando acerca de questões gramaticais: cada um identificava e corrigia os erros do outro. Galliza, escrevendo em terceira pessoa, fazia uma lista de correções, erros grosseiros, segundo ele, que nem crianças pouco enfronhadas em estudo cometeriam, quanto mais um professor que se dizia com uma prática de dez anos (GALLIZA, 1910a, 1910b).

Valério Santiago passou à análise de *Os novos atenienses*. Chamava Antônio Lobo de Antonio Bobo, apelido que já o havia dado o polemista de *O Maranhão*. Comenta acerca de questões gramaticais dos artigos de Lobo e coloca seu ponto de vista acerca da Gramática, que Lobo não considerava assim tão importante: “Gramática não é discurso bombástico, que se faz com gema arábica. Gramática não se inventa, nem se sofisma com facilidade, Quem não estuda não pode discutir, nem que consulte de momento, Herculano e Latino”.

Acerca das réplicas às suas críticas gramaticais aos artigos de Lobo, Santiago sintetiza: “Achamos que o velhote perdeu ótima ocasião de ficar calado”. Na análise de *Os*

*novos atenienses*, aponta que a introdução é um conjunto de períodos ininteligíveis, uma vez que não sabe matemática, donde decorreriam a falta de lógica e “probidade literária”. E continua anunciando que continuaria seu paciente trabalho, “[...] porque o nosso intuito é mostrar mais uma vez ao público que Lobo é um quebrado, que reduzido a expressão mais simples dá ‘zero’!” (CORREIO DA TARDE, 1910a, p. 1).

Aos poucos, o tom da discussão vai mudando para muita ironia, sarcasmo e insultos. Em 28 de julho de 1910, Galliza abre o seu artigo com a seguinte quadra: “A ponte do Acarape / É feita de geringonça, / Tata é comê de negro, / Negro é comê de onça” (GALLIZA, 1910c, p. 2). Esse é o começo de muitos insultos preconceituosos e racistas que Galliza lançaria ao longo da polêmica contra o seu rival. Declara, ainda, que Nascimento Moraes se zangara feito um moleque, mas ninguém o levava mais a sério, o que causava apenas riso. Na edição de 29 de julho de 1910, critica a coluna de crônicas *Fluxo e refluxo* de Nascimento Moraes e faz um trocadilho com o nome do jornal rival, chamando-o de “*Correu já tarde*” (GALLIZA, 1910d, p. 2). Declara que Santiago tinha mania de enrolar o que estava claro e que nasceu charadista e ainda que Moraes censurava livros, mas não sabia escrever a sua língua.

Valério Santiago abre o seu artigo do dia 1º de agosto de 1910 com um parêntese para abordar os insultos que vinha recebendo de Lobo e seus adeptos. Moraes informa que chamá-lo de negro não o insultava e cita Luís Domingues, que deu prova da “inteireza de sua moral” passeando por toda a cidade de carro aberto com Monteiro Lopes, um deputado negro. Tratando das *Preliminares* de *Os novos atenienses*, Santiago afirma que Lobo, ao abordar várias questões filosóficas, não citava suas fontes e fazia uma série de ponderações acerca do uso da teoria de Coste, um sociólogo francês (CORREIO DA TARDE, 1910b).

Segundo Santiago, Coste afirmava que “uma nação poderá, pela sua elite, ser superior intelectualmente, e pela sua multidão, inferior socialmente”, isto é, que se a multidão fosse inferior socialmente, a elite também seria. Nesse caso, a interpretação de Lobo estaria errada, já que ele afirmava que o Maranhão vivia uma fase em que se tem uma elite intelectualmente superior e uma multidão socialmente inferior. Se Lobo afirmava que se vivia uma fase, conforme a teoria de Coste, estaria indiretamente afirmando que o povo maranhense era inferior socialmente, assim como a elite (CORREIO DA TARDE, 1910b, p. 1).

A questão da negritude de Moraes é em quase todo artigo de Galliza colocada como forma de insulto, como se pode verificar num poema publicado na edição da *Pacotilha* de 30 de julho de 1910:

O negro é sempre isto: ou tem talento

Ou não tem raciocínio e é peru;  
 Ou Patrocínio é, ou é jumento;  
 Ou Luiz Gama, ou tu.

Sorte amiga e fiel não, não te arrima,  
 Não pode o dois-de-paus chegar ao ás  
 Tu quiseste galgar, marchar pr'a cima  
 E cresceste pr'a trás.

Contraria para ti a sorte avara,  
 Contraria e justa é, não há negá-lo:  
 Tu tens o progredir, meu Guanabara,  
 Do rabo do cavalo.

Dest'arte cada vez mais encolhido,  
 Tal qual na frigideira o bom torresmo,  
 Tu hás em breve de ficar sumido  
 E é dentro de ti mesmo.

Um caso nunca ouvi eu tão bonito  
 Nas histórias que ouvi de minha avó...  
 Vê só tu que fenômeno esquisito  
 Dois jumentos num só.

E os dois a escoucear, oh! que regalo  
 Para a gente que gosta dessas brigas!...  
 E em redor de ti só feito dois galos,  
 O aplauso das formigas...

Da Guanabara o fluxo e o refluxo  
 A ver p'ra trás crescer, alegre e rindo,  
 Fico logo atacado de defluxo,  
 Pois vou me advertindo.

Pois tu me xingar no teu Corsário,  
 Sobre mim derribar uns mil sonetos,  
 Desfiar todo dia um bom rosário  
 De teus fluxos... pretos.

Tudo isso fazer tu podes, tudo,  
 Mas ouve cá, escuta-me primeiro:  
 Não impingias de novo o tal canudo,  
 O monólogo imenso do tinteiro!...

A prevenção, porém, fazer-te quero agora  
 E com ela bem sei que te desbanco:  
 Si o publicares, meto-te a espora  
 E o relho cru, até ficares branco (GALLIZA, 1910e, p. 2).

Na edição de 2 de agosto de 1910, Galliza (1910f, p. 2) comenta os elogios feitos por Valério Santiago a Luís Domingues, afirmando que este, que ele tanto admirava, entregara a educação da mocidade a Antônio Lobo, que se tornara inspetor da Instrução Pública. E era esse mesmo Antonio Lobo que Santiago / Moraes xingava diariamente no jornal – uma contradição que prova que o mentiroso seria Santiago. Ainda com muito preconceito, Galliza ordena a Santiago que parasse de chamar Lobo de “*tu*”, e passasse a se dirigir a ele como “*sinhô*”, pois “negro não chama a branco de *tu*”. E emenda, em tom grosseiro:

O Hermes vem aí e, com certeza (eu sou civilista), revogará a lei de 13 de maio. Você será comprado e só pode ser aproveitado como engraxate. Imagine quando você, inexperiente no ofício, passar uma dedada de graxa nas meias de algum do *Sistema!*... É bolo até pagar tudo quanto é desaforo! Eu cá estarei pronto, quando me chamarem para *desmanivar o cedro*.

E, mais uma vez, não perde a oportunidade de insultar em versos também:

Eu hei de amassar o barro  
Na tua lata e – oh! ferro! –  
Ouvindo-te o pigarro,  
Anunciando o berro  
E anunciando o zurro,  
Na caixa do espirro  
A mão, com gana, corro,  
E desse casco, - um cirro –  
Abaixo deito o forro,  
Com o mais valente murro.

E, machucada a lata  
Borrada a tinta preta,  
Ó grande patarata  
Com ares de poeta –  
Eu hei de, isto sem luta,  
A estalos bons de pita  
Por-te a comer bolota  
E ver como é bonita  
A azemola que trata  
Com a costa a taca enxuta

Mas eu sou bom rapaz,  
Embora saiba o que és,  
E hei de com aguarás  
Lavar-te os quatro pés,  
E a cara que reluz  
Pintar-te bem de giz,  
Cobrir-te bem de pós, -  
Fazer-te por um triz,  
- Um asno, já veloz -,  
Ficar mesmo lapuz.

Não é exagero  
Meu peso e (isto em segredo),  
Por ti bem suportado  
Será sem nenhum medo...  
Não é nenhum canudo  
Andares bem comido  
(Alfafa e milho a rodo)  
E- é muito divertido –  
Largar meu peso todo,  
Meu peso tão querido  
Num lombo tão carnudo! (GALLIZA, 1910f, p. 2).

Sobre o livro *Os novos atenienses*, Valério vai desmentindo todas as afirmações de Lobo acerca da história literária maranhense que ele narra. Dizendo sempre que ele é um mentiroso. Conforme Valério, Lobo mente para negar o valor intelectual de muitos e para se colocar em um plano superior, lançando os outros ao “véu do esquecimento”.

Santiago, por sua vez, ao se referir ao livro *Os novos atenienses*, de Lobo, vai desmentindo todas as afirmações do autor acerca da história literária maranhense, afirmando sempre que Lobo mentia para negar o valor intelectual de muitos e se colocar num plano superior, lançando os outros ao “véu do esquecimento”. A tão famosa “tristíssima e caliginosa noite”, que Lobo associava ao fim do *Semanário Maranhense*, não passava de um despautério: “Puríssima mentira! Tal não se deu. Ninguém sabe dessa ‘caliginosa noite’ de que Lobo dá notícia. Mentira das mentiras! Não tivemos, é exato, intelectuais como Sotero, Gentil Braga e outros, mas literatura não desapareceu completamente.

E lista vários nomes que mereceriam menção no trabalho de Lobo, mas que haviam ficado no esquecimento para justificar a “tristíssima e caliginosa noite”: João Affonso do Nascimento; Sabbas da Costa; Auto Pereira; Alfredo Galvão; Oscar Galvão; Bayma do Lago; Pe. Fonseca; Euclides Faria; Papillon Bleu; Hugo Barradas; Queiroz “e muitos outros que aqui floresceram e que Lobo propositadamente deixou escondidos na tal ‘noite caliginosa’ que ele inventou para chegar ao fim que colimou no esbodegado livresco, escrito à guisa de subsídio para a história do Maranhão!!!” (CORREIO DA TARDE, 1910c).

E mais adiante, questionando ainda a “caliginosa noite”, coloca:

Quando chegou à pág. 126 mencionou como prosadores maranhenses o professor José Ribeiro do Amaral, dr. Justo Jansen Ferreira, dr. Batista Barbosa de Godóis, que sendo maiores de 40 anos, deviam ter ficado nas trevas da tal “noite caliginosa!!!”

É Lobo a desmentir Lobo! O muito mentir só poderia acabar assim!

O desejo que ele nutre em vão, de erguer-se como restaurador do nosso meio literário, não mede obstáculos, nem conhece peias! Lobo não pensa noutra cousa; vive para isso, pensa constantemente nisso, e para o conseguir sacrifica a verdade dos fatos, inventa, mente, e a cada passo se contraria (CORREIO DA TARDE, 1910d, p. 1).

Valério Santiago nega que teria sido Coelho Neto o responsável pelo levantamento literário do Maranhão, pois usando a teoria de Coste, assevera que os grandes talentos influem para levantar o meio intelectual abatido. Argumenta que, se assim fosse, não precisariam de Coelho Neto, pois já tinham em terras maranhenses grandes talentos como Bethencourt e Sousândrade.

Também coloca por terra a assertiva de que teria sido ideia de Fran Paxeco a criação da Oficina dos Novos. Segundo Santiago, a criação do grupo fora uma ideia de João Quadros, que os convidou para escrever um jornal humorístico, mas o irmão deste, Costa Gomes, por sua vez, aconselhou-os a criarem um jornal literário, para o qual convidaram Astolfo Marques e Francisco Serra a comporem uma sociedade literária.

O responsável pelo rompimento dos fundadores da Oficina dos Novos, teria sido Fran Paxeco, o qual ele chama de “mano” de Lobo. E ressalta que, do grupo que formava a

Oficina, apenas João Quadros, Astolfo Marques e Francisco Serra continuaram, uma vez que Lobo queria impor o recém-chegado como a “sabença das sabenças” (CORREIO DA TARDE, 2010e).

Conforme Valério, Lobo queria que a Oficina dos Novos fosse um conjunto de rapazes que o apoiassem, que lhe batessem palmas, que glorificassem seu nome e o do mano (Fran). E coloca em xeque qual teria sido a contribuição dos dois para o soerguimento literário maranhense:

Lobo quer dar a entender que o renascimento literário do Maranhão se lhe deve porque foi ele quem promoveu festas ao nosso glorioso patricio Coelho Neto e quem aguentou o ‘mano’ [...]

Foi para demonstrar que a ele e o ‘mano’ o Maranhão deve o seu reerguimento literário. Lobo está convencido de que o Maranhão se reergueu! Que ele inventou aquela ‘noite caliginosa’ em cujas sombras deixou uma geração inteira! E isto – para subsídio da história do Maranhão!

Já é ter muita vontade de entrar de botas na posteridade (CORREIO DA TARDE, 1910e, p. 1).

Valério Santiago ressalta que Fran Paxeco viera ao Maranhão “desgarrado”, depois de passagens não muito boas pelo Pará, pelo Amazonas e por outros lugares. E, ainda sobre a Oficina dos Novos, coloca, na edição do dia 5 de agosto de 1910, que Lobo mentia ao dizer que Francisco Serra fora presidente da Oficina dos Novos desde a sua fundação (CORREIO DA TARDE, 1910f). Da mesma forma, desmente a afirmação de Lobo de que Viriato Corrêa teria sido um dos fundadores da Oficina. Quem fora o primeiro presidente foi Nascimento Moraes, o que podia ser provado pelos primeiros números de *Os Novos*. De fato, no primeiro número dessa publicação, datado de 5 de agosto de 1900, aparecem na composição do corpo administrativo, os seguintes operários: Presidente – José do Nascimento Moraes; Secretário – Octávio d’Almeida Galvão; Tesoureiro – Raul Astolpho Marques; Suplentes – Raymundo Leoncio Rodrigues e Manoel George Gromwell. E que na seção do dia anterior foram propostos para sócio honorários: Antonio Lobo, Fran Paxeco, Antonio dos Reis Carvalho e Firmino Saraiva.

Quanto a essas acusações de Santiago e o comentário deste sobre os livros de Antônio Lobo, Galliza nada responde. Somente argumenta que aquele se esquivava de suas perguntas fazendo correções de seus livros (GALLIZA, 1910g). Rebate a afirmativa de Santiago de que quem não sabia Matemática não sabia Lógica e mandava Moraes fazer o concurso para a disciplina de Lógica.

Segundo Galliza, constava que Moraes, acompanhado de alguns capangas – já que “sozinho não tem coragem” –, andavam premeditando um “esforço físico” contra ele e ameaça que, se fosse constatado que isso era verdade, faria Moraes levar “uma surra de primeira grandeza” (GALLIZA, 1910h, p. 2). Galliza centra sua argumentação na questão de

Nascimento Moraes ser professor, possuir um colégio e ainda assim cometer tantos erros de português em seus artigos, cobrando satisfação aos pais de seus alunos.

Sobre os comentários a Inácio Xavier de Carvalho em *Os novos atenienses*. Valério conta que, quando o primeiro publicou *Missas negras*, Lobo escreveu na Revista do Norte que o livro era uma joia. No entanto, na ocasião da polêmica entre os dois, declarou que *Missas negras* não prestava e que tudo que escrevera antes era deboche seu em relação ao livro. Em *Os novos atenienses*, colocava que o poeta era “uma organização de primeira ordem”, porém lamentava o estilo simbolista. Valério questiona quando Lobo realmente falou a verdade acerca desse poeta, devido à sua constante mudança de opinião e aproveita para afirmar que Lobo não tem senso nem raciocínio (CORREIO DA TARDE, 1910e).

Galliza repreende Valério por ele envolver na polêmica pessoas alheias a ela, como é o caso de Inácio Xavier de Carvalho, obrigando-o agora a se posicionar. Mas garante que, depois da polêmica de *O Maranhão*, Lobo voltara a manter boas relações com o autor de *Missas negras* (GALLIZA, 1910i).

Valério não perde a oportunidade de afirmar que Lobo era louco e de corrigir suas construções sintáticas, com o claro objetivo de desqualificar seu *status* de grande intelectual: “Vejam os leitores como aquela mioleira já anda!” (CORREIO DA TARDE, 1910f, p. 1). Nessas condições, Lobo dava um atestado irrefutável de sua desorganização mental, do seu já conhecido “maluquismo”: “Redige assim o estudante que faz seu primeiro ensaio literário; mas semelhante construção não está à altura de quem se apresenta como ‘chefe de uma intelectualidade’!” (CORREIO DA TARDE, 1910d, p. 1). Santiago revela que Lobo não conseguira se formar em Direito porque não passara no exame de Aritmética, e faz troça com ele por ser professor de Lógica e não saber Matemática, afirmando, inclusive, que Lobo discriminava seus alunos negros. Sobre suas obras, comenta que, naquela época, eram muitos os que publicavam livros, mas estes não apresentavam um padrão de qualidade aceitável, como os livros de Lobo, cuja figura ele expõe com todas as suas fraquezas. Sobre *A carteira de um neurastênico*, declara que, quanto mais analisada era, mais erros revelava.

Os erros apontados pelos polemistas em relação ao respectivo oponente, muitas vezes eram cometidos pelo próprio acusador. Eles eram usados para mostrar ao leitor a sua superioridade em relação ao outro, donde a preocupação em sempre mostrar que o adversário só escrevia “asneiras”. Nesse sentido, não apenas o oponente era seu interlocutor, mas também o leitor, que cada um dos contendores tentava persuadir de que estava certo, convencendo a se posicionar a seu favor. A polêmica, portanto, sempre era conduzida com o olhar voltado para o público, já que era este que desempenhava o papel de árbitro da disputa:

O 'inimigo' se torna o intermediário de um processo comunicativo entre o polemista e seu público, cuja adesão é disputada pelos contendores. Desse modo, procuram os críticos e escritores reduzir a distância com o leitor, maior nas sociedades em que o mercado de bens culturais não se encontra plenamente constituído. *A polêmica se torna uma versão folhetinesca e seriada da crítica literária e filosófica.* Como os romancistas, que publicavam seus livros como capítulos de folhetim nos jornais e revistas, os críticos recorrem às polêmicas na imprensa, de modo a ampliar a circulação de suas ideias e divulgar seu nome, criando renome (VENTURA, 1991, p. 148, grifo do autor).

Enfim, a polêmica servia também como forma de popularização do debatedor, de mostrar o seu poder de argumentação, com vistas à autopromoção, além de funcionar como um atrativo para a população comprar o jornal.

Nessa estratégia de desmerecimento do outro, Moraes coloca em evidência que Lobo é racista e questiona a sua posição de professor e jornalista republicano:

Vejam a pequenez do espírito tacanho do homem! O homem tem mesmo raiva de negro! Onde ele vê um negro, vê desde logo um inimigo a combater! Fecham-se-lhe o espírito e a alma! Ele já disse uma vez que negro é moleque, e ele suporta um negro por ... excesso de civilização! [...]

Mas que professor e que jornalista republicano é Lobo! (CORREIO DA TARDE, 1910f, p. 1).

Galliza tenta se defender das acusações, feitas por Valério, de que seria racista, mas até mesmo as suas tentativas de explicação revelam o quão preconceituoso ele era. Na Pacotilha de 6 de agosto, assim se coloca sobre essa questão: “E diz v. que tenho raiva de negro. É menos verdade. O que não tolero é negro besta e pernóstico como você.” (GALLIZA, 1910j, p. 2). No jornal *Diário do Maranhão*, um dia antes, já havia esboçado uma tentativa de resposta, retrucando que chamar alguém de negro não era nenhuma ofensa, pois “quando o negro possui talento e qualidades aproveitáveis é até vantajosa a negrura...” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1910, p. 1).

Sobre os comentários a respeito de Maranhão Sobrinho, Valério Santiago salienta que Lobo voltava a pecar por sua falta de raciocínio, afirmando contraditoriamente que Maranhão Sobrinho não fazia parte de nenhuma escola literária, mas que tinha grandes diretrizes. Santiago contesta a organização do livro de Lobo, questionando por que Nascimento Moraes figurava no capítulo dos poetas: “Nós, por exemplo, que não temos livro de versos publicados, que só fazemos versos nas horas vagas, figuramos no capítulo dos poetas como autor de ‘vibrantes e inspirados versos’!!! E assim muitos outros” (CORREIO DA TARDE, 1910c, p. 1).

Na polêmica, Santiago vai além das questões literárias e toca nas relações políticas de Lobo, sustentando que ele se curvava a qualquer governo. Refere-se à possível falta de lealdade de Lobo com Luís Domingues e afirma que aquele fora ligado ao governo de

Benedito Leite e vinha apoiando todos os governos que se sucediam em busca de cargos públicos.

Galliza rebate essa acusação, ressaltando que Nascimento Moraes, só porque fora almoçar certo dia com o governador, já se sentia grande amigo de Domingues, falando sobre as pessoas que o cercavam, inclusive advertindo-as contra a pessoa de Lobo. Galliza afirma que todos do sistema já tinham emprego, não precisavam de emprego do governador, e que quem precisava de emprego era Moraes (GALLIZA, 1910k).

Na visão de Moraes, Lobo tentou usar a Oficina dos Novos, assim como a ideia de criar universidades e a Academia, para se engrandecer, pois sonhava em se tornar o grande intelectual daquela geração. Sua grande aspiração era ser presidente da Academia, mas, para não dar na vista, convidara Ribeiro do Amaral a ocupar esse cargo. Lobo, no entanto, fora frustrado em todas as suas empreitadas para realizar seus sonhos: não se elegeu para a Academia Brasileira de Letras; não conseguiu se formar em Direito; fez uma tentativa malograda de se tornar advogado provisionado; e, já naquela época, teve frustrada a sua pretensão de se eleger deputado federal. De fato, aparecem no *Diário do Maranhão*, em 1908, anúncios com o seguinte teor: “Pelos dissidentes para Deputado Federal Antonio Lobo”

Galliza contra-argumenta declarando que Lobo nunca concorrera a qualquer vaga à ABL. Foram os jornais de São Luís que publicaram que ele seria candidato a uma das vagas daquela instituição. E publica uma declaração de Medeiros e Albuquerque, membro da ABL, elogiando o autor de *Os novos atenienses* (GALLIZA, 1910i).

Nascimento Moraes não perde uma única oportunidade de questionar o livro *Os novos atenienses* como um subsídio para a história literária maranhense: “Mas que valioso subsídio da mentira” (CORREIO DA TARDE, 1910f, p. 1), qualificando-o de “inútil, sem valor de espécie alguma, nem como documento de história literária do Maranhão, nem como modelo de linguagem” (CORREIO DA TARDE, 1910g, p. 1). Afirma, ainda, que o plano de Lobo de se tornar o maior intelectual do Norte seria perfeito, se não fosse a ação dele para atrapalhá-lo. E declara que Lobo nunca defendera causa nobre ou pequena, insultava covardemente seus adversários e não tinha coragem de bater de frente, nas suas polêmicas em que se envolvia.

Valério Santiago diz que Lobo atacava em bandos, mas que isso não o intimidava. Um que fazia parte do seu bando era Correia de Araújo, sobre o qual Santiago desfere muitos xingamentos, afirmando ser ele um ignorante que nada sabia, não tinha sequer o curso primário e que fora Moraes quem corrigira o livro de Araújo, *Harpas de fogo*, que tinha um

prefácio seu. Sustentava, em suma, que Araújo não podia ser grande poeta. E assim se posiciona a respeito de Correia de Araújo:

Que nós não desceríamos da nossa dignidade para sujeitar uma produção nossa a um ignorante da grandeza desse Sr. Corrêa, a quem guiamos nos primeiros passos que deu na vida literária, arranjando-lhe entre inúmeras produções sem valor que trouxe à mala, um livro de versos com que sofrivelmente se pudesse apresentar em público, como era sua ideia fixa (CORREIO DA TARDE, 1910h, p. 1).

Tudo isso porque Galliza (1910l, p. 2) afirmou que Nascimento de Moraes só figurara com uma poesia no livro de Lobo porque a composição havia sido emendada por Correia de Araújo. Caso contrário, “não figurava nem como etcoetera”. Das acusações de Moraes a Araújo, este último foi se defender também no jornal, mas acredito que essa defesa fora escrita pelo próprio Lobo, mas assinada por Correia de Araújo. Nessa resposta, intitulada *Em defesa própria*, Correia de Araújo exige a retratação de Inácio Xavier de Carvalho sobre a afirmação de que ele teria corrigido os seus versos (GALLIZA, 1910k). E depois publica mais artigos, num dos quais, intitulado *Um Moraes imoral*, faz uma série de insultos a Nascimento: “Nascimento Moraes, um pretinho pernóstico e apresentado... salpicou ontem as minhas botas com algumas das sujidades que lhe encham a alma e lhe dão aquela cor escura à pele” (ARAÚJO, 1910a, p. 2). Correia argumenta que Moraes somente travava essas polêmicas para adquirir notoriedade:

Perdida a esperança tão longamente acariciada, de um lugar de destaque nas letras, arranja, de vez em vez, o malogrado literático um jornaleco qualquer, e das suas colunas, despeitado e invejoso, não podendo subir, todo se baba em atirar aos que sobem e em alugar a pena mercenária ao ódio desse que não podem perdoar a Antonio Lobo a sua superioridade intelectual e moral (ARAÚJO, 1910a, p. 2).

E acrescenta: “Antonio Lobo é a sua obsessão, a sua ideia fixa. Ataca-o incessantemente, numa fúria que não cansa, num ódio que se não esgota, pois vê ser essa a única maneira de alcançar a notoriedade que deseja e que, teimosa, lhe foge” (ARAÚJO, 1910a, p. 2).

Conforme Correia, Antonio Lobo sustentou várias polêmicas, mas nunca respondeu a Moraes, porque “tem por este o maior dos desprezos que um homem pode ter por outro homem” e porque seu adversário se revelava sempre abaixo na compreensão dos assuntos que desejava discutir. Afirma que Moraes agora cismara com ele (Correia) e que Moraes não corrigira seus versos, como afirmou no debate, mas apenas fizera a revisão tipográfica. Distrata das produções de Moraes em geral e enaltece a figura de Lobo: “E Antonio Lobo tem, como a raça caucásica, a que pertence, as predisposições hereditárias que dão aos povos do Ocidente o papel superior que desempenham no mundo” (ARAÚJO, 1910a, p. 2).

Na edição do jornal Pacotilha de 15 de agosto de 1910, com o artigo *Uma sova de tirar cinza*, Correia (1910b) afirma que não tem lógica o argumento de Moraes de que a prova de ele ter corrigido seus versos era que ele havia prefaciado seu livro. Segundo ele, geralmente os prefaciadores são pessoas que têm um talento superior, por isso não deu sorte no seu livro. Chama Nascimento Moraes de imbecil, que nunca poderia ter corrigido os seus versos e que este não escrevia versos como Viriato Corrêa nem contos como Domingos Barbosa, mas que os atacava por inveja. Ressalta, também, que Moraes não tinha um único soneto decente e que cometia uma série de erros de português, mesmo sendo professor com experiência de dez anos. E relata por que pedira a Nascimento Moraes que prefaciasse seu livro. Segundo sua narrativa, teria chegado do interior aos 17 anos, matuto e ingênuo, e fora apresentado a Moraes, que tinha uma coluna no jornal *A Campanha*. Então, Correia fora convencido por outros de que Moraes era um homem talentoso, por isso foi procurá-lo para prefaciá-lo o seu livro.

Continuando a história, na edição de 16 de agosto, com o artigo *Enterrando um defunto*, afirma que Nascimento Moraes fez uma avaliação de seus poemas, colocando bons nos piores e maus nos que ele considerava os melhores (CORREIA, 1910c). Por causa disso, Correia retirou de seu livro os versos de que Moraes não gostara. Quando soube que este era um “literato falsificado”, não pôde voltar atrás e, prevendo resultados ruins, pediu a Xavier de Carvalho que também prefaciasse, garantindo o nome da autoridade no assunto. Correia acrescenta que o motivo do prefácio foi uma delicadeza que Moraes não compreendera. Ao contrário deste, Correia declara que não esbanjava seus conhecimentos tentando convencer de que era um sábio e confessa que era ignorante mesmo, mas que seu adversário não podia falar dele, uma vez que era igual. Ao final, lista uma série de “homens de talento maranhense” que apoiavam Lobo e desafia Moraes a mostrar os que o apoiavam.

Tal opinião era agora esboçada de maneira muito diferente da que antes Nascimento Moraes tinha a respeito desse poeta e vice-versa. Em comentário acerca de Correia de Araújo na seção *Letras e tipos*, do jornal *A Campanha* do dia 8 de junho de 1903, Moraes (1903m, p. 1) coloca que “Não há dúvida que Corrêa de Araújo é uma das mais belas esperanças de minha terra!”. E é um dos responsáveis por apresentar Correia de Araújo e suas obras para o público, inclusive prefaciando seu livro, da mesma forma como Inácio Xavier de Carvalho faria mais tarde, em 1906, no jornal *A Imprensa*, em *Carta aberta a Correa de Araújo*. Nesse artigo, Inácio Xavier de Carvalho, da mesma forma que Moraes, apresenta o livro de Correia, *Evangelho de Moço*, afirmando que “é a alma cantando, na manhã da adolescência, pássaros e embevecimentos, flores e estrelas, a cor, a linha, em uma palavra, o

som e o movimento e a luz dentro de ritmo e da rima.” Asseverava que Correia era muito moço para escrever sobre a miséria humana, as melancolias, as condenações, mas afirmava que ele conseguia passar sinceridade. “[...] acho que no Evangelho do Moço “tu foste tu mesmo”, isto é, conseguiste imprimir tua individualidade dentro dele, revelando-te, portanto, um Poeta original e forte [...]” e parabeniza pela publicação (CARVALHO, 1906, p. 1).

Correia de Araújo, naquela época, retribuiu a gentileza, dedicando um poema a Moraes, publicado em *A Campanha* no dia 20 de abril de 1903:

Medita a viscondessa tristemente:  
O olhar concentra em lágrimas saudoso,  
Adeja pela alcova suavemente  
Um aroma sutil, voluptuoso.

Arfa-lhe o seio, o cerne em flor ardente  
Entre anciãs freme sensuais de gozo,  
Ruge-lhe o sangue impetuosamente  
Forte, febril, indômito, ansioso.

Leva-lhe a mágoa o espírito absorto,  
Viúva – a carne lúbrica e travessa  
Lembra-lhe os beijos de consorte morto

E o pranto rola dos seus cílios d’oiro,  
Dorme... e sonhando a bela viscondessa  
Vê-se nos braços dum visconde loiro (MORAES, 1903b, p. 2).

Muito diferente do poema publicado em 20 de agosto de 1910, mais uma vez oferecido a Nascimento Moraes, mas que desde o título já se mostra agressivo e de mau gosto, do qual transcrevo o trecho abaixo:

Última pá de cal  
(Na carcaça dum asno)  
AO NASCIMENTO DOS ‘PUXOS’  
Ó Valério ó Moraes ó Nascimento!  
[...]  
Surrar em verso, ó prodigo tesouro  
De asneiras, um patife como tu,  
É de honra e desdoiro,  
É o mesmo que atirar poeira de oiro  
Num foveiro urubu [...] (ARAÚJO, 1910d, p. 2).

Correia vem mais uma vez a público para mostrar a carta de Inácio Xavier de Carvalho se retratando sobre a suposta correção dos seus versos. Este se mostra muito descontente de ter entrado na polêmica, chamando-a de comédia e ressaltando que o jornalismo da “pacata Atenas” não trazia artigos de interesse público, mas “questiúnculas baratas de campanário”. E coloca que, se o verbo corrigir, empregado por Moraes tivesse sido utilizado no sentido de alterar versos, transformar, este não havia corrigido *Harpas de Fogo* (ARAÚJO, 1910e, p. 2).

Enfim, parece que o fato de Correia de Araújo ter passado para o lado de Lobo abalara bastante Nascimento Moraes, provocando um sentimento grande de rancor, uma vez que os dois, num passado próximo, pareciam ter uma grande relação de amizade. Com isso, Moraes passa a não poupar esforços para desqualificar de todas as formas seus adversários, usando da ironia como lhe era de costume:

Lobo mente com a mesma facilidade como fabrica uma carteira de um neurastênico, ou faz uma sala de micróbios. Só para mentir tem Lobo um talento verdadeiramente espontâneo. Confessamo-lo com a máxima lealdade, porque gostamos de fazer justiça aos méritos de quem quer que seja (CORREIO DA TARDE, 1910h, p. 1).

Da mesma forma, Lobo usava de insultos e xingamentos: “Você é, com certeza, o elo zoológico que prende o macaco... ao burro” (GALLIZA, 1910j, p. 2).

Nada escapava aos seus comentários sempre muito diretos e agressivos. A polêmica entre os dois terminou por volta do dia 21 de agosto, em que Galliza aparece declarando que a *Intervenção pacífica* tinha terminado e que começaria a intervenção armada, pois ele iria procurar o patrão de Nascimento Moraes. E essa foi uma longa querela entre dois grandes adversários, que evoluíram para além das questões literárias. Afinal, para Nascimento Moraes, Lobo representava o seu “inimigo de morte” (CORREIO DA TARDE, 1910d, p. 1).

### **5.3 Existe uma literatura neo-ateniense?**

Faziam parte da mesma geração Antônio Lobo, Nascimento Moraes, Inácio Xavier de Carvalho, George Cromwell, Correia de Araújo, Inácio Raposo, Astolfo Marques, Costa Gomes, Viriato Corrêa, Maranhão Sobrinho, Alfredo de Assis, Domingos Barbosa - enfim, todos os novos atenienses listados por Lobo em seu livro? Que critérios podem ser empregados para se considerar todos esses intelectuais como integrantes da mesma geração? O critério da contemporaneidade? Da idade? Da afinidade?

O critério da idade é logo refutado, na medida em que, quando Nascimento Moraes estava estreando no cenário jornalístico por volta dos 18 anos, Lobo já tinha 30 anos e já era um intelectual conhecido em sua terra; por sua vez, Correia de Araújo tinha 16 anos, o que significava uma diferença de 15 anos a menos que Lobo e Inácio Xavier de Carvalho, que tinham mais ou menos a mesma idade.

Porém, mesmo descartando a questão da idade, que é um fator efêmero, se levarmos em consideração um acontecimento fundador, como a proclamação de República ou a abolição da escravidão, pode-se perceber que tais acontecimentos históricos, que poderiam definir uma geração, não foram sentidos de forma homogênea entre os intelectuais e, mais do

que isso, não representavam para eles mesmos bandeiras de luta ou causas que os unissem de alguma forma.

Lobo coloca como elemento fundador dessa geração a visita de Coelho Neto a São Luís, no que é veementemente refutado por Nascimento Moraes, e a publicação de *Missas negras*, de Inácio Xavier, também apontado como marco inicial dessa geração, é um fato ignorado na avaliação de Lobo como definidora e fundadora da “geração neo-ateniense”.

Resta, por fim, o critério da afinidade, demarcado pelas polêmicas travadas entre Lobo e Nascimento Moraes. Percebe-se o descompasso de ideias entre esses dois intelectuais no que concerne ao campo literário e às relações políticas, levando à constatação da existência, entre os intelectuais considerados os novos atenienses, de dois grupos que rivalizavam constantemente entre si, contrastando com uma série de outros intelectuais da época que preferiam se manter neutros. Nascimento Moraes, Inácio Xavier de Carvalho, George Gromwell, Inácio Raposo, entre outros, parecem estar inseridos em um grupo, rival de outro, do qual participavam Antônio Lobo, Correia de Araújo, Fran Paxeco, Alfredo de Assis, Luís Viana, Domingos Barbosa e outros. Tais grupos, no entanto, não eram estáveis, assumindo diferentes configurações com o passar do tempo.

As polêmicas mostram que entre esses grupos de intelectuais não havia consenso nem homogeneidade de ideias. Eles não possuíam uma bandeira de luta, nem uma causa específica e contestavam as atitudes literárias uns dos outros. Nascimento Moraes, por exemplo, contesta a existência de um período de marasmo intelectual – a “tristíssima e caliginosa noite” referida por Lobo –, afirmando que o Maranhão sempre fora produtor de talentos literários. Além disso, esses intelectuais produziam suas obras em diferentes estilos literários, que não exprimiam uma homogeneidade.

Nesse sentido, a denominação desse período de “ciclo decadentista” não se refere ao estilo ou à estética literária, mas a um discurso construído por alguns desses intelectuais, principalmente Antonio Lobo, sobre um período de suposta decadência intelectual. Tal discurso serviu para inseri-lo na história da literatura maranhense, pois, na medida em que assegurava que o Maranhão vivia uma época de marasmo literário, Lobo se colocava sub-repticiamente como um elemento de ruptura com a decadência, capaz de fazer reviver uma época áurea, de grande renascimento cultural, próxima dos intelectuais do grupo maranhense. Enfim, afirmar que seu livro era subsídio para a história literária do Maranhão, automaticamente o inseria como parte dessa história.

Naquela época, esse discurso obteve grande repercussão, em consonância com o estado de instabilidade política e econômica, ao mesmo tempo em que esses intelectuais, não

conseguindo projeção nacional ou reconhecimento, tentavam se inserir numa tradição inventada e reinventada ao longo dos anos pelos cultores do mito da Atenas Brasileira. Parafraseando Pesavento (2004, p. 233-234), quando trata da questão do ressentimento e do ufanismo presentes nos textos produzidos sobre o Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do século XX, pode-se asseverar que os intelectuais maranhenses daquela época tinham um ressentimento que assumia o “contorno de uma exclusão: no conjunto, esses rapazes com pretensões literárias se sentem excluídos do mundo da cultura e da civilização, numa terra onde nada acontecia de expressivo”, mas que tinha um passado de glórias.

Nesse sentido, as denominações de *novos atenienses* e *grupo decadentista* assumem uma função naquele contexto em que se lutava para ser visto. Talvez esse fosse o único ponto em comum entre esses intelectuais: o sentimento de inferioridade, o ressentimento por não ser reconhecidos e o desejo da consagração nacional, que, conforme Pesavento (2004, p. 234), estão na esfera do não dito ou não provado, porque pertencem à esfera dos sentimentos, “que tocam não só na subjetividade, mas também no coletivo”.

Esse sentimento se faz perceptível na construção dos personagens principais das obras em destaque nessa pesquisa dos dois intelectuais dessa época. Tanto Nascimento quanto Lobo esboçam intelectuais que se rivalizam com um mundo caótico e decadente em busca de uma realização pessoal, assim como eram eles mesmos.

Nesse cenário, a própria polêmica assume uma nova característica, pois na medida em que mostra a falta de homogeneidade entre os grupos (e mesmo entre os integrantes de cada grupo), coloca-se também como uma modalidade a favor das suas intenções de se tornarem notórios, haja vista que, quando alguém desmoraliza o outro, coloca-se como superior e expõe suas habilidades com as palavras e seu arcabouço de conhecimentos. Sílvia Romero (apud VENTURA, 1991, p. 150-151) reconheceu que as polêmicas não passavam “quase todas elas de provocações propositais da parte de indivíduos sequiosos de notoriedade”.

Sobre esse aspecto, Martins (2009, p.374) coloca que, ao longo do século XIX e durante muito tempo, o jornal foi “a antessala para a carreira da expressiva maioria dos literatos e intelectuais”, pois “a imprensa era o principal veículo de informações e também o meio mais eficiente para propagar um nome e atingir, assim, um público de pessoas com hábitos mais ou menos regulares de leitura”. Do mesmo modo, “a colaboração para a imprensa era um caminho seguro e certo rumo à profissionalização dos homens de letras, ao mesmo tempo em que abria espaço para o aumento progressivo do prestígio social do escritor ou jornalista”.

Nessa perspectiva, Lobo queria obscurecer todos os intelectuais de sua época, à custa de sua grande vaidade e de seu anseio de se tornar o grande intelectual maranhense daquela época. Nascimento Moraes, por sua vez, queria atrapalhar os planos de Lobo, desqualificando-o e expondo todas as suas fraquezas, para que no debate sobressaíssem as suas próprias qualidades. Ou seja, os dois perseguiam igualmente a notoriedade.

Enfim, considerar esse grupo de intelectuais um todo homogêneo não passou de discurso, na prática, as suas relações, as redes que estabeleciam e suas ações eram bem divergentes. As suas obras, porém, estavam carregadas de um discurso decadentista que tinha um propósito e que mostravam o modo como viam a si e sua realidade. O estilo decadentista de suas obras não era na forma, como colocam alguns estudiosos da literatura maranhense baseado em critério algum definido, mas sim no conteúdo, e marcava a maneira como esses homens experimentavam a sua realidade, o seu mundo sensível, uma vez que, como coloca Ventura (1991, p.21), inspirado em Buffon, “o estilo é o próprio homem”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gay (1990) defende a ideia de que o estilo não é mero ornamento, mas uma espécie de molde do conteúdo. E, se não é o próprio homem, traz marcas dele e de sua cultura, suas formas de pensar, sentir, crer e operar, uma vez que não se pode separar forma e conteúdo.

As obras dos literatos maranhenses das primeiras décadas da República dizem muito acerca de suas vivências e da maneira como encaravam o mundo. O estilo decadentista de sua escrita não diz respeito a uma filiação estética simbolista ou nefelibata, mas indica a percepção de um mundo em constante mudança, uma realidade política e socialmente instável. Para além disso, no entanto, tinham um sentido ideológico e objetivo marcado pela intenção de galgar espaços de legitimação e poder, uma vez que, ao se considerarem neo-atenienses, colocavam-se como herdeiros de um legado cultural e intelectual já reconhecido em nível nacional e fortemente inculcado no imaginário da época, cotidianamente reforçado por meio de suas obras, tanto literárias quanto jornalísticas.

No entanto, o sentimento decadentista podia até ser difundido por discursos competentes e muitas vezes até internalizados, mas a forma de agir desses intelectuais não tinha um caráter grupal, coletivo, mas individual. As redes de sociabilidade mostram uma disputa por espaços de poder entre os intelectuais, e as polêmicas travadas nos jornais são um exemplo notório da falta de homogeneidade interna, mostrando que eles estavam constantemente interessados em desqualificar um ao outro, para assim adquirirem destaque para si.

Antônio Lobo e Nascimento Moraes são exemplos dessas disputas constituídas no campo intelectual / literário da época. Ambos construíram trajetórias parecidas, mas bem diferentes dentro do cenário intelectual da época. Suas polêmicas não mostram a defesa de uma causa social nem rivalizam sobre teorias literárias ou ideais estéticos, mas se mostram tencionadas principalmente a desqualificar o outro, com o objetivo de angariar notoriedade para a sua própria figura. Essa era uma estratégia muito usada nesse período no Brasil, sobretudo num ambiente como o ludovicense, que possuía um passado de Atenas e um presente com um setor editorial fraco, sem mercado e sem expressão.

Esse passado da Atenas Brasileira, ressignificado de diferentes formas e com diferentes objetivos ao longo de anos, foi reivindicado por muitos literatos daquela época, que viviam de um passado inventado, uma vez que a condição de produção intelectual no Maranhão, de fato, nunca fora favorável, mesmo nos tempos ditos áureos da Atenas. Isso

pode ser observado pela migração em massa dos escritores maranhenses que se destacaram no cenário nacional. Enfim, se o título de Atenas foi uma construção, o título de novo ateniense não passava de uma utopia, ou melhor, uma estratégia de autoafirmação.

Se em terras maranhenses se produziram, durante todo o período áureo, literatos e intelectuais, como afirmou Nascimento Moraes, esses talentos ficaram esquecidos e obscurecidos, pois, com o passar dos anos, foram poucos os que se consagraram em âmbito nacional. E ousou dizer que a “triste e caliginosa noite” descrita por Lobo (2008) ainda perdura até os dias atuais, sem grandes investimentos em arte e cultura no Maranhão.

Antônio Lobo e Nascimento Moraes, no entanto, mesmo lutando em campos opostos e não tendo uma produção destacada e reconhecida nacionalmente, produziram obras que permitem pensar, por meio de suas representações, algumas questões do cotidiano da época, principalmente as suas atuações intelectuais. Eles levantam, por meio de suas obras, temáticas relevantes, que ajudam a desvelar um passado por muito tempo relatado da mesma forma altissonante e enaltecida, mas que, na contemporaneidade, já vem sendo analisado e avaliado de outras formas mais verossímeis, desconstruindo velhos dogmas e problematizando conclusões já cristalizadas. Aí está a relevância das obras dos neo-atenienses em geral e de Antonio Lobo e Nascimento de Moraes em particular para a história da literatura maranhense.

## REFERÊNCIAS

A CARTEIRA. **O Maranhão**, São Luís, n. 208, 3 jan. 1908. p. 2.

ALIPINHO JÚNIOR. Pintando o 7. **O Maranhão**, São Luís, ano 1, n. 211, 8 jan. 1908b. p. 1.

\_\_\_\_\_. Pintando o 7. **O Maranhão**, São Luís, ano I, n. 209, 4 jan. 1908a. p. 1.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ARAÚJO, Adriana Gama de. **Em nome da cidade vencida: a São Luís republicana obra de José do Nascimento Moraes (1889-1920)**. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

ARAÚJO, Correia de. A cara do senhor I. Xavier. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 194, 17 ago. 1910e. p. 2.

\_\_\_\_\_. Enterrando um defunto. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 193, 16 ago. 1910c. p. 2.

\_\_\_\_\_. Última pá de cal. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 197, 20 ago. 1910d. p. 2.

\_\_\_\_\_. Um Moraes imoral. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 190, 13 ago. 1910a. p. 2.

\_\_\_\_\_. Uma sova de tirar cinza. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 192, 15 ago. 1910b. p. 2.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: GIL, F. (Ed.). **Enciclopédia Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional, 1985. p. 297-332.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. 49. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite**. São Luís: SECMA, 2007.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão**. São Luís: Café & Lápis/FAPEMA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Uma Athenas equinocial: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro**. São Luís: EDFUNC, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRAZ CUBAS, João Paulo de. Ao Sr. Bento de Oliveira. **Pacotilha**, São Luís, ano XXVII, n. 145, 19 jun. 1908. p. 2.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**: lições americanas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Rio, 2006.

CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Antônio dos Reis. A literatura maranhense. In: BIBLIOTECA Internacional de Obras Célebres. Rio de Janeiro: Sociedade Internacional, 1912. v. 20. p. 9737-9754.

CARVALHO, Inácio Xavier de. Carta aberta a Correa de Araujo. **Imprensa**, São Luís, ano I, n. 5, 22 jul. 1906. p. 1.

\_\_\_\_\_. Notas críticas. **O Maranhão**, São Luís, ano I, n. 211, 8 jan. 1908. p. 1-2.

\_\_\_\_\_. Outro angu. **O Maranhão**, São Luís, ano I, n. 203, 27 dez. 1907. p. 1.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

CORRÊA, Rossini. **Formação social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993.

CORREIO DA TARDE, São Luís, ano II, n. 196, 30 jul. 1910a. p. 1.

\_\_\_\_\_. São Luís, ano II, n. 197, 1º ago. 1910b. p. 1.

\_\_\_\_\_. São Luís, n. 198, 2 ago. 1910c. p. 1.

\_\_\_\_\_. São Luís, n. 199, 3 ago. 1910e. p. 1.

\_\_\_\_\_. São Luís, n. 201, 5 ago. 1910f. p. 1.

\_\_\_\_\_. São Luís, n. 202, 6 ago. 1910d. p. 1.

\_\_\_\_\_. São Luís, n. 205, 10 ago. 1910g. p. 1.

\_\_\_\_\_. São Luís, n. 208, 13 ago. 1910h. p. 1.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, ano XLI, n. 11130, 6 ago. 1910.

FARIA, Regina Helena Martins de. **A transformação do trabalho nos trópicos**: propostas e realizações. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bossaneli; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 61-91.

FONTES, José Casimiro de Oliveira. Bombardeios. **O Maranhão**, São Luís, ano II, n. 335, 27 jun. 1908. p. 1.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.

GALLIZA, G. Intervenção pacífica. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 173, 25 jul. 1910a. p. 2.

\_\_\_\_\_. Intervenção pacífica. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 174, 26 jul. 1910b. p. 2.

\_\_\_\_\_. Intervenção pacífica. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 176, 28 jul. 1910c. p. 2.

\_\_\_\_\_. Intervenção pacífica. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 177, 29 jul. 1910d. p. 2.

\_\_\_\_\_. Intervenção pacífica. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 178, 30 jul. 1910e. p. 2.

\_\_\_\_\_. Intervenção pacífica. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 180, 2 ago. 1910f. p. 2.

\_\_\_\_\_. Intervenção pacífica. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 183, 5 ago. 1910g. p. 2.

\_\_\_\_\_. Intervenção pacífica. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 179, 1º ago. 1910h. p. 2.

\_\_\_\_\_. Intervenção pacífica. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 187, 10 ago. 1910i. p. 2.

\_\_\_\_\_. Intervenção pacífica. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 184, 6 ago. 1910j. p. 2.

\_\_\_\_\_. Intervenção pacífica. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 188, 11 ago. 1910k. p. 2.

\_\_\_\_\_. Intervenção pacífica. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 186, 9 ago. 1910l. p. 2.

GASPAR, Carlos. **O senhor Antônio Lobo: a fogueira da agonia**. São Luís: Edições AML, 2009.

GAY, Peter. **O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhart**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

LEENHART, Jcques; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LICAR, Caroline Castro. **“Escripta Rudimentar”**: uma polêmica entre Antônio Lobo e Barbosa de Godóis. São Luís: Café & Lápis/FAPEMA, 2012.

LITERATURA. **A Mocidade**, São Luís, ano I, n. 9, p. 1, 9 dez. 1906.

LOBO, Antonio. **Os novos atenienses**. 3. ed. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pela Rama**. São Luís: Imprensa Oficial, 1911a.

\_\_\_\_\_. **A carteira de um neurastênico**. São Luís: Edições da Revista do Norte, 1903.

\_\_\_\_\_. **A política maranhense** (distribuição póstuma). São Luís: Tip. J. Pires, 1916a.

\_\_\_\_\_. Aos assinantes da d'A Revista do Norte. **Diário do Maranhão**, São Luís, n. 8613, 5 maio 1902. p. 2.

\_\_\_\_\_. Embargos às ligeirezas literárias. **A Pátrica**, São Luís, ano 1, n. 94, 18 jun. 1908b. p. 1.

\_\_\_\_\_. O parecer da Inspeção Geral da Instrução Pública. **Diário do Maranhão**, São Luís, 22 abr. 1911b. p. 1

\_\_\_\_\_. Vingança de Pigmeu. **A Tarde**, São Luís, 6 jan. 1916b. p. 1.

LOBO, o plagiário. **O Maranhão**, São Luís, ano 3, n. 512, 7 jan. 1909a. p. 2.

LOBO, o plagiário. **O Maranhão**, São Luís, ano 3, n. 515, 11 jan. 1909b. p. 2.

MANOS, Juca dos. A sangria de um borrabotas. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano 39, 19 jun. 1908a. p. 2.

\_\_\_\_\_. A sangria de um borrabotas. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano 39, 30 jun. 1908b. p. 1.

MARTINS, Manoel. **Operários da saudade**: os novos atenienses e a invenção do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2006.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. **Atenienses e fluminenses**: a invenção do cânone nacional. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. Imperatriz: Ética, 2008.

\_\_\_\_\_. **Panorama da literatura maranhense**. São Luís: Imprensa Oficial, 1955.

MÉRIAN, Jean Yves. **Aluísio Azevedo**: vida e obra (857-1913). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária**: introdução à problemática da literatura. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1970.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 2004.

MORAES, Jomar. **Apontamentos de literatura maranhense**. 2. ed. São Luís: SIOGE, 1977.

\_\_\_\_\_. **Vida e obra de Antônio Lobo**. São Luís: Revista Legenda Editora, 1969.

MORAES, Nascimento. A propósito de uma rima. **A Campanha**, ano II, n. 110, 28 maio 1903i. p. 2.

\_\_\_\_\_. A trindade Rego. **A Campanha**, ano II, n. 55, 24 mar. 1903h. p. 2.

\_\_\_\_\_. Letras e tipos. **A Campanha**, ano II, n. 101, 18 maio. 1903e. p. 1-2.

\_\_\_\_\_. Letras e tipos. **A Campanha**, ano II, n. 113, 1º jun 1903j. p. 1-2.

\_\_\_\_\_. Letras e tipos. **A Campanha**, ano II, n. 126, 16 jun. 1903f. p. 1.

\_\_\_\_\_. Letras e tipos. **A Campanha**, ano II, n. 54, 23 mar. 1903g. p. 2.

\_\_\_\_\_. Letras e tipos. **A Campanha**, ano II, n. 77, 20 abr. 1903b. p. 2.

\_\_\_\_\_. Letras e tipos. **A Campanha**, ano II, n. 91, 11 maio. 1903d. p. 2.

\_\_\_\_\_. Letras e tipos. **A Campanha**, São Luís, ano II, n. 21, 13 abr. 1903a. p. 1.

\_\_\_\_\_. **Neurose do medo e 100 artigos**. São Luís: SECMA/Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. **Puxos e repuxos**. São Luís: Typographia do Jornal dos Artistas, 1910.

\_\_\_\_\_. Rimas, sofismas e filosofias. **A Campanha**, ano II, n. 121, 10 jun. 1903c. p. 1.

\_\_\_\_\_. Rimas, sofismas e filosofias. **A Campanha**, ano II, n. 116, 4 jun. 1903k. p. 2.

\_\_\_\_\_. Rimas, sofismas e filosofias. **A Campanha**, ano II, n. 118, 6 jun. 1903l. p. 2.

\_\_\_\_\_. Rimas, sofismas e filosofias. **A Campanha**, ano II, n. 119, 8 jun. 1903m. p. 1.

\_\_\_\_\_. Rimas, sofismas e filosofias. **A Campanha**, ano II, n. 120, 9 jun. 1903n. p. 1.

\_\_\_\_\_. Rimas, sofismas e filosofias. **A Campanha**, ano II, n. 122, 11 jun. 1903o. p. 1.

\_\_\_\_\_. Rimas, sofismas e filosofias. **A Campanha**, ano II, n. 132, 22 jul. 1903p. p. 1.

\_\_\_\_\_. **Vencidos e degenerados**. 2. ed. São Luís: Edições Nascimento Moraes, 1968.

NASCIMENTO, Dorval do. Nosso céu não tem estrelas: o campo intelectual maranhense na Primeira República. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: ANPUH, 2011.

NONATO, Pio. Na casa alheia. **A Campanha**, São Luís, ano I, n. 27, 2 maio 1902a. p. 2.

\_\_\_\_\_. Na casa alheia. **A Campanha**, São Luís, ano I, n. 30, 6 maio 1902b. p. 2.

OLIVEIRA, Bento. Antonio Lobo no seu elemento. **A Pátria**, São Luís, ano 1, n. 96, 20 jun. 1908. p. 1.

\_\_\_\_\_. Antonio Lobo, na queda. **A Pátria**, São Luís, ano 1, n. 98, 23 jun. 1908d. p. 1.

\_\_\_\_\_. Antonio Lobo, o caricato. **A Pátria**, São Luís, ano 1, n. 97, 22 jun. 1908c. p. 1.

\_\_\_\_\_. Antonio Lobo. **A Pátria**, São Luís, ano 1, n. 106, 4 jul. 1908e. p. 1.

OLIVEIRA, Bento. Um ligeiro parênteses. **A Pátria**, São Luís, ano 1, n. 94, 18 jun. 1908a. p. 1.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PAXECO, Fran. Uma carta de A. Lobo. **Diário do Maranhão**, São Luís, 20 ago. 1902. p. 2.

PERALTA, Zé. Pescando. **O Maranhão**, São Luís, 28 dez. 1907. p. 1.

\_\_\_\_\_. **O Maranhão**, São Luís, ano 1, n. 211, 8 jan. 1908. p. 1.

\_\_\_\_\_. **O Maranhão**, São Luís, ano I, n. 209, 4 jan. 1908. p. 1.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. **Revista de História das Idéias**, v. 21, p. 33-57, 2000.

\_\_\_\_\_. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do sul profundo. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p. 221-236.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SARNEY, José. Prefácio. In: MORAES, Jomar. **Vida e obra de Antônio Lobo**. São Luís: Revista Legenda Editora, 1969.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-25.

SÍNTESE. **A Mocidade**, São Luís, ano I, n. 2, 24 set. 1906. p. 2.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÈMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 231-269.

TEIXEIRA, Alfredo. Ajuste de contas. **O Jornal**, São Luís, ano I, n. 212, 9 ago. 1915. p. 1.

ULTRAMAR, Luiz de. Uns dias. **Filomathia**, São Luís, v. 1, n. 2, p. 1-2, 22 out. 1895.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIACTOR, Junior. A' luz da gramática. **Os Novos**, São Luís, n. 25, 28 out. 1900. p. 3.

ZORZANELLI, Rafael Teixeira. Neurastenia. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 17, p. 431-446, dez. 2010a. Suplemento, 2.

\_\_\_\_\_. Psicastenia. **História, Ciência, Saúde**, Manguinhos, v. 17, p. 421-430, dez. 2010b. Suplemento 2.

Cardoso, Patricia Raquel Lobato Durans.

Lobo X Nascimento na “Nova Atenas”: literatura, história e polêmicas dos intelectuais maranhenses na Primeira República/ Patricia Raquel Lobato Durans Cardoso. – São Luís, 2013.

176 f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Dorval do Nascimento

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Mestrado em História, 2013.

1. História – Literatura Maranhense. 2. Literatura Neo-ateniense. 3. Antonio Lobo. 4. Nascimento Moraes. I. Título.

CDU 930.2: 821.134.3 (812.1)